

Roberto Biluczyk

DA CONSTITUINTE AO PLEBISCITO: DISCUSSÕES E
REPRESENTAÇÕES SOBRE FORMAS E SISTEMAS DE
GOVERNO NAS REVISTAS *MANCHETE* E *VEJA* (1987-1993)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Alessandro Batistella.

Passo Fundo

2021

CIP – Catalogação na Publicação

B599c Biluczyk, Roberto

Da Constituinte ao Plebiscito : discussões e representações sobre formas e sistemas de governo nas revistas Manchete e Veja (1987-1993) / Roberto Biluczyk. – 2021.
269 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Batistella.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2021.

1. Brasil - História - 1985-. 2. Imprensa e política.
3. Brasil - Política e governo. 4. Periódicos. I. Batistella, Alessandro, orientador. II. Título.

CDU: 981:32

Catalogação: Bibliotecário Luís Diego Dias de S. da Silva – CRB 10/2241

Banca Examinadora do Mestrado

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn (UDESC)

Prof. Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)

Prof. Dr. Alessandro Batistella (UPF)

AGRADECIMENTOS

No momento de conclusão deste trabalho, agradeço imensamente a pessoas que foram importantíssimas em minha trajetória. Em primeiro lugar, minha mãe, Tereza Maria Biluczyk, apoio incondicional em todos os momentos. Do mesmo modo, meu orientador, prof. Dr. Alessandro Batistella, por suas contribuições, incentivos e apontamentos. Ao prof. Dr. Adelar Heinsfeld, por suas observações nas bancas, e ao prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn, pela participação e pelas ideias expostas na defesa. De igual maneira, ofereço meus sinceros agradecimentos à prof.^a Dra. Gizele Zanotto, por me apresentar o tema conexo ao Plebiscito de 1993, explorado por mim, pela primeira vez, durante a graduação, e amplificado na dissertação a seguir, e a todos os professores que passaram por minha formação. Por fim, sou grato à Capes, pela concessão da bolsa, e à Comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UPF), pela confiança e pela disponibilização da mesma para o desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os desdobramentos do debate sobre formas e sistemas de governo, mobilizado a partir de 1987, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, e concluído em 1993, quando foi realizado um plebiscito voltado à deliberação dos temas. A apreciação do panorama político se efetuará, considerando a cobertura dos assuntos pelas revistas *Manchete* (1952-2000) e *Veja* (1968-presente), dois importantes veículos da imprensa brasileira, com grande circulação e popularidade no contexto. *Manchete*, da Bloch Editores, foi concebida como um semanário ilustrado, direcionado ao entretenimento. Com o tempo, a revista adquiriu outras características, passando a abranger acontecimentos políticos nacionais e internacionais. Por outro lado, *Veja*, da Editora Abril, desde seus primórdios, atentou-se aos tópicos políticos, ampliando suas pautas à medida que se consolidava no mercado comunicacional. Os sistemas de governo, ou seja, o parlamentarismo e o presidencialismo, foram alvos de disputas entre deputados federais e senadores componentes da Constituinte, os quais apresentavam diferentes entendimentos sobre os conceitos administrativos. Assim sendo, as discussões entre aqueles que sugeriam a divisão de poderes de mando entre um presidente e um primeiro-ministro e outros que preferiam manter as principais decisões nas mãos de um único líder, recrudesceram. Paralelamente, o deputado Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno (PDS-SP), em conjunto com movimentos fundamentados na sociedade, visava restabelecer a monarquia como forma de governo do Brasil, ofertando críticas contundentes à república, instalada em 1889 em substituição ao antigo estatuto político monárquico, desenvolvido após a emancipação nacional. Uma eleição da natureza do Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo não era algo muito convencional no país. Os debates emergentes desse cenário envolveram o interesse de grupos diretamente preocupados com a mudança ou a manutenção do modelo vigente, configurando-se como um conflito atípico e distante do conhecimento do eleitor, convocado a decidir nas urnas sobre a contenda em 21 de abril de 1993.

Palavras-chave: Formas de governo. Sistemas de governo. *Manchete*. *Veja*.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the consequences of the debate on forms and systems of government, mobilized since 1987, with the installation of the National Constituent Assembly, and concluded in 1993, when a plebiscite focused on the deliberation of the themes was carried out. The appreciation of the political landscape will take place, considering the coverage exercised on the subjects by the magazines *Manchete* (1952-2000) and *Veja* (1968-present), two important publications of the Brazilian press, with great circulation and popularity in the context. *Manchete*, by Bloch Editores, was conceived as an illustrated weekly, directed to entertainment. Over time, the magazine acquired other characteristics, starting to cover national and international political events. On the other hand, *Veja*, from Editora Abril, since its beginnings, has paid attention to topics developed within the scope of politics, expanding its guidelines as it consolidated itself in the communication market. The systems of government, that is, parliamentarism and presidentialism, were the targets of disputes between federal deputies and senators that are part of the Constituent Assembly, which presented different understandings about administrative concepts. As such, discussions between those who suggested the division of powers of command between a president and a premier and others who preferred to keep big decisions in the hands of a single leader, have intensified. At the same time, federal deputy Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno (affiliated to the PDS, elected by São Paulo), together with movements based on society, aimed to reestablish the monarchy as a form of government in Brazil, offering criticisms of the republic, installed in 1889 to replace the old political statute monarchical, developed after national emancipation. An electoral expedient of the nature of the Plebiscite on the Form and the System of Government was not something very conventional in the country. The debates emerging from this scenario involved the interest of groups directly concerned with the change or maintenance of the current model, configuring itself as an atypical conflict and distant from the voter's knowledge, summoned to decide at the polls on the dispute on April 21, 1993.

Keywords: Forms of government. Systems of government. *Manchete*. *Veja*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “O dote de cada um”: infográfico sobre a divisão de poderes entre o presidente da República e o primeiro-ministro na proposta de Bernardo Cabral	83
Figura 2 – Os dados do “Relatório Niskier”, reproduzidos por <i>Manchete</i>	99
Figura 3 – “A vitória de Sarney” na capa de <i>Veja</i> . Ao fundo, o general Leônidas, ministro do Exército	101
Figura 4 – “O regime”: síntese dos dados da pesquisa do Idesp sobre a adesão da “elite pensante” ao parlamentarismo	122
Figura 5 – “Está chegando nossa hora”: convite para a reunião dos monarquistas, reproduzido em <i>Manchete</i>	151
Figura 6 – Cunha Bueno nos estúdios da Rádio Monarquia	168
Figura 7 – Materiais de campanha propagados pela Juventude Monárquica do Brasil (JMB). Destaque para as fotografias de Dom Luiz	169
Figura 8 – “O avanço dos indecisos”: dados compilados de pesquisas Ibope sobre a preferência popular em torno dos sistemas de governo	178
Figura 9 – Modelo de cédula vetado por Itamar Franco, conforme o <i>Jornal do Brasil</i>	180
Figura 10 – Cédula utilizada no Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo, em 1993	185
Figura 11 – Aspectos de materiais produzidos para as campanhas das frentes, pelas agências de publicidade, segundo <i>Manchete</i>	194
Figura 12 – Imagens alusivas ao horário eleitoral, reproduzidas por <i>Veja</i>	197
Figura 13 – Capa de <i>Veja</i> , destacando a reportagem de Mônica Bergamo	208
Figura 14 – “O Congresso quer o parlamentarismo”: alguns dos resultados da pesquisa MSC, referida por <i>Veja</i>	222
Figura 15 – Porcentagem de votos por região: a adesão dos congressistas consultados aos ideários, de acordo com a pesquisa MSC/ <i>Veja</i>	223
Figura 16 – Porcentagem de votos por partido: as agremiações e os temas em debate, de acordo com a pesquisa MSC/ <i>Veja</i>	223

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nomes interpretados pelos entrevistados pelo Datafolha, em janeiro de 1989, como possíveis candidatos a rei, segundo <i>Manchete</i>	162
Tabela 2 – Voto popular sobre as formas de governo, em 21 de abril de 1993	229
Tabela 3 – Voto popular sobre os sistemas de governo, em 21 de abril de 1993	229

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
AI	Ato Institucional
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEC	Comissão Provisória de Estudos Constitucionais
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
FL	Frente Liberal
IBEM	Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos
Ibrapem	Instituto Brasileiro de Pesquisas Monárquicas
Ibope	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
Idesp	Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo
INESC	Instituto de Pesquisas Socioeconômicas
JMB	Juventude Monárquica do Brasil
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MMC	Movimento Monárquico Constitucional
MPM	Movimento Parlamentarista Monárquico
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PDP	Partido Democrático Popular
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Libertador
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
PPS	Partido Popular Socialista

PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTR	Partido Trabalhista Reformador
SNI	Serviço Nacional de Informações
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFIR	Unidade Fiscal de Referência
UNUM	União Nacional dos Universitários Monarquistas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA, POLÍTICA E IMPRENSA: ALGUMAS	
CONSIDERAÇÕES	19
1.1 Formas e sistemas de governo: aplicações na história do Brasil	19
1.2 Democracia, eleições diretas e Assembleia Constituinte: três anseios políticos	33
1.3 Revistas semanais de informação: <i>Manchete</i> e <i>Veja</i> no contexto da pesquisa	40
CAPÍTULO 2 – DEBATES SOBRE FORMAS E SISTEMAS DE GOVERNO	
NA CONSTITUINTE (1987-1988)	49
2.1 Em busca do “remédio parlamentarista” contra Sarney	49
2.2 “Um rei para o Brasil”: a articulação monarquista	63
2.3 No duelo de sistemas, tempo de parlamentarismo	75
2.4 A reviravolta presidencialista e a gênese do Plebiscito de 1993	90
CAPÍTULO 3 – DE OLHO NO PLEBISCITO, SEGUEM OS DEBATES	
(1988-1992)	111
3.1 O “parlamentarismo já” e a eleição de um novo presidente	111
3.2 Um presidente parlamentarista no poder e seus efeitos imediatos	120
3.3 A antecipação do Plebiscito e a crise final do governo Collor	134
3.4 O ponto de partida da atividade monarquista	149
CAPÍTULO 4 – O PLEBISCITO DE 1993	171
4.1 “O Plebiscito vem aí”: os primeiros encaminhamentos	171
4.2 Guiando o (e)leitor: em busca do esclarecimento	186
4.3 “Quem vai para o trono”: a monarquia além das urnas	203
4.4 “Sonolenta ida à urna”: perspectivas imediatas e saldos do Plebiscito	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
REFERÊNCIAS	244
FONTES	253

INTRODUÇÃO

Sob um clima de expectativa popular, a Assembleia Nacional Constituinte, composta por deputados federais e senadores, se reuniu em Brasília, no dia 1º de fevereiro de 1987. Uma Constituinte se define como um grupo de pessoas incumbido da formulação de direitos e responsabilidades individuais e governamentais. O produto de seu trabalho, sintetizado em uma Constituição, codifica garantias para o bom funcionamento de um Estado, a partir da vontade do povo (GARCIA, 1986, p. 9).

O conceito, historicamente ligado às modificações no mundo moderno europeu, que refutaram o Absolutismo monárquico nos séculos XVII, XVIII e XIX, adquiriu características amalgamadas aos princípios democráticos, tornando-se objeto de lutas em favor da renovação no aparato estatal (GARCIA, 1986, p. 9). É certo, contudo, que, perante regimes de exceção, tanto o preceito de Constituinte como o de Constituição se deturpam, ao atenderem as prerrogativas do poder estabelecido.

A reformulação da Constituição brasileira se fazia fundamental, frente à necessidade de superação da ditadura militar, implantada em 1964. Para alguns historiadores, a derrota da chapa governista na eleição presidencial indireta de 1985 concluiu o repressivo período ditatorial – ideia que costuma ser bem aceita pela sociedade, em geral. Para outros pesquisadores, como Adriano Nervo Codato (2005), o alinhamento ideológico entre os militares e o presidente civil José Sarney, em consonância com as atitudes do governante, fizeram com que o mandato do pemedebista, finalizado em 15 de março de 1990, fosse incluído nessa periodização – pensamento considerado coerente com a realidade do período.

A ditadura militar cerceou liberdades e direitos aos cidadãos brasileiros por mais de duas décadas. As pretensas tentativas de reabertura orquestradas no período encontravam barreiras no comportamento dos detentores do poder. Desse modo, a estabilização da democracia no Brasil não se configuraria em um ato simples, tampouco em uma ação repentina. A solidez na transformação dos estatutos jurídicos e políticos nacionais passava pela reorganização das instituições, função delegada aos parlamentares constituintes.

A Assembleia Constituinte de 1987-1988 despertou interesse especial, não apenas na população, como na imprensa brasileira. As atividades dos políticos contemplaram debates sobre múltiplos temas – alguns dos quais tidos como distantes da natureza do documento em elaboração (FAUSTO, 2015, p. 288). A promulgação, em 5 de outubro de 1988, do texto final, apesar das críticas a ele ofertadas, representou um avanço significativo para a soberania popular do Brasil.

Alguns parlamentares viram na Constituinte, uma oportunidade para reivindicar alterações mais profundas no modelo administrativo nacional. A busca pela modificação do sistema de governo do país ganhou notoriedade, abrindo margem para a contestação da forma de governo (NÉMETH-TORRES, 2008). Entende-se como formas de governo, a monarquia e a república. Já o parlamentarismo e o presidencialismo são sistemas de governo. Nenhuma das experiências era inédita no Brasil, tendo sido executadas em momentos específicos de sua história política.

Entre as justificativas que inspiraram as discussões estava a defesa, pelos parlamentaristas, do aprimoramento dos instrumentos de governo, com maior participação do Congresso. Nas entrelinhas, o sistema também serviria para reduzir os poderes do presidente da República, até então assegurados pelo presidencialismo (PEREIRA, 1993, p. 109). Os monarquistas iam além, culpabilizando a república por grande parte das dificuldades enfrentadas pelo país. Para eles, um rei como chefe de Estado seria mais representativo, auxiliando no desenvolvimento do Brasil (CUNHA BUENO, 1988, p. 15).

Em 22 de março de 1988, após uma ampla articulação e veementes disputas, a maioria dos constituintes optou pela manutenção da república presidencialista. A insatisfação dos derrotados, porém, conduziu a palavra final para o povo, através de uma consulta eleitoral incomum. Determinou-se, em 2 de junho daquele ano, que as formas e sistemas de governo seriam definitivamente consolidadas pelos resultados de um plebiscito, a ocorrer em 7 de setembro de 1993 (BRASIL, 1988), data posteriormente antecipada para 21 de abril de 1993 (BRASIL, 1992).

O pleito eleitoral tinha por base uma ideia acolhida pelo deputado Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno¹ (PDS-SP), que solicitava, sustentado em uma emenda popular, a realização de uma votação para a apreciação das formas de governo pelo eleitorado, que incidiria, em menor escala, sobre os sistemas (CUNHA BUENO, 1988, p. 7-8). Dotada de baixa adesão entre seus pares, a sugestão somente se concretizou ao incluir firmemente os sistemas de governo em sua redação, por influência dos parlamentaristas. Sendo assim, a proposta saiu do papel e se tornou um ainda pouco explorado capítulo da história do Brasil.

Nos anos que se seguiram, a imprensa brasileira acompanhou as movimentações de políticos envolvidos com as causas do Plebiscito de 1993, em tentativas de antecipação da data da eleição e em defesas públicas sinalizadas em entrevistas prestadas por presidentiáveis

¹ Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno, economista e corretor de seguros, nascido em 1949, cumpriu mandatos como deputado federal entre 1975 e 2003, por São Paulo. Defendeu a causa monarquista na Constituinte de 1987-1988 e no Plebiscito de 1993, ajudando a organizar o Movimento Parlamentarista Monárquico, responsável pela campanha oficial. Não confundir com Antônio Sílvio Cunha Bueno (1918-1981), pai do referido, que também exerceu mandatos parlamentares e ficou igualmente conhecido pelo sobrenome.

e outras referências do poder. Por esse motivo, este trabalho visa analisar duas revistas brasileiras de grande popularidade no período, *Manchete* e *Veja*, a fim de entender suas ponderações sobre formas e sistemas de governo no Brasil, desde a Assembleia Nacional Constituinte até a realização do Plebiscito.

A revista *Veja*, publicada pela Editora Abril, tem sido constantemente utilizada por pesquisadores em suas investigações, por se constituir como um dos principais veículos de imprensa especializados em política no país. No enquadramento determinado, construiu parte de sua credibilidade, ao apresentar, em 1992, denúncias de corrupção contra o então presidente da República, Fernando Collor de Mello (VELASQUEZ, KUSHNIR, 2009). O periódico possui até hoje, vultosa tiragem de impressão, o que intensifica sua circulação em território nacional.

Já a extinta revista *Manchete* conta com um número menor de pesquisas, muito devido a sua pouca disponibilidade em arquivos históricos e de comunicação social, situação que tende a ser revertida pela disponibilização gratuita de suas edições na Hemeroteca Digital Brasileira. Outro ponto a ser destacado sobre o periódico é sua proposta inicial, que envolvia a predominância da imagem em relação ao texto, algo não tão bem apreciado por historiadores mais tradicionais. Entretanto, seu aspecto passou por variações, em virtude da intensa concorrência a ela imposta, atendendo as preferências de seu público.

Os periódicos de comunicação social que serão analisados neste trabalho compartilhavam, portanto, de, pelo menos, quatro características entre si: o formato de revista, a circulação semanal, a consolidação de mercado e o ávido interesse nas atividades políticas relativas às questões levantadas pela Constituinte e pelo Plebiscito. É de primordial importância compreender os desdobramentos contextuais, uma vez que versavam sobre ações que afetariam diretamente a sociedade brasileira.

O uso da imprensa como fonte para a pesquisa histórica é considerado recente, haja vista seu desenvolvimento tardio, motivado pelas transformações historiográficas agenciadas pela renovação cultural marxista e pelo Movimento dos *Annales*, no decorrer do século XX (LUCA, 2008, p. 113). Essas duas correntes possibilitaram o emprego de materiais alternativos, como jornais e revistas, para a observação das experiências humanas ao longo do tempo.

A partir do final da década de 1970, houve um sensível crescimento nas produções acadêmicas afins (ZICMAN, 1985, p. 89), superando-se o ideário de inspiração positivista, que impunha limites de temas e fontes para os pesquisadores, sob justificativa de que os

documentos oficiais eram os únicos a oferecerem informações confiáveis e autênticas, portanto, científicas, sobre um assunto (ROMANCINI, 2005, p. 3).

Por longo período, os produtos jornalísticos foram basicamente utilizados para levantamentos referentes à construção de uma história da imprensa, em fórmula que paulatinamente se esgotou. Além das mudanças paradigmáticas supracitadas, a institucionalização universitária tornou possível a diversificação e a interação de caráter pluridisciplinar entre as áreas da História e da Comunicação Social, com o compartilhamento de metodologias e técnicas, instrumentalizadas conforme as necessidades da pesquisa (ROMANCINI, 2005, p. 10).

Torna-se imperativo ao historiador, frente ao aumento das pesquisas em periódicos, questionar o papel da imprensa na sociedade, posto que as escolhas dos jornalistas envolvidos na redação das matérias podem contribuir para a elaboração de uma história imediata, derivada da operação de conhecimentos históricos por esses profissionais (ROMANCINI, 2005, p. 2). Ademais, o produto da imprensa é editado por empresas que visam lucro ou por instituições com envolvimento em atividades políticas (LUCA, 2008, p. 133). Por isso, o contexto histórico e a postura jornalística do veículo requerem atenção redobrada.

De acordo com Patrick Charaudeau (2015, p. 20), é imprescindível que o pesquisador perceba, seja em razão da metodologia aplicada, seja por meio de seu entendimento paradigmático, que nem sempre o que está retratado pela mídia é o reflexo fidedigno de um acontecimento. A concepção e a fragmentação de uma imagem vista pela imprensa é uma representação que substitui a realidade, evidenciada pelo poder social. “Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro” (CHARAUDEAU, 2015, p. 63).

Em outras palavras, no que concerne a essa ideia, atentando-se à área da História, Márcia Janete Espig (1998, p. 276) ressalta que a imprensa deve ser compreendida como uma representação que se pretende impositiva sobre o real. O historiador é quem deve filtrar as informações, a fim de decifrar as semelhanças e as diferenças apresentadas pela fonte, desvendando o posicionamento e o que está pressuposto (ESPIG, 1998, p. 277).

A imposição do pensamento da imprensa sobre o leitor é, contudo, algo controverso, refutado pelo jornalista Antônio Hohlfeldt (1997, p. 44), que salienta que os meios de comunicação têm capacidade de, em “médio e longo prazo, influenciar sobre o que pensar e falar”, não impor. Os assuntos tratados pela mídia podem se tornar agenda para o público, que passa a incluí-los em seus objetos de preocupação. Esse foi um quesito preponderante

observado no debate sobre formas e sistemas de governo, visto que momentos de pleno destaque se alternavam com espaços temporais de notório silêncio.

O estado interno e externo da fonte influi no comportamento editorial do veículo comunicacional, impactando o produto final de maneira indelével. As interferências diretas de seus proprietários, do panorama político ou da emergência de uma ou outra liderança ao poder, demonstram, outrossim, a fluidez das atividades dessas empresas (LUCA, 2008, p. 130). Outra questão a ser sopesada é a modificação da prática funcional da imprensa.

Segundo Renée Barata Zicman (1985, p. 90), até por volta da década de 1950, os periódicos brasileiros se enquadravam em um formato denominado “imprensa de opinião”. Essa visão de mercado proporcionava uma atuação sumamente política, direcionada a setores específicos da sociedade, em estilo mais literário. Apesar de ter sido ultrapassado por um padrão que ambiciona a objetividade, tal modelo segue influenciando os produtos na atualidade. Entre 1987 e 1993, estava presente em *Manchete* e *Veja*, através de espaços destinados a colunistas e em entrevistas conduzidas por jornalistas.

A capacidade de impressão do cotidiano e a apresentação das notícias na imprensa também variaram com o tempo, recebendo influências, eventualmente, das demandas do mercado publicitário e das motivações de seu público-alvo (LUCA, 2008, p. 137). Mesmo o local onde a notícia está colocada, dentro de sua distribuição interna, não é algo que possa ser visto como natural. Destaques maiores ou menores se dão devido a opções, que afastam o produto jornalístico de sua almejada imparcialidade. Sendo assim, o periódico deve ser interpretado como uma ação humana, que, portanto, não conta com objetividade.

O enfoque desta pesquisa alude à exploração de dois conceitos inerentes aos estudos históricos: a História Política e a História do Tempo Presente. A primeira ganhou novo vigor doravante as décadas de 1970 e 1980, em um amadurecimento ideológico, que provocou sua renovação. No passado, a Escola Metódica operou uma História Política tradicional que não convergia com os interesses inovadores do Movimento dos *Annales*, posteriormente configurado. Por esse motivo, o que era considerado político acabou relegado a segundo plano, pela emergência da pesquisa do social e do econômico (ALBERNAZ, 2011, p. 12-13).

Depreciada por anos, mas jamais totalmente abandonada, a História Política recrudescer sua credibilidade em sua remodelação, criticando-se o antigo método, uma vez que suas insuficiências não poderiam se sobrepor a suas aplicações nos objetos (JULLIARD, 1976, p. 181). Essa nova disposição da História Política, assim como ocorrido em outros campos anteriormente expostos, segundo René Rémond (2013, p. 29) “foi grandemente

estimulada pelo contato com outras ciências e pelas trocas com outras disciplinas”, reforçando-se em suas possibilidades.

Já a História do Tempo Presente, por sua definição e designação, pode ser fluida em seus atributos, transmutando seu conteúdo em atenção ao que é “presente” em seu momento (NETO, 2014, p. 35). Destarte, permite-se à operação e à associação com outras áreas do conhecimento, como as Ciências Sociais. Aos poucos, pelas transformações paradigmáticas já retratadas nessa introdução, a História do Tempo Presente passou a ser melhor aceita nas esferas acadêmicas, mobilizando expressiva quantidade de historiadores no Brasil e no mundo (DELGADO, 2014, p. 7).

A permissão que a História do Tempo Presente confere ao historiador, de investigar acontecimentos mais próximos de si, ainda encontra desconfianças, por circunstâncias que envolveriam virtuais dificuldades na ação de uma pretensa objetividade ou pela chance de esse “conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar”, o que poderia gerar pressões ou coações externas (FICO, 2012, p. 44). O amadurecimento dos debates relativos nas décadas mais recentes visa sobrepujar essas críticas e defender a legitimação da prática (CAPELATO, 2014, p. 299)

Conforme Roger Chartier (1993 apud FERREIRA, 2000), “a falta de distância” entre o pesquisador em História e a ocorrência de seu objeto de estudo, “ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada”, pois ocorre a superação de uma descontinuidade que “separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história”. Em vista disso, o conhecimento organizado e produzido pelo pesquisador pode se configurar mais preciso e robusto.

Trabalhos conectando História do Tempo Presente, História Política e História através da Imprensa têm sido coordenados ou elaborados por historiadores, como Marieta de Moraes Ferreira, Silvia Maria Fávero Arend e Reinaldo Lindolfo Lohn. Para Lohn (2016a, p. 11), as revistas viabilizam reflexões sobre um “país impresso”, experimentado em “permanências, rupturas e tensões” ofertadas pelas próprias características da narração das notícias pelos periódicos, os quais ocupam um “peso fundamental” no cenário político brasileiro, que não pode ser ignorado pela historiografia (LOHN, 2016b, p. 60).

Do ponto de vista metodológico, verifica-se a pertinência, neste trabalho, da conciliação de duas vertentes de uso recorrente em investigações afins: a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso. A Análise de Conteúdo, introduzida pelas Ciências Sociais na década de 1920, é uma metodologia preocupada com estudos de mensagens e informações, cuja

principal finalidade é a “descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BERELSON, 1954 apud BARDIN, 2000, p. 19).

Assim, constitui-se como uma técnica para leitura e interpretação de conteúdos, que visa descobrir sentidos ocultos em discursos simbólicos e polissêmicos (BARDIN, 2000, p. 13-14), aliando feitos antagonistas, como a objetividade e a subjetividade intrínsecas à fonte. Por sua concepção, o método dispõe de um conjunto de procedimentos para utilização em investigações que envolvam veículos de comunicação social, no que convém aos dados por eles expressos.

Textos possuem diversos significados dentro de um contexto. Nem sempre o leitor e o autor estão plenamente cientes da carga simbólica atribuída a seus escritos. A interpretação se torna algo pessoal, pois cada leitor está dotado de uma bagagem cultural própria, que pode ou não despertar seus sentidos. Mesmo o autor do texto – neste caso, mais comumente, os jornalistas de *Manchete* e *Veja* – procura adaptar sua redação ao leitor que intenciona atingir (MORAES, 1999, p. 2).

Para Roque Moraes (1999, p. 3), o pesquisador precisa eleger uma série de perguntas para que o trabalho analítico se dê com eficiência. Conhecer quem fala, a quem fala, o que diz, de que modo, com que finalidade e com qual resultado são pontos de partida para esse modelo de análise, segundo a proposta original de Harold Lasswell. O exame dos dados, por meio da Análise de Conteúdo, se dá, assim, em cinco etapas pré-determinadas (MORAES, 1999, p. 4).

O primeiro passo é a preparação das informações, uma observação prévia que envolve a leitura e a definição das fontes a serem utilizadas. Logo após, a escolha das unidades que serão posteriormente classificadas ou agrupadas em categorias, de acordo com as regras estabelecidas pelo pesquisador. A descrição e a interpretação se constituem no objetivo final do trabalho, mirando a compreensão do conhecimento obtido durante a pesquisa (MORAES, 1999, p. 4).

A constante verificação do material analisado e a releitura exaustiva do mesmo, para fins de aprofundamento, é indispensável ao pesquisador, que deve se inteirar de particularidades oriundas de seu tema, constituindo extenso conhecimento sobre ele (MORAES, 1999, p. 4). Assim, os passos metodológicos são trabalhados com excelência e a pesquisa apresenta quocientes relevantes à sociedade científica, os quais devem ser transfigurados ao interesse comunitário, através da extensão e do ensino.

A Análise de Discurso, por sua vez, é uma técnica que objetiva o desenvolvimento do conceito de discurso sem se reduzir ao objeto, intensificando o produto da Análise de

Conteúdo. Conforme Eni Orlandi (2015, p. 18), a prática atua no questionamento da historicidade e na interpelação do simbólico. Assim, torna o discurso um novo objeto para a análise, uma vez que procura entender “como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2015, p. 24). A razão do discurso se encontra, portanto, no efeito produzido.

Perante essas considerações, informa-se que este trabalho se organizará em quatro capítulos. O primeiro deles apresentará os conceitos de formas e sistemas de governo, contemplando suas aplicabilidades na história política brasileira. Simultaneamente, serão rememorados episódios prévios, que deram direção aos debates aqui investigados e influenciaram as pautas jornalísticas de *Manchete* e *Veja*. Uma explanação sobre a criação e a ação das revistas dentro do mercado comunicacional do país encerrará a unidade inicial.

Formas e sistemas de governo, analisadas de maneira prática nos periódicos, abrirão as discussões do segundo capítulo, que versará sobre as primeiras impressões alusivas aos temas, voltando-se aos posicionamentos políticos explícitos na Assembleia Constituinte. Já o terceiro capítulo, esmiuçar a conservação dos debates entre a promulgação da Constituição, em 1988, e o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Nesse intervalo, ajustes das mais variadas naturezas nas ideias originais foram capitaneados por políticos e integrantes da sociedade civil, gerando expectativas sobre as ações porvindouras.

Para fins de conclusão analítica, o quarto capítulo evidenciará a realização do Plebiscito em suas demandas imediatas, durante os meses que antecederam a eleição. A unidade delineará detalhes conexos ao pleito, como a busca pelo esclarecimento do eleitor e as visões das revistas sobre as campanhas oficialmente suprapartidárias. Comentários dos semanários contra as frentes políticas e seus insucessos também ganham relevância nesta análise, que ainda se detém nos saldos de campanha.

Esta pesquisa fará uso de 324 edições² da revista *Manchete*, disponíveis de forma online junto à Hemeroteca Digital Brasileira, ligada à Biblioteca Nacional, e 330 edições³ da revista *Veja*, consultadas em seu acervo digital. A observação histórica do panorama legislativo e jurídico, em movimento na política nesse período, e a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre os temas são as justificativas do trabalho a seguir.

² Primeira edição consultada: nº 1811, de 3 jan. 1987. Última edição: nº 2148, de 5 jun. 1993. As edições 1919, 1924, 1925, 1926, 1927, 1934 (ano 1989), 1980, 2000 (ano 1990), 2084, 2089, 2108 (ano 1992), 2127, 2130 e 2134 (ano 1993) – um total de 14 – estavam indisponíveis para pesquisa e foram excluídas do levantamento e da análise.

³ Primeira edição consultada: nº 956, de 7 jan. 1987. Última edição: nº 1286, de 5 maio 1993.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA, POLÍTICA E IMPRENSA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Junto ao contexto especial proporcionado pela Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, grupos de parlamentares manifestaram suas crenças sobre a pertinência da mudança do sistema administrativo do país. Assuntos, como presidencialismo e parlamentarismo, obtiveram pleno destaque nos trabalhos e rotinas daqueles que elaboravam a nova Constituição do Brasil. Com menos ênfase, o tema monarquia também veio à tona.

Este capítulo se estrutura em três partes. Inicialmente, enfatiza-se os significados de formas e sistemas de governo, frequentemente confundidos em suas aplicações cotidianas. Em segundo lugar, busca-se uma breve retomada da história política brasileira, tendo em vista as deliberações sobre os modelos de governança. Por fim, apresenta-se as fontes, ou seja, as revistas *Manchete* e *Veja*, considerando-se seus perfis e o papel da imprensa na sociedade.

1.1 Formas e sistemas de governo: aplicações na História do Brasil

Mediante a uma infinidade de demandas, a discussão sobre formas e sistemas de governo foi um dos pontos altos da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988. Para que o debate se efetivasse, porém, foi necessário que o país passasse por uma sensível alteração em seu regime político. Os significados de regime político, formas e sistemas de governo costumam ser confundidos em suas terminologias. Por essa razão, deve-se ressaltar suas diferenças, a fim de se promover o esclarecimento.

Conforme Argelina Cheibub Figueiredo e Marcus Figueiredo (1993, p. 14), um regime político se fundamenta pela caracterização de “regras e instituições que regulam a disputa pelo poder político e o seu exercício entre os cidadãos ou grupos sociais”. Na prática, suas aplicações não são isoladas, elas se inter-relacionam com outros conceitos e ações. De acordo com os autores, as normas jurídicas oferecem regulação e legalidade aos atos políticos, enquanto os valores sociais legitimam a legislação e os organismos do poder (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993, p. 15).

Observam-se, assim, a partir das experiências mundiais, dois tipos de regimes políticos: a autocracia e a democracia. Entende-se por autocracia, um regime de liderança que objetiva a manutenção do controle geral por uma só pessoa, buscando legitimidade por três

meios: o caráter divino, onde o representante se coloca como alguém dotado da missão de “guiar e proteger seu povo”; a promoção da força e da inteligência do líder, argumento habitualmente interposto por militares; e/ou a aceitação de doutrinas político-ideológicas específicas (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993, p. 15).

Em contraponto à autocracia, emerge o conceito de democracia, “onde a origem do poder está no povo, no cidadão, em cada um, e simultaneamente, em todos os membros de uma sociedade” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993, p. 16). O povo controla o exercício desse poder, distribuindo-o entre seus pares, garantindo sua legitimidade por meio da igualdade de direitos políticos e na impossibilidade de privação dos mesmos, constituindo uma soberania popular.

A autocracia e a democracia raramente se aplicam de modo fiel à descrição prevista pelos teóricos. Suas singularidades modificam suas práticas. Na democracia, a formação de maiorias e a imposição dos desejos delas sobre os demais, bem como eventuais restrições na participação popular – limitada em alguns casos por fatores, como escolaridade e gênero –, podem se configurar como contrariedades ao exercício do poder. Já na autocracia, regras pontuais podem ajudar, por exemplo, a orientar diretrizes sucessórias (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993, p. 16).

Para Figueiredo e Figueiredo (1993, p. 15), as ditaduras se inspiram no modelo autocrático. Algumas simulam feitos democráticos, como a realização de eleições, a fim de se apresentarem como legítimas, em meio a valores sociais que estimam o voto. Essas eleições se restringem por regras que permeiam limites participativos ao eleitor e ao candidato. Semelhante desdobramento encontra dificuldade em se estabelecer como uma autocracia pura, mas não se enquadra, de modo algum, na democracia (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993, p. 15)

No *Dicionário de Política*, Mario Stoppino (1998, p. 374) descreve uma série de formatos ditatoriais, também com base nas múltiplas experiências operadas no mundo. O autor inverte a lógica de Figueiredo e Figueiredo (1993), classificando a ditadura como o regime maior e a autocracia como uma de suas ramificações, ao lado do absolutismo e da tirania. Sob variados prismas, os pesquisadores buscam categorizar regimes autoritários, baseando-se em suas peculiaridades.

Com a democracia não é diferente. Norberto Bobbio (1998, p. 327), no mesmo dicionário, explora nuances do referido regime, sua origem, influência contextual e desenvolvimento comportamental. Sua amplitude recebe as mais variadas tipologias, que

podem ou não serem compatíveis com outras doutrinas. Além disso, o autor problematiza suas discordâncias com aspectos da democracia, impondo restrições ao regime em sua prática.

Um elemento fundamental para a consolidação dos regimes é o modo como se apresentam as formas e os sistemas de governo. Para Áurea Petersen (1993a, p. 9), formas de governo consistem na “organização do poder estatal de acordo com determinados critérios”, os quais versam sobre ações de ascensão, de exercício de mando e da identificação da figura representativa de um país. Duas são as formas de governo conhecidas e aplicadas nas sociedades: a monarquia e a república.

Paolo Colliva (1998, p. 776) enfatiza que a monarquia advém da centralização de “poderes especialíssimos, exatamente monárquicos”, isto é, estavelmente concentrados nas mãos de uma só pessoa. Essa pessoa é frequentemente designada como rei, governando de fato, como no caso das monarquias absolutistas, ou servindo como chefe de Estado, um representante legítimo da nação frente às demais. “Um conjunto de características de origem histórica e tradicional modela a monarquia nos diversos tempos e nas diversas experiências locais e territoriais” (COLLIVA, 1998, p. 776).

Sobre o monarca, também incide a função de “guardião das tradições culturais e históricas da sociedade”, chefiando a Casa Real, uma família investida da “obrigação moral e política de proteger o país, a nação e o seu povo” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993, p. 17). Até meados do século XVIII e o início do século XIX, a monarquia era comum na Europa. Nesse período, devido a revoluções, vários países aboliram essa forma de governo ou a transformaram, separando a chefia de Estado da chefia de governo.

Mais de quarenta monarquias possuem reconhecimento pela Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo do Reino Unido e da Espanha. A cultura e as particularidades de cada território alteram a nomenclatura dada ao soberano, que pode ser denominado imperador, como ocorria no Brasil no século XIX, ou príncipe, como se dá no Principado de Mônaco, entre outros termos.

A república, no que lhe toca, substitui o monarca pelo presidente como chefe de Estado. Na Suíça, porém, a liderança é exercida por um colegiado, o Conselho Federal. Exceto em situações de regime ditatorial, os líderes republicanos são eleitos pela vontade popular, de maneira direta ou indireta. Nesse último caso, a escolha se faz através de assembleias, segundo Nicola Matteucci (1998, p. 1107).

A eleição direta acontece quando o povo escolhe uma pessoa ou colegiado específicos para as funções administrativas. Já no modo indireto, um grupo, originário, algumas vezes, das escolhas populares, faz sua opção para a delimitação dos encargos. “Nas repúblicas, pelo

menos teoricamente, qualquer cidadão pode tornar-se presidente do país”, sem obrigatoriedade de pertencer a uma família, em particular (PETERSEN, 1993a, p. 9). Tanto na república como na monarquia, faz-se necessária a instalação de um sistema de governo para formalizar quem, de fato, exercerá os postos administrativos inerentes.

Sistemas de governo se definem como um “conjunto de normas e técnicas que regem as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, instituindo uma maior autonomia entre eles ou uma mútua dependência” (PETERSEN, 1993a, p. 9). Com isso, dois estilos se interpõem: o presidencialismo e o parlamentarismo, também conhecido como sistema de gabinete. Enquanto no sistema presidencialista, há nítida distinção entre os poderes supracitados, no sistema de gabinete, as relações são mais estreitas (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993, p. 18).

No presidencialismo, a chefia de Estado e a chefia de governo são exercidas pelo presidente, diferentemente do parlamentarismo, em que o governo passa para as mãos de um primeiro-ministro – também chamado de *premier*. No sistema presidencialista, os papéis são, portanto, unidos, e, no modelo parlamentarista, são separados. O sistema de gabinete é possível tanto na monarquia como na república. Já o presidencialismo é uma prerrogativa da república (VANNUCHI; FREI BETTO, 1993, p. 22). O cargo de presidente, como evidenciado na forma republicana, não é viável em um reino, por mais que o primeiro-ministro possa eventualmente adotar tal nomenclatura para si, como na Espanha.

O sistema de governo presidencialista foi idealizado e implantado pela primeira vez nos Estados Unidos, sendo fruto de discussões que visavam a construção política e jurídica daquele país, no final do século XVIII (PETERSEN, 1993a, p. 10). Desde 1776, foram lançadas as bases para a elaboração de um estilo próprio de governo, contemplando seu contexto diferenciado em relação aos demais territórios do continente americano. A Constituição daquele país, aprovada em 1787, consolidou decisões organizacionais (PETERSEN, 1993a, p. 13).

Já o sistema parlamentarista “não foi idealizado por nenhum cientista político ou jurista, sendo o resultado do longo processo histórico de construção das instituições políticas inglesas” (PETERSEN, 1993a, p. 15), admitindo adaptações, de país para país. Sua organização geralmente prevê que o gabinete de comando seja destituído sempre que perder condições de governabilidade. A exoneração pode ser acionada por uma moção de desconfiança ou de censura, que pode motivar o chamamento de novas eleições a qualquer momento, ambicionando-se um exercício de governo eficaz, ajustado à maioria (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993, p. 48).

Incontáveis características surgem desses conceitos, muito em razão de não haver um paradigma que demarque com fidelidade as peculiaridades dos mesmos. Ressalta-se, igualmente, a multiplicidade que envolve a escolha de cidadãos habilitados à representatividade popular. Nesse caso, o partido político se materializa como a principal entidade presente nos regimes democráticos, congregando cidadãos com ideais ou objetivos semelhantes, dentro das formas e sistemas apresentados (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993, p. 26).

Com relação à natureza do voto, distinguem-se outras configurações: o voto distrital, por exemplo, consiste na eleição de parlamentares, a partir de um limite geográfico, o distrito. Os que defendem o mecanismo destacam a possibilidade de fortalecimento dos partidos políticos, que se tornariam menos numerosos e mais ativos. A virtual proximidade entre o candidato e o eleitor facilitaria a fiscalização do exercício laboral do congressista (BIZ, 1993a, p. 50).

Os críticos do modelo, entretanto, acentuam que o país encontraria dificuldades em oficializar as circunscrições distritais. Além disso, os oponentes entendem que os distritos atrapalhariam os debates nacionais, submetendo-os demasiadamente aos interesses locais. Concomitantemente, haveria menor renovação dos quadros dos partidos e exclusão de minorias, que seriam apartadas do processo eleitoral, pelo poderio econômico do candidato (BIZ, 1993a, p. 50).

De acordo com Osvaldo Biz (1993a, p. 51), o voto distrital usualmente elege representantes sob três maneiras. O voto uninominal limita a eleição a um candidato por distrito, como ocorre na Inglaterra. Já o voto plurinominal autoriza que mais que um postulante conquiste vagas no parlamento, caso do Japão. O voto distrital misto concilia dois tipos de escolha: um candidato pelo distrito e outro através de listas elaboradas pelos partidos, válidas para mais de um território jurisdicionado. Esse último captava sensíveis preferências entre diversos parlamentaristas na Constituinte de 1987-1988 (BIZ, 1993a, p. 51).

O voto proporcional é o que vigora no Brasil. Conforme o nome sugere, nele, consideram-se eleitos os candidatos a deputado que alcançarem certa proporção de votos em seus estados. Em oposição ao voto distrital, entende-se o voto proporcional como mais representativo, ao facultar o funcionamento de mais agremiações partidárias, um ponto político controverso. Em demérito ao modelo, salienta-se o prejuízo ao aspecto sumamente local, dada a proeminência de regiões mais amplas, menos restritas que os distritos (BIZ, 1993a, p. 49). Para pleitos ao Executivo, utiliza-se no país o voto majoritário, no qual, *grosso modo*, o mais votado é o eleito (BIZ, 1993a, p. 48).

No que concerne à história política do Brasil, todas as formas e os sistemas de governo anteriormente descritos já foram aplicados. Diante da emancipação em relação a Portugal, em 1822, o Brasil adotou a forma de governo monárquica, herdada da tradição lusitana. O primeiro soberano foi o português Dom Pedro I, da dinastia de Bragança, a mesma de seu pai, Dom João VI, rei de Portugal. A monarquia se mostrava diferenciada, se comparada a outros países independentes da América, que, desde cedo, tomaram para si a forma republicana.

Dom Pedro I foi o responsável por convocar a primeira Assembleia Constituinte do Brasil. No entanto, ele mesmo a dissolveu, pouco antes da promulgação da Carta Magna. O imperador decidiu revisar, juntamente com dez juristas de sua confiança, em 15 dias, as disposições jurídicas debatidas pelos constituintes, suprimindo o que não lhe era conveniente, impondo uma legislação ao seu gosto pessoal (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p. 234). Por esse motivo, afirma-se que a primeira Constituição brasileira foi aprovada de cima para baixo, ou, em termos jurídicos, outorgada.

Entre os preceitos delineados pelo novo conjunto de leis estava o Poder Moderador, que se somaria aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no exercício de mando. Com isso, as ordens do imperador se imporiam como palavra final sobre qualquer determinação efetuada pelas demais esferas, sem que a vontade do monarca pudesse ser contestada (SILVA 1989, p. 9-10). O autoritário soberano mantinha a prerrogativa de não responder judicialmente por seus atos.

O Poder Moderador era inspirado na proposta do suíço Benjamin Constant⁴, que versava sobre a implantação de cinco poderes: “o real, o executivo, o representativo da continuidade, o representativo da opinião e o poder de julgar, estando este acima dos demais” (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p. 234). Assim, aplicando uma versão muito própria do ideário de Constant, Dom Pedro I garantiu a concentração de seu poder pessoal no tempo em que esteve à frente do Brasil (SILVA, 1989, p. 10). Suas atitudes, porém, não foram unanimidade, passando a ser cada vez menos aceitas pela população.

Desgastado por adversidades e instabilidades, agravadas pela reprovação à sua origem portuguesa, Dom Pedro I abdicou em 7 de abril de 1831, em favor de seu filho, Dom Pedro II, de cinco anos de idade. Devido a isso, foram empregadas as Regências até 1840, período em que diferentes políticos tiveram a oportunidade de governar o Brasil. Inicialmente, o poder era repartido entre três regentes. Doravante 1834, um único regente assumiu a governança (BASILE, 2011, p. 81).

⁴ Henri-Benjamin Constant de Rebecque (1767-1830), pensador e político de origem suíça. Não confundir com Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), militar e professor brasileiro atuante na Proclamação da República.

O período regencial foi uma conturbada fase, onde os governos estabelecidos enfrentaram revoltas, motivadas por demandas das províncias. A constante rotatividade dos mandatários e as dificuldades na organização do país fizeram com que as Regências fossem vistas negativamente por historiadores, por um longo tempo subsequente. Esse pensamento foi sobrepujado por novas investigações históricas, sobretudo após os anos 1970 (BASILE, 2011, p. 55).

Finalmente em 1840, depois de uma manobra política que antecipou sua maioria, Dom Pedro II assumiu o trono, aos 15 anos. Sua juventude e inexperiência serviram para que políticos próximos influenciassem suas decisões nos primeiros anos de governo (WERNET, 1997, p. 77). A partir de 1847, o Brasil passou a contar com o presidente do Conselho de Ministros, cargo análogo ao de um primeiro-ministro. De tal modo, “o imperador deixava de escolher quem ocuparia cada uma das pastas. Designava aquele que iria chefiar o ministério e ele indicava os demais nomes do gabinete” (DOLHNIKOFF, 2017, p. 91).

A experiência de inspiração parlamentarista implantada naquele ano encontrou barreiras na organização política brasileira. Dom Pedro II, na qualidade de imperador, continuou como chefe do Poder Executivo. Além disso, lançou mão de seu “quarto poder”, o Moderador, principalmente para resolver conflitos entre o ministério – em algumas ocasiões, destituído – e a Câmara dos Deputados – por vezes, dissolvida pelo desejo do soberano (SILVA, 1989, p. 10).

Segundo Miriam Dohlnikoff (2017, p. 92), “a Constituição era vaga sobre as condições exigidas para que o imperador exercesse o Poder Moderador”. Destarte, suas medidas eram justificadas em “situações em que estivesse em risco a salvação nacional”, episódios demasiadamente amplos e indeterminados (DOLHNIKOFF, 2017, p. 92). Com o mecanismo, o soberano enfrentava o ônus de suas escolhas, arcando com fortuitos desgastes, mas reafirmava seu poder, diferenciando-se dos monarcas europeus que, àquela altura, salvo raras exceções, se apresentavam apenas como chefes de Estado.

Nos 49 anos em que se manteve na dianteira do país, Dom Pedro II o conduziu entre contradições e heranças sociais indesejadas. A sociedade era hierarquizada e se valia da escravidão, que beneficiava a elite, contrariava parceiros internacionais e expunha seres humanos às vexatórias feições do trabalho compulsório e do tráfico de pessoas. Enquanto a Constituição e a estrutura política se serviam de valores e vocábulos proeminentemente liberais, a questão dos escravos permanecia legalmente silenciada (COSTA, 1999, p. 137).

Sobre isso, percebe-se que o Império “pouco fez para superar o modelo econômico e social que aqui se implantara nos tempos coloniais” (NAPOLITANO, 2017, p. 9). Com a

efervescência de movimentos abolicionistas e insatisfações surgidas após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), a monarquia passou a ser vista, por setores políticos, como antiquada.

Assim, o movimento republicano se tornou uma opção viável em prol da substituição da forma de governo. O grupo, todavia, contava com poucos adeptos – geralmente centralizados nos quartéis e escolas de formação do Exército –, sendo influenciado pelo positivismo. A corrente filosófica, identificada por seu principal representante, o francês Auguste Comte, inspirava a conservação de valores liberais, correlacionando-os com os ideais reformistas, justificando na teoria, uma nova prática de conciliação da ordem e do progresso, com redução dos poderes do Estado (COSTA, 1999, p. 167).

Os republicanos divergiam sobre meios de implantação de suas ideias. Os evolucionistas apoiavam a construção paulatina de uma república, baseada no convencimento popular e na legitimidade das ações, abalizadas em um processo educacional, portanto, evolutivo. A ocasião para a inserção da nova forma de governo seria o falecimento de Dom Pedro II. Em oposição, os revolucionários, corrente minoritária, mas ativa, admitiam quaisquer métodos para a transformação política almejada, defendendo a participação ativa do povo nos encaminhamentos (LEMOS, 2009a, p. 418).

Mesmo sem contar com grande apelo, a República foi proclamada no Brasil em 15 de novembro de 1889, um ano e meio após a assinatura da Lei Áurea, que oficializou a abolição da escravidão no país. O imperador perdeu o trono e foi substituído pelo presidente, sem que severas alterações se dessem entre os demais participantes da política (LEMOS, 2009a, p. 437). Estruturas arcaicas foram mantidas, não havendo um combate efetivo ao modelo social ofertado pelo antigo *status quo* (NAPOLITANO, 2017, p. 8). A república instalada privilegiou o presidencialismo como sistema de governo.

Uma consulta eleitoral, originalmente prometida para versar sobre o novo perfil administrativo, foi inviabilizada pelo decreto 85-A, de 23 de dezembro de 1889. Nele, proibia-se a contestação da república como forma de governo, cerceando-se qualquer esforço oficial monarquista pela restauração da Coroa. Imposta como uma cláusula pétrea, que tradicionalmente não pode ser mudada, nem removida, o dispositivo teve validade no país pelos 99 anos seguintes, permanecendo em todas as Constituições anteriores a de 1988 (SANTOS, 1992a, p. 28-29).

As regras impostas pela nova forma de governo e a aprovação da cláusula pétrea transformaram os apoiadores da monarquia, tecnicamente, em contraventores, subversivos. Grupos que miravam a restauração monárquica foram vítimas de repressão oriunda dos

republicanos, em práticas que envolviam “o exílio, a prisão, o confinamento, a perda de cargos públicos, o empastelamento de jornais, a violação de domicílio, o impedimento do exercício dos direitos políticos, o assassinato” (JANOTTI, 1986, p. 7). Enquanto alguns simpatizantes do antigo estatuto procuravam se adaptar à nova ordem política, outros seguiam suas lutas, por acharem “que a situação era reversível” (JANOTTI, 1986, p. 8).

Diversos membros da sociedade de então se apoiavam na esperança de um retorno de Dom Pedro II ao país. Com o falecimento do antigo imperador, em 1891, os movimentos começaram a arrefecer, embora nunca tenham desaparecido por completo, sendo alguns deles ressignificados sobre outros componentes da antiga realeza, banidos do país pelo decreto 78-A, de 1889. A determinação jurídica dos primórdios republicanos foi revogada em 1920 pelo presidente Epitácio Pessoa, motivado pelos preparativos das festividades do centenário da Independência, previstas para 1922 (BRASIL, 1920).

A Constituição de 1824 perdeu efeito com a Proclamação da República. O marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Brasil, governou inicialmente por decretos. Uma Assembleia Constituinte foi chamada em 1890 e concluiu suas funções meses mais tarde, construindo a primeira Constituição republicana, a segunda brasileira. Promulgada em 24 de fevereiro de 1891, a Carta foi inspirada no modelo jurídico estadunidense, formalizando a instituição da República Federativa liberal, logo evidenciando contradições, como a coexistência entre teorias liberais e “práticas políticas oligárquicas” (RESENDE, 2008, p. 91).

A fórmula republicana brasileira encontrou oscilações, impulsionadas por disputas de poder e liderança. Algumas dessas contendidas abalaram as instituições, com golpes e quebras da normalidade institucional. As oligarquias influentes, com destaque às paulistas e mineiras, dominaram o cenário até 1930, quando personagens dissidentes substituíram os detentores do poder através de uma revolução, que elevou Getúlio Vargas à presidência.

O governo Vargas demonstrou uma série de configurações: de provisório, tornou-se legítimo, por meio de uma nova Constituição, promulgada em 1934. Após, transmutou-se em ditadura, com o Estado Novo e a outorga da Carta de 1937. As leis de 1934 trouxeram inovações, garantindo a manutenção de disposições oriundas da Proclamação da República. Já a legislação de 1937 foi irrelevante em sua aplicação, pelo caráter ditatorial do governo, tendo sido inspirada no modelo jurídico polonês (VAINER, 2010, p. 173).

Com a queda de Vargas, em 1945, uma democracia foi instalada no Brasil. Eurico Gaspar Dutra foi escolhido pelo povo como presidente e governou o país, a partir de 1946. O próprio Getúlio Vargas obteve uma nova oportunidade de comandar o Brasil, entre 1951 e 1954, dentro do jogo democrático. Após seu suicídio, Vargas foi substituído por seu vice,

Café Filho. Em seguida, os parlamentares Carlos Luz e Nereu Ramos também desempenharam a função presidencial. Outros presidentes foram eleitos, como Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros.

Todos os governos citados anteriormente foram devidamente regulados pela Constituição de 1946, produzida por uma nova Assembleia Constituinte e lançada perante a necessidade de readaptação das instituições e da superação da ditadura do Estado Novo. Abandonando apontamentos anteriores, o documento ressaltou novamente características liberais e democráticas, com pontuais conteúdos sociais (SILVA, 1989, p. 20). Nesse contexto, buscou manter a forma republicana e o sistema presidencialista.

O período que se seguiu foi marcado pelo pluripartidarismo. As três principais legendas eleitorais orbitavam em torno da imagem de Getúlio Vargas. A União Democrática Nacional (UDN) congregava os opositores do ex-presidente, sob um viés conservador, enquanto o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se inspiravam no ideário e no legado do político sul-rio-grandense (FICO, 2016, p. 22).

Outras agremiações também atuaram no contexto, a exemplo do Partido Libertador (PL), a segunda versão de um grupo político oriundo do Rio Grande do Sul, operante entre 1928 e 1937. Ao se reorganizar, em 1945, o PL adquiriu amplitude nacional e um caráter antigetulista (TORRES, 2020, p. 37). Um de seus fundadores, o político Raul Pilla⁵, escreveu, entre outras obras, o livro *Catecismo Parlamentarista*, de 1949, em que pormenorizou conhecimentos teóricos sobre o sistema de gabinete, uma bandeira ligada ao partido.

Em sua trajetória política, Raul Pilla “fez do parlamentarismo seu sacerdócio”, pregando o conceito “cotidianamente na tribuna parlamentar ou na imprensa” (SILVA, 1989, p. 21). Com seu ímpeto, o líder do PL convenceu muitos políticos a aderirem à causa, como o então deputado Afonso Arinos⁶ (UDN-MG), que outrora o confrontou em um debate, reproduzido no livro *Presidencialismo ou Parlamentarismo* (1958). Ao propor no Congresso, em 1949, uma emenda em que solicitava a mudança de sistema, Pilla teve seus argumentos refutados por Arinos, relator da comissão que tratava sobre o tema. Em 1957, porém, a UDN adotou a defesa do sistema parlamentarista em sua plataforma (SILVA, 1989, p. 21).

Após a tentativa frustrada de Pilla em favor do parlamentarismo, um novo debate emergiu no Congresso, por iniciativa do Senado, em busca de uma nova legislação a respeito

⁵ Raul Pilla (1892-1973), médico, jornalista, professor e político. Em seu tempo, foi um dos maiores defensores do parlamentarismo na política brasileira. Foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul.

⁶ Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990), jurista e político. Em diferentes momentos, ocupou cargos eletivos, como deputado federal e senador, por Minas Gerais, Distrito Federal, Guanabara e Rio de Janeiro. Eleito senador constituinte em 1986 pelo Rio de Janeiro, exerceu a função até seu falecimento. Foi presidente da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

de crimes de responsabilidade praticados por gestores ou autoridades. A Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 – conhecida como Lei do *Impeachment* – “teve como finalidade traçar as regras que deveriam ser observadas no processo de julgamento desses crimes, traduzindo as exigências constitucionais de ampla defesa e de proteção dos princípios desse texto” (NUNES; DE ROBBIO, 2019, p. 420)

Apesar da previsão jurídica, o cenário político experimentou durante a década de 1950 e no início da década de 1960, momentos de instabilidade que aproximaram o país da ruptura institucional. A crise no governo democrático de Getúlio Vargas culminou no suicídio do mandatário, após uma série de acontecimentos que intensificaram a ação da oposição. Posteriormente, em novembro de 1955, o substituto de Vargas, Café Filho, oficialmente se afastou do poder por motivos de saúde, sendo substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz (FICO, 2016, p. 31-32).

Suspeitava-se que Carlos Luz, opositor declarado do presidente recém-eleito, Juscelino Kubitschek, não permitiria a posse do novo mandatário. O presidente interino se envolveu em uma rápida contenda com militares e foi deposto, sendo substituído, em 11 de novembro de 1955, por Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, como forma de garantir a sucessão. Café Filho, ao ter sua saúde reabilitada, não foi reconduzido ao cargo. Juscelino Kubitschek e seu vice, João Goulart, foram, enfim, empossados em 31 de janeiro de 1956 (MALIN, 2009).

As eleições de outubro de 1960 alçaram Jânio Quadros, um político de rápida ascensão, à presidência e reconduziram João Goulart à vice-presidência. A posse dos dois se deu em 31 de janeiro de 1961. A inesperada renúncia de Quadros ao cargo, em 25 de agosto de 1961, colocou novamente as instituições à prova, expondo suas fragilidades, especialmente no que se referia ao regime de governo democrático. João Goulart, antigo ministro de Vargas, dispunha da prerrogativa legal de substituir Quadros. No entanto, os ministros militares, Odílio Denys, Gabriel Grün Moss e Sylvio Heck, mostraram contrariedade ao fato.

À época da renúncia do titular, o vice-presidente Goulart estava em viagem oficial à China. Em razão da desconfiança dos militares, Jango, como era chamado, foi impedido de retornar ao país. Os ministros alegavam que o vice-presidente era herdeiro político de Getúlio Vargas e representava “o fantasma da república sindicalista e a ameaça comunista” (BATISTELLA, 2016, p. 230). Por isso, defendiam o rompimento da legalidade.

Em desafio à decisão tomada pelos militares, Leonel de Moura Brizola⁷, governador do Rio Grande do Sul, organizou a Campanha da Legalidade, favorável ao retorno e à posse de João Goulart, em atendimento à previsão constitucional. Em virtude do isolamento político dos ministros militares, que não contavam com uma maciça sustentação no Congresso, negociou-se nos bastidores uma solução intermediária para o conflito: a implantação do parlamentarismo (BATISTELLA, 2016, p. 233). O sistema, que havia sido rejeitado no Congresso ao menos três vezes em menos de 15 anos, agora ganhava maior impulso (ESTEVES, 1984, p. 22).

Com a Emenda Constitucional nº 4, conhecida como Ato Adicional, João Goulart se tornou presidente da República, sem contar com os poderes de chefe de governo, desagradando a seus apoiadores e a ele mesmo, bem como a políticos que almejavam a sucessão presidencial. A rigorosa limitação imposta a Jango apresentou ao Brasil uma experiência parlamentarista, criticada por seu caráter emergencial. As imperfeições do modelo implantado foram lamentadas, inclusive, por defensores do sistema de gabinete, como Raul Pilla e outros parlamentares do PL, otimistas sobre correções e ajustes futuros (ESTEVES, 1984, p. 74).

No parlamentarismo de 1961, o presidente da República era o responsável pela nomeação do presidente do Conselho de Ministros, denominação formal do primeiro-ministro. O nome oficial do cargo remetia à experiência imperial. João Goulart ainda conservaria o direito à sanção e à promulgação de leis, à representação do país no estrangeiro, à celebração de tratados e de convenções internacionais, entre outras funções de menor monta (BRASIL, 1961).

Tolhido de boa parte das competências que o mandato originalmente lhe delegaria, Goulart estimulou uma articulação pela ascensão do político mineiro Tancredo Neves, do PSD, a chefe de governo. Jango, dentro dos limites a ele impostos, incentivou a formação de um gabinete suprapartidário, fundamentado pela “conciliação nacional”. Dessa maneira, imaginava que as reformas idealizadas por ele poderiam ganhar, de algum modo, concretude (FERREIRA, 2003, p. 348).

A nova apresentação parlamentarista brasileira contemplaria a aprovação das atividades do presidente da República pelo Conselho de Ministros, que, por sua vez, deveria elaborar um programa de governo, a ser submetido à admissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A moção de desconfiança, que poderia derrubar um gabinete estabelecido,

⁷ Leonel de Moura Brizola (1922-2004), engenheiro civil e político com atuação no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, tendo sido em ambos, governador. Durante o período analisado nesta pesquisa, foi um dos defensores do presidencialismo, juntamente com seu partido, o PDT.

estava prevista na emenda, necessitando do apoio de, no mínimo, 50 deputados para sua vigência, devendo ser discutida em um prazo de cinco dias. A efetivação do recurso dependia da anuência da maioria absoluta dos deputados federais (BRASIL, 1961).

A efemeridade dos mandatos dos primeiros-ministros logo evidenciou as fraquezas da solução parlamentarista, cuja instalação foi avaliada como oportunista e despreparada. Tancredo Neves deixou o governo em junho de 1962, visando sua reeleição parlamentar (FICO, 2016, p. 44). Em seu lugar, Jango indicou o chanceler San Tiago Dantas, do PTB, rejeitado pelos pessedistas e udenistas. Auro de Moura Andrade, sua segunda opção, não foi acolhido pelo movimento sindical, que ameaçou uma greve geral, caso o integrante do PSD, então presidente do Senado, tomasse posse (FERREIRA, 2003, p. 357-358).

Perante a instabilidade, o nome de Francisco de Paula Brochado da Rocha, um jurista e político não muito conhecido nacionalmente, componente do governo estadual de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, foi indicado por Goulart e referendado pelos congressistas. Ao assumir como *premier* em julho de 1962, Brochado da Rocha prometeu antecipar uma consulta popular, planejada inicialmente para 1965, a fim de definir se o parlamentarismo continuaria ou se o presidencialismo seria restaurado. O político alegava impossibilidade de governar em um sistema “legal”, mas não “legítimo” (BENEVIDES, 1993).

Durante seu governo, o Congresso estipulou como data-limite para a realização da votação, o dia 30 de abril de 1963, desagradando a bancada udenista, que “acusava o governo de estar comprometido com os comunistas e não desejava a volta ao presidencialismo” (KORNIS, 2009a). Sob pressões oriundas do recém-criado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e de setores nacionalistas do Exército, Brochado da Rocha propôs a data de 7 de outubro de 1962 para a ocorrência do pleito sobre o sistema. Sem sucesso nessa e em outras solicitações, deixou o cargo em 14 de setembro, retornando para Porto Alegre/RS, onde faleceria dias mais tarde (KORNIS, 2009a).

Após nova manifestação dos sindicalistas, os parlamentares prontamente autorizaram que a votação se desse em 6 de janeiro de 1963, ocasião em que o presidencialismo conquistou uma vitória por vultosa margem (FERREIRA, 2003, p. 362). O poder, que estava sob responsabilidade de Hermes Lima, o terceiro a ocupar o cargo de primeiro-ministro em poucos meses, foi transferido para o presidente João Goulart, conforme a vontade popular expressa pelo “plebiscito”, descontentando militares e udenistas.

Um plebiscito é um expediente consultivo popular, embasado na ação política dos cidadãos. Salienta-se que “as formas plebiscitárias de participação direta resultam de uma decisão dos órgãos representativos ou de um dispositivo legal obrigando a solicitar o

pronunciamento direto da população sobre uma deliberação política” (BALBACHEVSKY; ALBUQUERQUE, 1993, p. 173). Sendo assim, tende a se configurar como algo a ser realizado antes que a lei verse sobre os estatutos.

Destarte, o que ocorreu no Brasil em 1963, segundo Figueiredo e Figueiredo (1993, p. 97) foi, em realidade, um referendo. “A população foi chamada a decidir sobre a permanência ou não de uma lei vigente, o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1993, p. 97). Enquanto no plebiscito, os termos aprovados pelo povo são interpretados em sua natureza consultiva, no referendo, a expressão popular é sancionada imediatamente, sem se recorrer a novos entendimentos posteriores (BALBACHEVSKY; ALBUQUERQUE, 1993, p. 173).

A nomenclatura “plebiscito” para a ação sucedida naquele ano, porém, consolidou-se em seu equivocado uso no contexto e na historiografia. Frente ao êxito de Jango no referendo, o sistema presidencialista voltou a ser exercido, dentro da lei, abandonando-se o parlamentarismo. Entretanto, um ano mais tarde, em 1º de abril de 1964, um golpe destituiria o presidente legitimamente eleito e instalaria uma ditadura militar, que editaria, em 1967, outra Constituição, a quinta da República e a sexta da história brasileira.

A Carta de 1967 passou a valer a partir da posse do marechal Arthur da Costa e Silva como presidente, em 15 de março daquele ano, após ser oficializada em 24 de janeiro, substituindo a legislação democrática de 1946, a qual havia sido constantemente alterada pelos militares em atos institucionais (AI) e outras medidas imperativas do comando que se apresentava. Desenvolvido no governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco, o conjunto de leis procurava dissimular legalidade à ditadura militar (BATISTELLA, 2020, p. 378).

Dois anos depois, inconstâncias administrativas fizeram com que a redação do documento fosse descartada. Em agosto de 1969, Costa e Silva foi acometido de uma enfermidade, tornando-se incapacitado para permanecer na dianteira do país. Desse modo, seu vice, o civil Pedro Aleixo, deveria substituí-lo, o que não aconteceu. Os ministros militares, Augusto Rademaker, Aurélio de Lyra Tavares e Márcio de Sousa e Mello, não aceitaram a letra da legislação, impondo uma nova disposição.

O Ato Institucional nº 12 (AI-12), publicado em 1º de setembro de 1969, elevou à presidência uma Junta Governativa, composta pelos próprios ministros militares, que suplantaram Aleixo, abrindo espaço para um possível retorno de Costa e Silva. Semanas depois, em 14 de outubro de 1969, constatando que o marechal não teria mais condições de exercer as funções presidenciais, o Ato Institucional nº 16 (AI-16) declarou vagos os cargos

de presidente da República e vice (KORNIS, 2009b). Assim, o general Emílio Garrastazu Médici foi elevado à presidência, permanecendo nela até 1974.

Na vigência da Junta Governativa, a Constituição foi reeditada pela Emenda Constitucional nº 1, intensificando a presença militar no poder. As mudanças foram tantas que a imprensa – a saber, *Manchete* e *Veja* – delegou à emenda o caráter de uma nova Carta. Com o fortalecimento da ditadura militar, na segunda metade da década de 1960, a possibilidade de escolher o presidente da República de maneira direta seguia cada vez mais remota. Ideais democráticos continuavam apartados do debate oficial. Democracia, eleições diretas e novas leis se tornaram os principais anseios dos políticos opositores às arbitrariedades do regime ditatorial.

1.2 Democracia, eleições diretas e Assembleia Constituinte: três anseios políticos

Durante a ditadura militar, diversos políticos e cidadãos ofereceram resistências contra os atos dos governantes. Muitos deles tiveram seus direitos políticos cassados ou precisaram partir para o exílio. Outros foram presos, torturados ou mortos pelo regime que não admitia o contraditório. Entre os que ficaram e puderam exercer alguma liderança em cargos públicos, as principais motivações para o debate eram a reivindicação da restauração do voto direto para presidente da República, com o retorno da democracia, amparada por um novo conjunto de leis.

Conforme Maria Helena Versiani (2014, p. 212), a primeira manifestação pública favorável à instalação de uma Constituinte, após a imposição da Emenda de 1969, datou de julho de 1971, quando o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura militar, promoveu, em Recife/PE, o II Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira. Todavia, a proeminência, dentro da agremiação, de políticos que queriam evitar entrechoques com os militares detentores do poder relegou a pauta a segundo plano até 1977 (BATISTELLA, 2019, p. 174).

A imposição do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 27 de outubro de 1965, fez com que os antigos partidos políticos do período democrático fossem dissolvidos. Com isso, duas novas agremiações foram organizadas e tiveram autorização para operar no Brasil: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que congregou os apoiadores da ditadura militar, e o MDB, voltado à reunião de opositores. “Como a ditadura pretendia implantar um simulacro de democracia, não cairia bem proibir a existência de partidos políticos e nem adotar o modelo

de partido único” (BATISTELLA, 2020, p. 366-367). O bipartidarismo se manteve por quase 14 anos, sendo extinto no final de 1979.

Outros abusos contra as liberdades individuais e coletivas foram realizados pelas lideranças militares, através de mecanismos, como o Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, que suspendeu o direito ao *habeas corpus*, impôs censura prévia a espetáculos e produtos artísticos e fechou o Congresso por um período, entre outras disposições próprias da repressão (FICO, 2016, p. 71). O AI-5 foi revogado oficialmente em outubro de 1978, pela Emenda Constitucional nº 11.

As eleições presidenciais ocorridas durante a ditadura militar eram de caráter indireto. O povo não era chamado às urnas para optar pelo candidato que mais lhe agradasse. A tarefa de escolher o presidente ficou, inicialmente, a cargo dos deputados federais e senadores, a maioria deles membros da ARENA. Nas eleições de 1966 e 1969, que elevaram, respectivamente, Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici à presidência, os referidos militares foram os únicos postulantes. No período, o MDB, com menor número de congressistas, estava fragilizado por arbitrárias cassações de mandatos, não oferecendo uma concreta resistência às escolhas arenistas (BATISTELLA, 2020, p. 385). Isso, contudo, mudou no pleito de 1974.

A eleição indireta de 15 de janeiro de 1974 contou com dois candidatos: o general Ernesto Geisel, arenista, e o deputado federal do MDB eleito por São Paulo, Ulysses Guimarães⁸. A decisão de Guimarães em registrar sua aspiração ao cargo ficou conhecida como anticandidatura, por sua crítica contundente à ditadura e pelo simbolismo que envolvia a ação. Para Ulysses e seu vice, Barbosa Lima Sobrinho, não havia qualquer chance de vitória, em razão da desvantagem numérica do partido, que possuía somente sete senadores e 87 deputados federais. A fórmula elaborada pelos militares para a escolha do presidente assegurava a manutenção do poder nas mãos de quem detivesse a maioria dos componentes do Congresso (FICO, 2016, p. 91).

Guimarães manteve seu nome para análise de seus pares, apesar das opiniões contrárias de correligionários que não entendiam sua atitude. O político viajou pelo Brasil “denunciando a ditadura e criando fatos políticos, ajudando a mobilizar a oposição” (FICO, 2016, p. 92). Como já era esperado, Ulysses fez apenas 76 votos, insuficientes perto dos 400 de Geisel. Entretanto, sua estratégia produziu resultados, uma vez que o MDB aumentou sua

⁸ Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992), advogado e político, usufruiu de onze mandatos como deputado federal. Inicialmente apoiador do golpe militar de 1964, passou para a oposição, filiando-se ao MDB, sendo notabilizado por atitudes contrárias à ditadura. Foi presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). A partir de 1990, tornou pública sua adesão ao conjunto de ideias parlamentarista. Desapareceu em um acidente aéreo, em 1992, tornando-se postumamente um ícone da Frente Parlamentarista, em 1993.

bancada nas eleições parlamentares de novembro de 1974, elegendo 22 senadores e 161 deputados federais, fortalecendo-se (FICO, 2016, p. 92).

Na ditadura militar apresentada no Brasil, além da delimitação do mandato, existia rotatividade no poder, uma vez que, a cada cinco anos, deveria haver a escolha de um novo general-presidente, por mecanismos indiretos e orientados. Diferentemente do Estado Novo, de Getúlio Vargas, “o regime implantado em 1964 não foi uma ditadura pessoal” (FAUSTO, 2015, p. 283). Tudo isso para manter “uma aparência de normalidade democrática” na política nacional (FICO, 2016, p. 91).

Em seus discursos, o general Ernesto Geisel afirmava que promoveria no Brasil uma abertura “lenta, gradual e segura”, objetivando, na verdade, uma limitada e controlada liberação da política nacional. Com isso, os detentores do poder pretendiam evitar uma pronta ascensão da oposição, buscando consolidar um regime conservador, que protegeria os militares diretamente envolvidos com a ditadura de eventuais responsabilizações ao final do processo (BATISTELLA, 2019, p. 279).

Insatisfeito com o êxito emedebista em 1974, Geisel e seu ministro da Justiça, Armando Falcão, desenvolveram novas restrições, mudando mais uma vez as regras eleitorais, observando, primeiramente, o pleito municipal de 1976. A Lei Falcão, de julho daquele ano, proibiu posicionamentos de candidatos nos meios de comunicação eletrônicos, “esvaziando a campanha eleitoral no rádio e na televisão, transformando-a em um modorrento e inócuo desfile de currículos e fotografias” (BATISTELLA, 2020, p. 395). A norma jurídica permaneceu até o final da ditadura.

A severa oposição de Geisel contra o MDB gerou outros efeitos na política nacional. O general-presidente se utilizou do AI-5 para cassar mandatos legislativos federais de emedebistas em 1976 (BATISTELLA, 2019, p. 276). Em 1977, fechou o Congresso por 15 dias, devido à não obtenção de quórum para um projeto de reformas. Subsequentemente, instalou o Pacote de Abril, derrubando exigências em trâmites de projetos de emendas constitucionais no Parlamento e instituindo a eleição indireta para um terço do Senado (KINZO, 1988, p. 182-183).

O ato garantiu ao partido governista, um ano mais tarde, a eleição indireta de 21 “senadores biônicos”. Além disso, as mudanças impostas pelo Pacote de Abril bloquearam a chance de o MDB eleger cinco governadores em 1978. A Lei Falcão foi expandida para outras corridas eleitorais e o mandato presidencial passou de cinco para seis anos de duração, a partir do governo seguinte. O regime ditatorial evidenciou, em suas atitudes, os limites aceitáveis por ele para uma oposição (BATISTELLA, 2019, p. 239).

Em resposta às imposições governamentais, o MDB intensificou sua solicitação por uma nova Constituinte. Entretanto, a dificuldade em implementar uma campanha pública em prol da causa fez o tópico perder impulso. “Assim, no final de 1977, a campanha pela Constituinte já havia morrido, tornando-se apenas mais um item na agenda do partido” (BATISTELLA, 2020, p. 397).

A morosa “reabertura” prometida por Geisel, potencialmente restrita pelas ações garantidoras do regime, ganhou um novo episódio em 1979, já no governo do general João Figueiredo. A lei nº 6.683, sancionada em 28 de agosto daquele ano, concedeu restrito perdão aos crimes políticos cometidos durante a ditadura (BRASIL, 1979). A legislação imposta não apenas parcialmente indultava os opositores, como facultava a impunidade dos militares envolvidos na repressão (BATISTELLA, 2019, p. 279). Conhecida como Lei da Anistia, a configuração jurídica permitiu o retorno de políticos exilados para o país, algo visto como um meio de fragmentar a oposição.

Isso porque em novembro de 1979, os partidos ARENA e MDB foram dissolvidos, com a aprovação de uma reforma político-partidária. Novos partidos puderam ser criados e oficializados por políticos que retornavam ao país, como Leonel Brizola, ou por membros da sociedade civil, como o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva⁹. Enquanto a oposição partia para caminhos diferenciados, a situação se transferia para o recém-formado Partido Democrático Social (PDS) que, em sua existência, herdou da ARENA a característica de apoiador da ditadura (FICO, 2016, p. 104).

Em 1982, outro jogo manobrado pelo governo visou enfraquecer os oponentes do regime. O voto para governador voltou a ser direto, mas o eleitor deveria escolher candidatos de uma mesma agremiação partidária, para todos os cargos em disputa – a saber, governador, senador, deputado federal e deputado estadual. Do contrário, anularia o voto. Como resultado, o PDS manteve sua bancada. A soma dos opositores, contudo, praticamente se equiparou à vantagem da sigla governista.

A iminência do desgaste da ditadura e as transformações na política motivaram a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 5, de 2 de março de 1983. Popularmente denominada como Emenda Dante de Oliveira, nome de seu autor, então deputado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de Mato Grosso, a PEC buscava alterar dois artigos da Constituição de 1967 para restabelecer a eleição direta para presidente da República.

⁹ Luiz Inácio Lula da Silva, metalúrgico, líder sindical e político, nascido em 1945, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Deputado federal constituinte na Assembleia de 1987-1988, participou da Comissão de Sistematização. Eleito presidente da República em 2002, exerceu a função por dois mandatos.

A ideia recebeu adesão de partidos políticos e entidades sindicais, congregadas em um movimento civil suprapartidário que ficou conhecido como Diretas Já. Aos poucos, a mobilização se projetou. A PEC foi votada na Câmara dos Deputados na madrugada de 26 de abril de 1984 e, apesar da pressão popular, foi rejeitada. Na sessão, eram necessários 320 votos para a aprovação. A emenda angariou apenas 298 adesões, frente a 65 votos contrários, três abstenções e 113 ausências (DUARTE, 2017, p. 45).

Paralelamente à tramitação da Emenda Dante de Oliveira, o governo autorizou o desenvolvimento de outra discussão. Embasada pela PEC nº 17, de 1983, chamada de Emenda Herbert Levy – seu proponente, um deputado pedessista –, uma comissão mista foi montada naquele ano, sob relatoria do senador Jorge Bornhausen¹⁰ (PDS-SC). Nela, buscou-se um entendimento sobre a introdução de um sistema parlamentarista misto no Brasil. A oposição viu a ideia com reservas, estando mais interessada nas Diretas Já (FERNANDES, 1983, p. 6). A nova reivindicação parlamentarista permaneceu no campo das ideias, sem evoluir ao apelo popular, perdendo força com o fim da ditadura, sendo arquivada em 1987.

O movimento das Diretas Já revelou publicamente a vontade da população de escolher o presidente da República, direito que lhe era negado. Com o insucesso da campanha, algumas siglas, a exemplo do Partido dos Trabalhadores (PT), optaram por se abster, como meio de protesto, da eleição indireta promovida em 15 de janeiro de 1985. Outros, porém, decidiram formalizar uma oposição ao regime que não fosse completamente desagradável aos militares.

Na ocasião, o PDS ofereceu os nomes de Paulo Maluf¹¹ para presidente, e Flávio Portela Marcílio – então presidente da Câmara dos Deputados – para vice. João Figueiredo não conseguiu escolher seu sucessor, uma vez que o antigo governador de São Paulo se impôs como aspirante ao cargo presidencial em uma convenção nacional do partido (FICO, 2016, p. 107). A candidatura de Maluf contrariava setores do PDS, que preferiam ver como candidato, o sul-rio-grandense Mário Andreazza.

Na oposição, o nome de Tancredo Neves (PMDB-MG) ganhou projeção para o cargo de presidente, com José Sarney (PMDB-MA), como vice. Sarney, até pouco tempo antes, era líder do PDS. Por desacordos com os rumos do partido, passou a integrar o PMDB, compondo a chapa apoiada pela dissidência Frente Liberal (FL), composta de outros pedessistas

¹⁰ Jorge Konder Bornhausen, advogado, empresário e político com atuação em Santa Catarina. Nascido em 1937, apoiou a ditadura militar de 1964. Em 1985, deixou o PDS e passou para o PFL, tornando-se ministro da Educação no governo Sarney. Durante o governo Collor, foi secretário de governo, em 1992. Também atuou na política local de seu domicílio eleitoral, em cargos do Poder Executivo.

¹¹ Paulo Salim Maluf, empresário, engenheiro e político, nascido em 1931. Ocupou cargos eletivos, como deputado federal, governador de São Paulo (1979-1982) e prefeito de São Paulo/SP (1993-1997). Apoiou a ditadura militar, exercendo liderança na ARENA e nos partidos que a sucederam.

insatisfeitos que, ainda em 1985, se agremiariam no Partido da Frente Liberal (PFL)¹². A coligação entre PMDB e FL/PFL seria conhecida como Aliança Democrática (MAGALHÃES, 2009).

Com o voto de antigos oponentes, Tancredo Neves foi eleito. Entretanto, inesperadamente, ele foi acometido de uma rápida enfermidade, falecendo em 21 de abril de 1985, não chegando a tomar posse. José Sarney foi empossado como vice em 15 de março de 1985, tornando-se oficialmente presidente após a morte do titular (FERREIRA, 2018, p. 35). O antigo apoiador da ditadura era agora o responsável pela reconfiguração do país dentro de um regime democrático.

Segundo o historiador Jorge Ferreira (2018, p. 40), enquanto Tancredo estava vivo, Sarney “parecia figura decorativa” no poder. Desse modo, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), o presidente da Câmara dos Deputados, converteu-se em uma espécie de “regente da República”, deliberando decisões juntamente com os ministros, comunicando posteriormente Sarney das medidas tomadas (FERREIRA, 2018, p. 40). O relacionamento entre Guimarães e Sarney se manteria obtuso durante todo o mandato do antigo pedessista maranhense.

A reconquista de aspectos democráticos e as aspirações pela restauração da eleição direta para presidente continuavam se apresentando como temas sensíveis na política brasileira. Originalmente vice-presidente, eleito pelos mesmos mecanismos que regeram a escolha de seus antecessores militares, Sarney se elevou ao cargo na ausência do titular, responsabilizando-se pela concretização de meios para a efetivação das modificações políticas, jurídicas e sociais solicitadas pelo povo.

Uma de suas primeiras ações no governo foi a apresentação da Emenda Constitucional nº 26, de 1985. Uma vez aprovada, a proposta asseguraria a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte (BIZ, 1993b, p. 66). De certa maneira, Sarney cumpriria a promessa de Tancredo – que, em vida, defendeu o chamamento imediato da Assembleia – e atenderia aos anseios de movimentos nascidos na sociedade brasileira – os quais clamavam pela plena superação da ditadura militar e por aquisição de direitos (FERREIRA, 2018, p. 43).

O planejamento em relação aos trabalhos encontrou, previamente, dois pontos polêmicos. O primeiro deles provinha de sua futura organização, pois atuariam na referida Assembleia, 487 deputados federais e 49 senadores, a serem eleitos em 1986, e os 23 senadores eleitos em 1982. “Contra essa proposta, vários segmentos sociais defendiam a formação de uma Assembleia Constituinte exclusiva, formada por membros eleitos para o fim

¹² O PFL passou a se denominar Democratas em 2007.

específico de elaborar a Constituição” (VERSIANI, 2014, p. 220). A determinação, no entanto, perdurou na execução dos debates.

A segunda controvérsia acabou não se sustentando. José Sarney convocou, em 18 de julho de 1985, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CEC) (FERREIRA, 2018, p. 43). O grupo ficou encarregado do planejamento de um anteprojeto constitucional, que seria aproveitado pela Constituinte nas definições da nova Carta. Conforme Jorge Ferreira (2018, p. 44), “apesar do prestígio intelectual e político dos nomes da Comissão”, a atitude negava o “longo movimento de lutas democráticas”, pois uma equipe escolhida por Sarney entre “homens notáveis” indicaria as pautas da Assembleia, sob uma “tradição elitista”.

Mesmo trabalhando na questão por mais de um ano, a CEC, que ficou popularmente conhecida pelo nome de seu presidente, Afonso Arinos, teve seu esboço descartado por José Sarney, que optou por não enviar o texto para a Câmara, antevendo a reprovação do mesmo (COMISSÃO..., 2008). Alguns dos nomes que compuseram a Comissão Afonso Arinos foram Barbosa Lima Sobrinho, Bolívar Lamounier¹³ e Paulo Brossard¹⁴, pessoas que, de alguma forma, se relacionavam com o panorama político e jurídico do país (FERREIRA, 2018, p. 44).

Uma eleição aconteceu em 15 de novembro de 1986, para escolha de deputados, senadores e governadores. Seus resultados refletiram o acolhimento popular ante às primeiras implicações do Plano Cruzado, uma medida econômica de estabilização monetária e controle da inflação, agenciada por Sarney e Dílson Funaro, seu ministro da Fazenda. O planejamento, que logo após a eleição se mostrou um fracasso, influenciou sobre a ampla vitória do PMDB, que conquistou 22 dos 23 governos estaduais em jogo¹⁵ e a maioria das cadeiras na Constituinte (FICO, 2016, p. 113).

Eleitos, os novos congressistas começaram a expor suas inquietações para a Constituinte. Entre elas, estava a preferência pela mudança no sistema de governo brasileiro. Para certos deputados e senadores que elaborariam a nova Carta, o parlamentarismo era o modelo mais adequado para o desenvolvimento do país. Em contrariedade, grupos políticos que também se fariam presentes na Assembleia reiteravam suas opiniões em favor da manutenção do presidencialismo, lembrando os recentes engajamentos por eleições diretas presidenciais.

¹³ Bolívar Lamounier, sociólogo e cientista político, nascido em 1943, autor de diversos trabalhos acadêmicos ligados à área política. Defensor do parlamentarismo como sistema de governo.

¹⁴ Paulo Brossard de Sousa Pinto (1924-2015), jurista e político. Antes da ditadura militar, foi membro do Partido Libertador (PL), defendendo o parlamentarismo. Exerceu cargos legislativos representando o Rio Grande do Sul. Ministro da Justiça no governo José Sarney, filiado ao PMDB, passou a integrar o Supremo Tribunal Federal (STF) em 1989, por indicação do presidente. Presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre junho de 1992 e maio de 1993, responsabilizando-se pela organização do Plebiscito.

¹⁵ O único governador não-pemedebista eleito em 1986 foi Antônio Carlos Valadares, de Sergipe, filiado ao PFL.

Poucos meses antes, o documento produzido pela Comissão Afonso Arinos previu a divisão de poderes entre o presidente da República, o vice e o presidente do Conselho de Ministros, em ação livremente inspirada na experiência de 1961-1963. A proposta contemplaria todos os ritos comuns ao parlamentarismo, tais como a aplicabilidade da moção de censura. Apesar do descarte do projeto, o próprio Afonso Arinos, eleito senador pelo PFL, seria um dos constituintes a defender o sistema de gabinete, a partir de 1987.

Após sua instalação, a Constituinte se ocupou de sua organização interna, promovendo a eleição para a mesa diretora e a formalização de um regimento, fator que encontrou uma complexidade inesperada, por conflitos latentes (LIMA E OUTROS, 2013, p. 6). A Resolução nº 2, de 1987, que originou o conjunto de normas, foi sancionada em 24 de março. Os trabalhos gerais foram divididos em oito comissões temáticas, cada uma com três subcomissões – que totalizariam, portanto, 24 ambientes de debates (BIZ, 1993b, p. 67).

A disputa ideológica sobre o modelo administrativo nacional emergiu da terceira equipe, que compunha a Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo, subdividida em três eixos: do Poder Legislativo; do Poder Executivo; e do Poder Judiciário e do Ministério Público. Tudo o que viesse a ser aprovado pelos grupos seria recolhido e sintetizado pela Comissão de Sistematização, que reunia 93 parlamentares, responsáveis pela redação do documento (BIZ, 1993b, p. 67).

Depois dessa distribuição de funções entre os congressistas, os debates sobre o modelo governamental avançaram sob duas vertentes: a luta pela transformação dos sistemas de governo, substancialmente mais representativa, e a ação pela instauração da forma de governo monárquica, quase 100 anos depois de sua extinção no país. As contendas e suas consequências serão abordadas nos próximos capítulos deste trabalho, que contará com a análise do contexto, por meio dos semanários *Manchete* e *Veja*, apresentados a seguir.

1.3 Revistas semanais de informação: *Manchete* e *Veja* no contexto da pesquisa

Conforme já salientado na introdução, o uso de produtos de comunicação social na pesquisa histórica possui desenvolvimento tardio, em virtude de influências paradigmáticas. Na atualidade, porém, é maior o reconhecimento de que a imprensa, por suas atividades, se constitui em “um agente da história, considerando que foi e continua sendo através dela que se registraram e registram fenômenos e acontecimentos, hoje chamados de notícia, em diferentes contextos históricos” (ZANONI, 2015, p. 21).

Por isso, este trabalho elegeu dois tradicionais veículos da imprensa brasileira para a investigação analítica – mais especificamente duas revistas semanais: *Manchete* e *Veja*. Ana

Luiza Martins (2008, p. 45) aponta que o primeiro uso da palavra revista para designar uma publicação se deu na Inglaterra, no início do século XVIII. No entanto, a versão mais antiga, pré-determinada no modelo, surgiu na Alemanha, em 1663, denominando-se, em tradução livre, *Edificantes Discussões Mensais* (NASCIMENTO, 2015, p. 14).

A atuação da imprensa no Brasil se iniciou oficialmente com a vinda da família real portuguesa ao país, em 1808. A partir de então, concebeu-se um ofício mais contundente em relação à edição de informações, uma vez que, antes desse período, a colônia do Brasil não estava autorizada a imprimir periódicos (MESGRAVIS, 2017, p. 155). A primeira experiência de revista no Brasil, *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, datada de 1812, se assemelhava a um livro, obedecendo tendência observada na época (BAPTISTA; ABREU, 2010, p. 2).

Sobre o surgimento e a evolução do formato característico das revistas, Greyce Falcão do Nascimento (2015, p. 14) ressalta que elas tinham inicialmente “a premissa de abordar temas ligados à educação e ao entretenimento”. “Anos depois, passaram a trabalhar com o aprofundamento dos assuntos, a segmentação dos temas, a prestação de serviços e a interpretação dos acontecimentos” (NASCIMENTO, 2015, p. 14). Inspirações internacionais e interesses específicos do público-alvo ensejaram outras mudanças porvindouras. No início do século XX, um grande número de títulos surgiu no cenário brasileiro.

O lançamento de *O Cruzeiro*, pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, em 1928, ressignificou o formato no Brasil, dotando novos sentidos à fotografia e à reportagem (LUCA, 2008, p. 121). O padrão estabelecido pela revista, similar ao de periódicos estadunidenses como *Life*, significou uma guinada no setor. O texto conciso e diversificado e o destaque às imagens e às fotografias ajudaram *O Cruzeiro* a se consolidar e a dominar o mercado editorial, tornando-se referência dos pontos de vista gráfico, literário e jornalístico (MOURA, 2011, p. 34).

Seguindo essa disposição, o empresário ucraniano Adolpho Bloch¹⁶, residente no Brasil desde 1922, empregou sua experiência no ramo gráfico para conceber, em 1952, em parceria com sua esposa, Lucy Mendes Bloch, seu primo, Pedro Bloch¹⁷, e o jornalista Henrique Pongetti, a revista *Manchete*. A fundação do semanário foi possível um ano após o presidente Getúlio Vargas autorizar facilidades para a importação de equipamentos gráficos, visando a modernização do país (NASCIMENTO, 2015, p. 28).

¹⁶ Adolpho Bloch (1908-1995), nascido Avram Yossievitch Bloch, empresário do ramo gráfico, natural do Império Russo, em território da atual Ucrânia. À frente da Bloch Editores, posteriormente expandiu seus negócios comunicacionais, atuando em rádio e televisão. Foi casado duas vezes, sendo a primeira delas com Lucy Vaz Dias Mendes (1909-2009), entusiasta da área do turismo no Brasil.

¹⁷ Pedro Bloch (1914-2004), escritor, jornalista e médico, desenvolveu vasta obra literária e atuação jornalística.

O nome da nova publicação, sediada no Rio de Janeiro, foi criado por Pedro Bloch, que se inspirou no título de *Paris Match*, hebdomadário francês fundado em 1949, do qual *Manchete* captou semelhanças editoriais (GONÇALVES; MUGGIATI, 2008, p. 22). Uma palavra semelhante da língua francesa, “*manchette*”, foi escolhida para designar o periódico. De acordo o texto de apresentação da primeira edição, datada de 26 de abril de 1952¹⁸, o vocábulo não tinha sido apropriado pela língua portuguesa, apesar de seu uso frequente, razão pela qual os fundadores se sentiram no direito de aporuguesar a grafia, dispensando-a “de carregar um t redundante que a fonética eliminou” (A DIREÇÃO, 26 abr. 1952, p. 3).

Embora o termo significasse usualmente, naquele idioma, “punhos de renda” e “manga postiça”, era em seu segundo significado que ganhava o sentido adequado: “primeiro plano”, “cabeçalho”, “valorização visual dos assuntos pela escolha do tamanho e da família dos tipos”. A primeira capa estampou uma foto da bailarina Inês Litowsky, posando diante de uma carruagem. “*Manchete* nasce no momento exato em que nos consideramos aparelhados para entregar ao Brasil uma revista de atualidades, correta e modernamente impressa”, enfatiza o prólogo (A DIREÇÃO, 26 abr. 1952, p. 3).

A despeito dos pesados investimentos, *Manchete* enfrentou dificuldades em seus primeiros meses para se estabilizar frente à concorrência. *O Cruzeiro* era um sucesso incontestável. Nem um time de escritores renomados era capaz de atrair novos patrocinadores para as páginas do semanário carioca. Após 17 edições, Adolpho Bloch tentou vender o periódico, que estava à beira da falência, para outros empresários, como Roberto Marinho e Samuel Wainer, sem êxito (NASCIMENTO, 2015, p. 30).

Diante do infortúnio, Adolpho Bloch contratou um novo editor, Hélio Fernandes, com passagem anterior pela concorrente *O Cruzeiro*. Com a liderança do jornalista, que assumiu o semanário a partir de seu número 24, de 4 de outubro de 1952, *Manchete* recebeu novos elementos, com “matérias de duas ou três folhas vibrantes, grandes fotos e textos de alta qualidade discursiva e cunho muitas vezes sensacionalista” (BLOCH, 2008, p. 176). A contribuição de Fernandes tornou *Manchete* competitiva em vendas.

O estilo do editor, no entanto, desagradava a Adolpho Bloch, principalmente pela abordagem de tópicos polêmicos, que englobavam a editoria política. Hélio Fernandes deixou a revista em novembro de 1953, sendo substituído por Nelson Appel de Quadros. O entretenimento passou a ser prioritário em *Manchete*, que ainda contava com problemas

¹⁸ Gonçalves e Muggiati (2008, p. 26) contam que a revista era finalizada nas noites de segunda-feira, impressa nas primeiras horas da terça-feira e levada para as bancas do Rio de Janeiro e de São Paulo na quarta-feira anterior ao sábado datado na capa. Em locais mais distantes, porém, o semanário costumava chegar com atraso, visto que era transportado por via rodoviária. Em situações excepcionais, a rotina poderia ser alterada, com uma rápida produção de conteúdos extras durante a terça-feira.

internos, inclusive no aspecto gráfico, originalmente um de seus diferenciais (NASCIMENTO, 2015, p. 31).

Enquanto *Manchete* aperfeiçoava sua apresentação em 1956, com a aquisição de novos equipamentos de impressão, *O Cruzeiro* começava a declinar, perante divergências internas entre seus jornalistas. Alguns deles, insatisfeitos, deixaram os Diários Associados e se transferiram para a Bloch Editores, após 1958 (NASCIMENTO, 2015, p. 31). A revista fundada por Assis Chateaubriand foi extinta em 1975.

As coberturas sobre política nunca foram totalmente abandonadas por *Manchete*. A partir de seu número 248, de 19 de janeiro de 1957, o semanário passou a editar a seção “Posto de Escuta”, com curtas “notícias de bastidores” sobre acontecimentos de relevância (SIROTSKY, 19 jan. 1957, p. 73), centrados, principalmente, na política nacional. Publicado, entre idas e vindas, na maioria dos anos seguintes, o espaço, primeiramente, não contou com a assinatura de nenhum jornalista, sendo creditado mais tarde ao principal repórter da editoria de política da revista, Murilo Melo Filho¹⁹.

Academicamente, *Manchete* encontrou diversas críticas à sua atuação junto ao poder estabelecido. Durante o governo Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961, por exemplo, distinguiu-se pela visão afirmativa que moldou sobre o presidente. Da mesma maneira, firmou posicionamento favorável à instalação da ditadura militar em 1964. Sobre isso, Gesner Duarte Pádua (2013, p. 217) salienta que a revista “empenhou explicitamente seu apoio ao regime militar desde o princípio e assim o manteve até o final, reproduzindo a ideia de um Brasil grande que necessitava do autoritarismo para se desenvolver”.

Sua maleabilidade é evidenciada pela adesão, em diferentes tempos, à política situacionista, independentemente da vertente ideológica. Concomitantemente, *Manchete* foi influenciada pelas amizades pessoais de Adolpho Bloch, nem sempre convergentes ao *status quo*. No panorama internacional, marcava posição firme contrária à União Soviética e aos governos de inspiração comunista (SIQUEIRA; MURILO, 2009). Entretanto, o periódico recebia elogios pela repercussão de temas científicos e tecnológicos, especialmente àqueles ligados à ecologia (NASCIMENTO, 2015, p. 31).

Seu grupo editorial se expandiu e a publicação ganhou paulatinamente a companhia de novos produtos, como *Amiga*, *Desfile*, *Fatos e Fotos* e *Geográfica Universal*, além das coirmãs *Manchete Esportiva* e *Manchete Rural*, editadas em diferentes momentos. Posteriormente, a Bloch Editores deteve concessões de rádio e televisão, ampliando seus

¹⁹ Murilo Melo Filho (1928-2020), jornalista, escritor e advogado, atuou por mais de 40 anos na Bloch Editores, inclusive em cargos de direção. Membro da Academia Brasileira de Letras, ocupou a cadeira nº 20.

negócios, sempre com a instabilidade administrativa que lhe era peculiar e que culminou com o desaparecimento do grupo, em 2000 (RAZZÉ, 2008, p. 418).

Mesmo após o decreto de falência do conglomerado jornalístico, *Manchete* seguiu sendo editada sem a mesma periodicidade por um curto espaço de tempo sob a chancela de Massa Falida da Bloch Editores ou Nova Bloch, uma cooperativa formada por ex-funcionários da empresa, sediada em São Paulo (RAZZÉ, 2008, p. 419). Por fim, a revista, assim como outros títulos da empresa, foi arrematada pelo empresário sul-rio-grandense Marcos Dvoskin, em 2002, passando a focar em edições especiais, mormente direcionadas à cobertura do Carnaval, até 2007, ano de sua definitiva descontinuação.

Sobre *Manchete*, sinaliza-se que, entre 1987 e 1993, ela contava com a colaboração de uma extensa equipe de profissionais. Roberto Muggiati exercia o cargo de diretor-editor, liderando as atividades da revista oficialmente entre 1985 e 1999 – desde 1975, ele era um dos diretores-executivos. Grande parte dos destaques do setor político era creditada a Murilo Melo Filho, supracitado, em reportagens ou em sua seção “Posto de Escuta”²⁰. O jornalista acumulava, no período, a função de diretor-responsável da Bloch Editores.

No recorte temporal analisado, atuavam na redação também, José Esmeraldo Gonçalves, Carlos Heitor Cony e Zevi Ghivelder. Os dois últimos assinavam colunas no semanário. Reportagens gerais eram creditadas a jornalistas como Cláudio Accioli, Hélio Contreiras, Marilda Varejão, Malu Lopes e Miriam Malina. O próprio Adolpho Bloch se manifestava, entre 1972 e 1995, em um espaço opinativo sem regularidade de frequência, geralmente tratando da política internacional no contexto da Guerra Fria (SIQUEIRA; MURILO, 2009).

Até março de 1988, o jornalista Alexandre Garcia²¹ possuía uma coluna fixa na revista. Com seu pedido de desligamento, motivado por desavenças entre ele e a cúpula do grupo, sobre a cobertura do Carnaval efetuada pela TV Manchete naquele ano, assumiu seu lugar, meses depois, Carlos Chagas²². Ambos estiveram vinculados outrora ao setor comunicacional da ditadura militar. Chagas foi secretário de imprensa do governo de Arthur da Costa e Silva e Garcia foi porta-voz de João Baptista Figueiredo. As contendas envolvendo formas e sistemas de governo conquistaram boa parte das atenções dos colunistas.

²⁰ No período examinado nesta pesquisa, “Posto de Escuta” entrou em hiato entre agosto de 1988 e maio de 1990, sendo substituída por reportagens de maior extensão relacionadas ao campo político.

²¹ Alexandre Eggers Garcia, jornalista e apresentador de televisão, nascido em 1940. Difundindo pensamentos conservadores, atuou por muitos anos no Grupo Globo, principalmente como comentarista, ocupando cargos de chefia na sucursal de Brasília.

²² Carlos Chagas (1937-2017), jornalista, advogado e professor universitário, manteve uma coluna fixa entre 1988 e 2000 na revista *Manchete*. Atuou paralelamente como colunista no jornal carioca *Tribuna da Imprensa*.

Respeitando suas características iniciais, as reportagens de *Manchete* costumavam ser acompanhadas de fotos, estampadas em extensa quantidade de páginas. Opiniões emitidas por seu público-alvo eram divulgadas sob o título “O Leitor em *Manchete*”. O periódico detinha direitos exclusivos no Brasil sobre conteúdos oriundos das revistas internacionais *Time* e *Paris Match*, conforme sinalizado em seu sumário, a partir de 1991. Em seções de variadas nomenclaturas, publicava-se compilações de notas sobre cultura e entretenimento.

Manchete, na periodização conexas à pesquisa, era administrada por Adolpho Bloch, seu fundador, Oscar Bloch Sigelmann e Pedro Jack Kapeller, sobrinhos de Adolpho. Embora fosse o carro-chefe dos impressos, competia com outros veículos de imprensa no grupo, como a emissora de televisão homônima²³. Mostrando enfoques diferenciados, a revista foi selecionada para este trabalho por suas especificidades e popularidade. A opção predomina sobre alternativas mais tradicionais, buscando a expansão do uso de fontes pertinentes aos estudos históricos.

Fundada em 1950 por Victor Civita²⁴, estadunidense descendente de italianos, a Editora Abril, sediada em São Paulo, também foi beneficiada pelo cenário de modernização promovido no Brasil desde o início daquela década. O nome da casa publicadora tem origem nos negócios argentinos de Cesare Civita, irmão de Victor. Em seus primeiros anos, a editora publicou sete revistas, dentre as quais *Capricho*, inicialmente especializada em fotonovelas, e *Pato Donald*, história em quadrinhos (VILLALTA, 2002).

Em 1960, a Editora Abril se voltou às transformações da sociedade, lançando a revista *Quatro Rodas*, justificada pela expansão rodoviária brasileira executada a partir do governo Juscelino Kubitschek (VILLALTA, 2002). Já em 1966, foi criada a revista *Realidade*, um mensário de amplas tiragens voltado a grandes reportagens. Tratado como carro-chefe da empresa, o periódico sofreu tribulações internas e externas, que culminaram com a demissão de parte de sua equipe. *Realidade* foi abandonada aos poucos, sendo extinta em 1976 (PEREIRA JÚNIOR, 2009).

Em 11 de setembro de 1968, a editora paulistana lançou *Veja*, doravante seu principal produto. A idealização do semanário foi liderada desde 1959 por Roberto Civita²⁵, filho de Victor Civita. O Projeto Falcão, responsável pela concepção da publicação, editou

²³ Em crise, a TV Manchete, inaugurada em junho de 1983, foi vendida em junho de 1992 para a Indústria Brasileira de Formulários (IBF). Adolpho Bloch retomou o controle da emissora em abril de 1993. A emissora foi extinta em maio de 1999.

²⁴ Victor Civita (1907-1990), empresário e jornalista estadunidense, de origem italiana, liderou a Editora Abril da fundação da mesma até a morte dele.

²⁵ Roberto Civita (1936-2013), empresário e jornalista italiano, assumiu a liderança da Editora Abril com a morte de seu pai, Victor Civita, em 1990. Fundou *Veja* em 1968, ao lado de Mino Carta, jornalista italiano nascido em 1933.

internamente 14 edições de teste – sendo 13 delas válidas na amostragem. Com formação em Jornalismo e Economia, o empresário levou oito anos para aprovar o modelo definitivo de seu novo periódico (VILLALTA, 2002).

Mirando o sucesso de *Manchete* e a decadência de *O Cruzeiro*, *Veja* teria uma apresentação semelhante a elas, inspirada nas estadunidenses *Look* e *Life* e na italiana *Oggi* (ALMEIDA, 2008, p. 24). Porém, após estudos, optou-se por um formato inovador no país, que abrangia a preponderância do texto sobre as imagens, a exemplo das publicações estadunidenses *Time* e *Newsweek*. Destarte, *Veja* “era uma revista cheia de texto, que inaugurava no Brasil o gênero das *newsweeklies*, revistas semanais de informação” (CORRÊA, 2012, p. 218).

A primeira edição de *Veja* trouxe na capa “O grande duelo no mundo comunista”, destacando uma reportagem sobre os conflitos envolvendo a União Soviética e a Tchecoslováquia, na Primavera de Praga. Em sua composição, os blocos de textos traziam temas variados, visualmente pouco chamativos. As ilustrações mais sobressalentes estavam embutidas nas peças publicitárias dos anunciantes. Nas páginas centrais, um mapa do Brasil foi oferecido como brinde. Seu primeiro chefe de redação foi o jornalista Mino Carta, desde cedo envolvido no planejamento do semanário.

O mercado ficou inicialmente frustrado com *Veja*, da qual se esperava um número maior de imagens – para serem vistas, conforme seu nome sugeria. Por suas características pouco comuns, de acordo com David Anderson Zanoni (2015, p. 27), “a estranheza dos leitores foi tamanha que os anos seguintes significaram um declive expressivo”. “Chegou-se, inclusive, a cogitar o fechamento da revista; contudo, Roberto Civita, convicto de seu projeto, manteve a revista funcionando” (ZANONI, 2015, p. 27).

O diferencial do semanário se tornou justamente a pouca preocupação com o visual, em favor dos conteúdos, paradoxo que lhe atribuiu um sucesso original, em meio à habitual valorização da forma e das ilustrações, inspirando, posteriormente, a fundação de outras revistas, por grupos editoriais brasileiros (ROSSATO, 2016, p. 195). Particularidades, como a seção “Páginas Amarelas”, dedicada a entrevistas, se conservam desde seus primórdios.

As primeiras edições da revista traziam outro título. “Embora sempre tenha sido chamada apenas de *Veja*, de seu número 1 até o 351, de 28 de maio de 1975, exibiu na capa o título *Veja e Leia*”, com destaque considerável à primeira palavra (VELASQUEZ; KUSHNIR, 2009). Tornou-se oficialmente e somente *Veja* a partir do número 352, em 4 de junho de 1975. Superando seus problemas iniciais, o hebdomadário se consolidou, confrontando os paradigmas mercadológicos tradicionais.

No decorrer do tempo, os interesses financeiros da família Civita, que visava a expansão de seus negócios, induziram mudanças significativas na equipe que editava a publicação. Mino Carta, opositor da ditadura militar, deixou suas funções em 1976, pois a cúpula da editora entendia que o perfil jornalístico do diretor causava dificuldades entre a empresa e o governo ditatorial, de maneira especial devido à censura intensificada em *Veja* (ZANONI, 2015, p. 35).

No lugar de Mino Carta, assumiu o jornalista José Roberto Guzzo, que permaneceu no cargo até 1991. Em seguida, Mário Sérgio Conti se tornou diretor de redação, até 1998. Administrativamente, a Editora Abril foi comandada por Victor Civita até seu falecimento, em 1990, e por Roberto Civita até 2013²⁶. Tais transformações corroboram que, entre 1987 e 1993, *Veja* enfrentava uma transição organizacional, implantando, na mesma época, edições regionais suplementares, as quais não serão analisadas nesse momento, por destoarem dos objetivos desta investigação.

No período, trabalhavam em *Veja*, jornalistas como Élio Gaspari, Paulo Moreira Leite e Tales Alvarenga. Seu expediente delegava a produção de conteúdos a repórteres na redação de São Paulo e a outros profissionais presentes em Brasília e em outras dez capitais estaduais, assim como em Nova York, Washington, Paris e Buenos Aires. Com a promoção de Mário Sérgio Conti à direção da revista, reportagens e seções passaram a ser assinadas por seus autores, o que antes não ocorria, salvo exceções.

Observa-se, em 1989, a substituição da coluna de humor e crônicas assinada pelo escritor Luís Fernando Veríssimo pelo espaço creditado ao humorista e escritor Jô Soares²⁷. Reitera-se, igualmente, que *Veja* divulgou pela primeira vez, em maio de 1992, dados relevantes sobre corrupção no governo Fernando Collor de Mello, o que a ajudou a fortalecer seu prestígio e a tornou uma das principais condutoras do debate político no país (VELASQUEZ; KUSHNIR, 2009).

Desde o princípio, *Veja* está orientada pela política. No entanto, sondagens de mercado motivaram a diversificação de suas pautas. Com isso, passou a publicar, em menor escala, matérias sobre saúde, comportamento e entretenimento. A reportagem de capa se distingue pelo espaço a ela disponibilizado no corpo da revista, impactando nas discussões políticas e sociais daquela semana (AUGUSTI, 2005, p. 80). Suas escolhas jornalísticas têm

²⁶ Entre 1990 e 2013, a Editora Abril também foi proprietária da MTV Brasil, emissora de televisão sediada em São Paulo, direcionada ao público jovem.

²⁷ A coluna de Luís Fernando Veríssimo foi publicada em *Veja*, entre 1982 e 1989. Já a de Jô Soares fez parte da revista entre 1989 e 1996.

sido analisadas, no decurso dos anos, por pesquisadores nas áreas das Ciências Sociais, História e Comunicação Social.

Para a historiadora Carla Luciana Souza da Silva (2005, p. 81), *Veja* apresenta uma característica de filiação partidária, própria das revistas brasileiras no século XX, não se restringindo à sua função informativa. Silva salienta que a linha editorial de *Veja*, especialmente entre 1989 e 2002, desenvolve paixões, em favorecimento de alguns personagens políticos e em detrimento de outros, privilegiando atos políticos e econômicos de orientação neoliberal, defendendo práticas de liberdade de mercado com baixa intervenção estatal (SILVA, 2005, p. 26).

O editorial de *Veja* se denomina “Carta ao Leitor”. Seu título modificado, pretensa herança de quando Mino Carta era diretor – “de (Mino) Carta ao leitor” (SILVA, 2009, p. 90) – reforça a descaracterização do texto como posicionamento, disfarçando suas finalidades. A seção almeja a construção, pela revista, de “um discurso sobre si, apresentando-se enquanto um sujeito” com opinião própria, estabelecendo-se como um personagem político, ambicionando interferir no pensamento do leitor, impondo os juízos de valor de seu editor-chefe como uma verdade (SILVA, 2009, p. 105).

À exemplo de *Manchete*, *Veja* oferece seções destinadas a correspondências enviadas por leitores – “Cartas” –, informações curtas do cenário político e social – “Radar” – e opinião – “Ponto de Vista”. Entre seus principais colunistas se evidenciavam Ancelmo Gois, Marcos Sá Correa e Roberto Pompeu de Toledo²⁸, após 1991. O lançamento de livros e a compilação de um *ranking* de obras literárias mais vendidas na semana também ganham proeminência em suas páginas.

Outra peculiaridade do periódico é o uso de recursos linguísticos na expressão de pareceres em seus textos. Sobre isso, Márcia Benetti (2007, p. 42) sintetiza que “*Veja* não se enquadra nos gêneros tradicionais de texto jornalístico”, de modo particular no que se refere à separação entre informação e opinião. Sua redação, com ares de julgamento, mostra-se dotada de adjetivos, advérbios e figuras de linguagem, utilizando-se de ironia para desqualificar pessoas, lugares ou acontecimentos (BENETTI, 2007, p. 42).

Por seu papel ativo na política brasileira e por seu reconhecimento como revista de cunho político, *Veja* foi escolhida como uma das fontes desta dissertação. Suas singularidades, alheias aos preceitos pregados pelo jornalismo, tornam-na um interessante mecanismo para a análise do tema “formas e sistemas de governo”, pois seus desígnios ajudaram a repercutir os diferentes debates, à medida que eles iam acontecendo.

²⁸ Roberto Pompeu de Toledo, jornalista nascido em 1944, foi colunista de *Veja* entre 1991 e 2020, tendo ocupado outras funções jornalísticas na revista em períodos alternados.

DEBATES SOBRE FORMAS E SISTEMAS DE GOVERNO NA CONSTITUINTE (1987-1988)

A implantação do parlamentarismo no Brasil foi requisitada nos meios políticos inúmeras vezes no período republicano, sem conquistar plena aceitação. O presidencialismo preponderou como sistema de governo no país, desde a supressão da forma monárquica, em 1889 – a exceção foi a experiência de 1961-1963, prontamente rechaçada pelo voto popular. A Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 demonstrou ser o espaço adequado para a renovação dos debates, abrindo aos parlamentaristas e aos monarquistas, oportunidades para defenderem seus ideais de mudança.

De janeiro de 1987, um mês antes do início da Assembleia, até outubro de 1988, quando da promulgação da Constituição, *Manchete* e *Veja* exploraram as pautas através de reportagens, colunas e correspondências de leitores. Sobretudo no que toca ao assunto monarquia, os temas extrapolaram a editoria de política, figurando em páginas mais voltadas ao entretenimento. Os quatro subtítulos deste capítulo buscam pormenorizar o discurso dispensado pelos semanários às questões relativas, durante a Constituinte.

Para isso, foram examinadas 95 edições de *Manchete* e 95 de *Veja*. O semanário carioca mencionou pontos ligados ao presidencialismo e ao parlamentarismo em 43 números. Já a revista paulistana desempenhou sua cobertura a respeito dos sistemas, no período, em 51 edições. O movimento pró-monarquia ganhou notoriedade em seis exemplares da revista da Bloch Editores e em quatro da publicação da Editora Abril. Os resultados dessa análise se apresentam na sequência.

2.1 Em busca do “remédio parlamentarista”

Às vésperas da posse da Assembleia Nacional Constituinte, *Manchete* e *Veja* começaram a agendar suas coberturas alusivas, projetando como se daria a atuação dos políticos nos debates. Paralelamente, *Veja* se mostrava preocupada com o tamanho e a redação do documento a ser produzido. Uma Carta mais sintética era, de acordo com a revista, a meta de 60% dos congressistas, consultados pelo instituto LPM, em uma pesquisa encomendada pela publicação, que endossava a prerrogativa (CONTRA..., 4 fev. 1987, p. 22).

O cenário político prévio à instalação da Assembleia se via consideravelmente distinto, se comparado com aquele que alçou os integrantes do PMDB à hegemonia eleitoral, semanas antes. José Sarney começava a arcar com o ônus do fracasso do Plano Cruzado (FERREIRA, 2018, p. 49). Seus índices de impopularidade se acentuaram, não apenas na sociedade, como nas esferas de seu próprio partido (SOLIDÃO..., 4 fev. 1987, p. 28). O vexame do governo Sarney na área econômica repercutiu negativamente na agremiação, impulsionando uma reorientação das atitudes de Ulysses Guimarães.

Guimarães acumulou, no período, as presidências da Assembleia Constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB. À frente do partido com maior representação congressional, Ulysses, segundo *Manchete*, tomou para si a missão de abrandar as insatisfações de seus correligionários, “contendo ânimos mais exaltados”, objetivando integrar os pemedebistas sob um mesmo direcionamento (MELO FILHO, 28 fev. 1987, p. 104). A meta primordial de Ulysses era garantir a unidade da legenda, algo que fortaleceria suas pretensões de ascender à Presidência da República por vias diretas, ao término do mandato de Sarney.

Manchete salientou, em 10 de janeiro de 1987, que pelo menos três assuntos²⁹ ligados à organização eleitoral brasileira suscitariam conflitos entre os constituintes: a duração do mandato presidencial, a implantação do voto distrital e a adoção do parlamentarismo. Um levantamento realizado pelo jornal *Correio Braziliense*, citado pela revista, apontava que 45% dos parlamentares reeleitos, de diferentes tendências, concordavam com a redução do mandato presidencial, de seis para quatro anos. Percentuais minoritários, não descritos em números, se dividiam entre cinco e seis anos (NA PAUTA..., 10 jan. 1987, p. 24).

O enfoque dessa pauta era criticado por políticos, como o deputado federal Antônio Carlos Konder Reis³⁰ (PDS-SC). Em texto de sua autoria, publicado por *Veja*, Reis (28 jan. 1987, p. 130) ponderou que a discussão sobre a duração do mandato de Sarney se originava em fatores, como “ressentimento” e “ingenuidade”, produzindo uma “forma de pressão pouco recomendável na vida institucional de uma sociedade”. Para ele, a contestação somente seria aceitável se englobasse a duração de “todos os mandatos eletivos em curso”. Do contrário, haveria o risco de se enfrentar uma “sessão de hipocrisia” (REIS, 28 jan. 1987, p. 130).

²⁹ Sobre a agenda eleitoral, ainda se discutiam temas de menor repercussão, como a manutenção da eleição direta para governador do Distrito Federal, a possibilidade de soldados, cabos e presidiários votarem em eleições e a busca pela extinção de instrumentos praticados pelo Poder Executivo, como o decreto-lei e o decurso de prazo. Alguns políticos também defendiam a pertinência da reeleição para cargos executivos, até então proibida no Brasil (NA PAUTA..., 10 jan. 1987, p. 24).

³⁰ Antônio Carlos Konder Reis (1924-2018), advogado e político, eleito deputado federal pelo PDS em 1986. Participou da Comissão de Sistematização da Constituinte. Ao longo de sua vida, ocupou cargos eletivos legislativos e executivos.

A pertinência da implementação do voto distrital no Brasil era um ponto de discórdia entre os constituintes. *Manchete* entendia a matéria como de “maior importância”, minimizando críticas ao mecanismo, visto por seus adversários como um promotor da “caipirização da política” (NA PAUTA..., 10 jan. 1987, p. 24). *Veja* possuía uma visão inteiramente favorável ao tema, ampliando, sempre que possível, suas atenções sobre ele. Segundo o semanário paulistano, 62,6% de um grupo de parlamentares consultados era a favor do voto distrital, 31,1% era contra (RUMO..., 4 fev. 1987, p. 25).

Nas páginas da revista carioca, o senador José Richa³¹ (PMDB-PR), defensor também do sistema parlamentarista de governo, foi recordado por sua predileção pelo voto distrital. O político, juntamente com outros apoiadores, planejava resgatar um antigo projeto de Sarney, enquanto senador, sobre o tema (NA PAUTA..., 10 jan. 1987, p. 24). Havia certa proximidade entre os políticos que requeriam o parlamentarismo e os que solicitavam o voto distrital. Contudo, não se pode afirmar que as agendas eram únicas, posto que nem todos os parlamentaristas eram adeptos do mecanismo e nem todos os presidencialistas eram oponentes ao mesmo.

A discussão sobre o parlamentarismo se reforçou, por sua eventual possibilidade de impor limitações aos poderes de Sarney em seu mandato vigente, não importando sua duração. De acordo com *Manchete*, a definição sobre o sistema de governo era “fundamental” e “prioritária”. “Sempre que se faz alguma pesquisa sobre a preferência de deputados e senadores, a adoção do parlamentarismo sai amplamente majoritária”, destacava o texto, desacreditando que tal mudança se daria “na hora da verdade”, quando fosse decidida em plenário (NA PAUTA..., 10 jan. 1987, p. 24).

Manchete projetava que, ao final das contendas, no Brasil, um sistema híbrido de inspiração francesa seria instalado ou o presidencialismo seria mantido em suas linhas habituais (NA PAUTA..., 10 jan. 1987, p. 24). Apenas “uma hipótese mais remota” proferia o retorno da monarquia como forma de governo (MELO FILHO, 17 jan. 1987, p. 12). O senador Jarbas Passarinho³² (PDS-PA), ouvido pelo semanário, dizia apoiar o presidencialismo, desde que fossem reduzidos os poderes do Chefe do Executivo, argumento afinado com o julgamento dos parlamentaristas (NA PAUTA..., 10 jan. 1987, p. 24).

³¹ José Richa (1934-2003), odontólogo e político com carreira constituída no Paraná. Participou da Constituinte, como senador eleito em 1986, tendo atuado em várias comissões, entre elas, a de Sistematização. Foi um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1988. Em 1993, foi presidente da Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães.

³² Jarbas Gonçalves Passarinho (1920-2016), político que constituiu carreira no Pará. Na Constituinte, era senador, eleito em 1986, sendo filiado ao PDS. Foi ministro da Justiça do governo Collor, entre outubro de 1990 e abril de 1992. Antigamente, ocupou outros cargos eletivos e ministérios, sobretudo durante a ditadura militar.

O parlamentarismo cobijado por grupos envolvidos na elaboração das novas leis contemplava, segundo *Veja*, a adoção de um modelo misto, não-puro, em que o presidente adquiriria poderes maiores que o comum. A alteração de sistema de governo era interpretada como uma decisão delicada, muito em razão das recentes reivindicações por eleições diretas, ainda ambicionadas por setores sociais e políticos. Para o semanário, faltava solidez no projeto debatido pelos constituintes, que, inspirado no semipresidencialismo francês, poderia ser nocivo à política nacional (EM DEBATE..., 25 fev. 1987, p. 31).

Conforme Áurea Petersen (1993b, p. 38-39), o modelo francês se formalizou na Constituição daquele país em 1958. Um referendo promovido em 1962 permitiu que o mandato presidencial na França fosse fixado em sete anos de duração, com direito à reeleição. Em 2000, uma emenda constitucional encurtou o mandato para cinco anos. A escolha do mandatário se dá por sufrágio universal. Quando o presidente francês conta com a maioria parlamentar, ele tende a governar. Se ele não conquistar o maior número de congressistas, quem adquire maior gerência sobre a administração do país é o primeiro-ministro, escolhido pelo presidente, tradicionalmente a partir da maior bancada do Parlamento (PETERSEN, 1993b, p. 38-39).

Murilo Melo Filho (31 jan. 1987, p. 106), de *Manchete*, informou, na seção “Posto de Escuta”, que a movimentação dos parlamentaristas pela causa começou antes mesmo do início dos trabalhos da Constituinte. O jornalista citou como exemplo disso, o encaminhamento de correspondências pelo senador Nelson Carneiro³³ (PMDB-RJ), que visava lembrar seus colegas do trâmite da emenda relatada por Jorge Bornhausen (PFL-SC), que poderia agilizar o debate e a implementação do sistema de gabinete (MELO FILHO, 31 jan. 1987, p. 106).

Carneiro entendia o parlamentarismo como uma necessidade à política do país, encontrando apoio no senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e no deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que, assim como ele, estariam convictos de que as responsabilidades do governo deveriam ser divididas, por seu grau cada vez maior de complexidade. A adesão suprapartidária ao tema, particularmente entre os novos componentes do Congresso, redobrava as esperanças de Carneiro quanto à concretização da mudança (MELO FILHO, 31 jan. 1987, p. 106).

Com base em uma pesquisa publicada em 4 de fevereiro de 1987, *Veja* apresentou, ao longo de 13 páginas, os posicionamentos de 473 dos 559 constituintes sobre assuntos a serem debatidos, dos mais elementares aos mais polêmicos. “A Assembleia Nacional Constituinte instalada domingo [1º de fevereiro] em Brasília é liberal na essência, conservadora quanto à

³³ Nelson de Souza Carneiro (1910-1996) advogado, jornalista e político. Como senador constituinte, foi membro da Comissão de Sistematização.

ordem e aos costumes e audaciosa em questões de economia e direitos sociais”, analisava a reportagem (A VOZ..., 4 fev. 1987, p. 20).

O levantamento de *Veja* constatou a aceitação da reeleição presidencial por 55,4% dos entrevistados, enquanto 42,9% era contrário (A VOZ..., 4 fev. 1987, p. 21). Já 40,6% desses parlamentares preferia fixar a duração do mandato do presidente em quatro anos, apesar de que “a soma dos que lhe dão cinco e seis anos bate os 49%” – 28,5% para seis anos e 20,5% para cinco anos –, reiterou o registro. Os índices detalhados por partido demonstravam uma intensa fragmentação. O mandato de seis anos era uma ideia dominante somente entre os pefelistas, donos da segunda maior bancada parlamentar e aliados de primeira hora de Sarney (A VOZ..., 4 fev. 1987, p. 20).

Membros do governo eram constantemente inquiridos sobre o tema. O ministro da Justiça, Paulo Brossard, filiado ao PMDB, defendia os cinco anos, por achar que “quatro anos é pouco e seis é demais”. Por outro lado, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves³⁴, endossava a manutenção dos seis anos de mandato, “como garantia da estabilidade do sistema (sic) democrático” (CHOQUE..., 11 fev. 1987, p. 26). Tais contradições no discurso dos governistas geravam polêmicas de grande distração na imprensa.

Fundamentando-se em outra amostragem, encomendada pelo *Jornal do Brasil*, *Veja* pontuava que o parlamentarismo era preferido por 210 congressistas, contra 182 que visavam a manutenção presidencialista e 16 que acreditavam em um “parlamentarismo híbrido” ou um “presidencialismo mitigado” – que mesclariam funções entre diferentes chefes de Estado e de governo (A VOZ..., 4 fev. 1987, p. 20-21). “A ideia que circula em Brasília seria um sistema em que haveria um presidente magro de poderes reais em companhia de um primeiro-ministro capaz de cuidar, diretamente, dos destinos do país” (EM DEBATE..., 25 fev. 1987, p. 31).

Diante dos números, *Veja* sentenciava que o presidente José Sarney teria que “lutar pelo seu poder em duas frentes”: pela conservação de seu mandato e pela manutenção do presidencialismo (A VOZ..., 4 fev. 1987, p. 20). Sarney se manifestava publicamente em ataque aos deputados e senadores, aos quais acusava de tentarem cassar o mandato presidencial, através da modificação do sistema de governo. Concomitantemente, ele proferia elogios aos militares, vistos por ele como detentores de “um comportamento institucional exemplar” (SOLIDÃO..., 25 fev. 1987, p. 30).

Comumente, os semanários aqui analisados buscavam fundamentar suas opiniões ou contrapontos na experiência de parlamentares com longa trajetória pública ou nos argumentos de acadêmicos especialistas em tópicos políticos. Em entrevista para *Veja*, na edição de 11 de

³⁴ Leônidas Pires Gonçalves (1921-2015), militar que ocupou o cargo de ministro do Exército entre 1985 e 1990, na gestão de José Sarney.

fevereiro de 1987, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos se revelava pessimista em relação a uma eventual implantação do parlamentarismo no Brasil (SANTOS, 11 fev. 1987, p. 8).

Santos (11 fev. 1987, p. 8) avaliava que o país não era uma verdadeira federação, devido à excessiva centralização do poder, e que o PMDB, na maneira como estava constituído, atrapalharia a fórmula parlamentarista, por ser “incapaz de tomar iniciativas a favor de algum ponto importante”. Tudo isso conduziria o país a constantes quedas de gabinetes e substituições de governos “num processo sem fim” que inviabilizaria o cumprimento de quaisquer planos de governo (SANTOS, 11 fev. 1987, p. 8).

Passado cerca de um mês do início da Assembleia, a rivalidade entre os constituintes e o governo se aprofundava, amparada naquela que se confirmava, para *Veja*, como a “verdadeira questão política” por trás das manobras e divergências observadas no Parlamento: a duração do mandato presidencial (O SUJEITO..., 11 mar. 1987, p. 36). Em *Manchete*, o colunista Alexandre Garcia (28 mar. 1987, p. 18) criticava a ênfase dada ao tema, que somente seria trabalhado no capítulo final da Constituição, arriscando um palpite para seu desfecho: a fixação da permanência do presidente da República no cargo por cinco anos, “adaptando-se o atual mandato a esse prazo”.

Adiante, Garcia (4 abr. 1987, p. 18) aprofundou o assunto, dizendo que

leitores e ouvintes ligam, irritados, queixando-se de que não aguentam mais o noticiário da Constituinte. Alegam que não querem mais ouvir falar em presidencialismo ou parlamentarismo, que não têm o menor interesse no tamanho do mandato do presidente e que, sobretudo, não querem saber de coisa alguma sobre o Regimento Interno da Constituinte, ou sobre a briga dos partidos pelos cargos na mesa diretora, e muito menos sobre a luta dos constituintes por lugares nas comissões.

O desinteresse popular pelas pautas era visto por Alexandre Garcia como um produto das desavenças entre os parlamentares. O jornalista frisou que, se quisesse, o PMDB, com seus mais de 300 congressistas, teria condições de fazer a Constituição sozinho. Entretanto, seus próprios conflitos se sobrepunham às necessidades da Assembleia (GARCIA, 4 abr. 1987, p. 18). Em desabono ao ideário parlamentarista, Garcia tornou a expor seu descrédito em outras edições, embasando-se em pesquisas fornecidas por institutos e, especialmente, na opinião de pessoas que o “abordam na rua”, as quais estariam mais preocupadas com a eficiência do governo (GARCIA, 26 set. 1987, p. 18).

Em 18 de março de 1987, o senador parlamentarista Mário Covas³⁵ (PMDB-SP) foi eleito como líder do PMDB na Constituinte, contrariando os planos de Ulysses Guimarães, que pleiteava o nome do deputado federal Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), causando novos atritos na agremiação (NOGUEIRA, 2009a). A promoção de Covas coincidiu com a ascensão de congressistas adeptos ao parlamentarismo para funções de relevância no contexto (NOGUEIRA, 2009b).

O senador Afonso Arinos, por exemplo, foi eleito presidente da Comissão de Sistematização, com apoio de outros parlamentares, como a deputada Sandra Cavalcanti³⁶ (PFL-RJ). Desde aquele momento, Arinos deixava clara sua posição em prol da reescrita total da Carta, sem reaproveitamento de artigos da Constituição anterior (MELO FILHO, 25 abr. 1987, p. 92). Sua concordância ao parlamentarismo já era bem conhecida, em virtude de sua trajetória política e das deliberações que envolveram sua participação na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (LEMOS, 2009b).

Para a relatoria da Comissão de Sistematização, o deputado Bernardo Cabral³⁷ (PMDB-AM) – descrito por *Manchete* como “favorável ao parlamentarismo, a seis anos de mandato para o presidente Sarney, a uma Constituição com no máximo 200 artigos, à livre iniciativa e contra a estatização” (MELO FILHO, 25 abr. 1987, p. 93) – foi eleito em segundo turno com 111 votos contra 90 de seu oponente, Pimenta da Veiga. A vitória de Cabral foi interpretada por Murilo Melo Filho (25 abr. 1987, p. 93) como uma conquista também de expoentes do parlamentarismo, como Mário Covas e José Richa.

Em texto publicado na seção “Ponto de Vista”, de *Veja*, na edição de 25 de março de 1987, Cabral efetuou críticas ao presidencialismo. Segundo ele, na experiência brasileira, o sistema não conseguiu se equiparar à sua aplicação na política estadunidense, de onde se originou (CABRAL, 25 mar. 1987, p. 138). *Manchete* insinuava as qualidades do relator, ampliando perfis de sua vida pessoal e profissional. Ao contrário de *Veja*, que o criticava rotineiramente, o semanário carioca amenizava contratempos e maus julgamentos públicos voltados ao desempenho do parlamentar na Constituinte.

Àquela altura, considerando os movimentos internos da Assembleia, a implementação do parlamentarismo no Brasil se desenhava como algo inevitável. A data de sua instalação,

³⁵ Mário Covas Júnior (1930-2001), engenheiro civil e político, foi senador constituinte, eleito em 1986. Um dos fundadores do PSDB, em 1988.

³⁶ Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque, professora e jornalista que constituiu carreira política no Rio de Janeiro. Nascida em 1925, era muito próxima a Carlos Lacerda (1914-1977). Na Constituinte, como deputada federal pelo PFL, participou da Comissão de Sistematização.

³⁷ José Bernardo Cabral, advogado e político, nascido em 1932, foi presidente da OAB e exerceu diversos cargos parlamentares. Na Constituinte, foi relator da Comissão de Sistematização. No governo Collor, ocupou o cargo de ministro da Justiça, entre março e outubro de 1990.

porém, era incerta, podendo ser imediata – logo após a promulgação da Constituição –, ou planejada – dentro do mandato de Sarney ou depois dele. A manutenção da dúvida era explorada pelo governo, que cobrava dos constituintes uma breve definição, não apenas sobre esse assunto, mas também sobre o tempo de comando que restava ao presidente (PARLAMENTARISMO..., 15 abr. 1987, p. 23).

Percebendo o desgaste do partido e do governo, José Sarney, segundo *Veja*, preparava, em abril de 1987, “uma carta na manga para tentar desatar o nó” que apertava sua administração: um projeto de parlamentarismo “misto”, que guardava “diversas características do presidencialismo”, introduzindo “mecanismos e instrumentos” do sistema de gabinete. A mistura, conforme a publicação, poderia “resultar na soma das qualidades dos dois tipos” ou “na soma de seus defeitos” (PARLAMENTARISMO..., 15 abr. 1987, p. 22).

O esboço arquitetado pela Presidência da República contemplaria a designação do primeiro-ministro – que não necessariamente seria um parlamentar – pelo presidente, submetendo-se o nome do escolhido aos deputados e senadores, que deveriam aprová-lo por maioria absoluta. Caso a indicação fosse derrubada pelos congressistas, um novo nome necessitaria ser apresentado pelo mandatário. Observada nova rejeição, a preferência presidencial se sobreporia sem necessidade de aprovação (PARLAMENTARISMO..., 15 abr. 1987, p. 22).

A reportagem ressaltou que os modelos que adotam esse tipo de escolha costumam dissolver o Congresso frente ao impasse, realizando-se novas eleições, o que não ocorreria na sugestão de Sarney. No projeto, o presidente visava “assumir poderes exorbitantes para um regime (sic) genuinamente parlamentar”, cabendo a ele, o desígnio dos ministros militares e dos chefes dos gabinetes civil e militar, algo tido como inédito no mundo pela revista. Em geral, os ministros poderiam ser derrubados por uma moção de censura, a ser aprovada por dois terços do Congresso. A regra não valeria, contudo, para os ministros militares, que seriam geridos unicamente pelo presidente (PARLAMENTARISMO..., 15 abr. 1987, p. 22).

A matéria de *Veja* afirmou que o esboço de Sarney, impresso em “cinco folhas de papel”, não era uma obra acabada. Porém, com a vitória de Bernardo Cabral para a relatoria da Comissão de Sistematização, o presidente da República teria se sentido mais à vontade para “fazer andar essa sua ideia”. Destaca-se na redação, igualmente, que Sarney teria confidenciado a um amigo que “esse regime (sic) poderia ser uma ponte em direção a um parlamentarismo de feições mais clássicas” (PARLAMENTARISMO..., 15 abr. 1987, p. 23).

O caráter do plano foi entendido como contestável, por sua pretensa origem nos bastidores da Presidência da República, sobre a qual não cabia interferências na Constituinte.

Entretanto, para *Veja*, ele serviria para resolver o jogo político que buscava diminuir o mandato de Sarney, liderado pela “esquerda” e pelos “liberais”, que pretendiam “mutilá-lo com eleições diretas no próximo ano”. A perspectiva de eleições em 1988 era encarada com intransigência pelos conservadores, que, segundo *Veja*, temiam uma vitória de Leonel Brizola para o cargo presidencial. O modelo daria seis anos de mandato para Sarney, poupando-o, porém, de tempo de governo (PARLAMENTARISMO..., 15 abr. 1987, p. 23).

A reportagem examinava que o presidente queria, de algum modo, “restaurar a figura do Poder Moderador que vigorou no Império através de Dom Pedro II”, procurando desenvolver um diretório composto por ele e pelos ministros militares. A configuração poderia ter, para o semanário paulistano, “as virtudes do fastígio do Império ou as mazelas do seu declínio” (PARLAMENTARISMO..., 15 abr. 1987, p. 23). *Veja* ignorava no texto que a criação do Poder Moderador se deu no reinado de Dom Pedro I, aplicando uma forte crítica à pessoa de Dom Pedro II.

De igual forma, o artigo de *Veja* manifestava a crença de que o esboço criaria “uma versão parlamentarista” de uma função já existente: “a figura do superministro”. Se adotado o novo sistema, o superministro poderia ser deposto pelos parlamentares, preservando o presidente do desgastante processo de substituição. Recentemente, Dílson Funaro havia deixado o governo, precipitando Sarney a promover uma reforma ministerial avaliada como malsucedida, que afetara ainda mais sua imagem pública (PARLAMENTARISMO..., 15 abr. 1987, p. 23). Tornou-se frequente no discurso de *Veja*, a associação entre feitos do primeiro-ministro parlamentarista e do superministro da Fazenda – ou da Economia – presidencialista.

A articulação governista sobre o parlamentarismo fez com que a revista consultasse a opinião do general Golbery do Couto e Silva. Para o militar, reconhecido por seu envolvimento com a ditadura, a manobra deixava incertezas sobre quem seria o primeiro chefe de gabinete. Golbery apostava nos nomes de Ulysses Guimarães e José Richa como os mais prováveis. No entanto, “depois deles, e até de mais alguns, virá o primeiro-ministro Urutu”, ironizava o general, referindo-se a um veículo blindado usado pelo Exército para “desestimular greve” (PARLAMENTARISMO..., 15 abr. 1987, p. 23).

Os desdobramentos políticos desse tema eram observados com cautela por *Veja* e por políticos, como o senador parlamentarista Fernando Henrique Cardoso³⁸ (PMDB-SP), que via a sugestão de Sarney com reservas, por sua fundamentação como um mero mecanismo para salvar o governo. As falas de Golbery e Cardoso, conforme a matéria, convergiam ao aventar

³⁸ Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e político que constituiu carreira em São Paulo. Nascido em 1931, foi senador pelo PMDB. Posteriormente, foi um dos fundadores do PSDB. Em 1994, foi eleito presidente da República, sendo reeleito quatro anos mais tarde. Participou da Comissão de Sistematização na Constituinte.

a alta probabilidade de implantação de “uma nova forma de autoritarismo” no país, impulsionada pela instabilidade que derivaria do fracasso da ideia, expondo a fragilidade da democracia que se construía no período (PARLAMENTARISMO..., 15 abr. 1987, p. 23).

Fernando Henrique Cardoso foi amplamente consultado pelo semanário paulistano no decorrer da Constituinte, principalmente no que concernia ao debate sobre sistemas de governo. Para ele, o parlamentarismo ganhou adesões entre deputados e senadores porque o Congresso já não aceitava “ficar à margem do processo” de poder, percebendo o sistema de gabinete como “um choque nas instituições” que propiciaria “a reforma do Estado”. “O presidencialismo imperial alimenta personalidades caudilhescas, que são as que visam a Presidência da República”, avaliava o pemedebista, lançando indiretas a aspirantes ao cargo (CARDOSO, 9 set. 1987, p. 8).

Cardoso criticou em *Veja*, o posicionamento de Sarney, que, segundo o senador, se submetia a desgastes pela veemência com que pleiteava a manutenção dos poderes presidenciais. Mesmo assim, o parlamentarista ponderava que pontuais atributos deveriam permanecer nas mãos do chefe de Estado, que não poderia ser “como a rainha da Inglaterra”, uma mera figura representativa (CARDOSO, 9 set. 1987, p. 8). Comparações entre o presidente e a monarca britânica eram comuns no discurso político de então, repercutindo ao longo dos anos em *Manchete* e *Veja*.

Outra analogia corriqueira nos semanários era a percepção de que o parlamentarismo se apresentaria como um “remédio” para solucionar os problemas do governo e do jogo político no Brasil. Na seção “Ponto de Vista”, de *Veja*, o político pedessista Ibrahim Abi-Ackel (22 abr. 1987, p. 138) descreveu que “quando as engrenagens do presidencialismo emperram e a febre política desanda em crise, as preocupações se voltam para o frasco que, na pequena farmácia institucional brasileira, exhibe o rótulo de parlamentarismo”. Defensor do sistema parlamentar, ele enfatizava que a receita já havia sido aplicada em 1961, sendo limitada pelo medo da mudança (ABI-ACKEL, 22 abr. 1987, p. 138).

Conforme o pedessista, antigo ministro do governo João Figueiredo, que não conseguiu se eleger deputado constituinte, “a tendência ao parlamentarismo” era “ocasional e, sobretudo, fugaz”, “a despeito da pesquisa” que apontava “acentuada preferência pelo sistema” na Assembleia, pois era “condicionada, segundo a mesma pesquisa, à intangibilidade dos mandatos dos opinantes”, ou seja, pelo ensejo de derrubar o governo sem a dissolução do Congresso. A seu ver, a argumentação pró-parlamentarismo somente ganharia “consistência e objetividade” “à luz da experiência vivida pelo país sob os dois sistemas” (ABI-ACKEL, 22 abr. 1987, p. 138).

O político corroborava uma visão comum entre parlamentaristas: a de que o presidencialismo brasileiro foi regido pelo “permanente conflito entre o Executivo e o Legislativo, com inalterável humilhação do segundo”, resultando em turbulências e crises em sucessão. “Não creio haver memória de conferência, comício ou controvérsia que ao longo da propaganda republicana tenha se ocupado do presidencialismo”, sistema de governo que “navegou em perfeita paz entre os constituintes” de todas as Assembleias anteriores, afirmava (ABI-ACKEL, 22 abr. 1987, p. 138).

Ainda explorando a pretensa facilidade com que o sistema presidencialista se conservou na República, apesar das instabilidades políticas, Ibrahim Abi-Ackel (22 abr. 1987, p. 138) sentenciava que o presidencialismo se reforçava “no caldo de suas próprias crises”. Em seu parecer, o sistema de inspiração parlamentarista aplicado no Império era digno de elogios, assim como a atuação da recentemente instalada Constituinte, vista como a “menos condicionada, a mais solta para operar modificações estruturais como a da reforma do sistema de governo” (ABI-ACKEL, 22 abr. 1987, p. 138).

Em reportagem publicada em 13 de maio de 1987, em *Veja*, novamente o parlamentarismo emergiu como um recurso para resolver as tensões da gestão Sarney. “Em busca de um remédio para sua erosão, na semana passada, o governo caminhava com passos contraditórios”. Ulysses “transformou-se num inimigo da caminhada por diretas no ano que vem”, enfrentando a rebeldia de seus correligionários, que se organizavam em favor da ideia (APOIO..., 13 maio 1987, p. 28). Por outro lado, o semanário salientava que

De olho na cadeira de Sarney, e com o ouvido colado na parede do gabinete do general Leônidas, Ulysses Guimarães tornou-se um discreto advogado do parlamentarismo até 1989 – na esperança de que, nesse prazo, o governo tenha tempo de assegurar ao PMDB chances mais animadoras para enfrentar uma disputa nas urnas (APOIO..., 13 maio 1987, p. 28).

A instabilidade governamental era interpretada como um ponto de erosão para o PMDB, cujas lideranças não chegavam a um consenso sobre a melhor estratégia eleitoral a ser adotada. Com isso, o “remédio” do parlamentarismo voltava à tona, sem perspectiva de uma aplicação permanente, nem receita para sua dosagem. Entre aliados do governo, como o PFL, a alteração de sistema era, em geral, vista com desconfiança, uma vez que, com menor número de congressistas, a sigla dependia dos ministérios para manter sua influência na administração pública nacional (APOIO..., 13 maio 1987, p. 28).

Diferentemente do PMDB, envolto em cisões, o PFL, *grosso modo*, potencializou sua concordância com os passos do governo Sarney, particularmente durante a Constituinte. Abalada pelas crises, a Aliança Democrática oscilava. Porém, os pefelistas evidenciavam

maior afinidade com as decisões do presidente, ofertando-lhe uma base de apoio mais sólida no Congresso e nos ministérios (APOIO..., 13 maio 1987, p. 28). Havia, contudo, notórias exceções, como Afonso Arinos e Sandra Cavalcanti, que proferiam defesas enfáticas ao parlamentarismo, descontentando seus correligionários governistas.

Sobre a polêmica disputa, o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, pemedebista em ascensão, outrora filiado ao PDS, opinou, em entrevista para *Veja*, que o parlamentarismo era “o ideal de governo, mas tem que se erguer sobre instituições democráticas sólidas”, algo que “não existe no Brasil”. Nas palavras de Collor, “a Constituinte vai ter que encontrar um meio-termo, um sistema que dê condições de estabilidade para um governo democrático, porém não tão centralizador como o atual” (MELLO, 22 abr. 1987, p. 8).

Quem também vislumbrava a possibilidade de execução de uma proposta em “meio-termo” para resolver os empecilhos de então era o colunista de *Veja*, Luís Fernando Veríssimo. Transitando entre a ficção, o humor, a ironia e a reflexão sobre a política, o cronista rechaçava o “gênio” do brasileiro, que, ao percorrer “o caminho da conciliação e do arranjo”, esperava em terceiros, a resolução de seus problemas mais básicos, primando pelo hibridismo (VERÍSSIMO, 29 abr. 1987, p. 15).

Para ele, o meio-termo se tornaria a “resposta para todas as questões” que reclamavam “uma definição do Brasil”, tais como a escolha entre capitalismo e socialismo e a delimitação do tempo de mandato de Sarney. O colunista observava os debates sobre sistemas de governo, entendendo que, “neste caso, pode-se chegar ao paradoxo do extremo do meio-termo: nem uma coisa nem outra”, uma vez que poderia ser adotada “uma solução brasileira”, como uma “monarquia republicana anual”, eleita pelo “auditório do Silvío Santos” (VERÍSSIMO, 29 abr. 1987, p. 15). Veríssimo descreveu, outrossim, outras duas probabilidades:

Outra solução: governo nenhum. Quem notaria a diferença? Outra: os governadores estaduais se reuniriam, periodicamente, em grupos de três ou quatro, para decidir o que precisava ser feito, outro grupo de governadores se reuniria para decidir que não era nada daquilo, e da discussão nasceria alguma coisa. Provavelmente um meio-termo (VERÍSSIMO, 29 abr. 1987, p. 15).

Descrente sobre o panorama, ele concluía: “o poder real continuaria a ser exercido pelo SNI”, sigla do Serviço Nacional de Informações, órgão repressor da ditadura militar – mantido em funcionamento por Sarney –, cujo qual ainda possuía expressiva influência sobre o comando do país. Perante as alternativas por ele pormenorizadas e em percepção aos trabalhos dos constituintes, o cronista não acreditava em um rápido desfecho para os encaminhamentos políticos (VERÍSSIMO, 29 abr. 1987, p. 15).

A polêmica sobre o sistema de governo tomaria novos contornos a partir de um pronunciamento de José Sarney em rede nacional de televisão, ocorrido em 18 de maio de 1987 (DIAS E OUTROS, 2015). No vídeo, o presidente defendeu seu governo, o presidencialismo e sua permanência no Palácio do Planalto até 1990, opinando que “ainda não temos, para alicerçar o parlamentarismo, os partidos políticos e a estruturação funcional” (SARNEY..., 27 maio 1987, p. 29).

O presidente alegava que sua atitude conclamava “o Brasil à conciliação” (SARNEY..., 30 maio 1987, p. 18B). Todavia, suas palavras não foram bem recebidas pelos parlamentaristas da Constituinte, deixando uma incógnita no ar: como Sarney garantiria a manutenção dos cinco anos de mandato. Sobre isso, o deputado Antônio Delfim Netto³⁹ (PDS-SP) expressou em *Veja*: “Mandato é mandato, se a Constituição diz que dura seis anos, ele não pode durar cinco, a menos que se chame o ato de renúncia”. Delfim Netto concluía que “quem deve decidir a questão é a Constituinte” (SARNEY..., 27 maio 1987, p. 29).

Em *Manchete*, Alexandre Garcia (6 jun. 1987, p. 18) destacava que o ato do presidente deixou a impressão de haver “ferido a Constituinte justo no seu ponto mais sensível: a soberania”. O pronunciamento ainda provocou outros efeitos no governo, como o pedido de demissão do ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, partidário do mandato de quatro anos. Para Garcia (6 jun. 1987, p. 18), o pronunciamento era um recado aos governistas que não seguiam a percepção de Sarney sobre os temas expostos. Da mesma forma, o presidente, segundo *Veja*, notadamente visava atacar a “esquerda de seu partido”, contumaz defensora do parlamentarismo (SARNEY..., 27 maio 1987, p. 29).

De acordo com Murilo Melo Filho (23 maio 1987, p. 16), dias após o pronunciamento, Sarney se reuniu com os líderes do PMDB e do PFL, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves⁴⁰, para deliberar sobre as três pendências eleitorais – o mandato, as eleições diretas e o novo sistema de governo. Do encontro das lideranças emergiu a preferência de Ulysses por um presidencialismo mitigado, de inspiração uruguaia, descartando-se o parlamentarismo e o presidencialismo puros, facultando-se a derrubada de ministros de Estado pelo Parlamento (MELO FILHO, 23 maio 1987, p. 16).

A ideia, vista como intermediária, pretendia acalmar os ânimos e o “ambiente de franca rebeldia” nos partidos, onde setores conclamavam por “soluções bem mais radicais” (MELO FILHO, 23 maio 1987, p. 16). Em contrapartida, o ministro Leônidas, antes apoiador

³⁹ Antônio Delfim Netto, economista e político, nascido em 1928. Ocupou ministérios e cargos institucionais durante a ditadura militar. Na Constituinte, era deputado, membro da Comissão da Ordem Econômica.

⁴⁰ Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (1929-2003) ocupou a vice-presidência da República no governo de João Figueiredo (1979-1985). Foi um dos fundadores do Partido da Frente Liberal (PFL), em 1985. Tornou-se ministro de Minas e Energia do governo Sarney, entre 1985 e 1988.

do mandato de seis anos, já fazia sinalizações em prol dos cinco. A tese “cincoanista” começava a ganhar força, conforme Alexandre Garcia (6 jun. 1987, p. 18), nos meios militares, no PFL e entre os governadores, em sua maioria presidencialistas.

A questão parlamentarista debatida na Constituinte e combatida pelo governo Sarney também encontrava entendimentos conflituosos entre opositores do governo. Leonel Brizola, por exemplo, era presidencialista. Segundo o político sul-rio-grandense, em fala na Subcomissão de Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais da Constituinte, o “parlamentarismo seria uma forma de ludibriar o povo”, pois as eleições elegeriam um presidente sem poderes para administrar o país (MELO FILHO, 23 maio 1987, p. 103).

O pedetista ressaltava que “isto seria um escandaloso casuísmo, destinado a retirar a importância do presidente eleito”, reafirmando que, diante de uma virtual alteração de sistema, o PDT tomaria providências jurídicas para reverter o quadro, a partir de uma emenda constitucional. “Precisamos é de uma ordem jurídica que nos permita mudar o modelo econômico”, enfatizava o ex-governador do Rio de Janeiro, descartando, desde já, apoio ao sistema de gabinete (MELO FILHO, 23 maio 1987, p. 103).

Referindo-se ao teor dos debates sobre o tema, Alexandre Garcia (27 jun. 1987, p. 31) continuava criticando contundentemente o parlamentarismo. “Quando a crise é profunda, o legislativo busca a solução mudando o sistema de governo”, salientava. Naquele período, o modelo sustentado pelos constituintes trazia semelhanças com o esboço que *Veja* associava a Sarney, anteriormente descrito. Por seus defeitos, para o colunista de *Manchete*, a proposta poderia resultar em “um parlamentarismo de meia-sola” que não evitaria “tombadas entre o chefe de Estado e o Parlamento” (GARCIA, 27 jun. 1987, p. 31).

Ainda no parecer do jornalista, o país teria dificuldades em aguentar esse “tipo de entrechoque”, por não contar com estrutura partidária e nem tradição parlamentarista para tal. Em sua visão, a cultura do país era a de “um chefe forte, paternal”, o que dificultaria a aceitação de um “poder dividido”. “Enfim, se não der certo, a nova Constituição poderá ser emendada para voltar ao presidencialismo, na reprise de um velho filme”, pontuava Garcia, pessimista quanto à evolução da pauta (GARCIA, 27 jun. 1987, p. 31).

Alexandre Garcia (4 jul. 1987, p. 11) retomou sua postura antiparlamentarista em outras edições da revista carioca, elogiando Sarney, que afirmava que “o parlamentarismo não vai dar certo”. “Isso até as pedras da rua sabem, só não sabem os constituintes que – Freud explica – querem mudar alguma coisa”, ironizava. Censurando as divisões pemedebistas, que, a seu ver, só serviam para “fortalecer Brizola”, o jornalista citava o “barulho” da atuação de “minorias” que estavam apostando no “abismo” político (GARCIA, 4 jul. 1987, p. 11).

Findos os primeiros meses de trabalho na Assembleia Nacional Constituinte, os atores políticos ligados ao parlamentarismo e ao presidencialismo firmaram seus papéis nas discussões. *Manchete* e *Veja* seguiram suas abordagens, notabilizando a apresentação da primeira versão do anteprojeto constitucional, em junho de 1987. Outro assunto, porém, recebeu relevantes atenções, ao contestar mais amplamente o *status quo*. Um deputado demonstrou estar insatisfeito, não apenas com o presidencialismo, como também com a forma republicana, conforme se evidenciará a seguir.

2.2 “Um rei para o Brasil”: a articulação monarquista

Com menor impacto e maior curiosidade, logo no início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o deputado federal Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno (PDS-SP) introduziu uma ideia tida como peculiar: a defesa do retorno da monarquia como forma de governo. Sua motivação era uma emenda popular, assinada por 44.632 brasileiros que, segundo ele, repudiavam as “mazelas republicanas” (CUNHA BUENO, 1988, p. 8). A emenda solicitava a realização de um plebiscito para a apreciação eleitoral das formas e sistemas de governo.

Descrito por *Veja* como o deputado que “quer um rei para o Brasil”, Cunha Bueno foi prontamente identificado pelos dois semanários como porta-voz do movimento monárquico na Constituinte. Em suas exposições, o pedessista utilizava argumentos depreciativos à experiência republicana brasileira, vista por ele como ineficaz, sobretudo por seu sistema de governo. “Vimos que presidencialismo não funciona. O chefe de Estado tem que exercer poder moderador e não partidário, como vem acontecendo”, assegurava o político, dando a conhecer sua adesão ao parlamentarismo (DEPUTADO..., 18 fev. 1987, p. 32).

O ideário monarquista enfrentava, juridicamente, limites intransponíveis para sua execução. Conforme já expresso nesse trabalho, o marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente brasileiro, assinou, um mês após a Proclamação da República, o decreto 85-A, que impedia quaisquer ações em prol da restauração da monarquia no Brasil (BRASIL, 1889). Imposto como uma cláusula pétrea, o artigo se mantinha em vigor em 1987, interpondo barreiras à causa monárquica (SANTOS, 1992a, p. 29).

Por essa razão, *Manchete* tratava a proposta como “tecnicamente subversiva” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 20). Cunha Bueno, no entanto, alegava, com base em um

discurso proferido pelo senador Humberto Lucena⁴¹ (PMDB-PB), que a Constituinte era soberana e possuía poder de decisão. Assim, ele se sentia livre para lutar pela forma de governo e pela eliminação da letra da lei, que cerceava as atividades daqueles que desacreditavam o sucesso da República (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 24). A liberdade e a soberania daquele expediente também estavam impressas na Emenda Constitucional que permitiu o chamamento da Assembleia (BRASIL, 1985).

A fim de validar suas atitudes, Cunha Bueno asseverava, segundo Murilo Melo Filho (25 abr. 1987, p. 92), que a imagem do monarca encontrava singular acolhimento frente à opinião pública. “Nunca elegemos o presidente da uva, da voz ou do futebol. Mas sim, a rainha da uva, o rei da voz, o rei do futebol”, pontuava o constituinte, de acordo com “Posto de Escuta”, em conceito sustentado por ele e por seus aliados no decorrer dos anos subsequentes (MELO FILHO, 25 abr. 1987, p. 92).

Diferentemente da extensa cobertura sobre a demanda dos sistemas de governo, a movimentação pró-monarquia não ganhou intenso acompanhamento em *Veja*, que tratou o assunto como algo distante da realidade nacional. O semanário revelou dois comentários de pemedebistas, os quais zombavam da iniciativa de Cunha Bueno. “Já sou candidato a Dom João VII”, ridicularizava o deputado federal João Herrmann (PMDB-SP). Para Miro Teixeira (PMDB-RJ), também deputado, “o mais difícil seria a escolha do bobo da corte, pois não faltariam candidatos” (DEPUTADO..., 18 fev. 1987, p. 32).

Veja criticava uma possível designação do soberano por vias eleitorais, mencionando hipóteses jocosas, derivadas de prognósticos políticos desenvolvidos nos bastidores da Assembleia. “Na semana passada, corria em Brasília a piada de que o futuro imperador poderia ser Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Constituinte, da Câmara e vice-presidente da República⁴²” (DEPUTADO..., 18 fev. 1987, p. 32). Com a frase, a revista não apenas condenava a atividade monarquista, como o acúmulo de cargos pelo pemedebista.

Manchete, por sua vez, optou por outro caminho editorial. Em 16 de maio de 1987, a revista publicou uma extensa reportagem, com abundantes ilustrações, na qual afirmava que, em meio às “acaloradas” discussões sobre sistemas de governo, o projeto de Cunha Bueno estava “sacudindo a Constituinte”. Assinada pela jornalista Marilda Varejão, a matéria julgava que a possibilidade de “acabar com a República” era um “verdadeiro golpe parlamentar”,

⁴¹ Humberto Coutinho de Lucena (1928-1998), advogado e político com extensa atuação política, foi presidente do Senado entre 1987 e 1989 e entre 1993 e 1995.

⁴² Ulysses Guimarães não era oficialmente o vice-presidente da República. No entanto, era o sucessor imediato de José Sarney, frente a eventuais ausências do mandatário, por ocupar a presidência da Câmara dos Deputados.

citando os artigos constitucionais que determinavam a perenidade da forma de governo implantada na política brasileira (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 20-27).

Por outro lado, a repórter de *Manchete* sinalizou as motivações para os monarquistas manterem suas ações naquele contexto. “A ideia da volta à monarquia não é nenhum saudosismo. Segundo seus defensores, seria nosso passado vindo em resgate do nosso futuro”, descrevia. Perante os argumentos de seus entrevistados, Varejão (16 maio 1987, p. 20) conjecturava que, “respaldada por um gabinete e um primeiro-ministro eleitos democraticamente”, a fórmula monárquica parlamentarista desejada poderia proporcionar “as melhores condições teóricas de garantir a ordem e a paz social de uma nação”.

A jornalista ressaltou que os monarquistas eram admiradores da política espanhola, que devolveu o trono ao rei, em 1975, após anos de ditadura. Juan Carlos de Borbón⁴³, o monarca espanhol, era detentor do comando das Forças Armadas, sendo, para a repórter, “imune a pressões políticas” e “imutável” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 25). Anos mais tarde, *Veja* concordaria com essa visão, observando que a atuação do rei contra um golpe militar, planejado naquele país em 1981 – sem sucesso em sua concretização –, era responsável pela boa impressão causada pelo monarca, na Espanha e na comunidade internacional (UM MONARCA..., 8 jan. 1992, p. 51).

Varejão (16 maio 1987, p. 22) acentuou que os “partidários da monarquia” confiavam que aquele era o momento “mais adequado” para a implementação de sua ideia no Brasil, em virtude dos desdobramentos econômicos recentes. “É hora de aproveitar-se do fracasso do Cruzado e suas consequências, para jogar uma pá de cal e enterrar definitivamente este agonizante sistema de governo presidencialista”, parafraseava a repórter, remetendo aos pensamentos dos monarquistas (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 22).

A matéria atestava que Cunha Bueno era o único parlamentar constituinte interessado diretamente no tema. Relembrado por sua trajetória política, o congressista foi apresentado como um “aficionado pela monarquia” e um “estudioso do assunto”. Em seu antagonismo à República, ele explorava a dificuldade em afastar “democraticamente” do poder um presidente que não realizasse “um governo voltado para as necessidades do país” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 24). Sua conclusão era curiosa, uma vez que Cunha Bueno fez parte dos quadros da ARENA, apoiando, portanto, uma ditadura que, até há pouco tempo, limitava o afastamento e a substituição de mandatários do Poder Executivo nacional.

⁴³ Juan Carlos de Borbón, nascido em 1938, foi rei da Espanha entre 1975 e 2014. Após essa data, passou a ser rei emérito. Tornou-se monarca após uma articulação nos bastidores entre ele e o ditador Francisco Franco (1892-1975), condicionada pela morte desse último. Foi sucedido no trono por seu filho, Filipe VI. Envolto em suspeitas de corrupção, Juan Carlos deixou a Espanha em agosto de 2020.

Segundo a jornalista, ao submeter sua sugestão à Constituinte, o deputado havia encontrado acolhida para sua ideia na Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 24). A meta do movimento era a implantação no Brasil de uma monarquia parlamentarista federativa e constitucional (CUNHA BUENO, 1993, p. 56). Diferentemente da experiência anterior, o movimento utilizava a nomenclatura rei para o soberano, e não imperador⁴⁴.

Apesar de sua desvantagem numérica, o político contava com apoiadores engajados na sociedade civil, dispostos a formar um *lobby* por um “plebiscito para decidir a questão” de natureza administrativa (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 20). O uso do termo *lobby*, no contexto, remetia a grupos reunidos em favor de tópicos de importância singular ou de assuntos amplos, capitaneados por grupos de pressão abalizados dentro ou fora da Constituinte⁴⁵.

Entre as associações que pleiteavam a forma de governo monárquica apresentadas por Varejão (16 maio 1987, p. 24) estava o Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos (IBEM), do Rio Grande do Sul, sediado em Porto Alegre. A jornalista informou que a sociedade monarquista foi estabelecida em agosto de 1985, estando marcada por uma coincidência: a localização de sua sede, no Edifício Algarves, na Avenida Independência, algo que aludia a dois simbolismos ligados, de algum modo, à prática monárquica no Brasil⁴⁶ (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 24).

Seus principais integrantes eram Aldo Borges Campagnola, secretário-geral da organização, e Fernando Baptista Bolzoni, estudante de Direito, de 18 anos de idade, representante da ala jovem do instituto. Os dois se juntaram a Cunha Bueno e a Rut Coutinho Bandeira, professora universitária, filiada ao IBEM do Paraná, na função de visitar gabinetes de parlamentares, para divulgação de suas ideias políticas. Para Campagnola, a tarefa foi cumprida com êxito, pois, “em todos os partidos”, eles foram acolhidos com “grande simpatia e receptividade” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 24).

A reportagem expressava, contudo, que o movimento monárquico não era homogêneo no Brasil. Dentro do próprio IBEM sulista se sustentavam as mais variadas “tendências políticas”. Campagnola, por exemplo, era apresentado como socialista, enquanto Bolzoni era

⁴⁴ Desde cedo, utilizou-se o termo rei para denominar o soberano almejado pelos monarquistas do contexto. Em seu livro, Cunha Bueno (1988, p. 63) chegou a citar a questão, mas tergiversou, afirmando que a decisão sobre o tema seria, afinal, “fácil de tomar”. A polêmica pode ter relação com as disputas na Casa Orléans e Bragança e com a dificuldade no apontamento sobre quem ocuparia o pretense trono.

⁴⁵ Para um estudo mais aprofundado sobre o termo *lobby*, em sua conotação e aplicação na Constituinte, verificar Costa (2015).

⁴⁶ No caso, alude-se ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, estabelecido em 1815, que elevou o estatuto político do território brasileiro, e à Independência, processo de emancipação brasileira, veementemente interligado pelos monarquistas aos atos de Dom Pedro I.

filiado ao PFL e Bandeira era pemedebista (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 24). Sobre o conjunto de ideias que endossavam, eles preferiam falar em “instauração” da monarquia, pois, de acordo com Varejão (16 maio 1987, p. 24), não se atinham firmemente à tradição determinante sobre a sucessão, aceitando, inclusive, a criação de uma nova dinastia.

Os sulistas não descartavam totalmente o papel da família Bragança na monarquia almejada, pois a presença de um de seus membros como rei asseguraria a manutenção do “vínculo com o fundador do Estado brasileiro, Dom Pedro I” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 24). Todavia, assim como procedia Cunha Bueno, o grupo se evadia de um parecer incisivo, diante das polêmicas envolvendo os herdeiros culturais dos imperadores brasileiros do século XIX, divididos em vertentes de distintas posturas.

A família Orléans e Bragança é composta pelos sucessores da Princesa Isabel – filha de Dom Pedro II – e de seu esposo, o Conde D’Eu. Publicamente, ostenta o título de família imperial brasileira, sem valor político de fato. A reportagem de Marilda Varejão (16 maio 1987, p. 20-27) foi ilustrada por fotografias de componentes desse clã. A jornalista apontou que os sucessores da nobreza imperial enfrentavam uma notória fragmentação. “A briga pelo poder não é privilégio dos republicanos. Ao contrário: os nobres representantes da Casa Imperial também disputam a liderança entre si” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 26).

A falta de alinhamento entre os Orléans e Bragança, motivo de conflitos entre os apoiadores da forma monárquica naquele panorama, se originava na chamada questão dinástica. Em 1908, Dom Pedro de Alcântara⁴⁷, filho da Princesa Isabel, solicitou, por meio de um documento, denominado Carta de Cannes, sua abdicação a todos os direitos sucessórios sobre o extinto trono brasileiro para si e para seus futuros descendentes, em caráter irrevogável. A rigor, o ato foi induzido pelo casamento de Alcântara com a europeia Elisabeth Dobrzensky de Dobrzenicz⁴⁸, cuja nobreza era considerada inferior para os padrões de Isabel, a chefe da Casa Imperial (NÉMETH-TORRES, 2008).

O posicionamento do abdicante gerou, segundo Varejão (16 maio 1987, p. 26-27), toda sorte de boatos. A repórter relatou em seu texto que uma suposta deformidade na mão de Alcântara teria sido a verdadeira razão da renúncia. Em rechaço à aparência de seu filho, Isabel não teria visto nele, “o porte sonhado” para o comando das tradições familiares. Essa hipótese foi rapidamente minimizada pela jornalista, que salientou que Dom Pedro de

⁴⁷ Pedro de Alcântara de Orléans e Bragança (1875-1940), filho mais velho de Isabel, a última princesa imperial do Brasil.

⁴⁸ Elisabeth Maria Adelheid Dobrzensky de Dobrzenicz (1875-1951), a esposa de Dom Pedro de Alcântara, foi a quarta filha de Jan Vaclav II, conde de Dobrzensky. Utilizava o título de condessa apenas por cortesia.

Alcântara foi militar na Áustria, o que provava que a “deficiência física não era tão grande” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 26).

A decisão de Dom Pedro de Alcântara favoreceu seu irmão mais novo, Dom Luiz Maria⁴⁹, que se tornaria o novo aspirante à Coroa, transmitindo as simbólicas honrarias a sua descendência. A validade da Carta é confirmada pelo *Almanaque de Gotha*, antiga publicação alemã especializada em dinastias (SANTOS, 1992b, p. 63). Dom Luiz Maria faleceu um ano antes de sua mãe, Isabel, não usufruindo da chefia da realeza. Com a morte da matriarca, em 1921, os tradicionais encargos foram herdados pelo filho de Luiz, Dom Pedro Henrique⁵⁰, (NÉMETH-TORRES, 2008).

A descendência de Dom Pedro de Alcântara, conhecida como Ramo de Petrópolis, liderada no período desta pesquisa por Dom Pedro Gastão⁵¹, há anos contesta a legitimidade do documento assinado por seu patriarca (QUADROS, 2017, p. 21). Conforme a jornalista, Gastão dava “continuidade aos hábitos e costumes da dinastia de Dom Pedro II” e se proclamava como “seu verdadeiro herdeiro”. “A renúncia de meu pai não é válida”, afirmava o filho de Alcântara, ao crer que a ação abdicatória não obedeceu a ritos e ocorreu “quando a Constituição do Império não mais estava vigorando” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 27).

Em contrapartida, a sucessão de Dom Luiz Maria, chamada de Ramo de Vassouras, chefiada por seu neto, Dom Luiz⁵², desde o falecimento de Dom Pedro Henrique, em 1981, credita a si, o dever da manutenção dos preceitos da nobreza. Petrópolis e Vassouras são municípios fluminenses nas quais elementos dos ramos permaneceram ou se instalaram durante algum momento do século XX, embora o próprio Dom Luiz estivesse radicado, em 1987, no município paulista de Amparo (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 27).

A falta de consenso entre os monarquistas passava pelo descontentamento em relação ao comportamento pessoal de Dom Luiz, que, assim como seu irmão mais novo, Dom Bertrand⁵³, era membro ativo da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada e liderada por Plínio Corrêa de Oliveira⁵⁴. O grupo visava a conservação de valores associados à Igreja Católica, sendo contrário às revoluções,

⁴⁹ Luiz Maria de Orléans e Bragança (1878-1920), segundo filho da Princesa Isabel, irmão de Pedro de Alcântara, supracitado, era conhecido como “O Príncipe Perfeito” por seus apoiadores.

⁵⁰ Pedro de Alcântara Henrique de Orléans e Bragança (1909-1981), proprietário rural, filho de Dom Luiz Maria.

⁵¹ Pedro de Alcântara Gastão de Orléans e Bragança (1913-2007), filho de Dom Pedro de Alcântara e Elisabeth, supracitados, reivindicou o pretense trono do Brasil durante o período analisado por essa pesquisa. Atuava profissionalmente como administrador imobiliário.

⁵² Luiz Gastão de Orléans e Bragança, nascido em 1938, reivindica os pretensos direitos dinásticos brasileiros, sendo líder de um segmento de sua família, o Ramo de Vassouras.

⁵³ Bertrand Maria de Orléans e Bragança, nascido em 1941, é o segundo na linha de sucessão ao trono brasileiro, segundo o entendimento de monarquistas ligados ao Ramo de Vassouras.

⁵⁴ Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995), escritor, conferencista e advogado paulista, fundador da TFP, de inspiração católica e conservadora.

acreditando que a monarquia “hereditária, estável e duradoura” preservaria de “maneira mais perfeita a harmonia e a ordem desejadas por Deus” (ZANOTTO, 2012, p. 131).

Em oposição à convicção política e social conservadora do líder do Ramo de Vassouras, os membros do Ramo de Petrópolis refletiam opiniões mais liberais, acentuando a divergência (QUADROS, 2017, p. 22). Ilustres desconhecidos no cenário nacional, os Orléans e Bragança faziam, até então, pontuais aparições, geralmente em colunas sociais, distanciando-se de uma atuação oficial nas esferas de poder, restrita por sua própria tradição (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 27).

Outra disputa familiar igualmente ocasionava discórdias, posto que o Ramo de Petrópolis é o único a usufruir do laudêmio, imposto de 2,5% cobrado sobre as propriedades construídas e transações imobiliárias realizadas naquele município, cuja localização se dá sobre as terras de uma antiga fazenda de Dom Pedro II (NÉMETH-TORRES, 2008). “Herdeiro ou não da coroa, Dom Pedro Gastão tem em suas mãos talvez a maior herança da família imperial”, descreveu Varejão (16 maio 1987, p. 27), ao opinar que o “instituto de direito” era “anacrônico”.

Dom Pedro Henrique, no contexto da Segunda Guerra Mundial, repassou os benefícios da enfiteuse – como também é conhecido o laudêmio – ao outro ramo, perdendo o prazo para reaquisição (NÉMETH-TORRES, 2008). Desse modo, coube à Companhia Imobiliária de Petrópolis, gerida por Dom Pedro Gastão, a gestão do tributo, que superava as taxas habitualmente cobradas pelo Estado como impostos de transmissão. A jornalista contemplava que, ao transitar em Petrópolis, Dom Pedro Gastão era compreendido pela população como a “própria monarquia rediviva” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 27).

Sem oficialmente tomar partido sobre a disputa familiar, *Manchete* optou por apresentar Dom Pedro Gastão e Dom Luiz como prováveis detentores do figurativo direito de assumir o trono. Por isso, Marilda Varejão (16 maio 1987, p. 27) não designou os ramos pela localização geográfica, nem pela árvore genealógica, mas por sua adesão ideológica. Sendo assim, os defensores de Dom Luiz foram chamados de “luizistas”, enquanto os de Dom Pedro Gastão compunham os “gastãozistas”. Os termos se tornaram recorrentes no discurso da revista carioca, em ocasiões posteriores.

Em contrariedade à compreensão dos integrantes do IBEM porto-alegrense – que, embora desejassem um Bragança como rei, acatariam a resolução a ser deliberada pelos constituintes –, antigos sócios da versão original da associação, o IBEM do Rio de Janeiro, fundado em 1978, se agrupavam em 1987 no Instituto Brasileiro de Pesquisas Monárquicas, o Ibrapem. Para seus associados, o ideário sul-rio-grandense de monarquia era “um verdadeiro

pecado”, pois ignorava a dinastia e os ritos sucessórios, que delegavam a coroa para Dom Luiz de Orléans e Bragança (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 25).

Marilda Varejão (16 maio 1987, p. 25) traçou o perfil de três sócios da organização fluminense. O historiador e professor universitário Otto de Alencar Sá Pereira era descrito como um “descendente da fidalguia portuguesa”, “monarquista desde os cinco anos de idade”, por influência de sua avó paterna, dona de “uma grande devoção pela família imperial”. Entendendo a possibilidade de uma nova dinastia como “inaceitável”, Pereira fundou, no início da década de 1950, a União Nacional dos Universitários Monarquistas (UNUM) (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 25).

Efêmera, a UNUM, conforme seu criador, durou cerca de um ano e meio, dispersando-se aos poucos, fazendo-o reivindicar sozinho a restauração da monarquia, até que ele foi “abocanhado pela TFP entre 1955 e 1970”, informava o acadêmico. Na sociedade, ele “encontrou outros adeptos” da forma monárquica, “aos quais se juntou”, reunindo-se com Dom Luiz e Dom Bertrand em assembleias tefepistas promovidas na capital paulista (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 25).

Reforçando todos os discursos antirrepublicanos inerentes aos monarquistas, Ubirajara Rodrigues da Silva, presidente do Ibrapem, cuja ascendência africana era evidenciada pela jornalista, defendia o instituto, não como uma dissidência do IBEM, mas como uma sociedade interessada “em fazer penetrar, em todos os setores, a ideia monárquica”, caracterizando-se como “essencialmente cultural” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 25).

Já para o arquiteto e urbanista Luiz Manoel Cavalcanti Gazzaneo, qualquer discussão sobre dinastias não tinha sentido, “porque Dom Pedro II acatou o 15 de novembro, mas não o aceitou. Ele nunca abdicou nem renunciou aos seus direitos inalienáveis, herdados em 1822”, ressaltava, em um confuso raciocínio. A abdicação de Dom Pedro de Alcântara era por ele reconhecida, visto que a “própria imperatriz”, isto é, a Princesa Isabel, “anteviu o que poderia acontecer e teve o cuidado de comunicar a renúncia de seu filho primogênito ao Diretório Monárquico então existente” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 25).

Pereira, Silva e Gazzaneo, além de integrantes do Ibrapem, se apresentavam como lideranças favoráveis ao Partido Monarquista, “que começou a ser cogitado em 1980 e articulado a nível nacional em 19 de outubro de 1986”. Os componentes da legenda⁵⁵, que buscava regularização, se uniam pela “legitimidade da sucessão”, ou seja, pela ascensão de

⁵⁵ Cabe salientar que a TFP, citada durante o texto, não possuía envolvimento direto na concepção do Partido Monarquista ou de outros movimentos formais. Seu próprio regimento impedia que a organização se mobilizasse em torno de campanhas políticas de qualquer natureza. Mesmo assim, de maneira pessoal, muitos de seus membros se posicionariam em favor da monarquia no Plebiscito de 1993 (ZANOTTO, 2012, p. 131).

Dom Luiz ao trono. A união entre modalidades pró-monarquia ativas no período era vista por Ubirajara Rodrigues da Silva como “quase impossível”, pelas diferentes visões ante a evolução do assunto (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 25).

Secretário-geral do partido em planejamento, o comandante Bruno Macedo de Carvalho, vinha, desde 1986, buscando simpatizantes à legenda. Consultado por *Manchete*, o militar asseverava que, para ele, a forma de governo restauraria “a grandeza e a pujança da nossa pátria”, a exemplo do que ocorria em outras monarquias no mundo (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 22). Na reportagem, também foram citados os Círculos Monárquicos, pequenos grupos de igual inspiração. Todos privilegiavam os direitos de Dom Luiz como aspirante ao cargo de rei (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 25).

O movimento partidário conexo ao conjunto de ideias encontrava, de acordo com Varejão, semelhanças com a Ação Patrianovista Brasileira⁵⁶, que reunia grupos afins nas décadas de 1920 e 1930 e editava o periódico *Pátria Nova*⁵⁷. A jornalista observava que, em 1987, os defensores da monarquia eram escassos, “tanto no Rio, quanto em Porto Alegre, em São Paulo e no Paraná”, pois suas reuniões não conseguiam “arrebanhar mais que 25 ou 30 monarquistas”, quantidade que “difícilmente” somaria “suas forças num mesmo partido” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 25).

Marilda Varejão ainda explorou a viabilidade monárquica no Brasil, ponderando-a a partir de duas análises. Para Luiz Carlos de Mesquita Rothmann, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a estabilidade monárquica se deve à atuação do soberano como “árbitro, isento”, configurando-se como “ponto referencial do estado”, sem ser “objeto de disputa partidária”. “Reinar, em última análise, é exercer o ministério de zelar pelo bem comum, mas não o de realizá-lo, efetivamente”, sintetizou o acadêmico (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 25-26).

O jornalista Villas-Boas Corrêa, do *Jornal do Brasil*, discordava dos anseios monarquistas, percebendo-os como um “sonho de muito poucos, uma ideia enterrada no passado que não tem a menor condição de vingar”. Corrêa não notava quaisquer mobilizações populares em prol da forma de governo, “nem na casa do caseiro do Palácio Grão-Pará, em Petrópolis”. O jornalista ironizou, aludindo às representações monárquicas do Carnaval, que, “como o Brasil não é um país sério e gosta de anedotas, nosso monarca acabaria defendendo

⁵⁶ Ação Imperial Patrianovista Brasileira foi uma organização monarquista, nacionalista, anticomunista e de inspiração católica, fundada em 1928. Um de seus principais expoentes foi Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978), escritor e político. Paralisada durante o Estado Novo, voltou a atuar após 1945, até meados da década de 1960.

⁵⁷ Detalhes sobre esse e outros grupos que reivindicaram a monarquia em diferentes momentos da República podem ser consultados no artigo de Quadros (2017).

as cores da Mangueira, num desfile de peruca e carruagem no sambódromo” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 26).

Os escritos de Varejão em *Manchete* apresentaram seis componentes da pretensa família imperial, expondo que não havia sequer entre eles, “unidade no pensamento”, não apenas no que se referia à sucessão, “mas até mesmo sobre a adoção da monarquia” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 26-27). Além dos ramos de Petrópolis e de Vassouras, supracitados, uma terceira vertente constitui o Ramo Saxe-Coburgo-Bragança, descendente da irmã da Princesa Isabel, Leopoldina.

Philippe Tasso de Saxe-Coburgo-Bragança possuía, segundo a jornalista, uma “visão política moderna e realista”. Oficial da Marinha brasileira, nascido em 1939, ele se dizia monarquista “por razões óbvias” e criticava a República, como todos os demais. Entretanto, para ele, “de qualquer forma, na atual conjuntura, pensar em restauração da monarquia é coisa do Museu Imperial”, conformava-se (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 26).

No Ramo de Vassouras, o empresário Dom Eudes⁵⁸, um “festejado colunável”, tido como a “ovelha negra do clã”, declarava ter “dúvidas quanto à adoção desta forma de governo”. Eudes havia seguido a “tradição da família” e renunciado a seus direitos, motivado por um casamento desigual. Se não o tivesse feito, sob as diretrizes de seu ramo familiar, ele seria o segundo na linha sucessória, ultrapassando seu irmão mais novo, Bertrand (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 26).

Afirmando não cobiçar a Coroa, Dom Eudes asseverava que apoiaria o retorno da monarquia, somente se seu irmão mais novo, Dom Antônio⁵⁹, “fosse nosso monarca”. “Porque uma monarquia onde o imperador venha da TFP, como é o caso de meus irmãos, Dom Luiz e Dom Bertrand, eu tô fora...”, determinava. “O que precisamos é de dignidade”, pontuava o empresário, mencionando exemplos internacionais e elogiando o Brasil Império, visto por ele como um tempo “de paz política e prosperidade econômica” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 27).

O engenheiro civil Dom Antônio, conforme Varejão (16 maio 1987, p. 27), era apoiado por diversos segmentos para assumir o trono, em caso de restauração da monarquia. Funcionário de uma empresa de plásticos e casado com Christine, Princesa de Ligne, ele morava em Petrópolis e era o terceiro na linha de sucessão, estando atrás de Dom Luiz e Dom Bertrand. Antônio, de acordo com a jornalista, representava “para os luizistas a opção de uma

⁵⁸ Eudes de Orléans e Bragança (1939-2020) foi um empresário nascido na França, irmão de Dom Luiz e Dom Bertrand. Renunciou a seus tradicionais direitos familiares sucessórios em 1966.

⁵⁹ Antônio João de Orléans e Bragança, engenheiro civil, nascido em 1950, é o sétimo filho de Dom Pedro Henrique, terceiro na linha de sucessão ao figurativo trono, se considerada a tradição do Ramo de Vassouras.

monarquia onde a tradição dinástica é respeitada e a TFP é rejeitada”. Ele, porém, refutava teses que destituiriam seus irmãos mais velhos de seus requeridos direitos (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 27).

A reportagem ainda colocou em evidência três “gastãozistas”. Dom Pedro Carlos⁶⁰, filho mais velho de Dom Pedro Gastão, desconversava sobre a chance de vir a se tornar monarca. Conforme *Manchete*, ele se dizia parlamentarista, mas não monarquista. No entanto, “se adotada por nossa Constituinte, necessariamente a monarquia deve respeitar nossa história e dar continuidade ao que já existiu, ou seja, respeitar a dinastia dos Bragança, da qual meu pai é o herdeiro”, finalizava o ecólogo, pai de dois filhos, que “não se preocupou em encontrar uma princesa para casar” (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 27).

Dom Francisco Humberto⁶¹, irmão de Dom Pedro Carlos, “dono de um jornal e uma rádio” em Petrópolis, também desacreditava a forma monárquica “no Brasil de hoje”, isto é, em 1987. “De qualquer forma, como tudo, a monarquia, se viesse, teria que ser por plebiscito, democraticamente, ouvindo-se o povo”, assegurava, avaliando negativamente a atuação dos parlamentares brasileiros. Francisco ainda contestava maus julgamentos direcionados aos integrantes de sua família, acusados de não estarem preparados para exercerem a chefia de Estado. “Algum dos nossos presidentes o foi?”, rebatia o empresário, pondo em dúvida a capacidade das lideranças republicanas (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 27).

Varejão (16 maio 1987, p. 27) distinguiu também a opinião de Dom João Henrique⁶², o “Dom Joãozinho das crônicas sociais”, sobrinho de Dom Pedro Gastão, que duvidava da aplicabilidade da monarquia naquele contexto, mas não descartava defender a forma de governo. Adiante, *Manchete* e *Veja* delegaram ênfase a Dom João Henrique, descrito como possuidor de um “caráter aventureiro” (SILVEIRA, 19 mar 1988, p. 34-35), evidenciando-se como um homem contemporâneo, que nutria uma “paixão pela natureza”, “em especial pelo mar”, e que não gostava de falar sobre dois assuntos: “monarquia e política” (FORMAS..., 18 nov. 1987, p. 138-139).

Afinal, a reportagem de Varejão (16 maio 1987, p. 27) revelou “o pensamento de Dom Pedro II”, trazido à tona através do professor de História e diretor do Museu Imperial de Petrópolis, Lourenço Lacombe, “um republicano parlamentarista”. No texto, são transcritos dois trechos de documentos atribuídos ao antigo imperador do Brasil, nos quais ele fazia

⁶⁰ Pedro de Alcântara Carlos de Orléans e Bragança, nascido em 1945, biólogo, primogênito de Dom Pedro Gastão.

⁶¹ Francisco Humberto de Orléans e Bragança, nascido em 1956, empresário do ramo da comunicação em Petrópolis, filho de Dom Pedro Gastão.

⁶² João Henrique de Orléans e Bragança, nascido em 1954, fotógrafo e empresário carioca. Filho de Dom João Maria de Orléans e Bragança (1916-2005), irmão de Dom Pedro Gastão.

declarações “a favor da República”. No primeiro, ele dizia ter nascido para se “consagrar às letras e às ciências”, preferindo ocupar o cargo de “presidente da República” ou de “ministro”, ao invés de ser imperador (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 27).

No segundo, enfatizava que

O sistema republicano é o mais perfeito, como podem sê-lo as coisas humanas. Creiam que eu só desejava contribuir para um estado social em que a República pudesse ser plantada, por assim dizer, por mim e dar sazoados frutos. Como seria ela produção natural, não poderiam preocupar-me os direitos de minha filha e netos (VAREJÃO, 16 maio 1987, p. 27).

Percepções sobre Dom Pedro II, seu governo e seu poder, motivaram múltiplas conclusões nos semanários. Algumas vezes, o antigo imperador brasileiro era visto como pioneiro, outras como uma liderança ultrapassada, amparada no Poder Moderador. O mecanismo imperial, que se sobrepunha às demais vontades, era rechaçado por *Veja*, que o entendia como uma das razões pelas quais a forma de governo foi substituída (PARLAMENTARISMO..., 15 abr. 1987, p. 23).

Seu pioneirismo, porém, fundamentava-se em sua erudição e em seus incentivos às artes e à fotografia, características “herdadas” por Dom João Henrique (SILVEIRA, 19 mar 1988, p. 34). A atração de Dom Pedro II pelo desenvolvimento tecnológico que culminou na evolução das técnicas fotográficas era associada ao *hobby* de seu descendente, que promoveu exposições de suas imagens – em 1987, no Rio de Janeiro, e em 1988, em São Paulo –, em ações pautadas pelas duas revistas. Para a repórter Maria Luiza Silveira (19 mar. 1988, p. 34), de *Manchete*, Dom João Henrique e Dom Pedro II eram “os príncipes da fotografia”.

A reportagem de Marilda Varejão recebeu o parecer de dois leitores de *Manchete*. Conforme Paulo Napoleão, de Araçatuba/SP, a matéria lhe aguçou “inesperado interesse”. O leitor acreditava que a possibilidade de restauração da monarquia “só remotamente poderia ser considerada”. Entretanto, ele se mostrava surpreso com o conteúdo disponibilizado, afirmando que “as simpatias” pela forma de governo pareciam ser maiores do que as aparências indicavam (O LEITOR..., 25 jul. 1987, p. 89).

Segundo Fernando Lopes de Almeida Soares, de Belo Horizonte/MG, a dedicação de “nada menos que oito páginas” na revista para a apresentação do “movimento em prol da restauração da monarquia parlamentarista no Brasil” representava bem a “importância do assunto”. Soares ainda lembrou uma pesquisa publicada pelo semanário dez anos antes, que dizia que 20% dos brasileiros era favorável à mudança da forma de governo. “E isso sem que houvesse um movimento organizado de esclarecimento da opinião pública”, complementava (O LEITOR..., 30 maio 1987, p. 93).

Em uma notícia de *Manchete*, o escritor Ariano Suassuna informou que havia se tornado republicano presidencialista, em detrimento de sua antiga preferência pela monarquia. A razão para tal era sua decepção com membros portugueses da família Bragança e com Dom Luiz, pela ligação dele com a TFP. Suassuna desabonava que o parlamentarismo pudesse ser instalado no país sob bases republicanas, ideia comum entre monarquistas, como Cunha Bueno, que temiam conflitos entre o presidente, o primeiro-ministro e o Congresso (ARIANO..., 11 jul. 1987, p. 104-105).

Destaca-se, na cobertura de *Manchete*, que nenhum dos entrevistados se furtou a sustentar suas opiniões publicamente. Nem mesmo as organizações que congregavam os adeptos da monarquia se faziam, de algum modo, secretas. Tudo era exposto, à revelia do decreto do presidente Deodoro. Sem maiores pudores, eles seguiriam buscando a mudança da forma de governo, observando fatos novos na Constituinte, que logo conheceria o primeiro anteprojeto de Bernardo Cabral.

2.3 No duelo de sistemas, tempo de parlamentarismo

A Assembleia Nacional Constituinte encerrou sua primeira fase de discussões no início de junho de 1987. Diante do fato, *Veja* fez um balanço da ação dos congressistas, antevendo os encaminhamentos posteriores. As subcomissões tornaram públicas suas preferências e as comissões iniciaram suas deliberações. Assim, a Assembleia delineava seu perfil. A convergência das demandas se materializaria em um anteprojeto, a ser desenvolvido por Bernardo Cabral (COMEÇOU..., 3 jun. 1987, p. 30-31).

No entanto, algumas questões, segundo *Veja*, estavam “longe de uma definição”. Entre elas, a duração do mandato de Sarney e a determinação sobre o sistema de governo, assuntos que, na visão da revista, enfrentariam “longas batalhas” na Comissão de Sistematização, resolvendo-se apenas no final da Constituinte (UM JOGO..., 3 jun. 1987, p. 33). A predileção dos deputados e senadores por um mandato presidencial de cinco anos, com a adoção de um “parlamentarismo híbrido”, era uma tendência que, conforme o semanário, derivava de dois fatores:

Um é a simpatia pelo parlamentarismo demonstrada pela metade dos constituintes nas pesquisas realizadas no plenário. Outro é a propensão a se usar o parlamentarismo como um drible de ocasião para contornar graves crises políticas influenciadas pela debilidade do presidente, como já ocorreu, com malogro, no parlamentarismo de João Goulart, do qual Tancredo Neves foi primeiro-ministro (UM JOGO..., 3 jun. 1987, p. 33).

O modelo parlamentarista mais concreto avaliado pelos constituintes, de acordo com o periódico, se baseava em uma proposta de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS), descrita por *Veja* como uma “obra barroca destinada a evitar que o presidente seja uma rainha da Inglaterra e a permitir que o parlamento amplie seus poderes sobre o governo”. Evidenciando muitas semelhanças com o esboço atribuído a Sarney, publicado no semanário em abril, o projeto do senador pemedebista trazia como grande novidade, a possibilidade de dissolução da Câmara (UM JOGO..., 3 jun. 1987, p. 33).

Segundo a revista, o presidente ganharia as prerrogativas de nomear os ministros militares, o chefe do Gabinete Civil e o chanceler, aumentando, portanto, sua perspectiva de poder. A vice-presidência da República seria extinta. “Desse jeito ficamos com o parlamentarismo do sexto ministro”, criticava Miguel Reale Júnior⁶³, jurista constantemente sondado por *Veja* sobre as atividades constituintes, que, inicialmente, detectava na ideia, um excessivo enfraquecimento do cargo de primeiro-ministro (UM JOGO..., 3 jun. 1987, p. 33).

Para o jurista, o parlamentarismo era o “ponto de partida” para a resolução dos problemas nacionais, e não o “ponto de chegada” ou um “milagre” (REALE JÚNIOR, 1993, p. 9). Severo crítico do presidencialismo, ele opinava, em livro lançado seis anos depois, que o sistema parlamentarista premiava bons governantes, fortalecendo e estabilizando o primeiro-ministro e o governo. A seu ver, porém, a incompetência do *premier* poderia ser punida com sua destituição, obtida em letras jurídicas mais sólidas que as do sistema presidencial (REALE JÚNIOR, 1993, p. 34).

Na obra porvindoura, ele contestava julgamentos oriundos de presidencialistas, que classificavam como híbrido, o sistema de gabinete que facultaria a eleição direta do presidente da República (REALE JÚNIOR, 1993, p. 35). No contexto constituinte, *Veja* amplificou a ideia de hibridismo parlamentarista, ao captar oposições ao modelo mais tradicional, combatido abertamente por políticos como José Sarney – interessado em manter os cinco anos de seu mandato presidencialista –, Ulysses Guimarães e o senador Marco Maciel⁶⁴ (PFL-PE) – que “não gostavam do parlamentarismo” (UM JOGO..., 3 jun. 1987, p. 33).

De acordo com o semanário paulistano, a conclusão da segunda fase dos trabalhos gerou, na Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo, a aprovação da proposta de José Fogaça, “em suas linhas básicas”. Com isso, o anteprojeto do deputado

⁶³ Miguel Reale Júnior, jurista e político, nascido em 1944. Foi consultor da presidência da Assembleia Constituinte (1987-1988) e membro da Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães, em 1993.

⁶⁴ Marco Antônio de Oliveira Maciel, advogado e político, nascido em 1940, com extensa carreira. Elegeu-se senador em 1982, pelo PDS, mais tarde ajudando a fundar o PFL. Ministro da Educação e ministro-chefe da Casa Civil no governo José Sarney. Em abril de 1987, deixou o governo e assumiu seu lugar na Constituinte. Liderou a Frente Presidencialista em 1993. Foi vice-presidente da República entre 1995 e 2002, na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Egídio Ferreira Lima⁶⁵ (PMDB-PE), relator da Comissão, formalizaria a divisão de poderes entre o presidente, eleito para cinco anos de mandato, e o primeiro-ministro, indicado pelo chefe de Estado, mas referendado pelo Congresso (VITÓRIA..., 24 jun. 1987, p. 43).

A instabilidade econômica continuava influenciando os pensamentos dos parlamentares, que acreditavam que a evolução do debate sobre a mudança de sistema de governo ficaria condicionada à desenvoltura de Sarney na solução das tensões. O presidente, por sua vez, seguia defendendo o presidencialismo, temendo que o parlamentarismo entrasse em vigor ainda em seu mandato. A princípio, a intenção dos congressistas era instalar o novo modelo em 15 de março de 1988 (VITÓRIA..., 24 jun. 1987, p. 43).

Para *Veja*, com o parecer da Comissão, Sarney estava “ganhando no quanto, isto é, na duração de seu mandato, mas perdendo no como, ou seja, na forma (sic) de governo planejada para o país a partir de 1988” – referindo-se, na verdade, ao sistema parlamentarista. O hebdomadário ponderou que a fórmula adotada pelos constituintes deixaria o presidente da República “em nítida desvantagem”, pois o primeiro-ministro ficaria encarregado das “medidas que achasse melhor para o país” (VITÓRIA..., 24 jun. 1987, p. 43).

Todavia, o “audacioso esforço para passar um serrote nos poderes presidenciais” era entendido por *Veja* como consistente, por seu embasamento. “O projeto elaborado por Fogaça é uma plataforma a partir da qual é possível enxergar um futuro de estabilidade num país onde a democracia sempre esteve sob a sombra de baionetas”, elogiou a reportagem (VITÓRIA..., 24 jun. 1987, p. 43). Apesar desse posicionamento, mais tarde, *Veja* recorreu repetidamente ao fracasso do parlamentarismo do governo João Goulart para ressaltar deméritos do sistema.

De maneira irônica, a publicação também associou o sistema parlamentarista ao período regencial (1831-1840), amparando-se na fala do senador Jarbas Passarinho, que via semelhanças entre ambos. “Como o PMDB nunca absorveu Sarney, teremos um governo provisório, enquanto o presidente atinge a maioria. Nesse sistema, Ulysses pode ser o regente Feijó⁶⁶”, observou o político, sugerindo que Guimarães assumiria um eventual e efêmero gabinete, a ser praticado no governo vigente (VITÓRIA..., 24 jun. 1987, p. 43).

Ulysses, o “tri-presidente”, como era chamado por *Manchete* e *Veja*, era um dos nomes preferidos pela militância de seu partido para assumir a função de primeiro-ministro, pois “teve um peso decisivo para desmontar o plano de diretas em 1988” e defendia os cinco anos de mandato presidencial. Segundo *Veja*, a rivalidade entre ele e Sarney poderia ser um

⁶⁵ Egídio Ferreira Lima, jurista e político, nascido em 1929, foi membro da Comissão de Sistematização na Constituinte.

⁶⁶ Diogo Antônio Feijó (1784-1843), político e sacerdote católico, regente do Brasil entre outubro de 1835 e setembro de 1837.

empecilho para a escolha, privilegiando outro aliado, Aureliano Chaves, na disputa do ainda inexistente posto (VITÓRIA..., 24 jun. 1987, p. 43).

A chance de obtenção do tempo de governo almejado por Sarney era questionada por Murilo Melo Filho (4 jul. 1987, p. 100), que informou em “Posto de Escuta” que 14 membros da Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo se mantinham “irredutíveis” pela delimitação do mandato presidencial em quatro anos. Entre eles, o relator, Egídio Ferreira Lima (MELO FILHO, 4 jul. 1987, p. 100). Juntamente com a polêmica em torno do prazo de instalação do parlamentarismo, a disputa sobre o mandato presidencial se manteve entre os constituintes, reacendendo conflitos no futuro.

Na primeira semana de julho de 1987, Bernardo Cabral apresentou o primeiro esboço para a Constituição. A compilação de anteprojetos concebidos nas comissões foi duramente criticada por parlamentares de diferentes posições ideológicas (CRUZ; CARNEIRO, 2009). Conforme reportagem de *Veja*, o próprio relator se mostrava insatisfeito com o produto de seu trabalho, renegando a autoria do documento, considerado extenso, por agrupar mais de 500 artigos. “De fato, Cabral teve de colocar no papel praticamente tudo que recebeu – e sua esperança é de que, na próxima fase dos trabalhos, o anteprojeto possa ser melhorado”, sintetizou a matéria (TUDO..., 8 jul. 1987, p. 32).

O esboço dimensionava o modo como os temas evoluiriam na Constituinte. No que concernia às discussões sobre sistemas de governo, *Veja* opinou que o anteprojeto de Cabral buscou “fortalecer o papel do presidente da República no sistema parlamentarista de governo definido”, algo reprovado pelo semanário, que via a implantação do parlamentarismo nesses moldes como um mero meio de “desidratar o poder do presidente Sarney”, desabonando a manutenção da ideia nos termos colocados (UM ALICERCE..., 15 jul. 1987, p. 21).

A possibilidade de o presidente escolher o primeiro-ministro também foi julgada negativamente pela publicação da Editora Abril, que se fundamentou nas palavras do senador Marco Maciel: “É difícil imaginar que um presidente escolhido com 30 ou 40 milhões de votos vá ficar assistindo de longe ao governo de um primeiro-ministro que teve 300 mil votos” (UM ALICERCE..., 15 jul. 1987, p. 21). Esse apontamento foi explorado e defendido durante os anos seguintes por *Manchete* e *Veja*, ao avaliarem práticas interligadas ao parlamentarismo.

O anteprojeto de Cabral também colocava limites intransponíveis, segundo o semanário, àquela que era interpretada como “a principal vantagem do sistema parlamentarista: a queda do gabinete, por iniciativa da Câmara, quando o governo vai mal” (UM ALICERCE..., 15 jul. 1987, p. 21). A inviabilização desse mecanismo era criticada pela

revista, como uma das contradições da “coloridíssima colcha de retalhos constitucional”, que englobava em si, uma série de controvérsias, sobretudo relacionadas à aquisição de direitos pelo trabalhador, o que também causava espécie na publicação (UM ALICERCE..., 15 jul. 1987, p. 18).

O mês de julho de 1987 foi marcado, conforme *Veja*, pela queda de quórum na Constituinte, o que tornou as discussões pouco produtivas (FRACASSO..., 22 jul. 1987, p. 26). As formas de governo permaneceram ocultas nos semanários. Os sistemas, por si, não contaram com novos entendimentos. No período, o PMDB continuava distante de um consenso sobre as teses eleitorais. Sarney tentava interferir nas escolhas de seus correligionários, manobrando contra a apresentação das pautas na convenção nacional do partido, ocorrida em 18 e 19 de julho de 1987 (O GIGANTE..., 29 jul. 1987, p. 18-19).

Projetava-se que a opção pelo parlamentarismo com quatro anos de mandato presidencial predominaria na reunião, cindindo a unidade da legenda. Para Alexandre Garcia (25 jul. 1987, p. 13), o comportamento dos pemedebistas parlamentaristas carecia de coerência, visto que os sistemas de governo não foram discutidos, nem antes e nem durante as eleições de 1986. No julgamento do colunista, a atitude dos congressistas ignorava e desrespeitava a vontade do eleitor (GARCIA, 25 jul. 1987, p. 13). As matérias, afinal, não foram apreciadas na convenção, muito devido à influência de Ulysses Guimarães e sua “habilidade pessedista”⁶⁷, celebrada por Murilo Melo Filho (1 ago. 1987, p. 103).

Já em agosto, enquanto o PMDB buscava se afastar das contendas, o Exército, por meio de seu alto comando, liderado pelo ministro Leônidas Pires Gonçalves, informava ser favorável ao “presidencialismo mitigado”, em alinhamento às sugestões de José Sarney sobre o tema (MELO FILHO, 15 ago. 1987, p. 101). Em ataque aos constituintes, o militar tornaria a defender contundentemente o sistema presidencialista, associando as decisões tomadas na Assembleia, aos desejos de uma minoria “ativa e disciplinada” (A SOMBRA..., 2 set. 1987, p. 25). De tal modo, o presidente da República passou a contar formalmente com um aliado poderoso em sua luta. A conduta do ministro evidenciava que os militares faziam questão de se manterem atuantes no jogo do poder.

Sarney seguia articulado em prol da manutenção dos poderes presidencialistas. “Não deve haver separação entre o chefe de Estado e o chefe de governo”, justificava o pemedebista, que, segundo Melo Filho (12 set. 1987, p. 102), apoiava a conservação “dessa unidade”. Em visita a Barretos/SP, em 26 de agosto de 1987, ele apelou para que a Aliança Democrática rejeitasse o parlamentarismo (MELO FILHO, 12 set. 1987, p. 102). Para o

⁶⁷ Antes da ditadura militar, Ulysses Guimarães integrou o Partido Social Democrático (PSD), fato constantemente recordado por Melo Filho em suas citações.

Palácio do Planalto, o presidencialismo, “na pior das hipóteses, mitigado”, era o modelo administrativo ideal, merecendo defesa pública (A SOMBRA..., 2 set. 1987, p. 26).

Ulysses Guimarães, no que lhe concernia, era, segundo *Veja*, “um grande adversário da ideia do parlamentarismo”. Contudo, para a revista, a postura do político poderia mudar para evitar um “sistema híbrido de governo” (PRIMEIROS..., 26 ago. 1987, p. 37). *Manchete* desacreditava essa suposição, destacando uma fala do “tri-presidente” sobre o assunto. “O presidencialismo é mais rápido nas suas respostas”, opinava Guimarães, segundo Murilo Melo Filho (12 set. 1987, p. 106), refletindo que, para o pemedebista, ainda não era “hora do parlamentarismo no Brasil”.

Em agosto de 1987, Bernardo Cabral apresentou uma nova versão do anteprojeto da Constituição, após pressões de Ulysses Guimarães (CRUZ; CARNEIRO, 2009). O documento, que ficaria conhecido como Primeiro Substitutivo, acirrou ainda mais as contestações sobre sistemas de governo, ao ressaltar paradoxos. Ao mesmo tempo em que empoderava o primeiro-ministro, diminuindo a autoridade do presidente – aumentando, portanto, as chances de atritos entre ambos –, deixava em aberto a data de instalação do novo modelo. O texto desagradou tanto a aliados de Sarney como a seus adversários (PRIMEIROS..., 26 ago. 1987, p. 37).

Para o semanário paulistano, o Primeiro Substitutivo possuía outras carências, que ignoravam, dentro do parlamentarismo, a necessidade de medidas para o fortalecimento dos partidos e a adoção do voto distrital (PRIMEIROS..., 26 ago. 1987, p. 37). O tópico alusivo aos sistemas de governo era interpretado por *Veja* como o “mais polêmico e indefinido” do momento, especialmente pela possibilidade de o substitutivo ganhar uma nova versão, mais moderada, atendendo às constantes interferências do governo (A SOMBRA..., 2 set. 1987, p. 27).

Para o deputado presidencialista Brandão Monteiro (PDT-RJ), o parlamentarismo e o voto distrital visavam “restabelecer a figura dos coronéis e donos dos votos” (MELO FILHO, 5 set. 1987, p. 102). Por isso, ele estava “advertindo os partidos de esquerda” em relação às matérias. Nas fileiras pemedebistas, o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, criticava o sistema de gabinete, dizendo que o modelo estava “fora de moda”, porque remontava “à época de Borges de Medeiros⁶⁸ e Raul Pilla” (MELO FILHO, 3 out. 1987, p. 103).

⁶⁸ Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961), político e advogado, foi presidente do Rio Grande do Sul, cargo equivalente ao de governador, entre 1898 e 1908 e entre 1913 e 1928. Em 1933, alinhado à oposição ao presidente Getúlio Vargas, lançou o livro *O Poder Moderador na República Presidencial*, em que propôs sensíveis reformas no presidencialismo, com a introdução de elementos típicos do parlamentarismo.

Em entrevista publicada por *Veja*, Bernardo Cabral se defendeu das críticas dirigidas a ele e ao modelo parlamentarista desenvolvido nas demandas constitucionais. O relator da Comissão de Sistematização entendia que, no sistema de governo proposto, surgiriam “os talentos, as ideias, as soluções, de uma forma muito mais rápida”, por sua base em um projeto de governo “muito estudado, exaustivamente discutido, preparado e elaborado”. Cabral rechaçava a inflexibilidade dos presidencialistas nos debates, lamentando o acirramento de adversidades entre a Assembleia e o governo (CABRAL, 16 set. 1987, p. 6).

Paralelamente a isso, o governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco (PMDB), à distância da Assembleia, tornou pública uma sugestão dele para os congressistas que trabalhavam na nova Carta. Para o pemedebista, diante de uma possível implementação do parlamentarismo pela Constituinte, deveria ser realizado um plebiscito: “Se o povo, em 1963, reinstaurou o presidencialismo, somente o povo deve dizer se ele pode ou não ser abolido”, descrevia o político em *Manchete* (MELO FILHO, 12 set. 1987, p. 106).

A concepção plebiscitária de Moreira Franco começou a ganhar adesão entre setores do PMDB. O próprio presidente Sarney ambicionava levar, de acordo com *Veja*, outros pontos conflitantes deliberados na Constituinte para uma eventual consulta popular – exceto a duração de seu mandato (MELO FILHO, 19 set. 1987, p. 101). Em nenhum momento, *Manchete* e *Veja* relacionaram as solicitações eleitorais ao ideário monarquista de Cunha Bueno, anteriormente exposto, que também preconizava a efetivação de um plebiscito. Tratavam-se de ideias diferentes.

Na seção “Radar”, de *Veja*, em 16 de setembro de 1987, *Veja* informava que o presidencialista Sarney articulava entre os congressistas, meios de aceitar o parlamentarismo “em sua forma gradual”, elaborando um mecanismo original (SARNEY..., 16 set. 1987, p. 32).

Pela sugestão, Sarney indica um primeiro-ministro para 1988, que não poderá ser demitido pela Câmara dos Deputados. Em 1989, a Câmara pode derrubar o gabinete por dois terços dos votos e, em 1990, entra em vigor o parlamentarismo puro, com eleição direta para presidente da República. Sarney espera aprovar essa fórmula com a ajuda dos 150 deputados constituintes que, nesta quinta-feira [17 de setembro de 1987], fazem a festa de lançamento do chamado Centro Democrático. Sarney já anunciou que irá à festa (SARNEY..., 16 set. 1987, p. 32).

Sob outra linha de ação, Leonel Brizola, segundo a mesma editoria, buscava influenciar “discretamente” os trabalhos da Constituinte, configurando-se como “mentor intelectual” de uma nova proposta de sistema de governo. Na emenda protocolada pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), integrante da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, previa-se “a manutenção do sistema presidencialista puro, com eleição

em dois turnos, mandato de quatro anos e, principalmente, direito à reeleição” (BRIZOLA..., 16 set. 1987, p. 32). Das proposições presidencialistas apreciadas pela Assembleia, a do pedetista foi a mais proeminente, em um primeiro momento.

Em 19 de setembro de 1987, um novo substitutivo ao anteprojeto da Comissão de Sistematização foi apresentado na Constituinte. No esboço, a data de 15 de março de 1988 para a adoção do novo sistema de governo retornou ao texto. O mandato de seis anos para o presidente, também. O chefe de Estado seria escolhido em uma eleição promovida em dois turnos. No primeiro, a participação popular direta apontaria os candidatos do segundo, caso o vencedor não alcançasse maioria absoluta. Na etapa final, uma eleição indireta poderia ser realizada, algo que descontentou parte dos parlamentares (À BUSCA..., 30 set. 1987, p. 36).

Mesmo com esse esquema eleitoral, a essência do poder ficaria nas mãos do primeiro-ministro, que seria escolhido pelo presidente. O nome, porém, precisaria ser aprovado pelo Congresso, que poderia ser dissolvido em caso de impasse. Permitia-se a reeleição para o mandato parlamentar, sem necessidade de a equipe deixar o governo, algo não facultado na experiência de 1961-1963 (À BUSCA..., 30 set. 1987, p. 36). A desincompatibilização do gabinete Tancredo Neves, em 1962, foi motivo, à época, de contrariedades, visto que todos os parlamentares atuantes na administração, incluindo o primeiro-ministro, tiveram que abandonar suas funções para buscar suas reeleições (FICO, 2016, p. 44).

Conforme a reportagem de *Veja*, o primeiro-ministro teria “a chave do cofre e dos empregos”, preenchendo os cargos federais, planejando o orçamento e dando concessões de rádio e televisão. O presidente ficaria “com a chave que controla os quartéis e dá a partida no Urutu”, podendo vetar leis e propor emendas constitucionais, nomeando a diretoria do Banco Central, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e os comandantes das Forças Armadas (À BUSCA..., 30 set. 1987, p. 36).

Veja interpretava que o “duro jogo de pressões” em que o governo se envolveu com a Constituinte “embaralhou de vez”, visto que, alguns acordos que vinham sendo tecidos com partidos e parlamentares para, ao menos, postergar a data de instalação do sistema foram ignorados pelo relator (UM PASSO..., 30 set. 1987, p. 34). Na opinião do cientista político Francisco Weffort, consultado por *Veja*, no modelo de Cabral, o presidente ganharia “instrumentos para governar junto com o primeiro-ministro ou contra ele”. Otimista, o deputado Pimenta da Veiga assegurava que o parlamentarismo impediria golpes, “na medida em que é possível derrubar o governo democraticamente” (À BUSCA..., 30 set. 1987, p. 36).

O semanário da Editora Abril julgava que “o engenho político criado por Cabral” para as eleições presidenciais consistia “numa espécie de gatilho político contra a ruptura”,

evitando a eleição de candidatos sem representatividade. Outras definições eleitorais se consolidariam em lei complementar (À BUSCA..., 30 set. 1987, p. 36). A divisão de poderes entre o presidente e o primeiro-ministro foi evidenciada por *Veja*, através do seguinte infográfico:

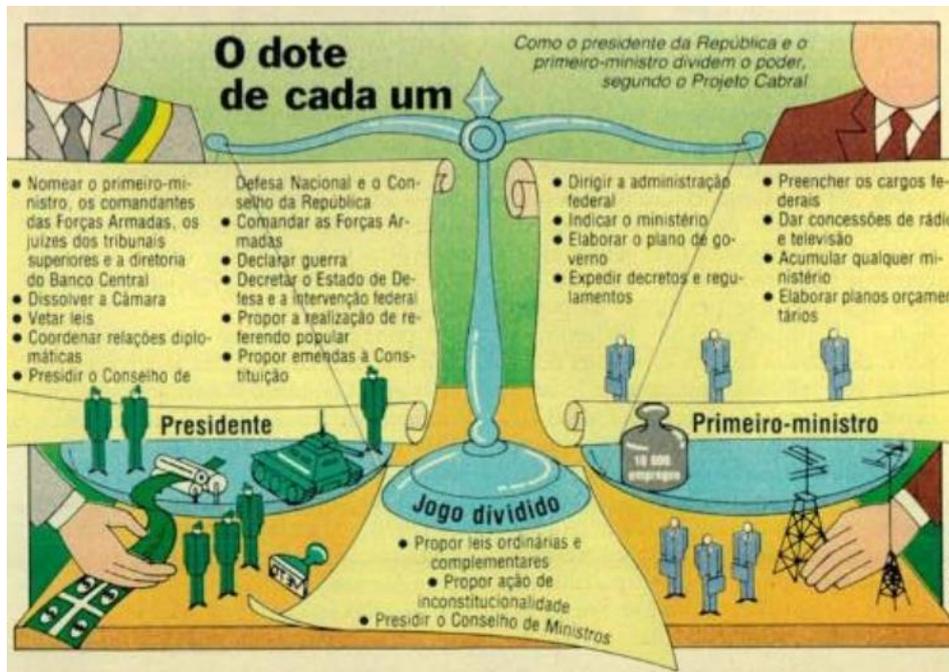


Figura 1 – “O dote de cada um”: infográfico sobre a divisão de poderes entre o presidente da República e o primeiro-ministro na proposta de Bernardo Cabral (UM PASSO..., 30 set. 1987, p. 35).

A decisão tomada pelo relator Bernardo Cabral, vista por ele mesmo como um recurso conciliatório, sequer contentou a José Sarney, que já não aceitava a imposição da permanência dos seis anos de mandato em troca da diminuição de poderes (À BUSCA..., 30 set. 1987, p. 36). Murilo Melo Filho (26 set. 1987, p. 14) enfatizava que o presidente continuava se reunindo com Ulysses Guimarães para negociar a contenda dos sistemas de governo.

Outra polêmica envolvia a aplicação estadual do parlamentarismo, incompreendida por *Veja*, que deduzia que os governadores não corriam “riscos de crise iguais aos da esfera maior” (À BUSCA..., 30 set. 1987, p. 36). Assim, o semanário observava sua concordância com o discurso que delegava ao sistema de gabinete, o caráter de um incipiente artifício para a solução de conflitos governamentais.

Embora parlamentarista, o vice-governador de São Paulo, Almino Afonso (PMDB) discordava da instalação do novo sistema durante o governo José Sarney. Em *Manchete*, ele sintetizava sua posição: “Não temos o direito de desmoralizar o sistema de gabinete que é o mais avançado até hoje concebido pela mente humana”. O político complementava que, se instalado na vigência do mandato do presidente, o parlamentarismo seria “bifronte”. “E as

suas caras vão repelir-se uma à outra”, destacando a insatisfação de Sarney com o tema (MELO FILHO, 26 set. 1987, p. 15).

A falta de um paradigma para as discussões da Assembleia sobre formas e sistemas de governo motivou uma nova análise de Luís Fernando Veríssimo, em sua coluna de *Veja*. No texto, o cronista prometia expor “claramente” todas as opções debatidas pelos deputados e senadores. “Uma delas será a escolhida pelos constituintes. Ou nenhuma delas. Ou, conhecendo esses constituintes, todas elas ao mesmo tempo”, satirizava, refletindo sua opinião sobre os trabalhos que vinham se desenvolvendo, confusos, a seu ver, na transposição dos conhecimentos ao povo (VERÍSSIMO, 30 set. 1987, p. 18).

Em sua exposição literária, que novamente misturou a crítica política à ironia e ao humor, Veríssimo (30 set. 1987, p. 18) relacionou as matérias com tópicos de relevância no contexto, para além da Constituinte, lembrando desde disputas de poder na França até a estabilidade da monarca e da primeira-ministra na Inglaterra. Ele também recordou a conduta de políticos nacionais, como o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, Ulysses Guimarães e Leonel Brizola. Por fim, tornou a criticar o papel do SNI na política brasileira (VERÍSSIMO, 30 set. 1987, p. 18).

Também em um aspecto alternativo, *Manchete* informou a seus leitores, através de uma reportagem assinada por Durval Ferreira (19 set. 1987, p. 66-75), que a Maçonaria estava atenta e interessada nos desdobramentos da Assembleia. Segundo o repórter, 25 grão-mestres, “vindos de todos os estados brasileiros”, se reuniram em São Paulo, decidindo “influir na Constituinte, lutando pelo parlamentarismo, a reforma agrária, o fim da corrupção e da depredação dos recursos naturais” (FERREIRA, 19 set. 1987, p. 67).

A planejada interferência dos maçons se daria, de acordo com a reportagem, por meio de “numerosos senadores e deputados” adeptos da ordem (FERREIRA, 19 set. 1987, p. 75). Para eles, o parlamentarismo se apresentava como o sistema que propiciaria um “regime democrático estável e permanente” no Brasil, fazendo surgir “uma verdadeira Nova República”. A matéria, outrossim, rememorou ao leitor que o tema não era novo e já constava no anteprojeto de Bernardo Cabral (FERREIRA, 19 set. 1987, p. 75).

A Constituinte chegou a outubro de 1987 enfrentando a mesma pendência que lhe era peculiar desde seu início. O parlamentarismo despertava preferências, mas não se apresentava com um modelo formal estanque. Bernardo Cabral, diante das insatisfações, segundo *Manchete*, ameaçava modificar mais uma vez o texto do anteprojeto, tornando o sistema de governo realmente “puro” (MELO FILHO, 3 out. 1987, p. 103). As orientações partidárias divergiam sobre o tema. O PFL, por exemplo, apontou diretrizes para que seus filiados

apoiassem o presidencialismo, o que causou desconfortos internos (SARNEY..., 14 out. 1987, p. 20).

Conforme Murilo Melo Filho (3 out. 1987, p. 102), a deputada parlamentarista Sandra Cavalcanti cogitava renunciar ao posto de vice-líder da bancada do PFL, pelo descompasso entre ela e o partido. Por outro lado, o senador presidencialista Marco Maciel via diferença entre o fortalecimento de um novo sistema e sua implantação, opondo-se à mudança (MELO FILHO, 19 set. 1987, p. 100). Já o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, buscava convencer correligionários comprometidos com o parlamentarismo, como o deputado Alceni Guerra (PFL-PR), da Comissão de Sistematização, a mudarem de ideia, sem sucesso (MELO FILHO, 3 out. 1987, p. 102).

Em seu engajamento pelo presidencialismo, o governo admitia conversar “inclusive com os próceres brizolistas do PDT”, seus opositores ideológicos (MELO FILHO, 3 out. 1987, p. 102). José Sarney, “empenhado de corpo e alma na derrota do parlamentarismo”, antecipou uma nova reforma em seu ministério, prevista inicialmente para ocorrer após o fim da Constituinte. Nela, de acordo com *Manchete*, buscou acomodar políticos que lhe acompanhassem em suas pressões em favor do sistema de governo presidencial (MELO FILHO, 10 out. 1987, p. 12).

Nessa ocasião, o ministro da Educação, Jorge Bornhausen, também pefelista, pediu demissão, alegando perceber “o incômodo de sua posição” parlamentarista “em um ministério preponderantemente presidencialista” (MELO FILHO, 10 out. 1987, p. 12). O retorno de Bornhausen ao Senado foi bem visto pelos apoiadores do sistema de gabinete, como Sandra Cavalcanti, que avaliava que a exoneração do ministro correspondia “ao reforço de um porta-aviões na batalha naval do parlamentarismo”, em razão da familiaridade do parlamentar com o debate (MELO FILHO, 10 out. 1987, p. 14).

Após um novo pronunciamento em rede de rádio e televisão, José Sarney lançou um abaixo-assinado intitulado “Democracia e Desenvolvimento”, segundo *Veja*, “para se defender da oposição”, pretendendo revigorar a “sustentação política e congressional” da administração. Dois dias depois do lançamento do documento, 100 assinaturas alicerçavam apoio ao mandatário, que precisava da adesão de 280 nomes para poder enviar sua solicitação à Constituinte. A tática visava assegurar a conservação do mandato de cinco anos e do presidencialismo (SARNEY..., 14 out. 1987, p. 20).

Veja detectava que os governadores, em busca de “mais espaço no governo”, evitavam, em suas exposições, tocar nas “duas obsessões do Planalto”. Para eles, os assuntos eram “próprios da Constituinte”. Destarte, quaisquer manifestações eram vistas como

inoportunas, pois os governantes estaduais não queriam ser “acusados de interferir na soberania da Assembleia Nacional”. Em geral, os mandatários estaduais seguiram essa diretriz, evitando o conflito. Entre eles, o maciço apoio ao presidencialismo costumava ser assunto dos bastidores (O PMDB..., 21 out. 1987, p. 30).

Nem todos, porém, adotaram essa linha. Em defesa do sistema presidencial, Geraldo Melo, governador do Rio Grande do Norte, afirmava que o parlamentarismo era “uma traição ao que foi pregado em praça pública por Tancredo Neves” (MELO FILHO, 10 out. 1987, p. 14), uma curiosa conclusão, considerando que Tancredo foi um dos articuladores do parlamentarismo em 1961, ocupando ele próprio o cargo de primeiro-ministro por alguns meses. Mesmo os governadores favoráveis ao parlamentarismo, como Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Waldir Pires, da Bahia, priorizavam o respaldo a Sarney “nesta fase de transição democrática”, evadindo-se do debate (MELO FILHO, 31 out. 1987, p. 102).

Ao elogiar o desempenho da Constituinte, que estaria elaborando “uma Carta adequada ao país”, o deputado Antônio Carlos Konder Reis, em entrevista concedida a Paulo Moreira Leite, em *Veja*, respondia a críticas, a seu ver, infundadas, efetuadas contra a Assembleia (REIS, 28 out. 1987, p. 5). A má impressão delegada aos trabalhos dos parlamentares, segundo Reis (28 out. 1987, p. 5), tinha origem em Sarney, que queria uma pronta definição da duração de seu mandato e uma resolução “muito depressa” do sistema de governo.

O pedessista salientava que as preocupações excessivas de Sarney com os temas refletiam na postura da imprensa, pois “num país como o Brasil, quando o governo não gosta de uma coisa, os meios de comunicação também não gostam”. Por isso, a Constituinte era criticada em uma visão “não li e não gostei”, que proporcionava atenção redobrada a “grandes absurdos”, como a qualidade gramatical do esboço, desprezando-se discussões elementares (REIS, 28 out. 1987, p. 5).

Em meio às disputas sobre sistemas de governo, o deputado Cunha Bueno alcançou uma de suas maiores vitórias na Constituinte. Através de uma ação de sua autoria, defendida na Comissão de Sistematização, em 29 de outubro de 1987, pelo deputado Milton Reis (PMDB-MG), um presidencialista, a “expressão proibitiva da abolição da forma republicana” foi suprimida do texto do anteprojeto (MELO FILHO, 5 dez. 1987, p. 102). A eliminação era essencial para o prosseguimento de suas demandas sobre a monarquia como forma de governo.

A medida foi acolhida por um placar de 72 votos a 17, abrindo espaço para Cunha Bueno e o movimento monárquico reivindicarem suas ideias de maneira mais livre, visto que

a quase centenária cláusula pétrea seria removida na nova Carta. “Com isto, não será mais necessário fazer uma revolução para derrubar a República e reinstaurar a monarquia. Bastará emenda à Constituição”, ressaltou Murilo Melo Filho (5 dez. 1987, p. 102), em *Manchete*. *Veja* não comentou o assunto.

No dia seguinte à conquista dos monarquistas, agendou-se a votação, na mesma comissão, da pauta dos sistemas de governo. Dois projetos seriam apreciados pelos constituintes. O primeiro se relacionava à emenda do deputado pedetista Vivaldo Barbosa, de cunho presidencialista. O segundo contava com elementos do plano de Cabral, unidos com outras propostas sugeridas por deputados e senadores, em prol do parlamentarismo (TREMOR..., 4 nov. 1987, p. 48).

Os posicionamentos do governo e do presidente da República já eram bem conhecidos. Segundo Sarney, o sistema de gabinete era uma “aventura perigosa”. Seus aliados, como o deputado federal José Lourenço (PFL-BA), capitaneavam meios de substituir componentes parlamentaristas na comissão, em estratégia não permitida por Ulysses. Já o deputado Carlos Sant’Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara e membro da Sistematização, introduziu “um pacote de manobras com a finalidade de bloquear a votação”, sem maiores efeitos (TREMOR..., 4 nov. 1987, p. 48).

A Emenda Vivaldo Barbosa, que cobiçava a substituição do texto de Cabral por uma versão presidencialista, foi derrotada por 57 votos a 36, mesmo contando com o auxílio da oposição de Sarney. De acordo com *Veja*, a proposta havia recebido “pouco mais do que 30% dos votos” em um cenário em que o governo teria possibilidades de controlar, em teoria, “60% da votação”, observado o tamanho do PMDB e a influência da legenda. A instalação do parlamentarismo em 1988 prevaleceu entre as decisões (TREMOR..., 4 nov. 1987, p. 48).

O descontentamento dos presidencialistas permeava os mais variados argumentos. Aliados de Sarney defendiam o presidente, criticando os setores parlamentaristas do PMDB. Opositores, como o pedetista Brandão Monteiro, avaliavam o sistema de gabinete como fruto do “casuísmo”, por criar um “mecanismo anti-Brizola”, para cercear os poderes do presidente da República, impedindo o ex-governador do Rio de Janeiro de exercê-los, caso se sagrasse vitorioso na corrida eleitoral. A possível ascensão de Brizola à presidência por vias eleitorais permaneceu em evidência na imprensa e nas esferas políticas ao longo de meses, como um motivo de preocupação e incerteza (PODER..., 18 nov. 1987, p. 34).

Na sessão, o senador Afonso Arinos proferiu “um emocionado discurso de nove minutos” em favor do parlamentarismo, ajudando, conforme *Veja*, a desbaratar as intenções do Planalto, que “sofria sua pior derrota desde que a Constituinte foi inaugurada, oito meses

atrás”. Para Arinos, “no dia em que o Brasil for parlamentarista, não haverá mais risco de golpe”, posição ironizada pela revista, ao perceber a participação do senador em golpes como o de 1964 (TREMOR..., 4 nov. 1987, p. 48).

O governo e seus colaboradores, como o consultor-geral Saulo Ramos, adotaram a estratégia de culpabilizar a Constituinte pelos problemas políticos enfrentados no Brasil de então. Concomitantemente, articulavam a viabilidade de tirar as resoluções sobre os temas político-eleitorais do âmbito da Comissão de Sistematização. O senador Fernando Henrique Cardoso revidava, expressando que o governo procurava “esconder sua incompetência através de ataques à Constituinte” (TREMOR..., 4 nov. 1987, p. 48).

A implantação de “uma novidade no país”, isto é, o parlamentarismo, estava, conforme *Veja*, cada vez mais próxima da concretização. O semanário efetuava análises negativas sobre o fato, ao crer que o modo de escolha do presidente – “através de eleições diretas e realizadas em dois turnos” – e sua divisão de poderes com um primeiro-ministro – “indicado pelo presidente e aprovado pelo Congresso” – seriam nocivos ao país (PODER..., 18 nov. 1987, p. 34).

Igualmente, lamentava o abandono do debate sobre o voto distrital, tido como fundamental, pois representaria “maior controle sobre os parlamentares e solidificação dos partidos, elementos essenciais num regime (sic) baseado no parlamento”. Entretanto, salientava sua convicção de que, “até o encerramento dos trabalhos da Constituinte”, a opção pelo parlamentarismo poderia ser “abandonada”, sem rápidas conclusões (TESOURA..., 18 nov. 1987, p. 35).

Na simbólica data de 15 de novembro, um domingo em que a República completou 98 anos, a Comissão de Sistematização votou preliminarmente a duração dos futuros mandatos presidenciais. Na sessão, a tese dos quatro anos de mandato foi aprovada por 48 votos a 45, surpreendendo setores do governo, que visavam garantir, pelo menos, os cinco anos. O tempo que restaria a Sarney seria definido somente no final da Constituinte, mas a resolução era interpretada de antemão como uma nova derrota do governo, dadas as chances de a medida ser aplicada durante a atual gestão (COMEÇA..., 25 nov. 1987, p. 36).

A vitória das teses político-eleitorais se justificava, para *Veja*, como um reflexo do fato de que “a maioria dos deputados” era “a favor do parlamentarismo, mas contra o presidente José Sarney”. Entre os integrantes da Comissão de Sistematização, o empoderamento do Congresso e a moção de censura eram conceitos agradáveis (PODER..., 18 nov. 1987, p. 34). A possibilidade de resolver os problemas do governo, delimitando seu

prévio encerramento, animava os parlamentares, mesmo que isso significasse ao PMDB, um desempenho aquém nas urnas (COMEÇA..., 25 nov. 1987, p. 36).

Adiante, *Veja* reiterou a “surpresa de muita gente” com as escolhas da Comissão de Sistematização, referendadas por Bernardo Cabral, “até então conhecido defensor de seis anos de mandato para o presidente” e que, naquele dia, optou pelos quatro anos. A matéria da revista afirmou que, “às vésperas da decisão”, o presidente Sarney fez “apelos patéticos a políticos para que votassem pelos cinco anos e chegou a chorar, num telefonema ao senador fluminense do PFL, Afonso Arinos, presidente da Comissão e adepto dos cinco anos” (VOTO..., 25 nov. 1987, p. 42).

Conforme o semanário, a pedido de Sarney, Arinos deveria ler na sessão da Comissão, uma proposta em que o presidente trocava o presidencialismo pelos cinco anos com parlamentarismo. O senador somente realizou a leitura após ser cobrado por aliados do mandatário pemedebista, em um momento em que não havia mais como influir nos votos dos congressistas. A insatisfação dos constituintes com as pressões oriundas do Palácio do Planalto teria motivado a aceitação da redução do mandato (VOTO..., 25 nov. 1987, p. 42).

Com a derrota, Sarney prometia se dedicar “de corpo e alma aos problemas administrativos do Brasil”, que eram muitos, segundo *Veja* (VOTO..., 25 nov. 1987, p. 42). Para Murilo Melo Filho (28 nov. 1987, p. 12), a disposição aprovada tinha relação com a própria postura do presidente, que “compareceu a uma cadeia nacional de rádio e de televisão, comunicando que concordava com a redução do seu mandato de seis para cinco anos”, referindo-se à intervenção midiática de maio de 1987.

Uma fala do porta-voz da Presidência, o jornalista Antônio Frota Neto, em 12 de novembro de 1987, teria revoltado os parlamentares, a poucos dias da votação. No discurso, ele “revelou que o presidente José Sarney passava a considerar seu inimigo todo constituinte que votasse a favor dos quatro anos para seu mandato”, ameaçando retaliações a quem não optasse pelos cinco anos. As intenções de Sarney haviam gerado “um espírito de radicalização”, que teria favorecido a vitória dos quatro anos (MELO FILHO, 28 nov. 1987, p. 12).

A premente instalação do sistema de gabinete com quatro anos de mandato presidencial incitou *Manchete* a desenhar prognósticos em relação a possíveis candidatos a presidente, bem como a efetuar previsões sobre quem seria escolhido como primeiro-ministro. Mencionando diversos políticos em evidência, Murilo Melo Filho (28 nov. 1987, p. 12)

destacava que Orestes Quércia⁶⁹ seria o candidato mais provável da situação para a presidência, enquanto Leonel Brizola concorreria “encarnando a oposição”. “Mas Brizola aguenta o parlamentarismo?”, indagava o jornalista, ao desacreditar que o pedetista teria sucesso em um governo dividido (MELO FILHO, 28 nov. 1987, p. 12).

Entre os primeiro-ministeriáveis, um nome se reforçava “naturalmente” para o cargo: José Richa, congressista com bom trânsito entre militares e líderes esquerdistas, “moço, com 53 [anos de idade]” e com desempenho satisfatório frente às articulações que culminaram na aprovação do sistema de governo, na Comissão de Sistematização. Segundo Melo Filho (28 nov. 1987, p. 12), outros políticos, como Afonso Arinos, Ulysses Guimarães e Mário Covas, não poderiam ser descartados na escolha, pela força que mantinham no Congresso. Entretanto, eles encontravam barreiras em fatores, como a idade avançada e a saúde debilitada (MELO FILHO, 28 nov. 1987, p. 12).

O encaminhamento da discussão sobre os sistemas de governo, com suas doses pré-estabelecidas, e a projeção da antecipação do pleito eleitoral, que deixaria Sarney mais próximo do fim de suas atribuições presidenciais, não impediram o governo de manobrar pelo presidencialismo. Para isso, a administração federal aproveitaria a emergência de um novo grupo político na Constituinte: o Centro Democrático, ou Centrão. As demandas do Centrão e o acirramento da polarização política começaram a distinguir uma reviravolta presidencialista na Assembleia, tema do próximo subtítulo deste trabalho.

2.4 A reviravolta presidencialista e a gênese do Plebiscito de 1993

As decisões da Comissão de Sistematização, a respeito do mandato dos próximos presidentes e do novo sistema de governo a ser implantado em 1988, configuraram uma aparente conclusão das disputas na Constituinte. Contudo, um bloco denominado Centro Democrático, composto inicialmente por pemedebistas com visões mais elitistas, começou a ganhar notoriedade, acusando os responsáveis pela redação da nova Carta de serem “esquerdistas” dispostos a determinarem o futuro jurídico do país, com aval do regimento da Assembleia, também rechaçado pelos conservadores (O VOTO..., 9 dez. 1987, p. 36).

Em pouco tempo, o grupo recebeu adesão de deputados e senadores de outras siglas, passando a ser conhecido como Centrão (NOGUEIRA, 2009b). O nome adotado pelo bloco

⁶⁹ Orestes Quércia (1938-2010), político e empresário, notabilizado como governador de São Paulo (1987-1991) e liderança do PMDB. Antes da ditadura militar, esteve filiado ao Partido Libertador (PL), agremiação que defendia o parlamentarismo. Porém, na periodização desta pesquisa, foi uma das principais vozes em favor do presidencialismo.

se embasava, segundo *Manchete* e *Veja*, em uma tentativa de seus componentes se desassociarem de seu verdadeiro lugar no espectro ideológico: a direita (MELO FILHO, 9 jan. 1988, p. 16). Naquele panorama, declarar-se como político de direita não era conveniente, visto que a posição remetia à péssima imagem deixada, não só pela ditadura militar – responsável pela tortura e pelo AI-5 –, como por fatores históricos internacionais – a exemplo do nazismo (O NOME..., 11 nov. 1987, p. 34-39).

A atuação da facção foi amplamente celebrada pelos semanários. Na revista carioca, Murilo Melo Filho (28 nov. 1987, p. 12) quantificou que o Centrão contava com cerca de 330 constituintes. Respaldados pela “opinião pública moderada”, eles queriam reverter os “exageros” praticados até então, ou seja, intencionavam eliminar os direitos e entendimentos conquistados nos debates, como “a estabilidade no emprego, a jornada de 44 horas semanais, o pagamento em dobro de horas extras, o monopólio na distribuição de gasolina, o parlamentarismo e o mandato de quatro anos para o presidente Sarney” (MELO FILHO, 28 nov. 1987, p. 12).

A obtenção da reforma do regimento, pelo placar de 290 votos a 16, em uma sessão tumultuada realizada em 3 de dezembro de 1987, foi considerada um dos primeiros atos de sucesso ligados aos políticos do Centrão (VELASQUEZ E OUTROS, 2009). Segundo *Veja*, o número expressivo de apoiadores da corrente representava o domínio do “confronto em que a direita ganha o centro e congela a esquerda” (O VOTO..., 9 dez. 1987, p. 36). Em *Manchete*, o senador Fernando Henrique Cardoso desde cedo alertava: “O Centro Democrático nem é de centro, nem da democracia. É da direita e da reação” (MELO FILHO, 21 nov. 1987, p. 86).

A alteração regimental abriu margem para que capítulos inteiros da nova Constituição, já debatidos e orientados, pudessem ser substituídos por novas versões, a serem votadas com prioridade sobre o texto original, em plenário, se obtivessem apoio superior a 280 congressistas (MELO FILHO, 21 nov. 1987, p. 86). Destarte, se o Centrão e sua maioria encontrassem consenso entre si para as modificações cobiçadas, as resoluções da Comissão de Sistematização não sairiam do campo das ideias.

Esse ponto empolgou José Sarney, que viu no Centrão, a oportunidade de conseguir seu tão requerido mandato de cinco anos com presidencialismo. De acordo com *Veja*, o presidente havia deixado de se manifestar sobre as questões, após suas duas derrotas, em outubro e novembro de 1987 (SARNEY..., 16 dez. 1987, p. 25). Prontamente, ele voltou a criticar a Constituinte, na esperança de alcançar uma vitória, mobilizando seus aliados, como Carlos Sant’Anna, que participavam do grupo de direita recém fortalecido (O VOTO..., 9 dez. 1987, p. 36).

Entretanto, a reversão esperada por Sarney não se mostrava tão fácil. Apesar de concordar com o presidente em inúmeros objetivos afins, o Centrão divergia sobre os temas político-eleitorais que aborreciam o mandatário. O bloco reunia desde parlamentaristas favoráveis a seis anos de mandato até presidencialistas adeptos das eleições em 1988. Seus líderes, como o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho do ministro Antônio Carlos Magalhães, negavam qualquer envolvimento do Centrão com a agenda do governo (MAGALHÃES, 9 dez. 1987, p. 6).

A sobressalência do Centrão sobre a chamada “esquerda” do PMDB, constituída por parlamentaristas como Mário Covas e o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), vice-líder do partido na Constituinte, motivou *Veja* a adotar uma posição contrária ao comportamento ideológico desses políticos, reforçando a existência das fissuras pemedebistas. O semanário paulistano chegou a contestar a liderança de Covas no partido, ao reproduzir o fracasso de uma estratégia promovida pelo senador, mirando o esvaziamento do quórum para evitar, sem sucesso, a vitória do Centrão na questão do regimento (A DERROTA..., 9 dez. 1987, p. 40).

Ao mesmo tempo em que Sarney investia em favor de um presidencialismo que preconizasse o fortalecimento do Congresso, em planos elaborados por membros da administração federal, dispostos a introduzi-los na Constituinte através do Centrão (SAULÃO... 23 dez. 1987, p. 34), outros aliados do presidente procuravam amenizar a disputa, tornando a defender um plebiscito para a escolha popular dos sistemas de governo (MELO FILHO, 5 dez. 1987, p. 102).

O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, por exemplo, continuava apoiando o mecanismo eleitoral, descrevendo que o presidencialismo era “uma conquista do voto e não um acordo de elites” (MELO FILHO, 21 nov. 1987, p. 87). O ministro pefelista Aureliano Chaves seguia a mesma linha, rebatendo, portanto, o parlamentarismo, defendendo também a substituição do Congresso em caso de aprovação definitiva do sistema de gabinete (MELO FILHO, 5 dez. 1987, p. 102).

O ministro Leônidas Pires Gonçalves, que, primeiramente, sustentava os seis anos e aderiu à ideia dos cinco anos por influência de Sarney, declarava tolerar, conforme *Veja*, os quatro anos, desde que houvesse eleições gerais em 1988, com substituição de todos os cargos eletivos (O RONCO..., 13 jan. 1988, p. 20). Essa ideia não encontrava concordância nos governadores e nos congressistas, que “dificilmente aprovariam um projeto que lhes reduziria o mandato para apenas dois anos” (AS GRANDES..., 13 jan. 1988, p. 22).

Um novo desdobramento no domínio da Constituinte novamente colocou à prova sua soberania. Por influência do Palácio do Planalto, uma ação agenciada pelo deputado Matheus

Iensen⁷⁰ (PMDB-PR) obteve 317 assinaturas em prol de uma emenda que assegurava cinco anos para Sarney. A iniciativa superava em 37 a quantidade de firmas necessárias para a apreciação do tópico em plenário, em sobreposição à redação da Comissão de Sistematização (DE PAPEL..., 13 jan. 1988, p. 28).

Segundo noticiou *Veja* em 13 de janeiro de 1988, dos 302 parlamentares do PMDB, 162 endossaram a Emenda Iensen, dando “um banho de água fria” nos pemedebistas contrários à proposta, afetando inclusive a Ulysses Guimarães, que “dizia ouvir o povo pedindo o encurtamento do mandato de Sarney nas ruas”. A reportagem apurou que o apoio de Iensen e do governador do Paraná, Álvaro Dias, a Sarney foi recompensado com a liberação de “7 bilhões de cruzados em empréstimos para o governo estadual e prefeituras” paranaenses, oriundos da Caixa Econômica Federal (DE PAPEL..., 13 jan. 1988, p. 28).

Fernando Henrique Cardoso menosprezava a ação do colega de agremiação, dizendo que “o que vale mesmo são votos e não assinaturas” (DE PAPEL..., 13 jan. 1988, p. 28). O argumento de Cardoso foi referendado por *Veja*, ao salientar que

na mesma semana em que o governo comemorava suas vitórias, os parlamentaristas da Constituinte reuniam 345 apoios numa emenda que estabelece esse sistema de governo a partir da aprovação da Constituição e criavam uma ameaça – a de deixar Sarney no poder e tirar o poder de Sarney. Numa evidência de que autógrafos não significam votos, os presidencialistas juntaram 349 assinaturas em sua proposta. Como só há 559 constituintes, houve mais de uma centena que deu apoio às duas emendas (DE PAPEL..., 13 jan. 1988, p. 28).

Os projetos supracitados tinham origem em dois parlamentares pemedebistas. Os presidencialistas se uniram em torno de uma emenda desenvolvida pelo senador Humberto Lucena, que previa a instauração de um “presidencialismo mitigado”, do agrado de Sarney (GARCIA, 30 jan. 1988, p. 99). A emenda parlamentarista foi apresentada pelo deputado Egídio Ferreira Lima, trazendo divergências ao projeto de Bernardo Cabral (O QUE..., 16 mar. 1988, p. 22). Os debates se concentrariam, doravante, sobre as duas emendas, que poderiam suplantar a ideia do relator.

O revigoramento do ideário presidencialista fez com que *Veja* passasse a acreditar que o conceito de parlamentarismo havia adentrado 1988 “em baixa”. “O parlamentarismo funciona em diversos países, mas na Constituinte cresce a convicção de que, no Brasil, se trata de atribuir 40 milhões de votos a alguém que não poderá governar”, apontava *Veja*, reiterando a permanência das eleições diretas para presidente, apesar da mudança de sistema.

⁷⁰ Matheus Iensen (1937-2019), político, radialista, empresário e pastor evangélico, foi deputado constituinte, membro do Centrão. Mesmo compondo comissões alheias à questão do mandato de Sarney, foi o responsável por apresentar a emenda que garantia o tempo de governança ao presidente.

A opinião pública e a inflação seriam, sob seu julgamento, decisivos para a evolução das discussões (AS GRANDES..., 13 jan. 1988, p. 22).

A falta de entendimento sobre os temas obrigou os parlamentaristas, como José Richa e José Fogaça, a repensarem estratégias. O prazo de 15 de março de 1988, segundo Murilo Melo Filho (12 dez. 1987, p. 102), já não encontrava viabilidade, fazendo com que os defensores do sistema de gabinete sugerissem uma “solução de transigência”, em tom de conciliação. No novo ponto de vista, o parlamentarismo deixaria de ser instalado em 1988, ficando para o próximo mandato presidencial (MELO FILHO, 12 dez. 1987, p. 102).

Mesmo assim, as fendas pemedebistas observadas por *Veja* tornavam-se cada vez mais evidentes. Em entrevista concedida a Paulo Moreira Leite, publicada em *Veja*, Euclides Scalco manifestava seu apoio ao parlamentarismo, às eleições diretas em 1988 e a uma possível ascensão de Ulysses Guimarães ao cargo de presidente. Para ele, era necessário ocorrer uma cisão no partido, a fim de reorganizá-lo e afastá-lo do governo Sarney (SCALCO, 10 fev. 1988, p. 3-4). Os receios conexos à divisão partidária mobilizavam ações do presidente da sigla, em favor da unidade da agremiação.

Ulysses, o “tri-presidente”, assumiu, a partir de fevereiro de 1988, uma notável mudança de comportamento, interpretada por *Veja* como a “maior novidade da Constituinte” (PASSO..., 10 fev. 1988, p. 26). Estipulando um prazo enxuto para a finalização dos debates – 21 de abril de 1988 –, ele passou a respaldar os quatro anos de mandato, convencendo alguns de seus colegas a deixarem de apoiar os cinco anos. “Pela contabilidade de Ulysses, a batalha está resolvida em sua maior parte: dos 317 parlamentares que subscreveram a Emenda Iensen, 34 já teriam mudado de opinião e estariam dispostos a encurtar o mandato de Sarney”, destacou *Veja* (PASSO..., 10 fev. 1988, p. 26).

A atitude de Guimarães foi celebrada pelo senador Fernando Henrique Cardoso, consultado pela revista paulistana, que afirmava: “Acho que o Ulysses perdeu as esperanças de se entender com o presidente” (PASSO..., 10 fev. 1988, p. 26). As constantes desmoralizações da Constituinte, suscitadas por Sarney e por governistas em discursos públicos, haviam transformado a postura do líder do PMDB. Todavia, para *Veja*, Ulysses não promoveria “um confronto direto com o Planalto” antes do final da Constituinte (PASSO..., 10 fev. 1988, p. 26).

Na quarta-feira de Cinzas, 17 de fevereiro de 1988, em uma entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, Guimarães acentuou sua insatisfação em relação a Sarney, efetuando severas críticas contra o presidente, comportando-se, no parecer de *Veja*, como “chefe da oposição”. No ato, Ulysses ainda chamou de “três patetas”, os

membros da Junta Governativa Provisória de 1969, gerando forte reação de apoiadores do regime de exceção. Opositores à ditadura temiam que a provocação causasse efeitos indesejados, como o fechamento da Assembleia (ULYSSES..., 24 fev. 1988, p. 21).

Ao listar condutas de Sarney, que “não parou de fustigar a Constituinte” desde que ela foi instalada, *Veja* enfatizou razões favoráveis a Ulysses. A “fratura” entre Guimarães e o presidente poderia, no entanto, ser solucionada com a contratação, pelo governo, de um novo assessor político: Thales Ramalho. *Veja* desacreditava que Ramalho pudesse ter algum papel relevante na luta de Sarney pelos cinco anos de mandato e pelo presidencialismo (UMA BOA..., 9 mar. 1988, p. 40). *Manchete* sinalizava que o político era amigo pessoal de Ulysses e Tancredo Neves, possuindo um bom trânsito entre parlamentares opositores à administração, podendo influenciar sobre os temas (MELO FILHO, 26 mar. 1988, p. 116).

Tradicional defensores do parlamentarismo, como José Richa, continuavam reivindicando a implantação do sistema, visto como “a grande solução” para a política do país. Richa calculava que pelo menos 250 constituintes estavam “comprometidos com o governo de gabinete”. Era necessário, portanto, convencer 30 dos cerca de 70 indecisos para que o modelo fosse aprovado pela Assembleia (MELO FILHO, 19 mar. 1988, p. 104). O senador Marco Maciel, contudo, antevia que os presidencialistas haviam obtido 300 adeptos, mais do que o suficiente para sobrepor a votação do texto da Comissão de Sistematização e derrubá-lo em plenário (MELO FILHO, 2 abr. 1988, p. 16).

Em março de 1988, após a conclusão das votações sobre direitos sociais, Ulysses encaminhou a antecipação das deliberações sobre o sistema de governo e a duração do mandato dos presidentes que sucederiam a Sarney. Para Murilo Melo Filho (26 mar. 1988, p. 24), estava chegando a “hora da verdade” para a Constituinte, que finalmente resolveria as contendas que se arrastavam há mais de um ano. O jornalista ressaltou, novamente, que o mandato de Sarney somente seria definido ao final da Assembleia, por meio das Disposições Transitórias. Porém, segundo ele, as decisões daquele momento teriam influência nas escolhas futuras (MELO FILHO, 26 mar. 1988, p. 24).

Conforme o jornalista de *Manchete*, no que se referia aos sistemas de governo, nem o parlamentarismo, nem o presidencialismo encontrariam maioria absoluta, sendo necessária a negociação “em torno de um presidencialismo mitigado ou de um parlamentarismo presidencializável” (MELO FILHO, 26 mar. 1988, p. 24). Aumentava entre aliados do governo, a impressão de que Sarney não iria “barganhar seu mandato” em prol da implantação de qualquer um desses sistemas. Por sua vez, Sarney seguia postulando a vitória de suas

pendências. “Ou tudo ou nada”, teria declarado o presidente, segundo *Manchete*, confiante na conquista do presidencialismo com cinco anos (MELO FILHO, 2 abr. 1988, p. 14).

A aproximação da data de votação fez com que os parlamentaristas deixassem de divulgar resultados de pesquisas alusivas “para evitar pressões”. A revelação foi feita pela deputada Sandra Cavalcanti e noticiada por Murilo Melo Filho (2 abr. 1988, p. 108). De acordo com a congressista, os presidencialistas estavam “despreocupados” com as pautas até antes da primeira apresentação de números, quando “passaram a pressionar os parlamentares” para que mudassem de ideia (MELO FILHO, 2 abr. 1988, p. 108).

Em 16 de março de 1988, *Veja* utilizou sua “Carta ao Leitor” para se posicionar contrária ao parlamentarismo proposto pela Constituinte. Segundo a redação, o novo sistema de governo era um “embuste” que vinha “embrulhado em falsas explicações sobre sua conveniência política”, sendo “empurrado para cima do país com a marca clara da irresponsabilidade” (CARTA..., 16 mar. 1988, p. 17).

O editorial da revista enfatizou que o parlamentarismo seria “um esplêndido sistema de gerência da coisa pública”, se fosse aplicado da maneira tradicional. Porém, para o editor, “o desejo real” dos deputados e senadores não era implantar no Brasil, “de verdade, o regime (sic) parlamentar de governo”, mas “bloquear o Poder Executivo”, capturando “poderes muito maiores que os atuais” em benefício do Congresso, “fazendo uma pasta em torno do mandato do presidente José Sarney” (CARTA..., 16 mar. 1988, p. 17).

Sobre o comportamento do Congresso frente ao tema, opinou-se que, “se estivessem pensando no parlamentarismo a sério”, os constituintes “teriam, no mínimo, trabalhado para implantar o voto distrital”, entendido pela revista como um “mecanismo sem o qual não faz nenhum sentido falar cinco minutos sobre o regime (sic) parlamentarista”. A explanação apresentou um parecer negativo sobre a atuação dos parlamentares, dizendo que o parlamentarismo somente serviria para “arrumar a vida dos mais lustrosos caciques do Congresso, a começar pelo deputado Ulysses Guimarães” (CARTA..., 16 mar. 1988, p. 17).

Trata-se de uma aventura. A população brasileira, que elegeu os constituintes, não merece ver o futuro político do país sendo tratado com um oportunismo tão raso, no qual se muda o sistema de governo para se resolver uma sucessão presidencial. Ela não merece, também, ser colocada diante de um falso dilema: o de que o parlamentarismo é a única alternativa para o golpe de estado, que seria inevitável caso tudo ficasse como está e o ex-governador Leonel Brizola, em 1988 ou 1989, fosse eleito para suceder ao presidente Sarney (CARTA..., 16 mar. 1988, p. 17).

Previendo e lamentando uma dissensão no panorama político provocada por uma eventual eleição de Brizola, *Veja* pontuou a importância da eleição direta e do voto popular, que não poderia ser tolhido por golpes militares ou por “truques”, como o parlamentarismo,

“sistema que foi imposto com a mesma ligeireza em 1961 e acabou no desastre que todos conhecem” (CARTA..., 16 mar. 1988, p. 17).

A mesma edição noticiou que um debate com três horas de duração sobre sistemas de governo foi promovido pela TV Gazeta e retransmitido pela TV Bandeirantes, ambas de São Paulo. Nele, o ex-governador de São Paulo, André Franco Montoro, defendeu o parlamentarismo, argumentando sobre as condições que o sistema teria de “livrar o país de uma crise política”, agenciando a “troca de gabinetes de ministros sem ser obrigado, como acontece no presidencialismo, a esperar pela realização de eleição a cada quatro ou cinco anos” (A BRIGA..., 16 mar. 1988, p. 19).

Já o seu rival na discussão, o ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, presidencialista, observou que o parlamentarismo se configuraria em “um assalto ao poder” do presidente da República, responsável por “uma pequena fatia de poderes para governar”. O pedetista relembra, com frequência, a campanha das Diretas Já, de 1984 (A BRIGA..., 16 mar. 1988, p. 19). Igualmente, a matéria se preocupou em apresentar os perfis de governo de Montoro e Brizola, à frente da administração de seus estados, desviando do foco do debate, opinando sobre o desempenho dos políticos (A BRIGA..., 16 mar. 1988, p. 20-21).

O texto discutiu as articulações imediatas pemedebistas, que se negavam, majoritariamente, a fechar questão sobre os cinco anos de mandato. Para a reportagem, a sensibilidade sobre o passado recente tornaria a ideia de adiar as eleições diretas em 1988, algo delicado, por remeter à derrota da Emenda Dante de Oliveira, sucedida por uma nova eleição indireta, em 1985 (A BRIGA..., 16 mar. 1988, p. 20). Em um box, *Veja* detalhou a proposta parlamentarista em avaliação pela Constituinte, refletindo que, no período, tanto o parlamentarismo como o presidencialismo pareciam ter a mesma força na Assembleia (O QUE..., 16 mar. 1988, p. 22).

Conforme a emenda parlamentarista que está sobre a mesa, de autoria do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), o presidente será eleito por votação direta, em dois turnos, com maioria absoluta de votos, e exercerá a função de chefe de Estado, perdendo o comando do governo. Isso significa que chegará ao Planalto com cerca de 40 milhões de votos, uma cifra jamais alcançada por qualquer político brasileiro, mas não terá as rédeas da administração, que serão entregues a um primeiro-ministro (O QUE..., 16 mar. 1988, p. 22).

Sobre o primeiro-ministro, listou-se que seriam seus encargos, “fazer planos de governo, nomear e demitir funcionários, comandar a economia e até mesmo indicar os comandantes militares”. O recrutamento obrigatório do governante entre os parlamentares eleitos foi contestado por *Veja*, ao rememorar a experiência de 1961-1963, que delegou a função a Francisco Brochado da Rocha, em 1962, sem que ele tivesse mandato parlamentar. O

semanário afirmava que essa e outras exigências poderiam ser derrubadas pela apresentação de emendas supressivas que reduziriam o projeto (O QUE..., 16 mar. 1988, p. 22).

O texto destacou ainda que, “emagrecido, mas não desossado”, o presidente no parlamentarismo garantiria “o equilíbrio e a estabilidade ao sistema”, indicando o primeiro-ministro para aprovação da Câmara (O QUE..., 16 mar. 1988, p. 22). Se dois nomes designados pelo presidente fossem rejeitados, a Câmara escolheria o governante entre seus membros. A dissolução do parlamento ocorreria após dez dias de impasse na deliberação, fator que forçaria “composições políticas com mais empenho e soluções com mais rapidez” (O QUE..., 16 mar. 1988, p. 22).

Enquanto a Câmara obteria o poder de derrubar o primeiro-ministro e seu gabinete, o presidente da República ficaria com o comando supremo das Forças Armadas e participaria do processo de produção de leis. A atuação presidencial na demissão do primeiro-ministro e de seu gabinete sobreviria em casos excepcionais. Para *Veja*, essas “fricções políticas” se destinavam “a criar uma rede de mecanismos” que permitiria “acomodações na estrutura política”, sempre que um impasse se tornasse próximo, algo que “no presidencialismo brasileiro tende a ser resolvido, em situações mais críticas, com o rompimento das instituições” (O QUE..., 16 mar. 1988, p. 22).

Por fim, a matéria noticiou que 24 artigos sobre a Organização do Estado haviam sido aprovados na semana anterior. A efetivação de alguns deles, porém, dependia da consolidação do sistema de governo e do formato adotado para a eleição presidencial, itens ainda em aberto (A CONSTITUINTE..., 16 mar. 1988, p. 23). Entre os artigos em espera, estava a realização da eleição direta em dois turnos para governadores e prefeitos de municípios com mais de 200 mil eleitores.

A indeterminação dos sistemas de governo, bem como a grande quantidade de sugestões apresentadas sobre os assuntos na Constituinte, aumentava os temores de *Veja* sobre a corrida eleitoral presidencial. “Com tantas variáveis teóricas pela frente, o parlamentarismo com cinco anos pode dar certo, pois, até lá, alguém pode descobrir um jeito de ensinar um burro a falar”, pontuava negativamente. Sarney seguia criticando a proposta, levando-a para o lado pessoal e utilizando-a como um artifício para elogiar os militares (MARIMBONDO..., 23 mar. 1988, p. 34).

Na proximidade da votação dos temas, *Manchete* expôs os resultados de uma pesquisa Ibope, com participação de 400 estudantes do Segundo Grau – atual Ensino Médio – e do Ensino Superior, de São Paulo e do Rio de Janeiro. A sondagem foi encomendada como parte

de um estudo sobre Educação, elaborado por Arnaldo Niskier, escritor e jornalista, ligado à Academia Brasileira de Letras e à Bloch Editores (VAREJÃO, 19 mar. 1988, p. 14-18).

A jornalista Marilda Varejão (19 mar. 1988, p. 14-18), responsável por organizar os números na reportagem, frisou que, embora jovens de 16 anos tivessem conquistado, na Constituinte, o direito de votar, muitos não conheciam a função da Assembleia. Ademais, ignoravam conteúdos de grande difusão naquela atualidade, como o significado do conceito de ecologia, da sigla AIDS – a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – e dos sistemas de governo.

Apesar de, diariamente, os meios de comunicação enfocarem o assunto, o jovem brasileiro não tem ideia sobre as diferenças existentes entre os sistemas parlamentarista e presidencialista: 56,7% ignoram a questão por completo. Entre os que pretensamente a conhecem, há respostas que são verdadeiras pérolas: “Nenhuma, os dois só prejudicam o povo”, “parlamentarismo diz sobre a ditadura; presidencialismo é só sobre o capitalismo”, “parlamentarismo é quando o poder está na mão de militares; presidencialismo na mão dos civis” (VAREJÃO, 19 mar. 1988, p. 16).

Os elementos da pesquisa despertaram curiosidade e indignação na repórter, que ponderou sobre as carências do ensino no Brasil. A amostragem de jovens paulistanos e cariocas foi tomada em seu discurso como uma generalização do quadro educacional de todo o país. As informações oriundas do levantamento, no que diz respeito aos sistemas de governo, foram detalhadas na seguinte tabela:

Qual a diferença entre parlamentarismo e presidencialismo?												
Resposta	Total %V	Sexo		Instrução		Trabalha		Classe ABA/ABIPEME				
		Mas. %V	Fem. %V	2º Grau Pública %V	2º Grau Partic. %V	Sim %V	Não %V	A %V	B %V	C %V	D %V	E %V
Base	(300)	(141)	(159)	(195)	(105)	(145)	(155)	(44)	(117)	(97)	(40)	(2)
Certo	30.7	34.0	27.7	32.3	27.6	24.1	36.8	29.5	41.0	25.8	15.0	0.0
Errado	12.7	13.5	11.9	13.8	10.5	15.9	9.7	6.8	15.4	13.4	10.0	0.0
Não sabe/não respondeu	56.7	52.5	60.4	53.8	61.9	60.0	53.5	63.6	43.6	60.8	75.0	100.0

Figura 2 – Os dados do “Relatório Niskier”, reproduzidos por *Manchete* (VAREJÃO, 19 mar. 1988, p. 17).

Em 22 de março de 1988, a pauta dos sistemas de governo foi apreciada pelos deputados e senadores, juntamente com a duração do mandato dos futuros presidentes da República (NÉMETH-TORRES, 2008). Na ordem do dia, a Emenda Humberto Lucena, de teor presidencialista, foi votada primeiro, após a realização de discursos de ambas as frentes. De acordo com Murilo Melo Filho (9 abr. 1988, p. 105), isso se deu porque a proposta de Lucena conseguiu maior número de assinaturas antes do projeto de Egídio Ferreira Lima, de cunho parlamentarista, ganhando prioridade.

De maneira surpreendente, o presidencialismo e os cinco anos de mandato se sagraram vencedores da disputa que já se arrastava há meses, proporcionando uma reviravolta nos entendimentos dos parlamentares constituintes. A Emenda Humberto Lucena conquistou 344 votos favoráveis contra 212, mantendo o sistema presidencialista. Na mesma sessão, 304 constituintes manifestaram sua preferência pelo mandato presidencial de cinco anos, derrotando 223 votantes (MELO FILHO, 9 abr. 1988, p. 15).

A conclusão da votação foi vastamente explorada pelos semanários. A presença dos 559 constituintes na sessão que deliberou a resolução das matérias foi ilustrada por fotografias em duas páginas de *Manchete*, que demonstrou surpresa com o “comparecimento inédito” de todos os parlamentares (MELO FILHO, 9 abr. 1988, p. 14). O resultado foi percebido como uma aprovação antecipada da permanência de Sarney até março de 1990, cuja definição, em realidade, não tinha data para acontecer. A saída de inúmeros filiados do PMDB era uma tendência que se mostraria inevitável. Melo Filho (9 abr. 1988, p. 16) acreditava que o partido excluiria “setores progressistas” e se consolidaria como uma agremiação “centro-direitista”.

Para a revista carioca, a escolha do presidencialismo “marcou o dia mais quente” da Assembleia, refletindo “a vitória de Sarney”, que seria obrigado a formar um bloco suprapartidário para garantir a governabilidade, visto que ele seria o único responsável por comandar o país em meio à crise (MELO FILHO, 9 abr. 1988, p. 14). *Veja* julgava que o presidente era o grande vencedor do dia, assim como o ministro Leônidas Pires Gonçalves.

Esse posicionamento trouxe novamente à tona a questão da tutela militar sobre o governo do pemedebista, pois as instituições militares, representadas por seus respectivos ministros, sobretudo por Gonçalves, mantinham ativas suas influências sobre o Poder Executivo, de maneira pouco disfarçada. Sarney e Gonçalves estamparam a capa da edição de 30 de março de 1988 do semanário:

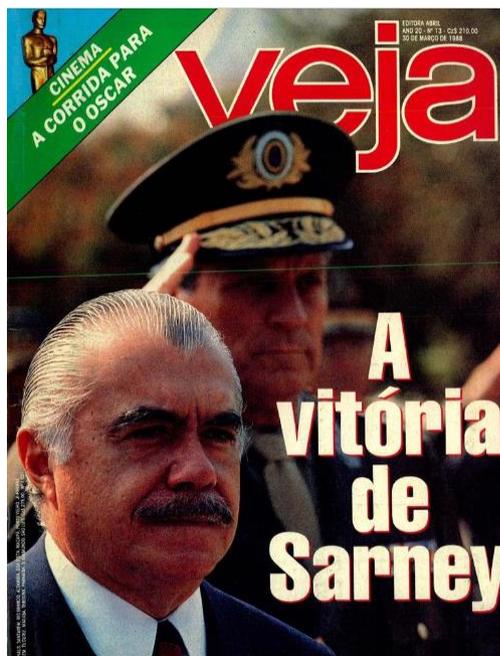


Figura 3 – “A vitória de Sarney” na capa de *Veja*. Ao fundo, o general Leônidas, ministro do Exército (CAPA, 30 mar. 1988).

Em sua coluna de 9 de abril de 1988, Zevi Ghivelder, de *Manchete*, descreveu sua observação pessoal sobre a sessão que derrotou o parlamentarismo, visto que, naquele dia, ele estava presente no “aquário”, “porção do recinto do Congresso que fica entre a galeria e o plenário”, local tradicionalmente ocupado por profissionais de imprensa. O colunista afirmava que a vitória do presidencialismo era nítida, desde antes da votação. Os sinais se deram pelo arrefecimento das discussões, que foram conduzidas sob um “decepcionante casuísmo, tanto de um lado como de outro” (GHIVELDER, 9 abr. 1988, p. 17).

Conforme Ghivelder (9 abr. 1988, p. 17), a exaltação do parlamentarismo se deu “sem ênfase à absoluta necessidade de implantação do voto distrital”. Outro ponto considerado por ele foi a postura do PDT, partido filiado à Internacional Socialista, “composta em larga maioria por democracias parlamentares”, que contava com “um candidato imediato à presidência” – seu fundador, Leonel Brizola – e optou pelo “voto maciço pelo presidencialismo”. O colunista evidenciou que a permanência do sistema de governo presidencial foi apoiada por outras agremiações com empenhos análogos, como o PT (GHIVELDER, 9 abr. 1988, p. 17).

Concomitantemente, ele pontuou o engajamento da pefelista Sandra Cavalcanti, “tenaz lutadora pelo parlamentarismo”, que “continuava distribuindo material impresso a alguns parlamentares, enquanto aconteciam os discursos preliminares”, embora “com menos rotação que o seu usual”. O jornalista também lamentou a conduta dos constituintes, perante a conclusão dos tópicos. “Enfim, em vez de um debate ideológico, vi a esquerda e a direita

votando juntas, mais por conveniência do que por convicção” (GHIVELDER, 9 abr. 1988, p. 17).

Em “Posto de Escuta”, Murilo Melo Filho (9 abr. 1988, p. 104) pormenorizou outros bastidores daquele dia, observando o desempenho do assessor Thales Ramalho e os aconselhamentos ao presidente efetuados pelo ministro Prisco Viana (PMDB), que “desde o primeiro momento não acreditou na fórmula do parlamentarismo-já com cinco anos para Sarney”. Políticos de prestígio estadual adotaram a estratégia de influenciar bancadas inteiras em prol do presidencialismo, superando, inclusive, rivalidades locais (MELO FILHO, 16 abr. 1988, p. 16). Entre militares, como Ernesto Geisel, a aprovação da emenda presidencialista era um sinal do recebimento de “notícias tranquilizadoras” (MELO FILHO, 9 abr. 1988, p. 104).

O jornalista Osias Wurman (9 abr. 1988, p. 102), na seção “Manchete Economia”, informou que a decisão pelo presidencialismo “animou os investidores, tranquilizados, enfim, com a certeza de saber quem conduzirá os rumos da economia brasileira nos próximos dois anos”. Por essa razão, “as bolsas logo reagiram, apresentando uma alta de 10% no dia seguinte à votação do Congresso” (WURMAN, 9 abr. 1988, p. 102). Ressalta-se novamente que o mandato de Sarney não estava definido, algo insistentemente reforçado pelos discursos dos jornalistas dos semanários analisados, diante das certezas que anteviam.

Em *Veja*, o ministro Antônio Carlos Magalhães explicava, em entrevista para Élio Gaspari, que se sentia vitorioso junto com o presidente, uma vez que “é intolerável que se transforme a duração de um governo legítimo em balcão de apostas”. Criticando a imprensa, que não dava sinais de que a derrota parlamentarista “teria todo esse tamanho”, o ministro dizia não estar surpreso com o resultado, por mais que Gaspari insinuasse o contrário em suas perguntas. “Era um parlamentarismo insincero e casuístico destinado apenas a encurtar o mandato ou os poderes do presidente”, destacava o político (MAGALHÃES, 30 mar. 1988, p. 5). O pensamento de Magalhães na entrevista repercutiu também em *Manchete* (MELO FILHO, 16 abr. 1988, p. 16).

A “Carta ao Leitor”, de *Veja*, em 30 de março de 1988, amplificou que a votação “terminou com uma brilhante e inquestionável vitória do governo”, que passava a ter um “problema a menos” na agenda (CARTA..., 30 mar. 1988, p. 27). A mesma edição ofereceu uma teoria alternativa para justificar a conquista. Embasada em reportagens do *Jornal do Brasil*, assinadas pelos jornalistas Villas-Boas Corrêa e Ricardo Noblat, *Veja* noticiou que a “Constituinte votou sob temor de golpe”, visto que as Forças Armadas, contrárias à redução

do mandato presidencial, à realização de eleições em 1988 e ao sistema parlamentarista, elaboravam uma estratégia para tomar o poder (O VÍCIO..., 30 mar. 1988, p. 36).

O propósito de golpe exposto pelo *Jornal do Brasil* “foi enfaticamente desmentido” pelo Centro de Comunicação Social do Ministério do Exército. Sarney, igualmente, descrevia a suspeita como “uma grande fantasia”, alegando que “os militares assumiram um novo papel” em sua administração, estando “integrados ao processo de transição democrática”. O presidente assegurava que esse encaminhamento ficaria prejudicado pela redução de seu mandato pela Constituinte, mas que, mesmo assim, as eleições se realizariam (O VÍCIO..., 30 mar. 1988, p. 37).

Prestes a concluir sua cobertura, *Veja* comparou o parlamentarismo a um fantasma, uma vez que a derrota do sistema de governo refletiu sua baixa adesão entre os congressistas e assustou a opinião pública. Os prenúncios políticos de semanas anteriores sugeriam que a disputa seria “palmo a palmo”, com um placar apertado, o que não ocorreu. Segundo a matéria, o sistema de gabinete “nunca empolgara a maioria parlamentar, como se chegou a imaginar”. “Era uma ideia vistosa – mas, como os balões, cheia de ar” (O ÓBVIO..., 30 mar. 1988, p. 44).

Enquanto presidencialistas, como José Lourenço, se vangloriavam dos resultados, parlamentaristas, como Euclides Scalco, se mostravam impressionados com a diferença obtida. “Foi uma paulada maior do que a gente esperava”, preocupava-se o deputado (O ÓBVIO..., 30 mar. 1988, p. 44). Para o semanário paulistano, entre conchavos e barganhas, o governo conseguiu aprovar sua demanda com facilidade.

Houve pressões do Planalto em favor do presidencialismo e dos cinco anos, captaram-se ameaças de golpe militar em caso de votação contrária aos interesses do governo e assistiram-se a exibições animadas de falsos parlamentaristas que só queriam receber alguma carícia do poder para mudar de ideia sobre o sistema de governo. Qualquer grupo que se reunisse debaixo de tanta tensão para deliberar a respeito de algo tão decisivo chegaria provavelmente aos sopapos. Na Constituinte, chegou-se civilizadamente a uma solução (O ÓBVIO..., 30 mar. 1988, p. 45).

A intervenção do governo no resultado era vista como “obscena” pelo deputado Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ), parlamentarista (O ÓBVIO..., 30 mar. 1988, p. 46). Em *Manchete*, Fernando Henrique Cardoso constatou que “os dois maiores eleitores da emenda presidencialista foram o senador Cascavel e o deputado Urutu⁷¹”, enfatizando os temores que envolviam a interferência da ala militar e um possível golpe. Paralelamente, a revista apresentou o descrédito de Luís Eduardo Magalhães sobre a pressão militar que teria sido exercida sobre os deputados (MELO FILHO, 16 abr. 1988, p. 16).

⁷¹ Cascavel e Urutu eram veículos militares em evidência no período.

Para *Veja*, a Constituinte era presidencialista, “porque tem membros de partidos que adotaram essa linha” – o PT e o PDT –, “conta com políticos do PFL, que na maioria estão onde o governo estiver, e é formada também por um PMDB em boa parte integrado pelos conservadores do Centrão”, interessados em manter boas relações com o Planalto (O ÓBVIO..., 30 mar. 1988, p. 48). Isso tudo fortaleceria Sarney, fazendo-o “formar seu próprio bloco de sustentação”, apartando-se dos dois partidos que lhe mantinham – o PMDB e o PFL (NO PLANALTO..., 30 mar. 1988, p. 50).

Dentro das repercussões proporcionadas pelas revistas, três leitores opinaram sobre os temas, nas respectivas seções destinadas às correspondências. Em *Manchete*, Orozimbo de Souza, de Belo Horizonte/MG, lamentou a derrota imposta ao parlamentarismo, criticando a pouca representatividade do sistema presidencial. Para ele, o único momento de participação popular no presidencialismo era “na hora do votar”. “Nos restantes cinco anos, teremos de aguentar o que os presidentes mandarem e desmandarem”, asseverava (O LEITOR..., 16 abr. 1988, p. 51).

Áurea A. Chaves, de Catanduva/SP, acreditava que, com a permanência do modelo administrativo, o Brasil mantinha sua “tradição”. “O Brizola tem razão, o parlamentarismo seria uma forma de golpe”, afirmou a leitora, ao crer que somente no sistema presidencial “a gente vota em quem escolhe para governar mesmo”. “Ainda bem que o presidencialismo saiu vencedor nessa briga da Constituinte”, concluiu (O LEITOR..., 16 abr. 1988, p. 51).

Já em *Veja*, Robert Renard, de São Paulo/SP, elogiou a cobertura da revista sobre o tema, ajuizando “o quanto foi bizantina e inútil toda essa discussão sobre presidencialismo X parlamentarismo e a duração do mandato”. Em sua visão, os temas transformaram a Constituinte em um “mercado persa, com fisiologismo de vários tamanhos e para todos os gostos” (CARTAS, 20 abr. 1988, p. 13).

Ao listar uma série de vencidos nas contendidas, *Veja* destacou o parlamentarista Mário Covas – pela não obtenção do sistema de gabinete – e Ulysses Guimarães – pela impossibilidade de reduzir o mandato de Sarney, anseio articulado por ele até o último minuto. No que se refere ao “tri-presidente”, a reportagem ressaltou que há “uma regra elementar dos costumes brasileiros”, em relação à política: “não há derrotas definitivas” (COM..., 30 mar. 1988, p. 51).

Aparentemente, o debate sobre os sistemas de governo na Constituinte tinha se dado por encerrado. Tudo indicava que o Brasil continuaria uma República presidencialista. A vitória do sistema presidencial, além de desagradar aos parlamentaristas, sugeria uma derrota aos monarquistas. Entretanto, sob o prisma de que a luta não estava totalmente perdida, um

novo movimento reacendeu a disputa. Enquanto *Manchete* e *Veja* se preocupavam com outros impasses, ignorando as novas ações, uma fusão de emendas, capitaneada pelo deputado Cunha Bueno, concedeu uma alternativa aos defensores do sistema de gabinete.

O regimento da Constituinte não permitia que uma proposta discutida e votada fosse novamente apreciada ou emendada, cerceando a contestação parlamentarista contra o presidencialismo (NÉMETH-TORRES, 2008). Contudo, seguia tramitando na Assembleia, a emenda popular que solicitava a realização de um plebiscito para a decisão eleitoral das formas e sistemas de governo, ideia descolada do debate original sobre parlamentarismo e presidencialismo. Como não havia sido examinada até então, ganhou o apoio de conhecidos parlamentaristas, como Sandra Cavalcanti e José Richa, angariando o número de assinaturas necessárias para ser conduzida ao plenário (NÉMETH-TORRES, 2008).

Na sessão de 2 de junho de 1988, o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo foi a primeira questão a ser decidida. Na ocasião, um amplo quórum se fazia presente na Assembleia, visto que, na sequência, seria avaliada e aprovada a Emenda Matheus Iensen, que garantiu a permanência de Sarney no Palácio do Planalto até 15 de março de 1990, assunto interpretado por *Veja* como “uma irrelevância histórica que azucrinou todo o trabalho da Constituinte como se fora um calo chato” (UM BOM..., 25 maio 1988, p. 32). Com a resolução, as eleições diretas estavam oficialmente adiadas para 1989 (MELO FILHO, 18 jun. 1988, p. 12).

A Emenda Cunha Bueno, em favor do Plebiscito, também foi ratificada pelo plenário, por 495 votos favoráveis, 23 contrários e 11 abstenções, uma delas do próprio parlamentar pedessista, que se esqueceu de registrar o voto no momento adequado (PARLAMENTARISMO..., 1988, p. 5). O eleitor brasileiro foi encarregado de definir o modelo administrativo do país, em eleição a ser realizada em 7 de setembro de 1993. Na Constituição, o texto que versa sobre o tema foi incluído no Artigo nº 2, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 1988).

Mais uma vez, a vitória de Sarney na disputa sobre seu mandato dominou as atenções dos semanários. Murilo Melo Filho (18 jun. 1988, p. 15) citou, sem maior notoriedade, a conquista do expediente eleitoral “sobre a volta da monarquia”, ignorando a nova chance do debate sobre o sistema de governo. O jornalista de *Manchete* ainda transcreveu um comentário sarcástico de Sarney a respeito: “Meu sucessor terá de escolher entre ser presidente da República ou ser imperador” (MELO FILHO, 18 jun. 1988, p. 15).

A omissão de informações sobre os sistemas de governo persistiu em novo apontamento impresso na mesma edição, onde o colunista delegou ao pedessista monarquista,

uma “vitória do trabalho pessoal”. “Até que enfim, o deputado Cunha Bueno conseguiu uma vitória na Constituinte”, salientou Melo Filho (18 jun. 1988, p. 100), que ignorou, naquela edição, outro feito do monarquista: a derrubada definitiva, em plenário, na sessão de 17 de março de 1988, da cláusula pétrea, proibitiva à contestação republicana, não explorada pelas revistas aqui analisadas⁷².

Para Murilo Melo Filho (18 jun. 1988, p. 100), a “façanha” de Cunha Bueno em prol do Plebiscito foi produto da ação do parlamentar perante os constituintes, “que foram gradativamente convencidos pelo deputado sobre as conveniências da consulta popular”. Na notícia, o congressista se queixava de que não havia sido “levado a sério”, quando apresentou a ideia a seus pares. “Eu me fiz de bobo e saí em campo. Venci alguns colegas pelo cansaço e pela perseverança. Mas valeu a pena”, celebrou o monarquista (MELO FILHO, 18 jun. 1988, p. 100).

Veja, no que lhe concerne, optou por não noticiar imediatamente a aprovação do Plebiscito, incluindo-a, na edição de 22 de junho de 1988, em uma reportagem crítica a algumas proposições admitidas na Constituinte. Segundo o semanário paulistano, os itens faziam parte de um “armário de bobagens” que poderia ser suprimido na versão final do documento em elaboração, sem maiores danos (A LEI..., 22 jun. 1988, p. 42). Sob um alto grau de escárnio, *Veja* descreveu que,

no dia 8 de setembro de 1993, os brasileiros poderão acordar com a certeza de que nunca mais votarão para presidente da República. É que, na véspera, os eleitores irão às urnas para dizer, em plebiscito, se o governo será presidencialista ou parlamentarista e se o regime (sic) permanece republicano ou torna-se monarquista, conforme emenda aprovada nas Disposições Transitórias (ARTIGOS..., 22 jun. 1988, p. 45).

As observações negativas da revista se voltaram ao ideário monárquico, tido como um dos “artigos para o riso”. Segundo a matéria de *Veja*, Cunha Bueno amparava suas teses em um estudo, que demonstrou que o país faria “economia” com a “a adoção de sua ideia”, pois a manutenção da estrutura do Palácio do Planalto havia consumido, em 1987, de acordo com o parlamentar, mais de 15 bilhões de cruzados, tornando-se proporcionalmente mais cara que os gastos gerais da família real britânica, estimados em 10 bilhões de cruzados (ARTIGOS..., 22 jun. 1988, p. 45).

⁷² Tramitava na Constituinte, a Emenda nº 2.003, que garantia a manutenção da República no Brasil, em atendimento à cláusula pétrea. O texto foi protocolado pelo deputado Paes Landim (PFL-PI). Em 17 de março de 1988, a redação, incluída em um projeto maior, foi votada na Assembleia como destaque, sendo rejeitada pelos constituintes. Foram 366 votos contrários à manutenção da ideia de Landim, 29 a favor e cinco abstenções. Cunha Bueno foi um dos responsáveis por argumentar contra a emenda (ASSEMBLEIA, 18 mar. 1988, p. 8631).

Sem convir no argumento, *Veja* ainda refutava a tese sobre o “quadro de estabilidade” atribuído pelos monarquistas ao período imperial brasileiro. No julgamento da revista, a antiga forma de governo somente “assegurou a estabilidade de uma única instituição – o sistema escravocrata” (ARTIGOS..., 22 jun. 1988, p. 45). A longa permanência de Dom Pedro II no poder encontrava constantes e elogiosas exposições nas falas do pedessista.

A aprovação do Plebiscito não veio acompanhada da certeza sobre quem seria designado como monarca, em caso de vitória da forma de governo. A indeterminação sobre “a escolha da dinastia” brasileira suscitou questionamentos na reportagem. “O trono tanto pode vir a ser ocupado por algum membro da dinastia de Orléans e Bragança, descendente de Dom Pedro II, ou pelo senador Afonso Arinos”, ironizou a matéria, ao crer que, se deliberado em uma eleição direta, o ato poderia inaugurar “a dinastia Quércia ou a casa de Brizola”, relembrando disputas ordinárias do contexto político (ARTIGOS..., 22 jun. 1988, p. 45).

As ironias proferidas por *Veja* foram repudiadas por Cunha Bueno e Fernando Baptista Bolzoni, na seção “Cartas”. Em sua resposta, o deputado valorizou o placar que concretizou a ideia plebiscitária, segundo ele, “a maior contagem a favor na Constituinte”. Ele também rechaçou a classificação de “artigo para o riso”, dada pela revista para sua emenda. “Será que um ‘único monarquista’ teria força para obter essa votação esmagadora ou a Assembleia viu, através dela, a oportunidade para repensar o modelo político?”, indagava (CARTAS, 6 jul. 1988, p. 15).

Para Bolzoni, a reportagem manifestava “alguns preconceitos contra a monarquia”. O monarquista de Porto Alegre/RS ainda defendeu o Plebiscito, visto por ele como “uma proposta séria, embasada em uma emenda popular com mais de 44 mil assinaturas”. “Toda essa gente que assinou não a achou engraçada”, finalizou o defensor da forma de governo, contrariado pelo tom utilizado pela revista da Editora Abril (CARTAS, 13 jul. 1988, p. 13).

No panorama político, o maior efeito da sessão de 2 de junho de 1988, para *Manchete* e *Veja*, foi a consumação da “fratura nas fileiras do PMDB”. Até o último momento, a “esquerda” do partido seguia interessada na não apreciação da Emenda Matheus Iensen, a fim de reunir condições para confirmar os quatro anos de mandato para José Sarney, sugeridos pela Comissão de Sistematização (BRIZOLA..., 8 jun. 1988, p. 35-36).

Segundo *Manchete*, Mário Covas ameaçou Ulysses Guimarães: se o “tri-presidente” colocasse a votação na ordem do dia, a “esquerda” do PMDB se desligaria da agremiação (MELO FILHO, 18 jun. 1988, p. 14). A tese “cincoanista” não apenas foi votada, como foi aprovada pelos constituintes. Assim, o grupo cumpriu sua promessa. Em 3 de junho de 1988, Covas renunciou à liderança do partido na Constituinte, posteriormente deixando a legenda.

Junto a ele, desligaram-se da sigla mais de três dezenas de parlamentares, incluindo Euclides Scalco, José Richa e Fernando Henrique Cardoso (VELASQUEZ E OUTROS, 2009).

A formação de um novo partido, para congregar as “dissidências” pemedebistas, foi prevista por Murilo Melo Filho ainda em abril de 1988. O jornalista, na ocasião, reproduziu declarações do senador pefelista Afonso Arinos, que, decepcionado com a derrota do parlamentarismo na sessão de 22 de março, notabilizava o esforço de José Richa na criação de uma sigla, de configuração “essencialmente parlamentarista” (MELO FILHO, 30 abr. 1988, p. 94).

Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, entrevistado por Paulo Moreira Leite, para *Veja*, na edição de 29 de junho de 1988, os congressistas insatisfeitos com os rumos da maior agremiação partidária da Constituinte estavam próximos de “iniciar a construção de uma nova legenda”, chamada inicialmente de Partido Democrático Popular (PDP). Cardoso, altamente valorizado por *Veja* por sua trajetória política e acadêmica, negava ao entrevistador que o PDP seria “uma sigla de perdedores”, por ter sido superado em algumas de suas mais célebres demandas na Constituinte (CARDOSO, 29 jun. 1988, p. 5).

Para Cardoso (29 jun. 1988, p. 5), as “esperanças de mudança com a Nova República” foram abaladas pelo desempenho da Assembleia, prejudicando o país. A mesma edição do semanário, em uma reportagem, retratou os movimentos de desfiliação no PMDB, que consumaram “uma debandada barulhenta que se anunciava há muito tempo”. Contando com um grande número de adeptos, o partido, que se tornaria a terceira maior legenda da Constituinte, ultrapassando o PDS e o PDT, escolheria sua nomenclatura em uma eleição interna (O TUCANO..., 29 jun. 1988, p. 42).

Apesar de suas principais lideranças serem oriundas da “esquerda do PMDB”, o novo partido receberia pefelistas cariocas, como o senador Afonso Arinos e outros expoentes da direita, antigamente afinados com Carlos Lacerda. Por essa razão, o grupo preferia se definir, por sua ideologia, como “social-democrata”, engajando-se “pelo parlamentarismo como sistema de governo, adequado ao país”, mantendo-se na oposição ao PMDB, rejeitando os rótulos de esquerda, centro ou direita – sendo, esse último ponto, algo bem apreciado por *Veja* (O TUCANO..., 29 jun. 1988, p. 43).

Formalizada sua primeira convenção, o grupo político assumiu a nomenclatura de Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sigla que, no decorrer dos anos porvindouros, defenderia o sistema de gabinete com afinco, como um dos motivos de sua fundação (VELASQUEZ E OUTROS, 2009)⁷³. Segundo Murilo Melo Filho (8 jul. 1988, p.

⁷³ Para mais detalhes sobre a fundação e a institucionalização do PSDB, ver Roma (2002).

101), o PSDB adotou nuances parlamentaristas inclusive em sua organização interna, pois sua direção seria colegiada. Seus integrantes passaram a ser conhecidos como “tucanos”, em alusão ao pássaro tomado como símbolo para a agremiação, antes mesmo da definição do nome (O TUCANO..., 29 jun. 1988, p. 42).

A promulgação da nova Constituição brasileira se deu em 5 de outubro de 1988. Nesse dia, *Veja* publicou uma entrevista com o deputado constituinte Roberto Freire (PCB-PE). O parlamentar avaliou que “as esquerdas cometeram um erro fundamental ao longo do processo de elaboração da nova Carta”: a não negociação do mandato de cinco anos para Sarney em troca da instituição do parlamentarismo. “Não entendemos que valeria a pena aceitar os cinco anos em troca de um sistema de governo mais avançado”, afirmava o comunista, superestimando a ligação da pauta parlamentarista com a esquerda, fator que vinha ao encontro do que propagava *Veja* (FREIRE, 5 out. 1988, p. 5).

Para Freire (5 out. 1988, p. 5), essa foi a “maior derrota” imposta à Constituinte, pois a permanência do presidencialismo permitiu “a sobrevivência de um grave problema brasileiro, que é a tutela militar”. Ele explanou que, no “momento em que a negociação era possível”, ela “foi inviabilizada pela própria conjuntura”, justamente pela excessiva vinculação do tema com a “questão dos quatro ou cinco anos de mandato”. “Se nós tivéssemos aceito o parlamentarismo com um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, estaríamos dando uma resposta para a crise que existe no país”, julgava o político (FREIRE, 5 out. 1988, p. 6).

Freire (5 out. 1988, p. 6) ainda comentou que “a questão foi discutida tardiamente porque o sistema de governo era considerado apenas um tema acadêmico, sem interesse para a população”, uma vez que os problemas relativos à crise econômica não se solucionariam com a mudança. “Talvez agora, eles [os parlamentares] admitam uma melhor discussão sobre o tema, até porque a sociedade começou a perceber que não se trata de uma mera questão acadêmica”, previa o congressista (FREIRE, 5 out. 1988, p. 6).

Na sessão final da Constituinte, ao lado de José Sarney, Ulysses Guimarães declarou promulgada a nova e aguardada Constituição, proferindo um discurso que seria notabilizado por *Manchete*, *Veja* e pela historiografia política (FERREIRA, 2018, p. 59). Nele, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte defendeu a nova Carta e condenou crimes da ditadura militar, como assassinato do ex-deputado federal Rubens Paiva, torturado e morto nas dependências de um quartel militar, em 1971 (O CASO..., 12 out. 1988, p. 48).

Para *Veja*, assim como para *Manchete*, no capítulo final da trajetória da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães se sagrou vencedor, sobrepondo-se a José Sarney, sendo saudado inclusive por rivais, como o deputado federal Fernando Lyra (PDT-PE),

derrotado por Ulysses, em 1987, na eleição para a presidência da Câmara (MELO FILHO, 22 out. 1988, p. 23). O semanário carioca também rememorou as conquistas do Centrão. Segundo a repórter Malu Lopes (8 out. 1988, p. 104), o grupo de direita era um dos responsáveis pela obtenção dos cinco anos para Sarney⁷⁴.

Durante a cerimônia, não apenas o discurso de Ulysses acarretaria em polêmica. Uma fala do senador Afonso Arinos, agora filiado ao PSDB, desagradou aos presidencialistas ao criticar o sistema vigente, algo interpretado como uma apologia ao sistema de gabinete. “Afinal de contas, ele estava falando em nome de todos os constituintes e não lhe cabia fazer a defesa do parlamentarismo, inclusive porque o presidencialismo foi o sistema de governo preferido pela maioria dos parlamentares”, opinou Murilo Melo Filho (22 out. 1988, p. 23), amplificando os descontentamentos. A exposição de Arinos evidenciou que os parlamentaristas seguiam engajados na causa.

Livres das atribuições constituintes, os deputados federais e senadores, bem como os demais políticos em evidência, conservaram, ao longo dos anos, suas atividades direcionadas ao parlamentarismo, ao presidencialismo ou à monarquia, tendo em vista o Plebiscito. Para alguns, no entanto, as manobras em favor das transformações no sistema de governo originariam a apresentação de novas sugestões. A manutenção dos temas no debate político e nas agendas de *Manchete* e *Veja* serão detalhadas no capítulo a seguir.

⁷⁴ No que concerne ao relacionamento entre o presidente da República e os políticos da época, Ferreira (2018, p. 55) quantifica que, “na defesa de seus interesses, Sarney utilizou as concessões de rádio e televisão como moedas de troca”. Foram mais de mil concessões ofertadas pelo presidente a seus aliados entre 1985 e 1988. A maior quantidade delas foi distribuída no último ano da Constituinte: 539. Com base em estudos de outros pesquisadores, o autor expõe que 165 concessões se destinaram a políticos que apoiaram os cinco anos de mandato para Sarney (FERREIRA, 2018, p. 55).

CAPÍTULO 3**DE OLHO NO PLEBISCITO, SEGUEM OS DEBATES (1988-1992)**

A finalização da Assembleia Nacional Constituinte e a promulgação da nova Constituição brasileira não significaram o término dos debates sobre formas e sistemas de governo no Brasil. Os grupos políticos diretamente interessados nos tópicos iniciaram suas articulações internas visando o Plebiscito de 1993, contemplando as peculiaridades do período que antecedeu a eleição. Assim, as discussões se mantiveram em *Manchete* e *Veja*.

Foram examinadas no recorte temporal, entre novembro de 1988 e dezembro de 1992, 209 edições da revista da Bloch Editores e 216 da publicação da Editora Abril. O presidencialismo e o parlamentarismo foram mencionados em 51 exemplares de *Manchete* e em 41 de *Veja*. Já os movimentos monárquicos e outros temas ligados a eles se destacaram em 22 números do semanário carioca e quatro da revista paulistana.

Percebe-se, contudo, que as disputas se modificaram, se comparadas ao estilo operado até então. Naturalmente, a formulação da nova Carta deixou de ser a motivação principal. Levou-se em conta a reta final do governo Sarney, as variações de posicionamentos de célebres políticos, a movimentação em prol do ideário monárquico e a eleição de um presidente assumidamente parlamentarista.

Detalhes sobre os conteúdos e discursos disponibilizados pelos semanários serão expressos ao longo deste capítulo, composto por quatro subtítulos. Os três primeiros ressaltarão a evolução dos debates sobre os sistemas de governo, enquanto a divisão final salientará a presença monarquista no panorama pós-Constituinte.

3.1 O “parlamentarismo já” e a eleição de um novo presidente

Ao entrar em vigor, em outubro de 1988, a Constituição Federal formalizou as escolhas deliberadas pela Assembleia Nacional Constituinte. Antes da promoção do Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo, marcado para 1993, outras quatro corridas eleitorais se efetivaram no país. A primeira delas ocorreu pouco mais de um mês após a cerimônia de promulgação da nova Carta, colocando candidatos em disputa na esfera municipal. Suas regras foram um pouco diferenciadas das normas aprovadas há pouco tempo, pois o processo

se iniciou meses antes. O pleito, por exemplo, não adotou a votação em dois turnos, em municípios com mais de 200 mil eleitores (O CANDIDATO..., 2 nov. 1988, p. 32).

A campanha de 1988, conforme *Manchete* e *Veja*, foi afetada pela desilusão popular ante o governo Sarney, especialmente no que se referia à agenda econômica do pemedebista. Destarte, eram oferecidos publicamente argumentos que incentivavam a anulação do voto como protesto. No Rio de Janeiro, foi criada uma movimentação por um candidato fictício: o macaco Tião, ilustre animal do zoológico do município. Em reportagem que retratou a “candidatura” do primata, *Veja* demonstrou, paralelamente, que os parlamentaristas não haviam desistido de defender seus ideais (O CANDIDATO..., 2 nov. 1988, p. 32).

Apesar de superados pelos presidencialistas na Constituinte, os defensores do sistema de gabinete se mostravam esperançosos na obtenção de mudanças instantâneas, sem aguardar a futura ocorrência do Plebiscito. O “parlamentarismo já”, que incomodou Sarney e o fez interferir constantemente nos trabalhos da Constituinte, ganhou uma reedição, justificando-se novamente na instabilidade governamental (O CANDIDATO..., 2 nov. 1988, p. 32). O sistema parlamentarista, juntamente com a chance de antecipação das eleições presidenciais, continuou sendo entendido pelos políticos como uma solução de conflitos.

De acordo com *Veja*, tão logo a Constituinte encerrou suas atividades, o deputado Antônio Delfim Netto protocolou no parlamento uma proposta apoiada por “um abaixo-assinado de 178 parlamentares”, em que solicitava a pronta implantação do parlamentarismo como sistema de governo para o Brasil. Otimista de que conseguiria os 372 votos necessários para a modificação constitucional, o deputado acreditava que seu projeto tendia “a crescer dia após dia – como a inflação do governo Sarney” (O CANDIDATO..., 2 nov. 1988, p. 36). O parlamentarismo tardio de Delfim Netto também repercutiu em *Manchete* (LOPES, 22 out. 1988, p. 122). Nenhuma das revistas especificou como a ideia se daria na prática.

Ainda em 1988, o jornalista Carlos Chagas passou a assinar uma coluna em *Manchete*. Nela, o colunista costumava discutir temas da alçada política. Em seu texto de 24 de dezembro de 1988, Chagas avaliou os resultados das eleições municipais recentemente ocorridas. A escolha de políticos de esquerda para prefeituras de metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, era vista por ele como uma “radicalização” do panorama político, servindo para alavancar as candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola para a presidência, algo que lhe causava espécie (CHAGAS, 24 dez. 1988, p. 20-21).

Previendo um cenário favorável para um novo golpe militar, Chagas (24 dez. 1988, p. 21) descrevia, sem citar nomes, que políticos “mais cautelosos” entre uma “minoría extremada” “começavam a falar na adoção imediata do parlamentarismo”, “o mesmo sistema

de governo que repudiaram faz pouco, nos debates da Assembleia Nacional Constituinte”. A ideia era rechaçada pelo jornalista, que a via como uma tentativa de “evitar as eleições presidenciais do ano que vem [1989], tal como estão postas”. Por isso, o “parlamentarismo de ocasião” era interpretado pelo cronista como um “golpe” (CHAGAS, 24 dez. 1988, p. 21).

Adiante, já em 1989, uma reportagem de Hélio Contreiras (14 jan. 1989, p. 92-97), em *Manchete*, observava “para onde vão os militares”. Em sua matéria, foram expostas reflexões de proeminentes membros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica sobre temas como o parlamentarismo. “Provavelmente, nem o senador Afonso Arinos”, “nem o seu colega do Senado, Mário Covas” poderiam imaginar que o sistema de gabinete encontraria “manifestações de apoio importantes nos quartéis”, frisava o jornalista (CONTREIRAS, 14 jan. 1989, p. 97).

Na reportagem, Contreiras (14 jan. 1989, p. 97) fez dois apontamentos. O primeiro considerava, equivocadamente, que Afonso Arinos “trocou” o presidencialismo pelo parlamentarismo “nos últimos 20 anos”. Em realidade, sua militância sobre o tema datava de meados da década de 1950, quando justificou “os motivos políticos, e não jurídicos” que o levaram a mudar de posição, no prefácio da compilação de seu antigo debate com Raul Pilla, editado originalmente em 1958 (FRANCO, 1999, p. 13). Em segundo lugar, o repórter reproduziu o pensamento do ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, que declarava que o parlamentarismo seria “o caminho” (CONTREIRAS, 14 jan. 1989, p. 97).

A situação caótica originada pela crise fez com que os ministros Leônidas Pires Gonçalves e Octávio Moreira Lima propusessem nos bastidores, em junho de 1989, “a adoção imediata do parlamentarismo como fórmula para superar as dificuldades econômicas”. Esse engajamento dos ministros militares a respeito do sistema parlamentarista, no ocaso do mandato de Sarney, às vésperas de uma eleição direta presidencial muito aguardada pela sociedade, foi contemplado pelos semanários como a grande surpresa daquele ano (TUDO..., 21 jun. 1989, p. 109).

Segundo relatou uma reportagem de *Veja*, Moreira Lima teria se dirigido ao senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PSDB no Senado, durante uma recepção na Embaixada da União Soviética, em junho de 1989, pedindo: “Senador, é preciso trabalhar pelo parlamentarismo”. Na visão do militar, o sistema de gabinete era “a solução para a crise”. “Para adotá-lo, precisamos do apoio dos militares, inclusive do ministro Leônidas”, respondeu Cardoso. Ao lado dos dois, o ministro do Exército afirmou: “Sempre disse que sou a favor do parlamentarismo” (TUDO..., 21 jun. 1989, p. 109).

O ministro Leônidas, contumaz defensor de Sarney e do sistema presidencial durante a Constituinte, agora mudava seu posicionamento. Tal movimento não passou despercebido por *Veja*, que relacionava o inédito comportamento a um subterfúgio para se consumir uma maneira de se “livrar o país do risco de cair nas mãos de tantos candidatos indesejáveis”, cuja lista era encabeçada por Lula e Brizola (OS MATA-CANDIDATOS, 28 jun. 1989, p. 53). Com referência a isso, *Veja* assegurava que

Um dos defensores da mudança de regime (sic) é o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, que guerreou o parlamentarismo durante a Constituinte – ou seja, quando é para ficar com o presidencialismo e Sarney, Leônidas acha ótimo. Quando, porém, é para encarar o presidencialismo com alguém eleito por mais de 40 milhões de brasileiros, o general acha que não convém. Como a Constituição prevê a realização de um plebiscito em 1993 para se saber que regime (sic) o povo realmente deseja, essas tentativas de virar o jogo neste momento são apenas manobras golpistas (A BRIGA..., 22 nov. 1989, p. 53).

Para a revista paulistana, o parlamentarismo ignoraria o “voto direto de 80 milhões de brasileiros que irão às urnas em 15 de novembro”, pois a próxima gestão seria “formada pelo voto de 500 parlamentares reunidos no Congresso Nacional, em Brasília” (OS MATA-CANDIDATOS, 28 jun. 1989, p. 53). O argumento supracitado, desenvolvido durante a Constituinte, seguiu em profusão nos semanários, vindo ao encontro do que pensavam os presidencialistas. Não se considerava representativo que os congressistas escolhessem, entre si, o chefe de governo do Brasil, em razão do passado recente que remetia à ditadura e aos artifícios por ela engendrados.

O desempenho dos principais partidos políticos daquele período, segundo *Veja*, era uma das principais motivações para a “astuciosa” busca pela concretização da alteração de sistema governamental em 1989. PMDB, PFL e PSDB detinham as maiores bancadas no Congresso, mas a quantidade de parlamentares não revertia em boas colocações nas projeções eleitorais, uma vez que seus presidenciáveis, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves e Mário Covas, respectivamente, ocupavam o quarto, o sétimo e o quinto lugares nos prognósticos fornecidos por institutos de pesquisa (OS MATA-CANDIDATOS, 28 jun. 1989, p. 54).

Se instalado o parlamentarismo, a situação mudaria, transformando Ulysses no candidato mais forte ao cargo de primeiro-ministro. *Veja* concluiu que o PMDB e o PFL, que, juntos, dispunham de “7% das intenções de voto para 15 de novembro”, “só precisariam promover a ressurreição da Aliança Democrática para continuar à frente do governo”. A projetada mudança emergencial encontrava reservas na reportagem, que asseverava que o sistema de gabinete foi “abatido na Constituinte”, após intensos debates que terminaram “por

aprovar o presidencialismo numa votação folgada” (OS MATA-CANDIDATOS, 28 jun. 1989, p. 54).

Além das propostas discutidas para propiciar a abreviação da gestão de Sarney, outros recursos miravam a solução dos conflitos, paulatinamente ganhando força no Congresso (A ONDA..., 26 jul. 1989, p. 41). Uma dessas ideias era a da renúncia do presidente ao cargo, prontamente após as eleições, com a posse antecipada de seu sucessor, legitimado pelas urnas (FERREIRA, 2018, p. 64). A ideia, porém, não se sustentava entre o Palácio do Planalto e as instâncias militares (A ONDA..., 26 jul. 1989, p. 41). A possibilidade do “parlamentarismo já” era, assim, melhor aceita como uma alternativa.

Sobre isso, *Veja* salientou que o parlamentarismo se constituía em “um ótimo sistema de governo, mas muitos de seus atuais defensores querem mesmo é inviabilizar a ação do novo presidente com a tranca de um primeiro-ministro”. O deputado federal Francisco Dornelles (PFL-RJ), cuja opinião foi consultada pelo semanário paulistano, dizia que “desde 1950, acontece a mesma coisa: o derrotado quer o parlamentarismo” (A BRIGA..., 22 nov. 1989, p. 53).

O “parlamentarismo já” também era desacreditado por leitores de *Manchete*. “Apesar da solidez e da estabilidade dos países que adotam o parlamentarismo”, o sistema não seria aprovado “a curto prazo” no Brasil, “devido à formação cultural, imediatismo e carreirismo dos nossos políticos”, ponderava Celso Lima, do Rio de Janeiro/RJ, complementando que apenas com “a evolução da classe política”, o sistema parlamentar seria possível. “Mas isto leva tempo”, concluía o leitor (O LEITOR..., 8 jul. 1989, p. 85).

Em meio às disputas, o presidencialismo contou com a ativa defesa de Leonel Brizola. Em reportagem de *Manchete*, o presidenciável destacou as qualidades do sistema, buscando desassociá-lo da ditadura militar, um conceito corrente na época. “Foi essa a confusão que se estabeleceu na cabeça de muitos constituintes, que afinal optaram por um regime (sic) ambíguo entre o parlamentarismo e o presidencialismo”, criticava o político, acreditando que o sistema implantado não se tratava de um presidencialismo puro (BRIZOLA..., 29 jul. 1989, p. 104).

Sobre o parlamentarismo, Brizola julgava que o sistema não era “essa panaceia, essa maravilha curativa que resolve todos os males, dos grandes aos pequenos”. O ex-governador do Rio de Janeiro recordava que “as duas ditaduras mais nefastas deste século, a de Hitler, na Alemanha, e a de Mussolini, na Itália”, “nasceram e frutificaram” em sistemas parlamentaristas. “Ele [o parlamentarismo] não é o antídoto infalível contra as ditaduras”,

afiançava, desconstruindo uma das principais justificativas daqueles que endossavam a pronta implantação do sistema parlamentar (BRIZOLA..., 29 jul. 1989, p. 104).

Semanas antes, Paulo Maluf, presidenciável pedessista, buscava, no semanário carioca, se mostrar como um candidato habilitado ao cargo, condenando atos do governo Sarney. O político utilizou a nova discussão sobre o parlamentarismo como um dos motes para censurar o comportamento da classe política, que, segundo ele, possuía uma “estranha vocação antidemocrática”, ao “não se submeter à vontade da maioria”. O antigo apoiador da ditadura militar rememorou que o “plebiscito sobre o parlamentarismo” estava marcado para 1993 e que uma antecipação do mesmo, objetivando a transfiguração do sistema, violaria “o texto sagrado da Constituição” (MALUF, 8 jul. 1989, p. 17).

No decurso de 1989, Carlos Chagas seguiu imprimindo em *Manchete*, em cinco colunas, seus pareceres sobre o parlamentarismo. Para ele, a modificação do modelo político-administrativo somente poderia se dar através da escolha popular. “Em 1993, o povo será chamado a se pronunciar sobre o sistema de governo. Um plebiscito decidirá se continuamos presidencialistas ou se adotamos o parlamentarismo”, relembrava. Qualquer entendimento contrário a isso, a seu ver, se configuraria em um “golpe” (CHAGAS, 8 jul. 1989, p. 103).

Chagas (8 jul. 1989, p. 103) não recriminava a postura dos parlamentares que, “por idealismo, doutrina ou experiências externas”, queriam mudar o sistema. A eles, delegava “todo o direito” que lhes cabia “dentro de um regime democrático”. Segundo o jornalista, o “clubinho parlamentarista sério e honesto” era composto, entre outros políticos, por Nelson Carneiro, Sandra Cavalcanti e Afonso Arinos, defensores “históricos” do sistema de gabinete, que estavam “continuamente trabalhando, colhendo assinaturas e apresentando emendas na linha de seu mestre e inspirador, Raul Pilla” (CHAGAS, 8 jul. 1989, p. 103).

De acordo com Carlos Chagas (8 jul. 1989, p. 103),

Não é dos históricos que se fala, quando se denuncia o golpe. É dos malandros. Dos obscenos. Daqueles que em junho do ano passado votaram em massa no presidencialismo, dando, de tabela, mais um ano de mandato para o presidente Sarney. Poucas vezes se assistiu à celebração igual no Congresso. Falava-se, até com razão, de nossa tradição republicana, das raízes históricas do país e da malograda experiência parlamentarista dos anos 61/62, antessala do golpe militar de 64 (CHAGAS, 8 jul. 1989, p. 103).

Carlos Chagas se equivocou, ao atribuir a votação sobre os sistemas de governo à sessão de junho, visto que o presidencialismo foi aprovado em março de 1988, confundindo-se com a admissão do Plebiscito. Para o colunista, os “parlamentaristas de ocasião” se fundamentavam nas elites políticas para efetuar “execráveis raciocínios destinados a mudar as regras do jogo depois dele começado” (CHAGAS, 8 jul. 1989, p. 103).

Almejava-se naquele ano, na visão de Chagas (8 jul. 1989, p. 103), uma alteração fora de lugar. “Presidencialismo, sim. Democracia, também. Mas desde que a favor. Jamais contra o *establishment*”. Desse modo, “das cinzas, das brasas ou até do próprio inferno ressurgiu a tese parlamentarista”, apontava o jornalista, ao descrever como “mentira” e “malandragem pura”, os argumentos empregados por aqueles se amparavam na crise e nas candidaturas problemáticas para reforçar as contendas, ambicionando o empoderamento do Congresso (CHAGAS, 8 jul. 1989, p. 103).

Dá pena assistir a gente do PMDB enfiada nisso até o pescoço, apenas porque a candidatura do Dr. Ulysses não decolou. O estômago dói quando se veem tucanos da mais nobre estirpe de repente defenderem o sistema parlamentar de governo, porque Mário Covas vai mal de pesquisas. Dos pedessistas, nem há que falar. Se vão outra vez para derrota com Paulo Maluf, então a hora é parlamentarista. E os liberais, tendo que carregar Aureliano Chaves? Até no PT tem quintas-colunas que o Lula só não identifica se não quiser (CHAGAS, 8 jul. 1989, p. 103).

Ressalta-se novamente outro engano de Carlos Chagas. Mário Covas era um exímio defensor do sistema de gabinete. A adesão dele e de seu partido, o PSDB, à causa parlamentarista, nada tinha de novo, sendo notabilizada, inclusive pelas ações que levaram à fundação da legenda, em julho de 1988. O colunista distinguiu, com indignação, o nome de outro político que, sob seu olhar, subitamente passou a fazer apologia do parlamentarismo: Jânio Quadros, ex-presidente que não havia conseguido firmar uma nova candidatura no pleito de 1989 (CHAGAS, 8 jul. 1989, p. 103).

Conforme Chagas (8 jul. 1989, p. 103), a demanda parlamentarista carecia de concretude, pois, se imposta como em 1961, desrespeitaria o eleitor, que aguardava sua oportunidade de escolher um presidente. “Mais do que um anseio ou uma obstinação nacional”, o voto direto era, segundo ele, “uma solução” muito esperada, “depois de 29 anos de jejum” (CHAGAS, 28 out. 1989, p. 84). Para o cronista, o “parlamentarismo já” encobriria problemas estruturais, transformando o novo presidente em uma “rainha da Inglaterra, apesar de eleito com mais de 40 milhões de votos”, descontentando o povo, que reagiria contra a “usurpação do poder” (CHAGAS, 8 jul. 1989, p. 103).

Em suas colunas, Carlos Chagas reproduziu exaustivamente algumas frases e posicionamentos, associando as tentativas imediatas de implantação do novo sistema à “malandragem” ou à “obscenidade” de grupos políticos. “Busca-se o parlamentarismo como forma de evitar derrotas partidárias”, assim estabelecendo “o governo dos vencidos, sobreposto ao pronunciamento das urnas”, “algo digno dos piores momentos da ditadura, com o agravante de estar sendo proposto e desenvolvido por políticos ditos democratas e fiéis às instituições”, detalhava (CHAGAS, 28 out. 1989, p. 84).

O primeiro turno da eleição presidencial confirmou as expectativas dos semanários sobre a originalidade da disputa. Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, conquistaram, no pleito do centenário republicano, o primeiro e o segundo lugar, respectivamente. Tradicionais postulantes ao cargo ficaram para trás, a exemplo do temido Leonel Brizola, terceiro colocado, e do aclamado Ulysses Guimarães, sétimo colocado. Paulo Maluf, derrotado em 1985, ficou em quinto lugar, enquanto o parlamentarista Mário Covas obteve a quarta posição (FLEISCHER, 1990, p. 23).

Frente aos fatos, *Veja* segmentou sua cobertura sobre as eleições, focalizando os candidatos que passaram pela primeira fase. A escolha definitiva se daria em segundo turno, no dia 17 de dezembro de 1989. Em uma entrevista, Collor e Lula afirmavam serem favoráveis ao sistema parlamentarista. No entanto, para os postulantes à presidência, o “parlamentarismo já” era, outrossim, analisado como um ensaio de golpe. De acordo com Collor,

Devemos respeitar a Constituição, que remete o parlamentarismo a uma possível aprovação em plebiscito em 1993. Eu sou parlamentarista e tudo farei para aprová-lo. Mas não cabe aos derrotados nas urnas reunirem-se em gabinetes e continuarem a decidir os rumos do país. O jogo deve ser à luz do dia. Não se pode jogar 40 milhões de votos no lixo (MELLO, 29 nov. 1989, p. 6).

Para Lula, o parlamentarismo discutido em 1989 era absurdo, pois “as pessoas que estão pensando nisso, na verdade estão pensando muito mais no Lula ganhar as eleições”, procurando mecanismos de tirar o poder do presidente (SILVA, 29 nov. 1989, p. 6). O petista complementava que

Primeiro, nós temos que eleger um Congresso Nacional no ano que vem com o povo sabendo que é com aquele Congresso Nacional, em 1993, que irá ocorrer um plebiscito, onde o povo dirá se quer parlamentarismo, presidencialismo, e até se prefere a monarquia. Eu, particularmente, sou parlamentarista porque acho que é a forma mais democrática de governar e, se o Congresso eleger um primeiro-ministro ruim, é problema do Congresso Nacional, o povo tem chance de renová-lo. Acho inclusive que o presidente da República tem que trabalhar como se trabalha na Europa, de comum acordo com o primeiro-ministro, sem nenhuma preocupação (SILVA, 29 nov. 1989, p. 6).

Durante a rápida campanha do segundo turno, houve a necessidade de se formalizem novas alianças, englobando as forças políticas derrotadas. Uma matéria de *Veja* acentuou, em 6 de dezembro de 1989, que muitos aliados eram “mais capazes de atrapalhar que ajudar” os candidatos, a exemplo do deputado Maurílio Ferreira Lima⁷⁵ (PMDB-PE), que buscava, na

⁷⁵ Maurílio Figueira de Ferreira Lima (1940-2017), político com extensa carreira, participou da Constituinte como membro titular da Comissão de Sistematização. Também esteve à serviço de comissões alheias à pauta dos sistemas de governo.

Câmara, a antecipação do Plebiscito, de 1993 para 1990. Lima era apoiador de Lula, mas sua proposta era vista como harmônica aos interesses dos adversários do petista, “que temem vé-lo no Planalto e imaginam como tirar poderes do presidente para evitar que ele possa aplicar de verdade seu programa de governo” (LONGE..., 6 dez. 1989, p. 55).

Fernando Collor de Mello foi escolhido como presidente no segundo turno das eleições presidenciais. Na condição de eleito, ele concedeu uma entrevista para *Manchete*. Nela, reforçava estar disposto a trabalhar pela implementação do sistema de gabinete, quando se iniciassem os debates, durante o Plebiscito de 1993. “Eu tenho a plena consciência de que caberá a mim comandar a transição do Brasil para o parlamentarismo”, declarava Collor, antevendo a vitória eleitoral do novo sistema (MELLO, 8 jan. 1990, p. 25), reafirmando o que havia dito em *Veja*, em maio de 1989 (“VOU...”, 17 maio 1989, p. 37).

Em reportagem de Marcos Magalhães (16 dez. 1989, p. 24-25) para *Manchete*, publicada na véspera da eleição, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Francisco Rezek, que, mais tarde, se tornaria ministro das Relações Exteriores de Collor, se mostrava contundentemente contrário ao “parlamentarismo já”. “A implantação imediata do parlamentarismo não tem respaldo legal”, assegurava o magistrado, garantindo cinco anos com presidencialismo para aquele que fosse eleito, descartando outros entendimentos (MAGALHÃES, 16 dez. 1989, p. 24).

O presidente do TSE ponderou que “qualquer mudança de sistema feita à revelia do eleito” não parecia ter “apoio constitucional”. Desse modo, Rezek criticou os defensores da ideia, tida por ele como um “atentado à Constituição”, que guardava semelhanças com a experiência de 1961-1963. Embora externasse ressalvas a ambos os sistemas, o entrevistado considerava que o parlamentarismo era “mais depurado do que o presidencialismo”, mas que se configuraria em “uma criação artificial, se não precedida do fortalecimento dos partidos políticos” (MAGALHÃES, 16 dez. 1989, p. 24).

José Sarney concluiu seu mandato em 15 de março de 1990, sem resolver os problemas de ordem política e econômica, que viriam a ser herdados por seu sucessor (FERREIRA, 2018, p. 63). O “parlamentarismo já” não saiu do campo das ideias. A ascensão de Collor, um parlamentarista, ao poder permitiu o prosseguimento das disputas que envolviam a polarização entre os defensores do sistema de gabinete e os apoiadores do modelo presidencial.

3.2 Um presidente parlamentarista no poder e seus efeitos imediatos

Fernando Collor de Mello se elegeu em 1989, promovendo-se a partir de um discurso contrário à corrupção e aos privilégios, derrotando figuras tradicionais da política (FICO, 2016, p. 119). Em suas exposições, defendia o parlamentarismo com afinco (MELLO, 8 jan. 1990, p. 25). Seu partido, o PRN, não estava entre as mais significativas legendas do contexto. Por essa razão, sua equipe ministerial foi composta por nomes de pouca expressão política (FICO, 2016, p. 119). A exceção a essa regra foi a indicação de Bernardo Cabral, um parlamentarista, antigo relator da Comissão de Sistematização, ao Ministério da Justiça.

Na gestão de Collor, Cabral se responsabilizaria também pela articulação do governo com o Congresso. Comprometido em permanecer no cargo até o fim do mandato do novo presidente, o político havia abandonado o PMDB e se dizia disposto ao diálogo com os parlamentares, pretendendo persuadi-los a mudar pontos da Constituição, que ele mesmo ajudou a escrever e que agora criticava. “O problema hoje [1990] é que não é possível haver uma Constituição parlamentarista num regime (sic) presidencialista”, condenava o futuro ministro, em *Veja* (CABRAL, 24 jan. 1990, p. 5).

Na visão de *Manchete*, Cabral, como ministro e articulador, seria um elemento-chave para a organização do Plebiscito de 1993, virtualmente se projetando como um futuro governante para o país. “Ninguém se iluda ou se surpreenda se o deputado Bernardo Cabral estiver fazendo, entre outras coisas, o vestibular para o cargo de primeiro-ministro”, animava-se Murilo Melo Filho (27 jan. 1990, p. 17). Meses após sua nomeação, a revista continuou enfatizando a presença do amazonense no governo, reproduzindo aspectos explorados em janeiro (MELO FILHO, 12 maio 1990, p. 86).

Melo Filho (12 maio 1990, p. 86) considerava que o antigo constituinte estava abrindo “o debate nacional sobre o plebiscito já marcado para 1993”, que decidiria “sobre a volta ao Brasil, do parlamentarismo e da monarquia”. Em defesa do sistema de gabinete, Bernardo Cabral opinava que

Nosso presidencialismo foi filho direto e dileto da monarquia. Tentamos o presidencialismo, copiando o modelo americano, sem observar que não daria certo para nós. Tanto não deu que os nossos presidentes ora se portavam como ditadores, ora como monarcas disfarçados. No parlamentarismo, isso é evitado, porque se trata da única saída para evitar os golpes de estado, periódicos, repetitivos e até previsíveis (MELO FILHO, 12 maio 1990, p. 86).

No primeiro ano de sua gestão, Fernando Collor não encontrou oposição severa em *Manchete* e *Veja*. Em tom de alerta, Murilo Melo Filho (5 maio 1990, p. 15) julgou como

“apressadas” certas atitudes do presidente, perante projetos que careciam de melhor avaliação pelo governo, antes de serem lançados ao olhar congressual e ao conhecimento popular. Conforme o colunista, Collor deveria evitar o “açodamento” em seus atos, pois era “muito moço” e não encerraria sua carreira ao término de seu mandato, podendo se transformar em primeiro-ministro, no sistema “a instaurar-se possivelmente com o Plebiscito de 1993, pelo qual vai empenhar-se pessoalmente” (MELO FILHO, 5 maio 1990, p. 15).

Durante 1990, Collor seguiu elogiando o parlamentarismo, alegando que a democracia era “incompatível com o presidencialismo” (A FALA..., 11 jul. 1990, p. 23). Parte de seus simpatizantes, todavia, segundo *Veja*, não consentia com o governante sobre a pertinência da modificação de sistema, primando por reivindicar a legalização da reeleição presidencial, que abriria meios para manter Collor no comando do país por até dez anos seguidos. Nos bastidores, um parlamentar anônimo sondado pelo semanário alegou que, “embora parlamentarista por convicção pessoal, o presidente sabe que, se o seu governo for bem, a reeleição com presidencialismo será a opção natural” (DEZ..., 29 ago. 1990, p. 35).

Pensamento semelhante foi endossado pelo ministro da Saúde, Alcení Guerra, em *Manchete*. “Apesar de ser um parlamentarista convicto”, Guerra não acreditava em uma vitória do sistema de gabinete no Plebiscito de 1993, visto que, “com a inflação contida e o desenvolvimento retomado, ficará difícil convencer o povo de que o presidencialismo não é o melhor sistema” (MELO FILHO, 15 set. 1990, p. 99). O otimismo dos governistas derivava dos fugazes resultados gerados pelo polêmico Plano Collor – ou Plano Brasil Novo –, que, em nome do combate à inflação, agenciou medidas radicais, como o bloqueio de depósitos em contas e demais aplicações bancárias (FICO, 2016, p. 119).

O debate sobre a viabilidade do parlamentarismo arrefeceu nos semanários, em 1990, tornando-se assunto de segunda ordem, infiltrado entre tópicos paralelos. Em 27 de junho, *Veja* analisou os números de uma “pesquisa inédita”, realizada pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp). O levantamento consultou um seleto grupo de 418 lideranças com “uma reconhecida capacidade de fazer amigos e influenciar pessoas”, designado pelos pesquisadores Bolívar Lamounier e Amaury de Souza como a “elite política do país” (DIRETO..., 27 jun. 1990, p. 58).

A sondagem captou, entre outras preferências políticas e econômicas, que 71% dos entrevistados era favorável ao parlamentarismo como sistema de governo para o Brasil. A aceitação do modelo administrativo era maior entre intelectuais, políticos e membros da imprensa, e menor entre militares (DIRETO..., 27 jun. 1990, p. 58). A apresentação dos dados

se deu em um infográfico, cujo título traz erroneamente a expressão “regime” para denominar os sistemas parlamentar e presidencial.

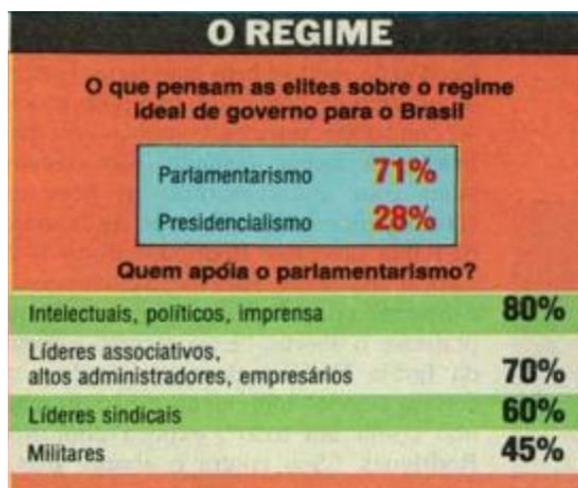


Figura 4 – “O regime”: síntese dos dados da pesquisa do Idesp sobre a adesão da “elite pensante” ao parlamentarismo (DIRETO..., 27 jun. 1990, p. 61).

O falecimento do senador Afonso Arinos, em 27 de agosto de 1990, repercutiu em *Veja*, que lamentou a perda do “arauto do parlamentarismo” e de uma “reserva moral para os momentos de crise”. Em apreço à trajetória do congressista, o obituário salientava que, “valendo-se apenas de sua reputação ilibada e de um passado respeitável”, “praticamente sem sair de casa”, Arinos “ganhou mais de 1 milhão de votos e foi para Brasília defender um grande sonho – o parlamentarismo” (A PERDA..., 5 set. 1990, p. 104).

Para a revista, “o senador não desistiu” de seu ideal, por mais que o modelo não tenha sido diretamente aprovado pelos constituintes, sendo conduzido a um plebiscito que não contaria com a sua presença. “O parlamentarismo é o melhor sistema de governo para qualquer país do mundo, é o mais humano e o que permite maiores realizações sociais. No Brasil, isso não pode ser diferente”, assegurava o falecido parlamentar, em trecho transcrito de um discurso (A PERDA..., 5 set. 1990, p. 104).

O semanário da Editora Abril ressaltou elogios proferidos ao senador por colegas, como Fernando Henrique Cardoso. “Foi Afonso Arinos que, com sua inteligência e sensibilidade me converteu ao parlamentarismo”, relatava o tucano paulista. O texto retratou uma visão afirmativa sobre o político e o modo como ele apoiava o sistema parlamentarista, rememorando a filiação dele ao PSDB, sigla que agremiou outros defensores do governo de gabinete, em 1988 (A PERDA..., 5 set. 1990, p. 104).

Com a aproximação das eleições previstas para aquele ano, *Veja* analisou a importância do processo para Collor, que nele poderia formar uma base mais “sólida” no

Congresso, obtendo condições de “enfrentar quatro anos de seu mandato”. O pleito, voltado à escolha de governadores, deputados e um terço do Senado, elegeria, na esfera nacional, os parlamentares que atuariam, a partir de outubro de 1993, na Revisão Constitucional, tema que, de acordo com a revista, era pouco debatido nas campanhas, mas que ganharia importância após o desfecho do Plebiscito de 1993 (AS PRATAS..., 6 jun. 1990, p. 33).

Junto às reflexões, a possibilidade de antecipação do Plebiscito e da Revisão Constitucional se destacou em *Veja*, ao noticiar o trâmite de uma proposta do deputado José Serra⁷⁶ (PSDB-SP), que queria afastar as discussões da “ocasião em que os grandes caciques políticos do país estarão ligando as turbinas da sucessão presidencial” (O QUE..., 3 out. 1990, p. 31). As sugestões do parlamentar tucano, sobretudo no que concernia à eleição plebiscitária, convergiam com os pensamentos do novo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho (CONTREIRAS, 27 out. 1990, p. 13).

Em matéria de *Manchete*, publicada em 27 de outubro de 1990, o novo integrante do governo – que substituiu Bernardo Cabral –, diferentemente do que havia declarado em 1987 nas páginas do hebdomadário (NA PAUTA..., 10 jan. 1987, p. 24), informava que era parlamentarista e favorável à antecipação do Plebiscito, caso os congressistas assim determinassem. Os argumentos de Passarinho referendavam Serra, ao preverem eventual interferência dos debates “no comportamento dos parlamentares”, em virtude da expectativa para a votação de 1994 (CONTREIRAS, 27 out. 1990, p. 13).

A eleição de governadores também despertava atenção dos semanários com referência à conduta dos novos mandatários estaduais, perante questões de relevância política. Sobre isso, *Manchete* apresentou análises elaboradas por jornalistas especializados. Villas-Boas Corrêa (13 out. 1990, p. 112) acreditava que a eleição de Paulo Maluf em São Paulo significaria a ascensão de uma “liderança nacional contra o parlamentarismo” no Plebiscito de 1993, tornando o pedessista, “candidato certo à Presidência da República”, em 1994. Maluf, entretanto, não foi eleito.

Para o jornalista Gilberto Dimenstein (13 out. 1990, p. 113), da *Folha de S. Paulo*, a conclusão das eleições de 1990 inauguraria “três flancos de disputas políticas”, compreendendo o parlamentarismo, a reeleição para cargos do Poder Executivo e a sucessão presidencial. A intensidade das contendas se daria a partir dos “vitoriosos indicados pelas urnas”. Segundo o analista político, Collor teria interesse maior na reeleição presidencial do que na tentativa de implantação de um novo sistema, que lhe faria concorrer a uma “cadeira de deputado ou senador” (DIMENSTEIN, 13 out. 1990, p. 113).

⁷⁶ José Serra, economista e político, nascido em 1942. Ocupou diversos cargos, sendo um dos fundadores do PSDB, em 1988.

Em 1990, Carlos Chagas refletiu sobre sistemas de governo em oito de suas colunas. Percebendo a união entre “cristãos-novos”, “gente do governo” e “antigos simpatizantes” em torno do parlamentarismo, o jornalista lamentava que Collor tomasse a dianteira das defesas, “não evitando declarações a respeito”. Para o colunista, a busca pela mudança do modelo administrativo não passava de uma “moda”. “A moda, agora, é o parlamentarismo. Há desemprego? Parlamentarismo nele. Poucos investimentos, juros altos, dívida externa e até fracasso na Copa do Mundo? O sistema parlamentar de governo resolve”, ironizava (CHAGAS, 4 ago. 1990, p. 31). Em antagonismo ao governo de gabinete, ele relatava que

Empresários parecem ter descoberto a pedra filosofal dos tempos modernos, capaz de transformar ferro em ouro, de mudar o Brasil através da passagem do presidencialismo para o parlamentarismo. Líderes sindicais enfeitam-se pela tese e até imaginam praticá-la no âmbito de suas atribuições. Os militares, dizem, estariam aceitando muito melhor a ideia de um governo congressional, onde o presidente da República faria as vezes de rainha da Inglaterra e deputados e senadores controlariam o poder, através de um primeiro-ministro indicado e demitido por eles (CHAGAS, 4 ago. 1990, p. 31).

O jornalista depreciava o apoio das “elites dirigentes” ao parlamentarismo, censurando quaisquer métodos voltados a precipitar a instalação do sistema. Na visão de Chagas (4 ago. 1990, p. 31), somente o voto popular, a ser captado no Plebiscito de 1993, poderia legitimar a vontade do eleitor em mudar o sistema administrativo brasileiro. O colunista julgava que os argumentos utilizados em 1961 para modificar o modelo de governança vinham sendo reproduzidos pelos parlamentaristas de 1990, nem sempre com a correção histórica que lhes era necessária. “Ajeitam o passado na certeza de acomodarem o seu futuro”, asseverava (CHAGAS, 18 ago. 1990, p. 34).

Chagas (25 ago. 1990, p. 95) relativizava o potencial de transformação na política, a ser obtido por uma alteração de sistema. “Não será tirando o sofá da sala que se terminará com o adultério”. Para ele, a tradição nacional atribuía um papel muito importante ao presidente da República, baseado em um sentimento “difícil de ser mudado”: “o modelo paternalista”. A ausência de “fatores culturais” impediria o êxito do sistema de gabinete no Brasil, diluindo “não apenas o poder, mas as esperanças”. “Gostamos de personalizações. De ter alguém como condutor, o que não desilustra a democracia, para amar ou odiar” (CHAGAS, 4 ago. 1990, p. 31).

Ainda na opinião do colunista de *Manchete*, embora não fosse um “péssimo sistema de governo”, o parlamentarismo não era uma “panaceia universal rediviva”, como sustentavam alguns de seus apoiadores (CHAGAS, 25 ago. 1990, p. 95). Igualmente, não se tratava de algo tão qualitativo, uma vez que, em sua versão aplicada no Império, no século XIX, ocorreram

“guerras civis, quarteladas e tudo o mais, para não falar até de guerras externas”. Destarte, não era uma fórmula imune aos problemas inerentes ao poder (CHAGAS, 18 ago. 1990, p. 34).

Carlos Chagas (6 out. 1990, p. 86) confiava plenamente que o presidencialismo se manteria no país, “conforme nossa tradição política, cultural e histórica”. Além de se preocupar com o papel a ser assumido pelo Senado em um novo sistema de orientação parlamentarista, algo que lhe inquietou constantemente (CHAGAS, 10 nov. 1990, p. 84), o jornalista listou diversas “premissas” inexistentes no país, que inviabilizariam a prática de um sistema parlamentar eficaz. Entre elas,

Partidos fortes, de preferência dois, capazes de favorecer a alternância no poder. Burocracia eficaz e ágil, para funcionar nos períodos de mudança de ministério. Leis específicas, como a do voto distrital, assim como afirmação dos princípios básicos do sistema, a começar pela possibilidade de dissolução do parlamento sem maiores restrições. Definição clara dos poderes do primeiro-ministro, para evitar confrontos com o presidente da República, chefe de Estado, mas uma espécie de instância política superior, nos momentos de crise (CHAGAS, 4 out. 1990, p. 31).

Carlos Chagas iniciou 1991 refletindo sobre o ano anterior. Segundo ele, os cientistas políticos deveriam se conter na hora de fazer projeções sobre a etapa que se iniciava, dadas as “surpresas” de 1990. O colunista seguiu criticando a tentativa de antecipação da Revisão Constitucional, crendo que se tratava de “um risco enorme” para as instituições, principalmente pela necessidade mais urgente de se regulamentar itens da Constituição que ficaram em aberto (CHAGAS, 12 jan. 1991, p. 84).

Conforme o jornalista, deputados e senadores “pensam muito mais na reforma do que na regulamentação, atraídos pelo brilho perigoso da mudança de sistema de governo”. No entendimento do colunista, se as reformas da Carta fossem adiantadas, o Plebiscito também seria. “Se optarmos pelo parlamentarismo, ainda mais antecipado, pagaremos por isso. E caro”, sentenciava (CHAGAS, 12 jan. 1991, p. 84). Os sistemas de governo foram observados por Chagas em 16 colunas naquele ano.

Os conflitos determinados pelas dissensões entre parlamentaristas e presidencialistas causavam impactos no cenário político-partidário. Murilo Melo Filho, em “Posto de Escuta”, informou, em 26 de janeiro de 1991, que o PSDB e o PDT buscavam se fundir. No entanto, o principal empecilho para o agrupamento das legendas era justamente a predileção dos tucanos pelo parlamentarismo e pelo voto distrital e a severa oposição dos pedetistas aos temas (MELO FILHO, 26 jan. 1991, p. 106).

O novo Congresso, eleito no final de 1990, representava, segundo Murilo Melo Filho (16 fev. 1991, p. 107), uma “incógnita para Collor”, dada a grande renovação de parlamentares possibilitada pelo voto popular. O adiamento do Plebiscito sobre a Forma e

o Sistema de Governo, “para este ano ou para o próximo”, e a votação de leis complementares à Constituição eram consideradas pelo jornalista, duas das prioridades dos novos congressistas (MELO FILHO, 16 fev. 1991, p. 107).

Sobre o tema, *Veja* publicou “com exclusividade”, em 6 de fevereiro de 1991, uma pesquisa realizada entre 3 e 23 de janeiro daquele ano, pela MSC Estudos de Mercado de Opinião. O levantamento ouviu 304 parlamentares, procurando desvendar o perfil do Congresso que iniciava suas atividades. A disposição pelo parlamentarismo predominava entre os referidos políticos, visto que 60,2% dos entrevistados acenava positivamente à modificação do sistema de governo em vigor. O parlamentarismo era percebido pelo semanário como um ponto “de acordo” entre Collor e os novos congressistas (ESPELHO..., 6 fev. 1991, p. 42).

Contudo, o “quando” e o “como” provocavam divergências entre as partes. Para Collor, os resultados do Plebiscito deveriam valer após o encerramento de seu mandato, a partir de 1º de janeiro de 1995. “Para boa parte dos parlamentares, a mudança de regime (sic) pode ocorrer antes – caso as confusões da economia acabem criando um colapso político no país” (ESPELHO..., 6 fev. 1991, p. 42). A discussão começava a obter na revista, tons semelhantes aos do tempo da Constituinte, sobretudo pela análise evolutiva da agenda econômica do governo e pelas tentativas de antecipação do Plebiscito, em tramitação na Câmara e no Senado.

A opção dos parlamentares pelo sistema de gabinete em 1991 não era, de acordo com a pesquisa, acompanhada da defesa do voto distrital. Apenas 27,6% concordava com o mecanismo, algo que causava estranheza no redator da reportagem, que descrevia o parlamentarismo com voto proporcional como “peculiar”. “O parlamentarismo só é possível se estiver condicionado ao voto distrital”, opinou Antônio Carlos Konder Reis, eleito vice-governador de Santa Catarina, que, portanto, deixava Brasília e o mandato parlamentar (ESPELHO..., 6 fev. 1991, p. 42).

Outro tema em voga era a possibilidade de permitir a reeleição para presidente da República, algo rechaçado, segundo *Veja*, pelos novos parlamentares em um índice de 61,1% (ESPELHO..., 6 fev. 1991, p. 42). Conforme Murilo Melo Filho (21 set. 1991, p. 101), o deputado federal Ney Maranhão⁷⁷ (PRN-PE), que articulava a emenda da reeleição, era um “inimigo declarado do parlamentarismo” e estava convicto de que o sistema seria rejeitado pelos eleitores, que, a seu ver, reprovavam a atuação do Congresso, conferindo aos políticos, acentuado descrédito (MELO FILHO, 21 set. 1991, p. 101).

⁷⁷ Ney de Albuquerque Maranhão (1927-2016), industrial e político, destacou-se como aliado de Fernando Collor, mesmo durante e após a decadência do presidente.

Manchete também se utilizou de um levantamento realizado entre parlamentares para identificar o posicionamento dos mesmos sobre a aprovação do governo Collor – avaliado pela maioria como regular – e sobre os sistemas de governo. Foram consultados pelo Instituto de Pesquisas Socioeconômicas (INESC), de São Paulo, 447 congressistas. Entre os deputados federais e os senadores sondados, o parlamentarismo contava com 312 apoiadores e o presidencialismo, com 105. Outros 30 mandatários não opinaram sobre o tema (MELO FILHO, 20 abr. 1991, p. 102).

Ao lançar, em 14 de março de 1991, um documento chamado “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional”, conhecido como “Projeto”, Fernando Collor confirmou sua preferência pela antecipação, para o segundo semestre de 1991, do Plebiscito e da Revisão Constitucional. Em declarações prestadas ao *Jornal do Brasil* e reproduzidas por *Veja*, o presidente salientava a necessidade de reformas constitucionais para a concretização de seu plano. Para *Veja*, o discurso de Collor evidenciava, implicitamente, sua descrença na plena execução do programa dentro de um sistema presidencialista (CARTA..., 20 mar. 1991, p. 27).

Naquele mês, o PMDB elegeu sua nova direção. Ulysses Guimarães foi substituído por Orestes Quércia, ex-governador de São Paulo. A organização partidária continuava deixando em aberto, a questão dos sistemas de governo, uma vez que o próprio Quércia era presidencialista, “enquanto o deputado Ulysses Guimarães já se dispõe a ser um mascote do parlamentarismo” (MELO FILHO, 6 abr. 1991, p. 108). A adesão do ex-presidente da Assembleia Nacional Constituinte ao sistema parlamentarista, embora plenamente reconhecida desde 1990 nos âmbitos políticos, era tratada como uma novidade a cada menção.

Enquanto Ulysses Guimarães ameaçava “divulgar toda a história em torno da não-aprovação da emenda constitucional que restaurava o parlamentarismo” na Constituinte (MELO FILHO, 6 abr. 1991, p. 104), outros pemedebistas, como Ibsen Pinheiro⁷⁸ (PMDB-RS), presidente da Câmara e parlamentarista, buscavam amenizar os conflitos entre as duas maiores lideranças do partido. Para Pinheiro, Quércia não lideraria um “movimento nacional em favor da manutenção do presidencialismo”, pois a legenda se uniria pelo sistema de gabinete (MELO FILHO, 11 maio 1991, p. 97).

O deputado Victor Faccioni (PDS-RS) demonstrava, conforme Murilo Melo Filho (18 maio 1991, p. 106), entusiasmo pelo apoio de Ulysses ao parlamentarismo: “Se contássemos com ele há mais tempo, já teríamos no país o sistema de gabinete”, refletia o pedessista.

⁷⁸ Ibsen Valls Pinheiro (1935-2020), advogado, jornalista e político, foi presidente da Câmara dos Deputados entre 1991 e 1993. Teve seu mandato cassado em 1994, após denúncias de corrupção, perdendo seus direitos políticos por oito anos. Ao término do período e com seu processo arquivado, retomou sua vida pública.

Collor considerava que Guimarães representaria “uma grande força na luta pelo parlamentarismo”, mas precisava, “em primeiro lugar”, fazer um “mea-culpa público”. “Foi em função de seu trabalho na Constituinte que não temos o parlamentarismo implantado no Brasil”, julgava o político, em tom interpretado por *Veja* como um ataque direto ao pemedebista (TOURADA..., 22 maio 1991, p. 18). A frase de Collor contra Ulysses também foi reportada em *Manchete* (MELO FILHO, 1 jun. 1991, p. 10).

Doravante 1991, o governo Collor enfrentou desgastes de difícil administração, já percebidos em meados do ano anterior. Os resultados efêmeros das medidas econômicas, iniciadas um ano antes, tornaram o presidente e sua ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, alvos da atenção de toda a imprensa. Zélia deixou o governo em 10 de maio de 1991, juntamente com toda a equipe auxiliar ligada ao Ministério, fruto da fusão de diversas pastas (ZÉLIA..., 15 maio 1991, p. 14).

O desenlace da saída da economista fez com que Roberto Pompeu de Toledo, colunista de *Veja*, associasse a demissão da equipe ao sistema parlamentarista. Conforme o jornalista, o Plebiscito de 1993 parecia “tão carente de sentido quanto as campanhas de defesa da pena de morte”, pois se discutia algo que, de certo modo, já existia no Brasil: a implantação de um “gabinete” ministerial, com proeminente gerência sobre o comando do país. Em sua leitura, “a sensação que o país experimentou” com a exoneração de Zélia e de seu grupo de trabalho “foi igual à dos tempos do Império, quando caía o gabinete conservador e formava-se o liberal”, sem que o chefe de Estado – Dom Pedro II – tivesse suas funções alteradas (TOLEDO, 15 maio 1991, p. 26).

Toledo (15 maio 1991, p. 27) seguiu suas comparações, sintetizando que a prática do “parlamentarismo informal” ou do “presidencialismo com gabinete” foi algo que se firmou “espontaneamente, ao sabor das circunstâncias”, sem estar delineado na Constituição, assim como no Império. Para ele, “a vantagem de Dom Pedro II de, ao aparecimento de um impasse, trocar o presidente do Conselho” tinha sua “contrapartida contemporânea na vantagem dos presidentes de trocar o superministro da Economia”, como também ocorrera com José Sarney, na demissão de Dílson Funaro, em 1987 (TOLEDO, 15 maio 1991, p. 26).

O colunista ponderava que “os puristas diriam que isso nada tem a ver com parlamentarismo”, se avaliado sob aspectos tradicionais. “Mas de legítima extração presidencialista o fenômeno também não é”, complementava. “O que vigora no Brasil, no fundo, é um sistema híbrido, em que o presidente repassa o encargo de chefiar o Poder Executivo a um ministro todo-poderoso”. A escolha presidencial “ganha o trunfo de, quando

as coisas vão mal, derrubar todo um governo com a simples demissão de um ministro” (TOLEDO, 15 maio 1991, p. 26).

O jornalista, referenciando-se em uma fala de Ulysses Guimarães, afirmava que o governo ficou menor do que Zélia, cuja liderança dava margem a controvérsias. Seu substituto, Marcílio Marques Moreira, conhecido diplomata, na projeção de Toledo, mudaria completamente a política econômica que se praticava até então, reiniciando o governo “na direção oposta”. “São as delícias do parlamentarismo sem o seu ônus, que é o de dividir o poder com o Congresso”, finalizava (TOLEDO, 15 maio 1991, p. 27). Esses argumentos seriam novamente explorados em texto de sua autoria na semana seguinte (TOLEDO, 22 maio 1991, p. 18)⁷⁹.

Enquanto Collor buscava se aproximar de políticos alinhados ao ideário parlamentarista, como os “caciques do PSDB”, presidencialistas como Orestes Quércia, contrários ao presidente, apostavam no fracasso do governo, “trabalhando em silêncio” na articulação de uma oposição. “Dizem que o Collor é parlamentarista para ser primeiro-ministro. Ele não será nem último-ministro”, zombava o pemedebista, em frase transcrita pela seção “Radar”, agora assinada pelo jornalista Ancelmo Gois (5 jun. 1991, p. 23).

Em entrevista para *Veja*, Quércia investiu contra o parlamentarismo e o plebiscito programado para 1993. “Acho que essa questão do parlamentarismo só está aparecendo porque muita gente não tem o que falar, mas não consegue ficar com a boca fechada”, julgava o presidente do PMDB. A seu ver, o debate sobre o sistema de governo estava “longe do povo”. “Mas, na hora em que o povo souber o que é parlamentarismo, vai dar risada. Não vai acreditar no que estão querendo fazer”, ridicularizava o político, ao descrever a tentativa de mudança como “artificial” e um produto da busca dos congressistas pelo poder (QUÉRCIA, 10 jul. 1991, p. 9).

Em *Manchete*, Carlos Chagas (1 jun. 1991, p. 92) voltou a tratar sobre os sistemas de governo, dessa vez analisando o artigo das Disposições Transitórias que versava sobre o Plebiscito. Para o colunista, mesmo políticos conceituados, como Ulysses Guimarães, insistiam no “proselitismo do sistema parlamentar de governo, jogando a culpa de tudo o que de ruim acontece entre nós no presidencialismo” (CHAGAS, 1 jun. 1991, p. 92).

A natureza de sua crítica era compartilhada por *Veja*, que, em sua “Carta ao Leitor”, salientou que, apesar de a “maioria dos políticos” ter “posição fechada sobre o assunto”, “boa parte deles” desconhecia os pormenores do funcionamento de um sistema de gabinete, “suas variantes e como ele seria adaptado ao solo brasileiro”. “Com esse desconhecimento, o debate

⁷⁹ A presença de Roberto Pompeu de Toledo e de outros colunistas em *Veja* pode ser percebida também como um reflexo da mudança de diretor de redação. Saiu José Roberto Guzzo e entrou Mário Sérgio Conti.

que deveria ser rico”, transformava-se em um “palavreado oco”, avaliava o editorial, valorizando o papel da imprensa, sobretudo o de *Veja*, perante a necessidade de esclarecimento dos temas, função considerada pelo semanário como uma de suas “metas permanentes” (COM..., 10 jul. 1991, p. 15).

Carlos Chagas (1 jun. 1991, p. 92) ainda apresentou uma indagação levantada pelo deputado Maurílio Ferreira Lima, sobre o pleito de 1993: a possibilidade de escolha da monarquia combinada com presidencialismo. A conclusão de Lima e Chagas é curiosa, uma vez que ainda não se discutia oficialmente o modelo de cédula que se consolidou em fevereiro de 1993, e que, de fato, oportunizava essa alternativa. Para o colunista, nada impedia que esse se tornasse “o resultado ilógico do Plebiscito”. “Como se conciliaria monarquia com presidencialismo?”, conjecturava (CHAGAS, 1 jun. 1991, p. 92).

O colunista tornou a manifestar sua preocupação com a possível extinção das eleições diretas para presidente no Brasil, compreendidas por ele como “o símbolo maior da democratização”, conquistadas pela mobilização popular, em atos como as Diretas Já. Cientes da importância dada ao voto pelo povo, muitos políticos da época, de acordo com o jornalista, privilegiavam apoios a sistemas de governo mistos, como os praticados em Portugal e na França (CHAGAS, 1 jun. 1991, p. 92).

No entendimento dele, “o perigo do parlamentarismo” consistia, na prática, em um “mero trampolim para o retrocesso”, caracterizado pela ausência do sufrágio direto presidencial e pelo enfraquecimento do Senado. Além disso, a dificuldade na explanação das ideias deixava lacunas sem solução, como a aplicabilidade do sistema nas esferas estaduais e municipais. Por isso, o jornalista cobrava do Congresso prontas respostas aos assuntos em aberto (CHAGAS, 1 jun. 1991, p. 92).

Em 10 de julho de 1991, *Veja* analisou a promoção de um seminário sobre parlamentarismo, ocorrido no Senado entre 4 e 6 de junho. Na compreensão da reportagem, “o plebiscito sobre o parlamentarismo” estava sendo articulado “com os olhos postos na eleição presidencial”, sendo defendido com “entusiasmo”, principalmente por políticos que não tinham condições de se eleger na maneira habitual (TEMPORADA..., 10 jul. 1991, p. 34).

Através das eleições diretas do presidencialismo, é impensável que tucanos ilustres como o senador Fernando Henrique, o deputado José Serra ou o ex-senador Franco Montoro cheguem ao Planalto. Com os acordos propiciados pelo parlamentarismo, eles têm muito mais chances de mandarem no país, virando primeiros-ministros. O mesmo raciocínio vale para figuras tão disparees como o deputado Delfim Netto e Ulysses Guimarães, o ex-senhor diretas do presidencialismo, que também erguem os polegares quando ouvem falar de parlamentarismo (TEMPORADA..., 10 jul. 1991, p. 34).

A matéria repreendeu Ulysses Guimarães e os tucanos que, na Constituinte, em sua visão, não trabalharam efetivamente pela implantação do sistema parlamentar. “Com a sua súbita conversão ao parlamentarismo, Ulysses tenta se redimir do erro que cometeu há quatro anos, quando a Constituição estava sendo escrita”, ressaltou o semanário. “Se adotasse o parlamentarismo, a Assembleia Constituinte poderia ter colocado os homens certos nos lugares certos”, completou a matéria, ao entender que, “ao sabor das conveniências do momento, a decisão sobre o parlamentarismo foi adiada para 1993” (TEMPORADA..., 10 jul. 1991, p. 34).

Veja, assim como *Manchete*, percebia que, “quase trinta anos depois de extinto pela ditadura, o voto direto para presidente foi restabelecido graças ao clamor da rua”. Assim, faltava apelo popular ao parlamentarismo, sobretudo se viesse acompanhado de sua “forma clássica”, que impediria o “voto direto para o supremo mandatário”. “O problema é saber que parlamentarismo é esse que se pretende implantar”, enfatizou o semanário, ao crer que “nove entre dez parlamentaristas brasileiros” “definem sua preferência pelo ‘parlamentarismo francês’ – uma resposta que tem o inconveniente de tomar por parlamentarista um sistema que, na verdade, é presidencialista” (TEMPORADA..., 10 jul. 1991, p. 35).

A emergência de um parlamentarismo com eleições diretas para presidente era interpretada por *Veja* como um movimento de “longa circum-navegação”, que, em seu objetivo, chegaria quase ao mesmo ponto de onde se partiu: um modelo híbrido. “No final do torneio, como o mesmo plebiscito definirá se os brasileiros querem morar numa monarquia ou república, há a hipótese, ao menos teórica, de que se crie algo radicalmente novo”, uma “monarquia presidencialista” (TEMPORADA..., 10 jul. 1991, p. 35), inquietação que vinha ao encontro do que opinava Carlos Chagas em relação ao assunto.

Ao longo de sete páginas, Roberto Pompeu de Toledo voltou a debater, na mesma edição, os sistemas de governo, enfocando as diferenças entre “parlamento” e “presidente”. Citando um trecho da obra “A Sereníssima República”, de Machado de Assis, publicada em 1882, o colunista de *Veja* contextualizou os escritos do autor do século XIX, ao designá-los como “uma fábula sobre a vida brasileira de seu tempo, já então atormentada por questões como a forma de governo ou o melhor sistema eleitoral” (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 36).

Relembrando a opção dos constituintes pela realização do Plebiscito em 1993, Toledo (10 jul. 1990, p. 36) acreditava que nenhuma das discussões poderia ser considerada “uma novidade num país, que já experimentou em seus quase 170 anos de Independência, monarquia e república, parlamentarismo e presidencialismo”, além de ditaduras, que

suplantaram as feições administrativas democráticas. “Ou seja: não há nada de novo sob o sol”, finalizava (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 36).

Em sua visão, a contenda, que, por si, não poderia ser considerada original, ofertava, naquele panorama, dois aspectos inéditos: a decadência do comunismo, que alterou as relações políticas no mundo, e a força da adesão da “elite pensante do país” ao sistema de gabinete, sintetizada por cientistas políticos e parlamentares ligados ao PSDB – integrantes da sigla que tinha “o parlamentarismo como bandeira” – ou por intelectuais de “outros gostos e outra turma” – como o economista Mário Henrique Simonsen, diretor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-ministro da Fazenda (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 37).

Examinando retrospectos históricos e contextuais internacionais conexos aos dois sistemas de governo, Toledo (10 jul. 1990, p. 37) entendia o parlamentarismo como “o regime (sic) civilizado por excelência”, funcionando nas “democracias mais adiantadas”, transformando-se na “forma (sic) europeia típica de governo”, que encontrava exceção na França. Na Península Ibérica, “partindo de figurinos opostos”, por possuírem formas de governo diferentes, Portugal e Espanha “encontraram-se, ao cabo de seus respectivos processos de democratização, no parlamentarismo” (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 37).

O sucesso do modelo parlamentarista, contudo, não era visto pelo jornalista como um desagravo ao sistema presidencial. “Quanto ao presidencialismo, só um insano diria que fracassou”, complementava, referindo-se à experiência dos Estados Unidos. A “receita constitucional” estadunidense, sob seu julgamento, havia sido mal executada na América Latina, que “desandou numa áspera realidade de golpes, revoluções e escabrosas injustiças sociais” (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 37).

Questionando-se sobre o uso que os latino-americanos deram ao modelo de governança, Toledo (10 jul. 1990, p. 38) retomou antigas críticas contra o sistema do país da América do Norte. “Os Estados Unidos têm se desenvolvido em paz não pelo presidencialismo, porém a despeito do presidencialismo”, defendia o político e escritor Sílvio Romero, em 1893, ao avaliar negativamente feitos da primeira Constituição republicana brasileira, pioneira em versar sobre o sistema que predominou no país nos anos seguintes (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 38)⁸⁰.

Roberto Pompeu de Toledo (10 jul. 1990, p. 38) desconstruiu um pensamento comum entre parlamentaristas de que o sistema garantiria melhor “a ordem democrática”, por sua facilidade na troca de governos. Para isso, lembrou momentos de desprestígio do

⁸⁰ As apreciações de Sílvio Romero sobre sistemas de governo derivam do livro *Parlamentarismo e Presidencialismo na República Brasileira*, organizado a partir de sete cartas escritas por ele para Rui Barbosa, em 1893.

parlamentarismo, como o modelo alemão de Weimar, “um dos mais avançados regimes (sic) parlamentares do mundo”, que permitiu a ascensão do “líder de um partido demagogo e aventureiro” ao cargo de chanceler, Adolf Hitler (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 38).

Em sua explanação, Toledo esmiuçou conceitos – como chefe de Estado e de chefe de governo – e detalhes dos sistemas – como a duração de mandatos –, amparando-se em pareceres acadêmicos, em sua maioria originários do livro *A Opção Parlamentarista*, organizado por Bolívar Lamounier (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 38). Na recente obra, editada pelo Idesp, o cientista político expôs suas próprias conclusões e as de outros três pesquisadores estrangeiros – Arend Lijphart, Arturo Valenzuela e Juan Linz – sobre o sistema de gabinete (LAMOUNIER, 1991).

A partir dessas reflexões, Toledo (10 jul. 1990, p. 39) criticou a duração fixa do mandato no presidencialismo, rememorando a decadência de administrações, como a de João Figueiredo e a de José Sarney. “Nessas condições fica muito atraente um sistema de governos descartáveis como o parlamentarismo, que poupa o eleitorado do deprimente espetáculo de acompanhar a agonia de governos que não tem mais razão de existir” (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 39).

Mesmo com as qualidades delegadas ao sistema, o jornalista informava que, na Itália, tentava-se afrouxar regras do parlamentarismo, tido como um sistema “bloqueado, condenado a repetir as mesmas fórmulas em vigor desde o fim da II Guerra Mundial”. Para Arend Lijphart, do livro de Lamounier, citado por Toledo (10 jul. 1990, p. 39), o parlamentarismo preconizava uma “democracia de consenso”, oposta à “democracia de maioria”, na qual o presidencialismo se fundamentava. Segundo ele, o modelo “de consenso” era capaz de melhor administrar as diferenças e a representatividade de minorias (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 39).

A reportagem ofereceu dois contrapontos ao parlamentarismo. O primeiro provinha do historiador Luiz Felipe de Alencastro, percebido como “um dos poucos intelectuais brasileiros a sair em defesa do presidencialismo”. Alencastro compreendia que, no sistema presidencial, eram “maiores as chances de se produzir mudanças”, enquanto o Congresso “tem servido mais frequentemente ao atraso”. Em seu olhar, o sistema de gabinete tendia “à reação e ao imobilismo”. Já o estadunidense Laurence Whitehead, assegurava que “o parlamentarismo pode ser mais adequado para equilibrar um *status quo* já estabelecido e geralmente satisfatório do que para construir uma nova ordem” (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 40).

Pompeu de Toledo (10 jul. 1990, p. 40) encerrou sua exposição, retomando ideias anteriores, como a relação por ele observada entre o parlamentarismo e a demissão de ministros da Economia no Brasil. Outrossim, enfatizou características do sistema do gabinete,

vistas como controversas, como a divisão de poderes e a eventual concorrência entre o presidente e o primeiro-ministro. Na reportagem, sintetizou em boxes, diferenças entre os modelos administrativos, dando grande destaque ao voto distrital, em suas vantagens e desvantagens, apologias e reprovações, entre parlamentaristas e presidencialistas (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 40).

O presidencialista Alencastro, por exemplo, defendia o voto distrital, como um meio de resolver o “problema” da representação (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 42). Antagonicamente, políticos adeptos de ambos os sistemas, de acordo com Toledo, condenavam o mecanismo, por se constituir em um promotor de “interesses locais e particulares”, na esfera nacional (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 41). Por fim, o cronista citou uma frase atribuída ao jurista e historiador Raymundo Faoro, que refletia que, “até esteticamente”, o parlamentarismo parecia ser mais atraente. “Mas seria esse o problema?”, indagava-se Faoro, a partir da fábula de Machado de Assis, citada pelo colunista (TOLEDO, 10 jul. 1990, p. 42).

O texto de Toledo foi apreciado por dois leitores de *Veja*, na seção “Cartas”. De acordo com J. A. F. M. Spyker, de São Paulo/SP, “qualquer que seja o modelo de governo escolhido, ele exigirá um alto espírito de patriotismo e abnegação das pessoas encarregadas de implantá-lo”. Para Yeung Luk Tai, de Brasília/DF, por mais adequado que o parlamentarismo fosse para o Brasil, havia a premente necessidade de que o brasileiro soubesse “o que é presidencialismo, parlamentarismo, monarquia”. Em sua opinião, o “bom andamento” da política dependia mais do “caráter das pessoas que exercem o poder” do que do sistema adotado (CARTAS, 24 jul. 1991, p. 10).

O paulatino reaparecimento da crise econômica, bem como os problemas ocasionados pela carência presidencial de uma sólida base no Congresso fortaleceram propostas de antecipação do Plebiscito, as quais abriam chances para a implementação do sistema parlamentarista ainda no mandato vigente, em contendas similares às da Constituinte, como se observará a seguir.

3.3 A antecipação do Plebiscito e a crise final do governo Collor

Durante o mandato de Fernando Collor de Mello, duas propostas de antecipação do Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo, originalmente marcado para 7 de setembro de 1993, foram acolhidas pelo Congresso Nacional. No Senado, um texto de José Richa, formalizado na PEC nº 14, de 1991, almejava que o pleito fosse realizado em 21 de abril de 1992, deixando em aberto, na redação, a data de implantação do modelo vencedor. Na

Câmara, a sugestão do deputado José Serra, materializada na PEC nº 51, de 1990, visava transferir a disputa para 7 de setembro de 1992 (KORNIS; COSTA, 2009).

A solicitação de Serra enfrentou arquivamentos, desarquivamentos, provas de admissibilidade, acolhimentos de recursos e múltiplos debates, permanecendo por meses na agenda dos integrantes do Parlamento brasileiro. A ideia de Richa obteve melhor fluidez no trânsito de sua avaliação congressual. Os trâmites das propostas foram poucas vezes comentados em *Manchete* e *Veja*. Nas inserções pontuais destinadas às tentativas tucanas de reprogramar a eleição, predominavam críticas à heterogeneidade dos pensamentos dos parlamentaristas.

Em meados de 1991, uma das propostas, a do senador José Richa, se encaminhou para votação em plenário. Com isso, as emendas antecipatórias passaram a repercutir com maior intensidade nos semanários. Em *Manchete*, Carlos Chagas (3 ago. 1991, p. 98) noticiou que o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), responsável por colocar o projeto em pauta, se mostrava resistente ao andamento da sugestão de Richa, entendendo-a como algo “inviável, impossível de ser alcançado e, portanto, supérfluo em qualquer discussão”, beneficiando somente aos próprios parlamentaristas.

Para o colunista, os defensores do sistema de gabinete ainda não possuíam forças para mudar a data, empenhando-se, por isso, na exibição pública de suas ideias, para angariarem apoio popular. Todavia, eles evidenciavam suas dificuldades em chegar a um “denominador comum” sobre o novo sistema. A tese do parlamentarismo híbrido, que conservaria a eleição direta presidencial, se reforçava a cada passo, ganhando explicações detalhadas, formuladas por Chagas em sua coluna em *Manchete* (CHAGAS, 24 ago. 1991, p. 33).

Conforme o jornalista, o modelo preferido pelos parlamentaristas encarregaria o presidente, com mandato de seis anos, da escolha do primeiro-ministro, indicado “depois de ouvir os partidos e respeitando a coligação que dispuser de maioria na Câmara dos Deputados”. A Câmara obteria poderes maiores do que o Senado, mas arcaria com o ônus de sua eventual dissolução. Os senadores possuiriam mandatos fixos. Dois terços dos deputados federais seriam eleitos por voto distrital. O restante seria apontado por listas fechadas, preparadas pelos partidos. Nos estados e nos municípios, o parlamentarismo se instituiria em circunstância posterior (CHAGAS, 24 ago. 1991, p. 33).

O conceito administrativo que atraía grande parte dos parlamentaristas desagradava a Carlos Chagas. Em suas reflexões, ele percebia que a “fórmula dos governos parlamentares ortodoxos espalhados pelo mundo, onde os presidentes, chefes de Estado, são eleitos indiretamente e valem muito pouco”, não seria utilizada no Brasil. Paradoxalmente, ele

notabilizava que uma aplicação mais tradicional do sistema de gabinete causaria “uma revolução entre nós”, frente à impossibilidade de o povo eleger diretamente um governante com poderes de fato. Isso tudo, a seu ver, tornaria inviável o parlamentarismo no Brasil (CHAGAS, 24 ago. 1991, p. 33).

O colunista também observava a postura dos presidencialistas, que temiam que as turbulências do governo Collor pudessem afetar o entendimento dos brasileiros sobre o sistema de governo, na eleição de 1993. Dessa forma, políticos manifestavam a necessidade de modificações no modelo presidencial, com absorção de feições do parlamentarismo, como os “votos de censura a ministros e moções de desconfiança no ministério”. Os receios eram ironizados por Chagas, que distinguiu que, nesse “novo presidencialismo”, existiria “até primeiro-ministro” (CHAGAS, 26 out. 1991, p. 22).

Em 23 de outubro de 1991, o Senado aprovou em primeiro turno, o adiamento do Plebiscito, a partir da proposta de José Richa. Segundo *Veja*, a tática buscava “reduzir os poderes de Collor, se a crise explodir”, abrindo uma “saída de emergência” constitucional para a solução dos problemas governamentais. “Seria o mais suave dos *impeachments*”, opinava a reportagem (SAÍDA..., 30 out. 1991, p. 28). Novamente, assim como na Constituinte, o sistema de gabinete foi compreendido pela revista como um mecanismo para a superação das contendas inerentes à administração.

Contrariando prognósticos, a votação resultou, de acordo com o semanário, em uma “vitória folgada”: 53 votos a 15, em apoio à antecipação. Collor não orientou sua bancada de 22 senadores sobre a questão, motivo pelo qual, conforme *Veja*, “o bloco do governo votou com uma dispersão igual à da ala das baianas em dia de desfile”. Marco Maciel, líder do governo, foi contrário à emenda. Ney Maranhão, vice-líder, foi favorável. “Votei a favor porque quero acabar com o parlamentarismo de uma vez”, declarou Maranhão, segundo *Veja*, otimista quanto aos rumos da administração do correligionário (SAÍDA..., 30 out. 1991, p. 28).

De acordo com *Veja*, a mudança da data do Plebiscito gerava dúvidas entre juristas sobre a aplicabilidade do sistema vitorioso. Os discursos mais comuns entre os parlamentares atenuavam as imprecisões da emenda de Richa, reiterando a não imediata validade dos resultados eleitorais. O próprio senador dizia, inicialmente, não crer que sua ideia viesse a ser empregada para encurtar as atribuições de Collor. Para a revista, as brechas da PEC seriam facilmente solucionadas pela fusão entre as emendas de José Richa e José Serra, uma vez que, no projeto do deputado paulista, as escolhas populares não seriam prontamente executadas.

“Evita-se assim o casuísmo”, explanava Serra, que buscava igualar as propostas, a fim de agilizar a tramitação de ambas (SAÍDA..., 30 out. 1991, p. 29).

Os tucanos e Collor estavam envolvidos, naquele ano, em uma relação política conturbada. O presidente, segundo *Veja*, tinha interesse em se aproximar do PSDB, para fortalecer sua base e concretizar o modelo parlamentarista ambicionado. Entretanto, alguns membros da legenda não consentiam com a entrada oficial da sigla no governo, que demonstrava dificuldades no manejo das crises econômicas e se complicava em escândalos de corrupção (SAÍDA..., 30 out. 1991, p. 28-29).

Encontros formais entre o presidente e lideranças da agremiação, como Fernando Henrique Cardoso e José Richa, visavam amenizar os efeitos e teores da reivindicação. Collor descreditava que a PEC seria aprovada na Câmara, para onde seria enviada, caso fosse confirmada em segundo turno no Senado. Apesar de tudo, mantinha preocupação sobre um possível “golpe” que lhe tiraria os poderes antes da metade de seu mandato. A influência de Collor seria fundamental para a aprovação ou a rejeição do projeto, segundo aliados do governo, como o deputado Cleto Falcão (PRN-AL), consultado por *Veja* (SAÍDA..., 30 out. 1991, p. 29).

Veja retomou, na reportagem, ideias defendidas por Roberto Pompeu de Toledo, em 10 de julho de 1991, anteriormente analisadas nesse trabalho. A revista também comparou o contexto de 1991 com a situação política de 30 anos antes, recordando a rápida mudança para o parlamentarismo, no governo João Goulart. Sobre os acontecimentos, o semanário amplificou uma possibilidade: parlamentaristas, como Collor, poderiam defender o presidencialismo, em nome da plenitude do mandato presidencial em vigor, enquanto presidencialistas opositores ao governante buscariam a instalação do parlamentarismo, para tolher poderes do presidente (SAÍDA..., 30 out. 1991, p. 28-29).

Em 8 de novembro de 1991, o projeto de José Richa retornou para votação em segundo turno no Senado. Dessa vez, porém, não conseguiu os 49 votos necessários para sua aprovação. O placar apontou que somente 46 senadores foram favoráveis à mudança de data, sendo 13 contrários (KORNIS; COSTA, 2009). Dias mais tarde, *Veja* pormenorizou os desdobramentos que conduziram à rejeição da proposta, salientando os ruídos de comunicação entre os tucanos e o governo, que comprometeram a qualidade das relações entre as partes (O PRESIDENTE..., 13 nov. 1991, p. 18-19).

Participando ativamente da derrota da emenda, Fernando Collor ainda lançou acusações contra políticos como Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, classificando-os como parlamentaristas interessados na abreviação de seu governo.

Congressistas do PSDB foram desmoralizados pelo presidente, sendo acusados por ele de fazerem “muxoxos como crianças mimadas”, em suas táticas voltadas ao adiantamento da eleição (O PRESIDENTE..., 13 nov. 1991, p. 18).

De acordo com *Veja*, o produto da votação desmistificava o pensamento de que “Collor assistiria olímpicamente à montagem de uma articulação que começaria com o julgamento popular do seu governo e iria terminar com sua transformação numa rainha da Inglaterra” (O PRESIDENTE..., 13 nov. 1991, p. 18). Alertado por seus aliados mais próximos, o presidente autorizou movimentos contrários à Emenda José Richa, considerando o risco de “golpe”. “O presidente é parlamentarista, mas não é bobo”, informou à revista, um assessor do governo, não identificado (O PRESIDENTE..., 13 nov. 1991, p. 19).

Jarbas Passarinho, articulador de Collor, se reuniu com Marco Maciel e Ney Maranhão para organizar ações em oposição ao tema. Os integrantes do PSDB, que confiavam na neutralidade de Collor em relação à matéria, logo perceberam a mudança de postura dos parlamentares governistas, perante o assunto. “Os tucanos só tiveram a certeza de que o teatro da neutralidade fora encenado quando o plenário do Senado, em vez de ficar lotado para a votação do segundo turno, como ocorrera no primeiro, estava cada vez mais vazio” (O PRESIDENTE..., 13 nov. 1991, p. 19).

Poucas horas antes da sessão, Passarinho avisou Richa sobre a estratégia do governo. O senador tucano ainda tentou articular apoio de seu partido à permanência de Collor no poder, ao que o ministro da Justiça respondeu: “Vocês serão levados de roldão pelo que pode acontecer pelas ruas”. O presidente temia que o povo reagisse contra ele, em razão dos altos índices de desemprego e da inflação. Em sua avaliação, as reações populares poderiam conduzir ao “parlamentarismo já”. “Não sei como o Fernando Henrique, que não acredita em Deus, pode confiar no Collor”, ironizou o deputado pedessista Delfim Netto, ao examinar as implicações dos resultados (O PRESIDENTE..., 13 nov. 1991, p. 19).

Em suas constatações, *Veja* detalhou outros pontos delicados da emenda vencida. Para o semanário, uma campanha política desse porte não deslançaria em tempos de Carnaval, como sugeriam os prazos determinados. A razão para uma antecipação, sem que os efeitos fossem imediatamente empregados, também era mal avaliada pela revista, que observava as intenções tucanas de “encurrular o governo” para que o partido integrasse “o presidencialismo de Collor” (O PRESIDENTE..., 13 nov. 1991, p. 19).

Aos poucos, os parlamentaristas, que antes negavam as finalidades da emenda, reconheciam que a aprovação da PEC poderia significar uma “porta aberta” contra a crise administrativa (O PRESIDENTE..., 13 nov. 1991, p. 19). Sobre a derrota, Richa ponderou,

segundo *Manchete*: “Lamento apenas pelo Brasil, que perdeu uma excelente chance de abrir uma porta para a crise atual” (MELO FILHO, 23 nov. 1991, p. 98). Sua fala minimizava os infortúnios de suas ações, mas ressaltava as intenções secretas do projeto: diminuir, o quanto antes, o poder presidencial.

Carlos Chagas (16 nov. 1991, p. 100) pormenorizou a expectativa sobre a deliberação final da Emenda Richa. Entretanto, a proposta já havia sido resolvida três dias antes da data em que seu texto foi publicado. Captura-se de sua coluna que o “parlamentarismo já” não era consenso entre os apoiadores. A ideia era habitualmente chamada de “parlamentarismo branco”, nome que incomodava a políticos como Ulysses Guimarães. Outra preocupação latente era a necessidade de se formalizar um “projeto comum” para a campanha, tarefa que caberia aos “parlamentaristas honestos”. “O resto ficará com o eleitorado”, finalizava o colunista (CHAGAS, 16 nov. 1991, p. 100).

O debate sobre a antecipação do Plebiscito não estava completamente eliminado no cenário político-parlamentar. Segundo *Veja*, no final de 1991, a emenda de José Serra aguardava apenas “uma boa oportunidade para entrar em discussão na Câmara dos Deputados” (O PRESIDENTE..., 13 nov. 1991, p. 21). A alta inflação motivava opositores a falarem sobre um possível *impeachment* para Collor, caso o parlamentarismo não pudesse ser antecipado, algo condenado por Roberto Pompeu de Toledo (9 out. 1991, p. 32). Para a revista paulistana, enquanto não resolvesse “seu principal problema, a inflação”, as vitórias de Collor teriam “um efeito mais fugaz que a conquista dos cinco anos de mandato do ex-presidente José Sarney” (O PRESIDENTE..., 13 nov. 1991, p. 21).

Veja apresentou também uma entrevista com o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB). Parlamentarista, ele se colocava contrário à antecipação do Plebiscito, vista como um recurso “para satisfazer a curiosidade de alguns”. O político achava que o “parlamentarismo já” era um “golpe”. “O parlamentarismo só serviria como elemento de pressão sobre o governo. As pessoas não estão preocupadas com o parlamentarismo ou o presidencialismo”, sintetizava o pemedebista, trazendo à tona a falta de unidade entre os defensores do sistema de gabinete (FLEURY FILHO, 13 nov. 1991, p. 7).

O ano de 1991 terminou com grandes repercussões políticas internacionais, devido ao declínio da União Soviética. No Brasil, porém, conforme Murilo Melo Filho (14 dez. 1991, p. 103), o parlamentarismo seguia em evidência. Os apoiadores do modelo parlamentar passaram a trabalhar com uma nova solicitação de adiamento do Plebiscito, idealizando a data de 21 de abril de 1993 para o pleito. Na visão do jornalista, a proposição poderia

encontrar melhor concordância no governo, uma vez que Collor buscava se entender com a oposição (MELO FILHO, 14 dez. 1991, p. 103).

A sequência das ações dos parlamentaristas chamou a atenção do colunista de *Veja*, Marcos Sá Corrêa. Segundo ele, mal havia passado a comoção do “bota-fora de Gorbachev” – referindo-se à dissolução do principal país socialista, no Natal de 1991 – e os políticos brasileiros já estavam preparando “a próxima atração: o parlamentarismo”. De acordo com o jornalista, tucanos, como José Richa, declaravam publicamente que “desastres como o governo Collor” não teriam vez no sistema de gabinete (CORRÊA, 1 jan. 1992, p. 28).

O modelo administrativo, na opinião de Corrêa (1 jan. 1992, p. 28), encontrava empecilhos para sua eficaz execução, como o comportamento e a quantidade de partidos políticos no Brasil. Outra barreira contundente se fundamentava em experiências tidas como fracassadas no mundo, como a da Nova Zelândia, monarquia parlamentarista assolada à época, conforme o autor, por altas taxas de desemprego e por recessão econômica. “O parlamentarismo não pode ser a maravilha curativa para administrações impopulares”, advertia o jornalista, ao detectar que os problemas governamentais daquele país não eram muito diferentes das do Brasil (CORRÊA, 1 jan. 1992, p. 28).

Em *Manchete*, Carlos Chagas seguiu encarregado de argumentar contra o parlamentarismo. Ao longo de 1992, refletiu em oito colunas sobre o tema, recuperando pensamentos anteriores, criticando também políticos que, a exemplo de Collor, conferiam ao presidencialismo, a culpa pelos fracassos do governo. De tal modo, o jornalista defendia que “o parlamentarismo, por si, não acabará com a recessão, não criará mais empregos, não fará os aviões saírem na hora, os juros baixarem, os cabelos deixarem de cair e os aposentados felizes com seus vencimentos” (CHAGAS, 26 jan. 1992, p. 11).

Em favor do presidencialismo, Chagas (26 jan. 1992, p. 11) se ancorava em um exemplo brasileiro “de sucesso”: o governo Juscelino Kubitschek, liderado por um presidente que “governou cinco anos sem sofrer derrotas legislativas e até conseguiu mudar a capital federal, do Rio para Brasília”. Substancialmente, recordava a preferência popular pela eleição direta para presidente da República, bem como a luta por sua reconquista, em oposição aos interesses dos ditadores militares (CHAGAS, 26 jan. 1992, p. 11).

Enquanto os parlamentaristas, principalmente os tucanos, continuavam planejando meios de mudar a data do Plebiscito, outros congressistas, como o deputado federal Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), pré-candidato à presidência da Câmara, em eleição prevista para 1993, asseguravam que o Congresso precisaria se organizar para “absorver a instauração do

parlamentarismo”. Por isso, Oliveira endossava o aperfeiçoamento dos “mecanismos legislativos com vista ao ano 2000” (MELO FILHO, 29 fev. 1992, p. 90).

A ideia de um “parlamentarismo 2000” era, segundo Murilo Melo Filho (28 mar. 1992, p. 93), acolhida pelo deputado Waldir Pires (PDT-BA). “O sistema de gabinete exige um amplo debate e não pode ser reduzido a mero casuísmo”, destacava o parlamentar, que tentava convencer o líder de seu partido, Leonel Brizola, a aderir à causa. Brizola, no entanto, mantinha uma “posição coerente contra o parlamentarismo”, ganhando elogios do jornalista da revista carioca. “Com a maioria desses políticos que temos aí, Deus nos livre do parlamentarismo”, reiterou o governador do Rio de Janeiro, em frase reproduzida pela seção “Posto de Escuta” (MELO FILHO, 29 fev. 1992, p. 90).

A antecipação da disputa eleitoral plebiscitária começou a ganhar melhor aceitação entre os governistas, no começo de 1992. Jorge Bornhausen, um “parlamentarista histórico”, entrou no governo em 23 de janeiro de 1992, como Secretário de Governo da Presidência da República, cargo que viria a ser oficializado em abril. Para o pefelista catarinense, a nova data idealizada para o “plebiscito sobre o parlamentarismo”, 21 de abril de 1993, vinha ao encontro dos planos de Collor e sua equipe (MELO FILHO, 22 fev. 1992, p. 93).

Os movimentos antecipatórios se embasavam no projeto de José Serra, o qual recebeu adendos do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). Pronta para ser avaliada pelos membros da Câmara, a pauta era constantemente adiada por manobras dos presidencialistas, fator criticado por Élio Gaspari, de *Veja*. Para o jornalista, o PMDB, orientado por Orestes Quércia, tinha um interesse especial no enfraquecimento de Collor, observando as eleições presidenciais de 1994, descartando quaisquer possibilidades de resolução dos conflitos do governo (GASPARI, 18 mar. 1992, p. 25).

Carlos Chagas (29 fev. 1992, p. 91), em sua coluna, censurava a nova proposta sobre a data do Plebiscito, salientando contrariedades à organização política brasileira, principalmente no que concernia ao desempenho e à produtividade do Congresso. Em seu entendimento, se aprovado o sistema de gabinete, haveria instabilidade no poder, devido às constantes trocas de governo, configurando-se “o maior dos precipícios” na política brasileira. “No parlamentarismo, quando um governo não dá certo, cai. E qual o governo brasileiro que deu certo por mais de 15 dias?”, indagava (CHAGAS, 29 fev. 1992, p. 91).

Chagas (28 mar. 1992, p. 18) ainda refletiu sobre a atuação de Ulysses Guimarães no período. Para ele, o político portava “o mais bem acabado perfil de primeiro-ministro”, apesar de sua discreta atividade parlamentar em 1992. Por outro lado, os presidencialistas se mostravam mais unidos, direta ou indiretamente, pela manutenção do sistema em vigor. “A

luta promete e as polêmicas mal começaram”, completou o jornalista, ao crer na necessidade de formalização de regras para um melhor preparo das campanhas (CHAGAS, 28 mar. 1992, p. 18).

Em março de 1992, o governo Collor completou dois anos de instalação. O presidente, que, segundo *Veja*, assumiria prontamente “o papel de porta-bandeira do parlamentarismo”, continuava enfrentando tensões, sobretudo na área econômica (FESTA..., 18 mar. 1992, p. 22). Em entrevista para o hebdomadário paulistano, Fernando Collor confirmou sua preferência pelo sistema parlamentar, prometendo deixar o poder ao término de seu mandato, descartando concorrer a uma vaga legislativa – que poderia conduzi-lo à função de primeiro-ministro – ou mesmo a uma reeleição – algo que seus aliados buscavam implantar (COLLOR, 25 mar. 1992, p. 6).

Em *Manchete*, os dois anos de Collor no poder foram analisados sob outro viés. Segundo reportagem de Carlos Chagas (11 abr. 1992, p. 8), a “admiração antiga” do presidente pelo PSDB fazia com que ele buscasse pleno apoio do partido. Os tucanos, todavia, haviam feito “seu ninho em cima do muro”, estando “marcados pela indecisão”, sem definir “uma posição clara diante do governo Collor”. “Oposição sim, mas nem tanto”, descrevia o jornalista, em alusão aos integrantes do PSDB, que possuíam em comum com o presidente, a adesão ao parlamentarismo (CHAGAS, 11 abr. 1992, p. 8).

Em 1º de abril de 1992, *Veja* noticiou que, em um “segundo esforço”, os parlamentaristas haviam conseguido aprovar a antecipação do Plebiscito na Câmara, em sessão realizada no dia 25 de março. A matéria explicou que, por “348 votos a favor e 73 contra”, em uma votação considerada uma “barbada”, o substitutivo do deputado Roberto Magalhães formalizou a data de 21 de abril de 1993 para a eleição plebiscitária, marcando para 6 de outubro de 1993, o início da Revisão Constitucional (SEGUNDO..., 1 abr. 1992, p. 21).

Naquele momento, segundo a reportagem, o presidencialista PDT “deixou para a última hora”, a realização de uma reunião com políticos de outras legendas que poderiam ajudar a derrotar a proposta. Já o PMDB liberou sua bancada “a votar por conta própria”. A apreciação de um destaque, sobre a “preservação integral do mandato de Collor” até 1995, foi solicitada pelo deputado federal Eduardo Jorge (PT-SP), angariando um placar insuficiente para conservar a garantia no texto (SEGUNDO..., 1 abr. 1992, p. 21).

Para o deputado Antônio Delfim Netto, consultado por *Veja*, a proposta não teria futuro se não assegurasse o mandato de Collor. O senador José Sarney (PMDB-AP), amenizou o caráter da escolha dos congressistas, tratando-a como um “descuido”, acreditando

que a Câmara não estava sendo movida por um “espírito golpista” contra Collor. Os parlamentaristas, de acordo com a revista paulistana, viam a nova data com otimismo, em razão de “um cálculo político”. Em suas previsões, o sistema de gabinete poderia ser melhor aceito se afastado das “portas da sucessão presidencial” (SEGUNDO..., 1 abr. 1992, p. 21).

A proposta seguiu sua tramitação na Câmara e no Senado nos meses seguintes, sem que os semanários disponibilizassem maiores atenções aos debates e às reflexões dos congressistas sobre o tema. Em 25 de agosto de 1992, formalizou-se, em meio a um cenário político caótico e instável, pontuado pela decadência do governo Collor, que o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo realmente ocorreria em 21 de abril de 1993, transformando-se a PEC na Emenda Constitucional nº 2 (BRASIL, 1992).

Fernando Collor deu posse a um novo ministro da Justiça, em 2 de abril de 1992, após uma reforma ministerial. Célio Borja⁸¹, monarquista parlamentarista, assumiu as funções de Jarbas Passarinho, que retornou ao Senado. Para *Manchete*, Borja declarou que sua aproximação com o presidente havia ocorrido pela afinidade de ambos com o ideário parlamentarista (BORJA, 11 abr. 1992, p. 12). Em *Veja*, o novo governista defendeu mudanças em mecanismos eleitorais. “A melhor forma de eleição no parlamentarismo é aquela em que o povo vota num partido já sabendo quem é o líder desse partido”, sustentava, opondo-se à eleição direta para chefe de Estado (BORJA, 8 abr. 1992, p. 10).

Ao final daquele mês, as corridas eleitorais municipais passaram a ganhar ênfase nos semanários. Contudo, Roberto Pompeu de Toledo (29 abr. 1992, p. 44-45) seguia manifestando suas dúvidas relativas à aplicabilidade do parlamentarismo no Brasil, em razão das características intrínsecas ao Congresso Nacional. As opiniões de Toledo, expostas em 29 de abril, em *Veja*, eram semelhantes às que inquietavam Carlos Chagas, em *Manchete*, ao longo dos anos, de maneira especial no que se referia ao Senado Federal, cuja função, a ser assumida em um sistema renovado, não estava tão elucidada.

As crises do governo eram preocupações permanentes dos noticiários, agravando-se a partir de meados de maio de 1992. Denúncias contra Collor e o chefe de sua campanha, Paulo César Farias, conhecido como PC Farias, notabilizaram-se na imprensa (SALLUM JÚNIOR, 2018, p. 181). Um possível impedimento do presidente da República começou a se fortalecer no âmbito político. Roberto Pompeu de Toledo (24 jun. 1992, p. 20) sinalizou que o conceito vinha se tornando mais consistente, diferentemente do que ocorria há meses atrás, quando

⁸¹ Célio de Oliveira Borja, magistrado e político, nascido em 1928, foi ministro do STF entre abril de 1986 e março de 1992. Deixou a função para assumir o Ministério da Justiça, no governo Collor, permanecendo nele até outubro de 1992.

opositores reivindicavam a saída de Collor através de *impeachment*, sem que o mandatário tivesse crimes comprovados.

A circunstância, porém, havia mudado. Toledo (24 jun. 1992, p. 20) asseverava que o *impeachment* era um “processo político, mas também jurídico”, muito diferente da moção de desconfiança do parlamentarismo, responsável pela queda de governos, em um “banal artifício do jogo entre situação e oposição”. O semanário da Editora Abril, inicialmente, presumia que Collor se manteria no poder, apesar de enfraquecido. Mesmo assim, o parlamentarismo novamente tornou a ser visto como um recurso para contornar a tensão (CAPA, 1 jul. 1992).

O propositor da emenda antecipatória do Plebiscito, José Serra, rejeitava movimentos de “parlamentarismo já”. “Seria golpe. Tem de haver um plebiscito antes”, constatava o tucano, entrevistado por *Veja*. Entendendo que o presidente deveria ser uma “reserva moral da nação”, Serra defendia a renúncia de Collor. “O processo de *impeachment* será extremamente penoso para o país e a economia, além de estressante do ponto de vista das instituições. Melhor seria que não acabássemos nele”, finalizou o deputado (SERRA, 8 jul. 1992, p. 9).

O presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, observado por *Manchete* como o “homem-chave” da resolução do impasse em torno de Collor (MELO FILHO, 5 set. 1992, p. 13), manifestava-se em *Veja*, em prol do parlamentarismo. “Mas se o presidencialismo for mantido pelo plebiscito espero que possamos nos livrar dessa ideia de eleger um mágico a cada cinco anos”. “Precisamos de um condutor das instituições”, opinou, em *Veja*, o parlamentar pemedebista (PINHEIRO, 26 ago. 1992, p. 9).

Para o jornalista e ex-deputado Barbosa Lima Sobrinho, o primeiro signatário do pedido de *impeachment* de Collor, o sistema de gabinete não deveria ser adotado “como solução de emergência”. “Mas para o futuro será uma alternativa interessante. O parlamentarismo tem boas soluções para os problemas graves”, assegurava, crente que, se o modelo administrativo estivesse em funcionamento no país, seria mais fácil afastar o presidente (LIMA SOBRINHO, 2 set. 1992, p. 9).

Embora as revistas aqui analisadas não procurassem, por si, associar o presidencialismo ao problema institucional enfrentado por Collor, elas publicavam opiniões divergentes, que primavam pelo sistema de gabinete. *Manchete*, por exemplo, reproduziu, em 3 de outubro de 1992, textos assinados por jornalistas de outros veículos, que avaliavam o cenário político. Dois deles, do *Jornal do Brasil*, delineavam que a crise de Collor estava conduzindo à implantação do parlamentarismo.

Para Carlos Castello Branco (3 out. 1992, p. 92-93), o caráter “emperrado e cheio de contradições” do expediente do *impeachment* enfraquecia o sistema presidencial. “Em vez de libertar rapidamente o país dos efeitos de um mau governo, [o *impeachment* no presidencialismo] termina por agravar esses efeitos e por formar uma crise insolúvel”. Citando um livro de Paulo Brossard, editado em 1965 sobre *impeachment*, o jornalista entendia o modelo de impedimento do presidente da República no Brasil como algo “arcaico” e “antifuncional” (CASTELLO BRANCO, 3 out. 1992, p. 92-93).

O sistema parlamentar, por sua vez, segundo Castello Branco, mostrava-se mais evoluído, “simplificando o assunto”. “Quando o chefe do governo falta à sua responsabilidade, um simples voto de desconfiança o derruba e, pela confiança de uma nova maioria, arma-se outro governo”. De acordo com o colunista do jornal carioca, o presidencialismo demonstrou na crise, suas insuficiências institucionais e suas dificuldades de superação das contendas. “Um dos poucos benefícios disso tudo é perceber, de uma vez por todas que, mudando o sistema de governo, aumenta-se o grau de viabilidade democrática dos seus governos”, acreditava Castello Branco (3 out. 1992, p. 93).

Na opinião de Luiz Orlando Carneiro (3 out. 1992, p. 94-95), ninguém havia “feito tanto pela causa parlamentar, em tão pouco tempo” como Collor, pois o presidencialismo o tornou um “reizinho com mandato de cinco anos”, difícil de ser removido do cargo. Os acontecimentos contribuía para a modificação da péssima imagem que o Congresso mantinha frente ao público. O sistema de gabinete ganhava apoiadores, mesmo que ainda não fosse consenso, despertando um “alarma em milhares de cabeças que não morriam de amores pelo parlamentarismo” (CARNEIRO, 3 out. 1992, p. 95).

O PRN, partido de Collor, não ocupava boas posições nas pesquisas sobre a corrida eleitoral municipal. Concomitantemente, Collor foi afastado do poder em 29 de setembro de 1992, deixando a presidência em 2 de outubro, sendo substituído provisoriamente por Itamar Franco, seu vice, que já havia se desligado do partido (MOTTA, 2018, p. 224). Para parlamentaristas, como o senador Pedro Simon (PMDB-RS), Franco deveria permanecer distante do Plebiscito de 1993, devendo apenas “assisti-lo”, evitando manifestações sobre os temas relativos (SIMON, 7 out. 1992, p. 12).

Em 30 de setembro de 1992, a seção “Radar”, de Ancelmo Gois, em *Veja*, informou que, sabendo que estava prestes a ser afastado, Collor fez “uma tentativa desesperada para se manter no poder”. O presidente “quis implantar o parlamentarismo na prática”, “sete meses antes do plebiscito que decidirá o sistema de governo”, chegando a convidar o deputado Roberto Campos (PDS-RJ) “para ser seu primeiro-ministro”. O congressista, todavia,

“diplomáticamente, recusou” (GOIS, 30 set. 1992, p. 41). Não há maiores dados sobre esse plano não concretizado do mandatário.

O andamento do *impeachment* de Collor devolveu protagonismo ao deputado Ulysses Guimarães, que ajudou a articular a admissão da denúncia contra o presidente. Em 30 de setembro de 1992, *Veja* distinguiu o retorno do político paulista a uma situação de proeminência no contexto congressional. “Diante da crise de Collor, Ulysses ressurgiu como figura notável”, evidenciou a reportagem, ao acreditar que Guimarães era “ofuscado nas horas mornas de normalidade”, mas crescia quando se avistava “uma confusão política no horizonte” (A EPOPEIA... 30 set. 1992, p. 26).

O destaque de Ulysses, entretanto, durou pouco tempo. Em 12 de outubro de 1992, o pemedebista desapareceu no mar, após um acidente de helicóptero, ocorrido nas proximidades do município de Angra dos Reis/RJ. Juntamente com o político, faleceram outras quatro pessoas: o piloto Jorge Comeratto, a esposa de Ulysses, Ida de Almeida Guimarães, conhecida como Mora, o ex-senador Severo Gomes e a esposa dele, Anna Maria Henriqueta Gomes. O corpo de Ulysses jamais foi encontrado (CORRÊA, 2011, p. 2).

Ambos os semanários repercutiram o episódio através de extensas reportagens, onde detalharam aspectos biográficos dos falecidos, com ênfase em Guimarães. Para *Veja*, Ulysses era um “herói de democracia”, um “modelo de coragem e retidão”, atuante na “defesa dos valores fundamentais da democracia e da justiça” (AS GRANDES..., 21 out. 1992, p. 15). Segundo *Manchete*, o político era uma “alavanca da resistência contra o regime militar”, um “habilidoso piloto da nação inquieta, nos momentos de mais grave turbulência política e constitucional” e um “patriarca da República” (ULYSSES..., 17 out. 1992, p. 52).

Roberto Pompeu de Toledo (21 out. 1992, p. 20-26) analisou os mais de 40 anos de notoriedade política de Guimarães. O jornalista lembrou também inconstâncias do político, exemplificadas por seu comportamento inicial diante do golpe militar de 1964 e suas articulações durante o governo de José Sarney. A reportagem seguinte apresentou ações pouco conhecidas da vida de Ulysses, como uma reunião que ele teve, no início do governo Geisel, com Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil (MANUAL..., 21 out. 1992, p. 28).

Conforme *Veja* (21 out. 1992, p. 28), no encontro, Ulysses e Golbery deliberaram sobre um possível plano para reabertura política do país. O general solicitou apoio a emendas, que conduziriam ao parlamentarismo, ao voto distrital misto e a uma reforma fiscal. Ulysses, “presidencialista convicto até a eleição de Collor”, teria achado “complicado” dar sustentação

às medidas, deixando os tópicos em aberto até uma próxima reunião, que não ocorreu (MANUAL..., 21 out. 1992, p. 28).

Segundo *Veja*, apesar de não compactuar com o parlamentarismo à época, os últimos anos de Ulysses Guimarães foram dedicados à defesa do sistema de gabinete, motivando-o a visitar mais de 500 municípios em nome da causa, que se reforçava paulatinamente (MANUAL..., 21 out. 1992, p. 28). Antes de morrer, Ulysses escreveu um texto “exclusivamente” para *Manchete*, argumentando em prol do parlamentarismo. Sua inesperada morte transformou o escrito, na visão da revista carioca, no “testamento político do Sr. Democracia” (GUIMARÃES, 17 out. 1992, p. 54-55).

Ao longo da redação, Guimarães salientava que colaborou, junto a Afonso Arinos, Raul Pilla e Nelson Carneiro, na “elaboração da emenda à Constituição que instituiu o regime (sic) parlamentarista no Brasil e evitou a guerra civil, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros”. O político também rememorou sua atuação como ministro no gabinete de Tancredo Neves, algo que o tornava “optante de primeira hora desse sistema de governo”, mesmo tendo sido candidato à presidência em 1989 (GUIMARÃES, 17 out. 1992, p. 54).

A despeito da revogação do parlamentarismo, em 1963, após o referendo “em que a maioria dos eleitores se pronunciou pela volta do sistema presidencialista para João Goulart tomar posse”, Guimarães declarava que jamais abandonou a preferência pelo sistema de gabinete, “que funciona em 95% das nações que estão no Primeiro Mundo, ou que estão caminhando no sentido de resolver seus problemas”. “Por que não funcionaria no Brasil?”, perguntava o pemedebista (GUIMARÃES, 17 out. 1992, p. 55). Ulysses omitiu, porém, em seu texto, que, na Constituinte, sua posição sobre o tema não era tão explícita.

O político assinalava como uma qualidade do parlamentarismo, a permanência de primeiros-ministros competentes no poder. “A competência é o que conta, não o maldito prazo”, alegava, relembrando contendas em torno do tempo de permanência do presidente no governo. Sobre isso, Ulysses construiu “uma definição simples” para os sistemas, valendo-se de ideias que eram “do agrado” de Raul Pilla: “O presidencialismo é a irresponsabilidade a prazo certo, enquanto o parlamentarismo é a responsabilidade a prazo incerto” (GUIMARÃES, 17 out. 1992, p. 55).

Ulysses acreditava que o presidencialismo no Brasil estava “com os dias contados”, pois a crise teria “peso decisivo em favor do parlamentarismo no Plebiscito do próximo ano”. Em sua leitura, “ficou provado que a democracia brasileira é uma meia-verdade: o brasileiro é soberano para eleger, mas não o é para deseleger”, criticava, notando a dificuldade em remover Collor do poder. “Eu não tenho dúvida de que vai dar parlamentarismo”, atestava o

deputado, fundamentando-se em levantamentos que tinha “em mãos”, os quais davam “uma vantagem muito grande” ao novo sistema na eleição (GUIMARÃES, 17 out. 1992, p. 55).

Em seu texto derradeiro, Ulysses informou que havia sido eleito como presidente da Frente Parlamentarista voltada à campanha eleitoral, que, em breve, ganharia espaço no rádio e na televisão. “O Brasil está precisando de uma grande reforma”, julgava, ao condenar a operação de partidos políticos “de proveta, que vendem legendas” para deputados sem “representatividade”. “O eleitor não conhece o candidato e o candidato não conhece o eleitor”, ressaltava, sustentando a adoção de um modelo distrital misto para o voto. “Essa mudança, junto com o parlamentarismo, será a grande reforma que o Brasil realizará”, concluía, otimista (GUIMARÃES, 17 out. 1992, p. 55).

Em 28 de outubro de 1992, uma pesquisa de opinião publicada por *Veja* revelava que, de fato, o sistema de gabinete estava bem posicionado nas pesquisas. Segundo Ancelmo Gois (28 out. 1992, p. 31), “o parlamentarismo venceria por 28% a 21%”, “se o plebiscito fosse hoje [1992]”. Os números faziam parte de um levantamento promovido pelo Ibope. A maioria dos eleitores permanecia, no entanto, indecisa. Contudo, era a primeira vez que o placar se invertia a favor do sistema parlamentar de governo (GOIS, 28 out. 1992, p. 31).

Perante os números, Antônio Carlos Magalhães, governador da Bahia, apesar de continuar defendendo o presidencialismo, aceitava “resignado, uma virtual implantação do parlamentarismo”. “Além disso, é duro subir no palanque do presidencialismo na companhia de Brizola e Quércia”, manifestou o pefelista, conforme Gois (28 out. 1992, p. 31), apresentando temores compartilhados por outros políticos, como os próprios supracitados, dado o caráter ideológico e oficialmente suprapartidário do Plebiscito.

Orestes Quércia expunha argumento semelhante, informando para Salomão Schwartzman, em *Manchete*, que não coordenaria a campanha presidencialista, por ter dificuldade em harmonizar suas relações com Brizola, Maluf e Magalhães. Além de reprovar o parlamentarismo, entendendo-o como um “sistema de governo demorado, com decisões lentas”, o pemedebista questionou pontos de desenvolvimento do Plebiscito, lançando incertezas sobre que tipo de presidencialismo seria defendido em campanha (QUÉRCIA, 21 nov. 1992, p. 91), algo não muito diferente das dúvidas que assolavam os parlamentaristas.

Sobre seus concorrentes, Quércia se indagava a respeito do eventual estabelecimento do parlamentarismo em estados e municípios, um ponto que, a seu ver, não estava aclarado. “Tais questões, penso eu, precisam ser esclarecidas com urgência, para que o eleitor não se veja na contingência de dar um salto no escuro”, avaliava o presidente do PMDB, crendo que

os parlamentaristas poderiam “levar vantagem” no pleito de abril de 1993, devido aos acontecimentos recentes do governo Collor (QUÉRCIA, 21 nov. 1992, p. 91).

Percebendo o parlamentarismo como um sistema “elitista”, o ex-governador de São Paulo considerava que Itamar Franco não deveria ceder à instalação do sistema em seu mandato, mesmo que os resultados plebiscitários fossem favoráveis aos defensores da mudança. “Se implantarmos o parlamentarismo no Brasil, não demorará muito para voltarmos ao presidencialismo”, ponderava, desabonando uma modificação de caráter determinante (QUÉRCIA, 21 nov. 1992, p. 91).

A eleição de Paulo Maluf para prefeito de São Paulo fez com que *Veja* acreditasse que o parlamentarismo estava “ameaçado”. O político, após eleito, passou a ser um crítico do sistema de gabinete, colocando-se como um dos principais nomes da campanha presidencialista que se aproximava. “A sobrevivência dos sonhos presidencialistas de Brizola e Quércio acabou caindo nos braços do pedessista Paulo Maluf”, discorria a reportagem, superestimando o papel do político paulista e sua influência sobre o eleitor, na organização política direcionada ao Plebiscito (SOB..., 25 nov. 1992, p. 26-27).

Collor foi deposto em 29 de dezembro de 1992. Com isso, Itamar Franco foi alçado à titularidade do cargo (SALLUM JÚNIOR, 2018, p. 186). Nessa data, faltavam menos de 120 dias para a ocorrência do Plebiscito e as incertezas permaneciam no panorama político nacional. A votação não tinha sido regulamentada. Com Collor fora da agenda da imprensa, *Manchete* e *Veja* puderam se voltar aos questionamentos sobre a eleição de abril de 1993, tema do quarto capítulo. No período analisado na atual unidade, os monarquistas começaram a se preparar para a eleição plebiscitária, conforme se apresentará na sequência.

3.4 O ponto de partida da atividade monarquista

Enquanto presidencialistas e parlamentaristas disputavam entre si qual era o sistema de governo mais adequado ao Brasil, a defesa da forma republicana ficou em segundo plano. Nos anos que precederam o Plebiscito, não foram notadas, atividades de movimentos políticos engajados e identificados com a conservação do modelo, apesar das constantes críticas perpetradas pelos monarquistas, em demérito da forma vigente. A cobertura sobre o tema república, praticada por *Manchete* e *Veja*, primou por resgates históricos e valorização de efemérides, considerando que, no dia do primeiro turno da eleição presidencial de 1989, a instalação da forma de governo completou 100 anos.

Diante do fato, *Veja* publicou, em 20 de setembro de 1989, uma edição especial, em que simulava a veiculação de um número da revista como se estivesse cobrindo os atos de implementação da República, na hora e no lugar em que aconteceram, um século antes. O suplemento ganhou tiragem de 1,1 milhão de exemplares e levou oito meses para ser elaborado, de acordo com a “Carta ao Leitor”. *Veja* acreditava que a Proclamação da República era um “momento decisivo da História do Brasil”, que merecia ser lembrado por seu público-alvo (FESTEJANDO..., 20 set. 1989, p. 43).

Manchete também privilegiou uma abordagem histórica da forma republicana, reiterando aspectos biográficos dos políticos que exerceram o cargo de presidente, ao longo do último século, isto é, de 1889 a 1989 (DEODORO..., 18 nov. 1989, p. 52-56). Igualmente, apresentou fotos de objetos pessoais conexos aos costumes de antigos mandatários, salvaguardados no Museu da República, localizado no Palácio do Catete, sede do Poder Executivo brasileiro de 1897 a 1960, no Rio de Janeiro (RELÍQUIAS... 18 nov. 1989, p. 48).

Em uma matéria assinada pela jornalista Miriam Malina, o semanário carioca reportou os pensamentos e vivências dos “bisnetos da República”, ou seja, dos descendentes de cinco pessoas envolvidas na destituição de Dom Pedro II e/ou na organização do ideário republicano brasileiro – a saber, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Benjamin Constant, Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva. Não houve, na reportagem de junho de 1989, citações sobre o Plebiscito de 1993 (MALINA, 3 jun. 1989, p. 38-49).

Os monarquistas brasileiros, dispersos em múltiplas agremiações não-partidárias, convergiam na adoção do parlamentarismo como sistema de governo. O monarca desejado pelos simpatizantes da causa deveria exercer apenas a chefia de Estado, com representatividade frente a assuntos pertinentes a seus encargos. No entanto, o Poder Moderador, ao modo executado no Império, era bem visto por muitos de seus apoiadores (SANTOS, 1990, p. 55).

Através das escolhas editoriais de *Manchete*, pode-se captar nuances da organização dos movimentos monárquicos no Brasil, após a promulgação da Constituição de 1988. A revista destinou relevante atenção às ações dos grupos no contexto pré-Plebiscito. Foram quatro extensas e ilustradas reportagens sobre o tema, além de outras menções de menor amplitude, publicadas entre dezembro de 1988 e setembro de 1992. A primeira delas foi escrita por Malu Lopes.

Para a jornalista, o Plebiscito determinado pela Constituinte era uma “ameaça à República”, pois, “no Brasil democrático, criado pela Constituição em vigor, até o sistema de governo pode vir a mudar”, em virtude da votação (LOPES, 31 dez. 1988, p. 115). Perante a

temática desenvolvida, acredita-se que ela estivesse se referindo à forma de governo. Em sua reportagem, Lopes (31 dez. 1998, p. 118) pormenorizou a realização de uma reunião de monarquistas, em 18 de dezembro de 1988, no Salão Dourado do Hotel Glória, no Rio de Janeiro. O convite para o evento, originalmente veiculado em jornais de grande circulação, foi reproduzido pela revista, na seguinte configuração:



Figura 5 – “Está chegando nossa hora”: convite para a reunião dos monarquistas, reproduzido em *Manchete* (LOPES, 31 dez. 1988, p. 118).

Segundo Lopes (31 dez. 1988, p. 115), ao mesmo tempo em que os brasileiros sonhavam com a primeira eleição direta para presidente, após “mais de 20 anos”, os monarquistas jogavam “o carro adiante dos bois”. Empolgados com o Plebiscito de 1993, os defensores da monarquia preparavam a difusão de seu ideário político. “O deputado Cunha Bueno diz mesmo que os monarquistas conseguirão, no próximo ano [1989], em plena campanha presidencial, colocar suas ideias no horário nobre e em cadeia nacional”, observou a repórter, ressaltando a vontade do parlamentar de iniciar as atividades eleitorais o quanto antes (LOPES, 31 dez. 1988, p. 115).

Em seus escritos, Lopes (31 dez. 1988, p. 115) se confundiu ao assegurar que os monarquistas estavam “calados por força da lei desde 1891”. A data correta é 1889, justificada pelo decreto 85-A, previamente citado, cuja imposição foi anterior à Constituição de 1891 (NÉMETH-TORRES, 2008). A imprecisão da jornalista se originou em um equívoco declarado por Manoel Pio Corrêa Júnior, antigo embaixador brasileiro, um dos adeptos do movimento presentes no encontro, conforme se evidenciou no corpo do texto (LOPES, 31 dez. 1988, p. 118).

A primeira dúvida manifestada pela repórter sobre o tema aludia ao interesse em saber “qual dos netos de Dom Pedro vai para o trono”: “Dom Pedro Gastão, do Ramo Orléans e

Bragança, de Petrópolis, ou Dom Luiz, do Ramo de Vassouras?”. De acordo com a jornalista, “simpatizantes dos dois pretendentes ao trono real” se fizeram presentes na reunião do Movimento Monárquico Constitucional (MMC)⁸², cujos integrantes tentavam “a todo custo manter a isenção com relação ao assunto”, considerando o debate “tão difícil como melindroso” (LOPES, 31 dez. 1988, p. 116).

A matéria foi introduzida por uma fotografia de Dom Pedro Gastão, conclamado como o herdeiro que “mantém a tradição monárquica brasileira, como chefe da família Orléans e Bragança” (LOPES, 31 dez. 1988, p. 114). A imagem do filho de Dom Pedro de Alcântara estampou duas páginas, tendo o Museu Imperial de Petrópolis ao fundo. Diferentes apoiadores e familiares, como Dom Luiz e Dom Bertrand, foram expostos em outras quatro páginas, em retratos menores, junto ao texto. Muitas das fotos selecionadas em dezembro de 1988 coincidiram com as que compuseram a reportagem de Marilda Varejão, um ano antes.

Perante a contenda dinástica, alguns componentes, segundo Malu Lopes (31 dez. 1988, p. 116), iam além. “O grupo de Cunha Bueno, no qual se incluem as principais figuras do encontro de domingo, torce para que não seja nenhum dos dois [a ser escolhido como monarca]”. A rejeição a ambos se fundamentava em dois pontos de divergência. Contra Dom Pedro Gastão, pesava a renúncia de seu pai, que lhe tiraria a legitimidade. Em oposição a Dom Luiz e Dom Bertrand, rechaçava-se a “ligação dos dois com a TFP”, “uma organização de extrema direita considerada de cunho paramilitar” (LOPES, 31 dez. 1988, p. 116).

Em *off*, ou seja, sem divulgar o nome da fonte, Malu Lopes (31 dez. 1988, p. 116) deu a conhecer a opinião de um “importante monarquista” consultado por ela, que salientava que, se os irmãos tefepistas estivessem “perto da sucessão”, ele e outros abandonariam a causa, pois os filhos de Dom Pedro Henrique contrariavam “o espírito de isenção proposto pela filosofia monarquista”. Por isso, emergiam aos debates, nomes de pretendentes melhores aceitos: Dom Antônio e Dom Alberto, irmãos de Dom Luiz, e Dom Joãozinho, sobrinho de Dom Pedro Gastão (LOPES, 31 dez. 1988, p. 116).

A reportagem lembrou também que um eventual retorno à monarquia e suas definições pertinentes passavam pela realização, não apenas do Plebiscito de 1993, como da Revisão Constitucional, responsabilidade do “próximo Congresso”. “Se formos derrotados, pelo menos daremos a oportunidade do país se manifestar, ainda que com 100 anos de atraso”, destacava Cunha Bueno, julgando negativamente a república e sua instalação. “Quem sabe

⁸² Durante a reportagem de Malu Lopes, ela se referiu ao grupo monarquista sob três títulos: Movimento Monarquista Constituinte, Movimento Monárquico Constituinte e Movimento Monárquico Constitucional. Optou-se, neste trabalho, pela terceira grafia, julgada mais correta no contexto, outrossim exposta no convite reproduzido por *Manchete*, na Figura 5.

pelo voto não se porá fim ao golpe que nos empurraram goela abaixo?”, frisava o pedessista, oponente dos acontecimentos de 1889 (LOPES, 31 dez. 1988, p. 116).

A matéria pontuou que os admiradores da monarquia não eram unânimes quanto ao “movimento desencadeado no Rio para a criação do Partido Monarquista”, notabilizado também por Varejão, em 1987. A transfiguração da causa em agremiação partidária era reprovada por Cunha Bueno: “Um rei não pode ter partido. Um rei tem que governar acima de todos os grupos”, alegava o deputado, empenhado na dissuasão da ideia. Em contrapartida, José Durval de Souza e Silva, “presidente provisório do partido”, defendia a organização: “Temos que dar sustentação ao rei no parlamento”, certificava o líder, projetando que, caso formalizado, o partido adotaria as cores azul e branco, posicionando-se em “uma linha política de centro-direita” (LOPES, 31 dez. 1988, p. 116).

Sob maior concordância entre si, os monarquistas, segundo Lopes (31 dez. 1988, p. 118), afiançavam teses, como a manutenção pouco onerosa de uma família real, em comparação aos custos da conservação presidencial, conceito supostamente endossado pelo deputado Delfim Netto, que eles garantiam fazer “parte do grupo dos congressistas favoráveis ao movimento”. O parlamentar estava em evidência no final de 1988 por sua defesa tardia do parlamentarismo, mas a repórter analisava com reservas uma virtual adesão do político à atividade monárquica (LOPES, 31 dez. 1988, p. 118).

A composição da monarquia brasileira pretendida pelo grupo daria margem à recriação do Poder Moderador – o qual foi esmiuçado na redação de Lopes. De igual maneira, o grupo monarquista demonstrava alinhamento com prerrogativas do parlamentarismo, como a possibilidade de dissolução do Congresso. Simultaneamente, acreditava-se que a monarquia terminaria com a “ameaça de intervenção militar que sempre ronda a República”, pois “a função do rei” seria “defender o povo contra governos”, independentemente das ideologias que os movessem (LOPES, 31 dez. 1988, p. 118).

Os adeptos da forma monárquica também requeriam, conforme a reportagem, a revisão histórica do episódio da instalação republicana, definida pelo publicitário Caio Domingues como um golpe baseado na “filosofia positivista do francês Auguste Comte, que mais tarde foi contestada pelos próprios republicanos”. “Na visão dos monarquistas, até a Proclamação da República, o Brasil vinha atravessando 67 anos de estabilidade, superando graves obstáculos”, complementou a jornalista, com base em um folheto distribuído no evento, “disputado avidamente pelos participantes” (LOPES, 31 dez. 1988, p. 118).

Outro argumento difundido com sucesso por Cunha Bueno e pelo grupo foi sinalizado pela repórter: o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo ocorreria “num país onde a

população está habituada a escolher espontaneamente, pela aptidão, beleza e competência, seus reis – do futebol, do carnaval, da primavera, etc.”. Com isso, não seria difícil “assimilar mais um teste desta natureza”, a ser materializado pelo voto obrigatório no pleito de 1993 (LOPES, 31 dez. 1988, p. 118).

A reunião – tida como a primeira, desde a decisão da Constituinte que concordou com a eleição plebiscitária – ocorreu nas proximidades de uma praça que abriga a estátua de Deodoro da Fonseca, ponto ironizado por Lopes (31 dez. 1988, p. 118). Entre os partícipes registrados pela reportagem, além dos já referidos, estavam o professor Otto de Alencar Sá Pereira, o sociólogo Ovídio Cunha e o almirante Múcio Piragibe Bakker, os quais posaram para uma fotografia, composta por um total de 13 homens, nem todos identificados. A antiga bandeira imperial do Brasil se interpôs como plano de fundo na imagem (LOPES, 31 dez. 1988, p. 119).

Conforme *Manchete*, “ao final do encontro, o deputado Cunha Bueno não escondia o contentamento”, relatando que seriam promovidos eventos similares em outras capitais, como Recife/PE, João Pessoa/PB e Natal/RN. Apesar do otimismo, o congressista e seus aliados mantinham muitas inquietações. A primeira delas era a necessidade de serem levados a sério pela sociedade. Outra, era a faixa etária dos integrantes da reunião, cuja média não era inferior a 50 anos. “Dentro de cinco anos, muitos deles poderão não ter mais fôlego para participar do Plebiscito”, resumia Lopes (31 dez. 1988, p. 119).

A jornalista ainda detectou outro problema na organização do chamado MMC: o desconhecimento de “quantos são ou mesmo quem são os simpatizantes da monarquia parlamentarista”. Uma pesquisa realizada pelo Ibope, divulgada pelo jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, em setembro de 1988, informava que, na capital sul-rio-grandense, 12% dos entrevistados eram favoráveis à monarquia. Destacou-se, no levantamento, a adesão de pessoas entre 25 e 39 anos à causa, perfil muito diferente dos membros reunidos no Rio de Janeiro. “E olha que nem começamos efetivamente nossa campanha”, comemorava Cunha Bueno, frente aos números (LOPES, 31 dez. 1988, p. 119).

Em janeiro de 1989, o semanário carioca conservou os monarquistas em destaque. No ensaio fotográfico atribuído a Gérard Rancinan, a revista salientou os destinos dos “reis sem trono”, isto é, soberanos e seus sucessores que sobreviveram à extinção de seus encargos reais. O Brasil foi representado na matéria por Dom Pedro Gastão, cujas “ligações europeias muito importantes” ganharam ênfase. A disputa com Dom Luiz foi recordada com menor intensidade, juntamente com as chances de restauração proporcionadas pelo futuro Plebiscito de 1993 (REIS..., 14 jan. 1989, p. 38).

Adiante, em 27 de maio de 1989, *Manchete* voltou a tratar o tema, em uma reportagem de Miriam Malina. A jornalista imprimiu logo no título da matéria, uma pergunta, no mínimo, curiosa: “A família real vai subir a rampa?”. Malina se referia à rampa do Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo no Brasil, que poderia ser transformado em um “Palácio Imperial”, diante da vitória dos monarquistas. A indagação veio acompanhada de uma foto de duas páginas de Dom Pedro Gastão, “tido por muitos como eventual rei do país”, e outros 11 familiares dele (MALINA, 27 maio 1989, p. 38-39).

Segundo Malina (27 maio 1989, p. 38), “no ano em que o Brasil comemora o Centenário da República, nasce um movimento para mudar a forma de governo”. Relembrando o Plebiscito marcado para setembro de 1993, a jornalista distinguiu que os monarquistas “começaram a se espalhar por todo o país” (MALINA, 27 maio 1989, p. 40). O texto de Miriam Malina não diferiu das abordagens de Marilda Varejão e Malu Lopes, especialmente no que concernia às imagens delegadas a Dom Pedro Gastão – responsável por manter “viva” a “tradição da monarquia” em Petrópolis – e a Dom Luiz – cuja lembrança mais forte era sua conexão à TFP.

A repórter delineou a atuação do Movimento Parlamentarista Monárquico (MPM), simpático a Gastão, e dos Círculos Monárquicos, apoiadores de Luiz. Embora divididos pela incerteza da sucessão, os grupos se alinhavam na compreensão de que “a República não deu certo” (MALINA, 27 maio 1989, p. 40). “Eles não são muitos, mas são convincentes”, atestava a jornalista, ao explicar que os monarquistas promoviam eventos, como a fundação do Círculo Monárquico de Petrópolis, solenidade que gerou a maior parte das fotos inéditas que ilustraram a matéria (MALINA, 27 maio 1989, p. 42).

Para a jornalista, a causa monárquica encontrava adeptos nos meios militares, caso do general Sebastião Ramos de Castro e dos coronéis Luiz Cláudio Guimarães D’Álamo Louzada e Luiz Edmundo Souza Mello. Também entre antigos colaboradores da ditadura militar, como Hélio Antônio Scarabôto, ex-embaixador, e Francisco de Paula da Rocha Lagoa, antigo ministro do governo Médici, o ideário obtinha boa aceitação. Todos se preocupavam com a “possibilidade de não penetração dos ideais da monarquia” junto ao povo (MALINA, 27 maio 1989, p. 42).

Apesar dessa característica, Clóvis Mendes de Moraes, presidente do Círculo Monárquico Princesa Isabel, de Queimados/RJ, “o primeiro a ser fundado no estado do Rio”, empenhava-se em demonstrar que “monarquia não se confunde com ideologias de esquerda ou direita, e que até comunistas podem se filiar à gente”. Com relação a isso, ele afirmou na

reportagem que seu grupo monarquista possuía em seus quadros, membros do PT e do PDT, sendo ele próprio eleitor de Leonel Brizola (MALINA, 27 maio 1989, p. 42).

Atento ao contexto eleitoral que se aproximava, Otto de Alencar Sá Pereira, presidente do Círculo Monárquico Dom Luiz de Orléans e Bragança, descrito como “um historiador de renome”, acreditava que, entre seus pares, a tendência para 1989 era votar em Fernando Collor de Mello para presidente. Mesmo assim, julgava que, “na monarquia constitucional, mesmo um metalúrgico poderá ser primeiro-ministro, sem ferir o orgulho das Forças Armadas”, referindo-se a Luiz Inácio Lula da Silva, outro candidato do pleito presidencial (MALINA, 27 maio 1989, p. 45).

Por fim, integrantes da família Orléans e Bragança foram novamente apresentados em suas particularidades, a exemplo de Dom João Henrique, o “Joãozinho”, “surfista e fotógrafo” que poderia “fazer o maior *lobby*” da monarquia “junto à juventude do país”. Reitera-se o uso, por Malina, dos termos “luizistas” e gastãozistas” para designar os apoiadores dos respectivos postulantes, alguns deles listados nominalmente no texto. O motivo da divisão do clã, a renúncia de Dom Pedro de Alcântara, também foi recordado. Pela primeira vez, *Manchete* não notabilizou Cunha Bueno, somente mencionado em uma citação de Dom Pedro Gastão, que via o pedessista como um aliado seu (MALINA, 27 maio 1989, p. 45).

Em edições seguintes, a reportagem de Miriam Malina ganhou pareceres de leitores do semanário carioca. Para Armando Lopes Rafael, de Juazeiro do Norte/CE, Dom Pedro Gastão, do Ramo de Petrópolis, não era “o chefe da Família Imperial Brasileira”, pois não restava “nenhuma dúvida” de que o patriarca era Dom Luiz. Ricardo Magno Laet, de Crato/CE, descartava a existência de uma “questão dinástica”, como sugerido na matéria, prestando reverências ao líder do Ramo de Vassouras (O LEITOR..., 17 jun. 1989, p. 97).

João Irisfrâncio Folim Santos, de Fortaleza/CE, reprovava o que chamava de manifestação “gastãozista” da revista da Bloch Editores. O leitor tomou por referência a obra do monarquista Armando Alexandre dos Santos para fundamentar sua posição, uma vez que o “autor prova, com documentos”, a renúncia do pai de Dom Pedro Gastão, em 1908 (O LEITOR..., 17 jun. 1989, p. 97). Em elogio à reportagem, *Manchete* publicou as opiniões de Jorge José Bittar, de José Bonifácio/SP, e de Lauro Rocha de Lima, de Aracaju/SE.

Bittar parabenizou a repórter por saber “captar com maestria, o momento histórico da inauguração do Círculo Monárquico de Petrópolis, sem esquecer de mencionar acerca do Movimento Parlamentarista Monárquico” (O LEITOR..., 1 jul. 1989, p. 85). Para Lima, Dom Pedro Gastão representava “o recomeço de uma era política no debate em prol da restauração monárquica”. “Nestes 100 anos de República, uma reflexão deverá ser feita por todos nós,

pois o país precisa encontrar um novo caminho para a consolidação do progresso e da democracia, o que não impede o retorno da monarquia”, refletia (O LEITOR..., 8 jul. 1989, p. 85).

Em 1990, poucas alusões aos movimentos monárquicos brasileiros foram impressas em *Manchete*. Uma das mais relevantes foi provocada pelo leitor Fenelon Ribeiro, presidente do Centro Monarquista de Minas Gerais, que dizia esperar pela expedição das regras eleitorais para o Plebiscito. Em sua manifestação, alegava que a omissão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o tema prejudicava a atividade monarquista. “Aguardamos ansiosos essa regulamentação, a fim de iniciarmos o trabalho de divulgação do sistema (sic) monarquista”, ponderava (O LEITOR..., 17 fev. 1990, p. 82).

O colunista Carlos Chagas, em uma de suas muitas análises sobre o Plebiscito e o parlamentarismo, recordou, outrossim, a necessidade de deliberação das formas de governo. “Noves fora alguns saudosistas e outros tantos malucos, não passa pela cabeça de ninguém que o Brasil possa voltar ao regime (sic) monárquico, ainda que constitucional”, asseverou o jornalista, em 25 de agosto de 1990. Para ele, a monarquia no Brasil seria “grotesca” e “perigosa”, configurando-se como um meio de “criar o privilégio para barbados e infantes viverem à custa do erário nacional em banquetes e palácios” (CHAGAS, 25 ago. 1990, p. 90).

Ainda no parecer do jornalista, “salvo engano muito grande, um rei, entre nós, seria motivo de riso e de chacota”. Chagas (25 ago. 1990, p. 90) desabonava comparações com os modelos empregados por países, como Inglaterra, Noruega e Suécia, devido a diferentes “fatores culturais”. Sobre a experiência espanhola, ele observava que, “anos atrás, o rei salvou a democracia ao fardar-se e ocupar uma cadeia de rádio e televisão, logo após a invasão das Cortes por um major doido”. Se algo similar ocorresse no Brasil, para o colunista, “Sua Alteza certamente ocuparia os vídeos junto com o Faustão ou o Bolinha⁸³” (CHAGAS, 25 ago. 1990, p. 90).

Em 1991, com a posse do novo Congresso, Chagas (2 mar. 1991, p. 95) evidenciou a busca de políticos pela antecipação do Plebiscito e da Revisão Constitucional, avaliando negativamente a proximidade do segundo expediente com a eleição presidencial de 1994. Conforme seu pensamento, a opção pelo parlamentarismo resultaria em uma mutação feita com “muito cuidado e zelo, mas sem grandes novidades”. Já a escolha da monarquia imporiam maior dificuldade aos políticos, frente às incertezas que envolviam a causa (CHAGAS, 2 mar. 1991, p. 95).

⁸³ Fausto Corrêa da Silva (1950-), o Faustão, e Édson Cabariti – ou Édson Cury –, o Bolinha (1936-1998), apresentadores de programas de auditório voltados ao entretenimento popular, na TV Globo e na TV Bandeirantes, respectivamente, em 1990.

Segundo o colunista, parecia “piada, brincadeira ou peraltice do Dr. Papanatas⁸⁴ e sua máquina do tempo”, a possibilidade de vitória da forma monárquica no Plebiscito. “Mas, garantir, ninguém garante”, salientava, ao perceber que, entre o eleitorado, o modelo teria chances de vencer, deixando o Congresso na situação delicada de “regulamentar a monarquia, o que levanta um monte de problemas”, como o desígnio do soberano (CHAGAS, 2 mar. 1991, p. 95). Chagas conjecturou sobre a situação, ofertando indagações irônicas.

Seria convocada a família dos Bragança, em nome do direito divino aposentado faz séculos? Optariam os parlamentares pela dissidência dos Diniz⁸⁵? Buscariam outras famílias conhecidas (cala-te boca)? Seriam abertas inscrições para rei do Brasil? Ou, democraticamente, seriam convocadas eleições diretas para a escolha do monarca? Seria permitido aos candidatos fazer campanha? “Vote em mim e ganhe uma sesmaria”. “Quem me ajudar receberá uma capitania hereditária”, “Meus eleitores serão feitos condes, duques e marqueses” (CHAGAS, 2 mar. 1991, p. 95).

Ainda em 1991, o colunista utilizou seu espaço para criticar a monarquia outras três vezes. Na primeira, avaliou a conduta de republicanos e presidencialistas, que “ainda se mantêm encolhidos, imaginando que apenas daqui a um ano terá chegado a hora de sua propaganda”. Simultaneamente, voltou a refletir sobre brechas e indefinições na letra da disposição transitória constitucional, entendendo como sumamente necessária, a formalização e a regulamentação do Plebiscito (CHAGAS, 1 jun. 1991, p. 92).

Em 10 e 17 de agosto de 1991, Carlos Chagas analisou as articulações peculiares à derrubada da monarquia em 1889, com uma linguagem romanceada, amplificando trivialidades (CHAGAS, 10 ago. 1991, p. 33). Em sua redação, elencou motivos para que o eleitor brasileiro não optasse pela forma de governo, na eleição de 1993. “Quem conseguiu perder o poder de forma tão infantil, será que o merece de volta?”, indagou o colunista, em demérito à postura de Dom Pedro II diante da deposição. A seguir, salientou que os monarquistas deveriam “preparar desde já sua bandeira”, para “evitarem vexames” na primeira tentativa de “restauração por meios pacíficos” (CHAGAS, 17 ago. 1991, p. 34).

Os textos de Chagas foram contestados por Cunha Bueno, em “O Leitor em *Manchete*”, de 7 de setembro de 1991. O deputado ressaltou que considerava a revista “um dos bastiões do pluralismo e da democracia”. Por esse motivo, perante as muitas críticas do colunista contra a monarquia e o parlamentarismo, ele solicitou maior espaço para promover sua causa, sugerindo os nomes dos ex-embaixadores Pío Corrêa e Meira Penna e do professor

⁸⁴ Dr. Elbert Wonmug, conhecido no Brasil como Professor Papanatas, é um personagem de histórias em quadrinhos do segmento Brucutu (Alley Oop). No enredo, possuía e utilizava uma máquina do tempo.

⁸⁵ Família multimilionária liderada por Abílio dos Santos Diniz (1936-), administrador de empresas.

João de Scantimburgo como habilitados a defender a monarquia nas páginas do semanário carioca (O LEITOR..., 7 set. 1991, p. 96).

Sobre a reclamação do deputado, *Manchete* afirmou disponibilizar frequentemente “espaço às questões monárquicas”, tratadas, inclusive, naquela edição, que contemplou uma entrevista com Isabelle D’Orléans-Bragance⁸⁶, irmã de Dom Pedro Gastão, detentora do título simbólico de Condessa de Paris, em razão de seu casamento (O LEITOR..., 7 set. 1991, p. 96). Se superados conflitos sucessórios semelhantes aos da família brasileira, Isabelle poderia se tornar rainha consorte, caso a monarquia fosse restaurada naquele país (BLOCH, 7 set, 1991, p. 46-49).

A matéria, intitulada “Monarquia Já!”, creditada a Arnaldo Bloch, correspondente da revista em Paris, despontava o desejo da senhora de 80 anos em lançar seu irmão, Dom Pedro Gastão, como candidato ao trono do Brasil, apesar da dificuldade estabelecida pela renúncia de seu pai. Pormenorizando a vida pessoal de Isabelle no país europeu, a reportagem enfatizou que os integrantes da família não apenas buscavam a restauração do trono brasileiro como a “volta da monarquia à França”, algo que parecia “mais longínquo, face à linha dura imposta pelo atual governo francês” (BLOCH, 7 set, 1991, p. 48).

Otimista pela eleição plebiscitária prevista para 1993, Isabelle se revelava afinada com o discurso dos monarquistas brasileiros. Para *Manchete*, ela declarou que “um bom governo, amparado pelo atavismo e a experiência de uma família real de qualidade, é um governo com grandes chances de funcionar”. Em suas falas, conferia à monarquia, o caráter de um “perfeito suporte para qualquer esforço na direção da restauração da ordem e da moral de um país”, oferecendo alternativas às “mazelas da corrupção e do desmando” inerentes a “tantas nações” (BLOCH, 7 set, 1991, p. 48).

Em “Posto de Escuta”, Murilo Melo Filho (4 maio 1991, p. 108) publicou uma nota sobre os movimentos monárquicos brasileiros em 1991, expondo uma frase de Dom Pedro Gastão, entendido pelo jornalista como “candidato a rei do Brasil, se a monarquia for aprovada no Plebiscito de 1993”. Conforme o neto da Princesa Isabel, “a República tem muito mais marajás do que o Império tinha marqueses, viscondes, condes e duques” (MELO FILHO, 4 maio 1991, p. 108). O termo “marajá” se associava ao presidente Fernando Collor, que assim chamava funcionários públicos, cujos rendimentos eram considerados muito elevados, portanto, incompatíveis com suas funções (FICO, 2016, p. 116).

Também naquele ano, em março, o jornalista Cláudio Accioli produziu uma reportagem, retratando o “império do *marketing*”, ou seja, as campanhas publicitárias

⁸⁶ Isabel Maria de Orléans e Bragança (1911-2003), irmã mais velha de Dom Pedro Gastão. Nascida na França, utilizava seu nome de maneira afrancesada, sendo conhecida como Isabelle D’Orléans-Bragance.

monarquistas voltadas ao Plebiscito, que já estavam “nas ruas”, dois anos antes da data prevista para a votação. “Caia na real, monarquia é o ideal”, dizia um dos *slogans* percebidos pelo repórter como parte da estratégia daqueles que visavam “convencer seus patrícios a voltar a consumir Império no lugar de República” (ACCIOLI, 30 mar. 1991, p. 36).

A reportagem ocupou sete páginas. As duas primeiras foram ilustradas por uma foto do trono de Dom Pedro I e Dom Pedro II, conservado pelo Museu Imperial de Petrópolis. As preocupações monarquistas do período, especialmente conexas à controvérsia sobre quem assumiria o cargo de rei, foram novamente expostas, sob as mesmas variáveis outrora discutidas por Varejão, Lopes e Malina. “No livre mercado dos imperiáveis (sic), há quem defenda até que qualquer cidadão possa ir para o trono”, ponderou Accioli (30 mar. 1991, p. 36), sobre a “polêmica” que envolvia o assunto.

Na sequência, a reportagem dedicou outras duas páginas para um “álbum de família”, com 11 fotografias de integrantes do clã Orléans e Bragança, interpretados como “personalidades que podem subir ao trono brasileiro”. Algumas das imagens já haviam sido publicadas pela revista, em matérias previamente analisadas nesse trabalho. As legendas caracterizaram feitos pessoais e profissionais dos mencionados, conectando-os aos “luizistas” ou aos “gastãozistas” ou ainda à divisão da família em ramos – Petrópolis e Vassouras (ACCIOLI, 30 mar. 1991, p. 36-42).

Cinco homens apareceram sozinhos nas imagens, enquanto outros cinco foram acompanhados por seu núcleo familiar imediato – esposa e filhos. Dom Luiz e Dom Bertrand se mostraram isolados, em postura formal que realçou a semelhança física entre ambos. Segundo a matéria, eles eram entendidos por “uma facção dos que pregam a restauração da monarquia” como “os legítimos herdeiros do trono brasileiro”. Dom Pedro Gastão, “símbolo dos monarquistas que defendem a instauração do Império do Brasil”, posou para a fotografia ao lado de itens referentes ao Império, como um retrato de Dom Pedro I e um busto de Dom Pedro II (ACCIOLI, 30 mar. 1991, p. 37-38).

Diferenças entre Dom Luiz e Dom Pedro Gastão foram examinadas em dois boxes, ao final da reportagem. No primeiro deles, Dom Luiz reconheceu sua filiação à TFP, exaltando sua repulsa contra a política soviética. Embora opositor da atuação das esquerdas no Brasil, ele negava que, de posse do trono, professaria um “conservadorismo exagerado”. Já Dom Pedro Gastão, cuja origem francesa se justificava pelo antigo banimento de sua família, solicitava na Justiça brasileira, a retomada de propriedades de seus antepassados, como palácios expropriados pelos republicanos após a Proclamação. A luta judicial não impedia o

contato dele com políticos, como o ex-governador Moreira Franco, que chegou a se reunir com Gastão, após a reforma de um desses palácios (ACCIOLI, 30 mar. 1991, p. 41-42).

Com base nos conflitos internos entre monarquistas, o repórter resgatou a pergunta que incomodava aos apoiadores do ideário no país. “Caso aprovada no Plebiscito, a monarquia será instaurada ou restaurada no Brasil?”. O jornalista classificou como “instauracionistas” aqueles que não consideravam a nova forma monárquica como “uma continuação da antiga”. Para eles, Dom Pedro Gastão poderia ser livremente empossado como rei, diante do descompromisso com os ritos e direitos defendidos pelos “restauracionistas”, que não abriam mão de ver Dom Luiz como soberano (ACCIOLI, 30 mar. 1991, p. 40).

De acordo com Accioli (30 mar. 1991, p. 41), Cunha Bueno, o publicitário Caio Domingues e o Movimento Parlamentarista Monárquico possuíam uma inclinação pela tese “instauracionista”. Domingues era o principal envolvido na confecção das mais influentes peças publicitárias favoráveis à monarquia, que ganhavam a chancela do MPM, entidade que, segundo o jornalista, reunia 35 mil membros em todo o Brasil. A mais preponderante atividade do grupo era a promoção de “palestras e conferências em escolas e universidades”. No contexto, a associação também preparava o lançamento de um jornal, que receberia a denominação de *Cara & Coroa* (ACCIOLI, 30 mar. 1991, p. 41).

A ideia “restauracionista” se amparava em outras duas organizações: a Juventude Monárquica do Brasil (JMB) e os Círculos Monárquicos. A primeira, conforme a matéria, foi fundada oficialmente em novembro de 1988, contando em 1991 com 6.500 filiados ou simpatizantes, presididos pelo advogado José Guilherme Beccari. A principal atividade do grupo consistia no envio de correspondências, contendo “chaveiros, distintivos, agendas e postais com a foto de Dom Luiz de Orléans e Bragança”. Igualmente, era encaminhado por via postal, um folheto intitulado “1993 – Você decidirá”, dotado de “oito páginas datilografadas”, em tiragem de 100 mil exemplares. O conteúdo exacerbava qualidades do período imperial, com ênfase à área econômica (ACCIOLI, 30 mar. 1991, p. 41).

Na visão de Accioli (30 mar. 1991, p. 41), mesmo cindidos, os movimentos concordavam em dois aspectos: a opinião contrária à República e a não revelação dos custos da publicidade. “Os eleitores, após terem sido atingidos por um simples folheto ou uma foto dos príncipes (Dom Luiz e seu irmão, Dom Bertrand), se transformam em propagandistas dessa ideia”, afirmava Beccari, animado quanto aos efeitos das ações agenciadas pelo grupo de jovens. A reportagem ainda retomou pontos, como a extinção da cláusula pétrea e a determinação do Plebiscito, medidas angariadas por Cunha Bueno, que demonstrava confiança na vitória da causa (ACCIOLI, 30 mar. 1991, p. 41).

O repórter de *Manchete* frisou uma dificuldade permanente dos monarquistas: a quantificação de seus pares. Para ter uma “ideia aproximada” de quantos eram os defensores da forma de governo monárquica no país, Accioli recorreu a uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, tornada pública em janeiro de 1989. O levantamento – em que foram consultadas 5.410 pessoas, maiores de 16 anos, em dez capitais – acusou que 60% dos entrevistados optaria pela manutenção da República, enquanto 21% aceitaria tentar a mudança para a monarquia (ACCIOLI, 30 mar. 1991, p. 42). Entre o percentual que acolhia a forma monárquica, a preferência sobre quem deveria ser o rei se dividia, a partir dos dados:

Tabela 1 – Nomes interpretados pelos entrevistados pelo Datafolha, em janeiro de 1989, como possíveis candidatos a rei, segundo *Manchete* (ACCIOLI, 30 mar. 1991, p. 42).

<i>Nome sugerido</i>	<i>Percentual</i>
Integrantes da família imperial	6%
Leonel Brizola	6%
Silvio Santos	5%
Edson Arantes do Nascimento, o Pelé	3%
O próprio entrevistado ou um parente deste	3%
Luiz Inácio Lula da Silva	2%
Paulo Maluf	2%
Antônio Ermírio de Moraes	1%
Fernando Collor de Mello	1%
Mário Covas	1%
Tancredo Neves	1%

Os números acima detalhados foram interpretados por Accioli (30 mar. 1991, p. 42) como a grande surpresa do levantamento, pela admissão de outras figuras da política ou do entretenimento como eventuais soberanos. Até mesmo o nome de Tancredo Neves, falecido quatro anos antes da pesquisa, foi mencionado pelos entrevistados. De acordo com o jornalista, “com olhos otimistas”, os monarquistas viam nos 21% “uma boa marca para quem ficou 100 anos impedido de exercitar seu *marketing* e creem piamente em suas chances de crescimento político até o Plebiscito” (ACCIOLI, 30 mar. 1991, p. 42).

No encerramento da reportagem, Caio Domingues assegurava que Cunha Bueno não era o único parlamentar simpatizante da forma monárquica. Entretanto, muitos tinham “receio” em serem “associados à monarquia”, pois “muitas pessoas desinformadas teimam em considerar” a forma de governo “uma coisa anacrônica, um recuo no tempo”. O publicitário salientou ainda, na matéria, que, em seu entendimento, “o brasileiro é um monarquista e não sabe”, ao vincular “todas as coisas que julga boas à monarquia” (ACCIOLI, 30 mar. 1991, p. 42).

Nas semanas seguintes, sobre as reflexões e exposições de Accioli sobre o tema, leitores da revista manifestaram seus pareceres. Para Maria Carmem M. Alves, de Salvador/BA, um retorno do Brasil à monarquia era algo inconveniente, uma “ideia retrógrada”. “Nem bem os monarquistas aparecem e já estão divididos entre gastãozistas e parlamentaristas monárquicos”, enfatizava. “Se é para ficar dividido, continuo entre o PDT e o PT”, finalizava, descrente da aplicação da forma no Brasil. “Monarquia, só na Inglaterra – que tem mil anos de democracia”, determinava (O LEITOR..., 13 abr. 1991, p. 94).

Valdinar Monteiro de Souza, de Xinguara/PA, relatava sua “convicção” de que a monarquia constitucional e o parlamentarismo eram “a forma e o sistema de governo próprios para o Brasil”. O leitor também discordava da tese de instauração, primando pela restauração, que, a seu ver, reverteria “o primeiro de uma série de abomináveis golpes por que tem passado o Brasil” (O LEITOR..., 11 maio 1991, p. 72). Anselmo Aurélio Gomes de Vellasco, de Curvelo/MG, concordava com essa opinião, ao crer que “a República não deu certo no Brasil”. “A monarquia é mais pura e democrática do que isto que aqui está. Nada salvará a República”, assegurava (O LEITOR..., 15 jun. 1991, p. 61).

Paulo Santos Rodrigues, de Marabá/PA, acreditava ser “evidente” que a monarquia era o “ideal para o Brasil” (O LEITOR..., 18 maio 1991, p. 67). O professor Luiz Nahum, de Belo Horizonte/MG, demonstrava sua oposição à tese da escolha do rei pelo Congresso. “Vencedora a monarquia em 1993, os vitoriosos acompanharão o imperador Dom Luiz I até o primeiro degrau do trono”, conjeturava, recordando a renúncia de Dom Pedro de Alcântara, que tirou de seus descendentes “o direito de sucessão” (O LEITOR..., 25 maio 1991, p. 82).

O interesse de *Manchete* pelas apresentações monárquicas nacionais e internacionais levou o leitor Augusto César Tupinambá, de Vitória/ES, a criticar a linha editorial da revista. Segundo ele, o destaque para os temas era “um prato cheio para os defensores da monarquia no Plebiscito de 1993”. “Se *Manchete* quer o bem do Brasil, não pode, de forma alguma enaltecer um regime (sic) nobiliárquico. Parlamentarismo, sim! Reis e rainhas, jamais!”, concluía (O LEITOR..., 1 jun. 1991, p. 103).

Entre 1988 e 1991, os movimentos monarquistas não foram caracterizados por suas reivindicações políticas em *Veja*, que se mostrou mais interessada em observar os anos em que o Brasil foi um Império. Em 11 de dezembro de 1991, Élio Gaspari, em sua coluna, designou Dom Pedro II como o “rei do atraso”, desmerecendo o antigo imperador, falecido há exatos 100 anos. “À sombra de sua figura paternal lembraram-se os escrúpulos administrativos, paciência e austeridade com que reinou por quase meio século”, destacava, reprovando escolhas do monarca (GASPARI, 11 dez. 1991, p. 41).

O jornalista ajuizava que Dom Pedro II era contraditório, pois

Tinha obsessão pelo equilíbrio orçamentário e matou a pauladas iniciativas industriais que à época faziam a prosperidade dos Estados Unidos. Contava os centavos da despesa pública e reinava numa corte onde as grandes fortunas eram feitas com o contrabando de escravos. Fazia questão de carregar sua própria mala, mas prorrogava a existência de uma sociedade onde trabalhar era falta de educação. Sua grande obra: fez do Brasil a última nação independente do mundo a abolir a escravidão (GASPARI, 11 dez. 1991, p. 41).

Para Gaspari (11 dez. 1991, p. 41), Dom Pedro II era o símbolo de um poder político exercido em uma “natureza retrógrada, antissocial e dissimulada”, sendo dono de um “medíocre perfil”. “Reinou por 49 anos sem que tenha deixado um acervo de ideias”, denunciava o jornalista. No texto, ele ainda descrevia a imperatriz Teresa Cristina, esposa do monarca, como “uma bondosa senhora tão feia, mirrada e manca”. O jornalista condenava, não apenas o ideário monárquico, como seus defensores e sua aplicação no Brasil (GASPARI, 11 dez. 1991, p. 41).

A omissão de “aspectos positivos”, não registrados por Gaspari, aborreceu leitores de *Veja*. Para Wanderley Manso de Almeida, de Brasília/DF, era preciso rememorar a força da Marinha Mercante brasileira nos tempos do imperador. “Ademais, escravocrata não era o Império e sim, a sociedade brasileira”, compreendia. Julião Florentino Wanderley Lins, de Recife/PE, elogiou a “moeda nacional estável” do Império, mesmo após a “devastadora guerra com o Paraguai”. Maria Cláudia Afonso, do Rio de Janeiro/RJ, salientou que Gaspari levou o público a pensar “que Dom Pedro II não se preocupava com a questão social e retardou a abolição da escravidão”. A seu ver, tanto o imperador, como sua filha, Isabel, tinham “boas ideias sobre as reformas necessárias no Brasil” (CARTAS, 1 jan. 1992, p. 14).

Os Orléans e Bragança da contemporaneidade viraram notícia em *Veja* por atividades relacionadas à alta sociedade e aos cerimoniais de sua tradição, geralmente apartados da política. Em 29 de agosto de 1990, sobre o batizado de Maria Beatriz, filha de Dom Alberto e Maritza, do Ramo de Vassouras, uma nota na seção “Radar” afirmou que a família imperial era “uma ficção na centenária República do Brasil”, pensamento comum entre republicanos, que contrariava monarquistas (UMA AFILHADA..., 29 ago. 1990, p. 59).

A nota também ressaltou a idade e a origem imperial das vestimentas e apetrechos utilizados pela criança no rito religioso, como “uma camisola que traz o brasão do Império do Brasil, símbolo de poder e glória de tantas gerações reais” (UMA AFILHADA..., 29 ago. 1990, p. 59). Irônico, o texto incomodou ao leitor Armando Lopes Rafael, de Juazeiro do Norte/CE, que reprovou o uso da palavra “fictícia” para designar a família, condenando a

política praticada no Brasil durante a forma republicana, que, para ele, seria deposta pela vontade das urnas no Plebiscito de 1993 (CARTAS, 26 set. 1990, p. 11).

Na mesma edição em que Gaspari criticou Dom Pedro II, em 11 de dezembro de 1991, Ancelmo Gois analisou uma fala de Dom Bertrand em que ele afirmava receber dinheiro das casas reais da Bélgica, Espanha e Holanda para promover a monarquia, com olhos na campanha de 1993. O irmão de Dom Luiz foi lembrado por sua filiação à TFP e por ser um “inimigo da ala pretensamente social-democrata da família imperial” (GOIS, 11 dez. 1991, p. 43).

Gois foi contestado, semanas depois, por José Luís Crespo, embaixador da Espanha no Brasil, que negava o financiamento da Casa espanhola aos monarquistas brasileiros. Segundo ele, a realeza daquele país estava atenta à “mais estrita neutralidade nos assuntos que incumbem a outras nações”, não apoiando “nem direta, nem indiretamente nenhuma opção para o Brasil”. *Veja* respondeu que as declarações foram feitas pelo próprio Dom Bertrand, em um jantar realizado em Fortaleza/CE, na casa do empresário José Macedo, “diante de várias pessoas” (CARTAS, 25 dez. 1991, p. 10).

A partir de 1992, *Veja* impetrou maior cobertura aos monarquistas, em estilo mais político, sem deixar de enfatizar outros acontecimentos de cunho social. Em entrevista, o ministro da Justiça, Célio Borja, empossado em abril daquele ano, informava acreditar que as formas e os sistemas de governo deveriam ser discutidos “em separado”. O governista justificou sua preferência pela forma monárquica: “Sou monarquista porque conheço a História do Brasil e sei o que o país perdeu com a Proclamação da República” (BORJA, 8 abr. 1992, p. 10).

Para Borja (8 abr. 1992, p. 10), o segundo reinado “foi um período extraordinariamente fecundo em todas as formas de progresso”. “Eu nunca estaria entre os republicanos em 15 de novembro de 1889. Mas na campanha pela mudança de regime (sic) de governo estarei neutro. Não quero entrar nessa polêmica”, finalizava, temendo que “essa discussão” fosse “levada apenas para um lado folclórico”, evadindo-se de perguntas. “Como sou ministro, minha participação no debate causaria problemas”, sintetizou o novo integrante da administração nacional (BORJA, 8 abr. 1992, p. 10).

Em junho de 1992, as revistas noticiaram o resgate de Pedro Thiago, filho de Dom Pedro Carlos – portanto, neto de Dom Pedro Gastão –, sequestrado em maio, em Petrópolis. Enquanto *Veja* reiterou trivialidades sobre a criança, salientando sua “vida comum” e sua pouca afeição aos estudos, recordando também que a principal renda de seus familiares era a enfiteuse (DRAMA..., 3 jun. 1992, p. 33), *Manchete* imprimiu um parecer positivo sobre o

caráter do menino. O jornalista Marcelo Siqueira Campos (6 jun. 1992, p. 97) frisou que o “pequeno príncipe” era “muito estimado por funcionários e alunos” do Colégio Ipiranga, onde estudava, sendo considerado “um bom aluno, educado, simpático e simples”.

O leitor Fernando Lopes de Almeida Soares, de Belo Horizonte/MG, contrariou, semanas mais tarde, os dados expostos pela reportagem de Campos. Para ele, o sequestro vinha sendo utilizado pelo Ramo de Petrópolis como um artifício para promover aquele círculo familiar, criando “uma cortina de fumaça” sobre os direitos de Dom Luiz (O LEITOR..., 20 jun. 1992, p. 75) – os quais tornaria a defender adiante, em outra intervenção na seção destinada aos leitores de *Manchete* (O LEITOR..., 3 out. 1992, p. 33). Ao ramo familiar liderado por Gastão, restaria unicamente, na visão de Soares, a reivindicação do trono francês (O LEITOR..., 20 jun. 1992, p. 75).

Nova referência sobre a monarquia surgiu em uma matéria do semanário carioca sobre a vida de moradores dos centros de São Paulo e do Rio de Janeiro, locais “redescobertos” como possibilidades residenciais. Um dos entrevistados, o deputado Cunha Bueno, um “monarquista ferrenho”, enfrentava uma “situação pitoresca”, motivada por uma “ironia imobiliária”: sua residência se situava nas proximidades da Praça da República, na capital paulista. Segundo o parlamentar, o logradouro representava a “síntese da degeneração do Brasil, com trombadinhas, assaltantes, migrantes, desempregados, etc.”, fazendo-o lembrar das “virtudes da monarquia” (POMPEU; CAMPOS, 4 abr. 1992, p. 73).

Manchete reproduziu, em abril de 1992, fotografias de um ensaio feito com Dom Pedro Gastão e Dom Luiz para a revista francesa *Paris Match*. As fotos em proeminência colocavam os dois, lado a lado, em cenários com motivos imperiais. Intitulada “Dois imperadores para o trono do Brasil”, a matéria observou a proximidade do Plebiscito, no momento em que a data de 21 de abril de 1993 encontrou aceitação entre os congressistas brasileiros (DOIS..., 4 abr. 1992, p. 28-29).

O texto junto às imagens aparenta ter sido produzido com base na reportagem original do semanário parisiense. “Num clima de total franqueza, os postulantes ao trono confiaram suas mais íntimas reflexões e esperanças num futuro Brasil imperial”, criticando “os problemas que assolam a República” (DOIS..., 4 abr. 1992, p. 29). Outras duas fotografias ilustraram os escritos. Em uma delas, Dom Luiz aparecia sozinho, sem Dom Bertrand em sua companhia, como habitualmente acontecia. Na outra, Dom Pedro Gastão posava junto à esposa, Esperanza de Bourbon-Duas Sicílias.

Em Petrópolis, Dom Pedro Gastão contestou o teor democrático da Constituição, associando a ela a desigualdade social, a crise econômica e a descrença do povo nos

governantes, fatores que haviam tornado os brasileiros “soturnos”. De igual modo, proferiu elogios ao Império, sinalizado por ele como o “período político mais estável do Brasil”, responsável, sob seu olhar, por “duas coisas importantes: a independência e a abolição da escravatura. Duas medidas revolucionárias”. Gastão também enalteceu a monarquia espanhola, tratando-a como um exemplo a ser seguido pelo Brasil (DOIS..., 4 abr. 1992, p. 30).

Em São Paulo, Dom Luiz direcionou duras críticas à cláusula pétrea derrubada em 1988, solicitando união aos monarquistas. A redação superestimou o papel de Dom Luiz na queda da legislação proibitiva e na formalização do Plebiscito, ignorando as articulações de Cunha Bueno na Constituinte. “Não é momento de disputas familiares, mas de eficiência”, refletia Luiz, esperando contar com o voto e o engajamento eleitoral dos “decepcionados da democracia”, em um momento em que Fernando Collor enfrentava severas turbulências em seu governo (DOIS..., 4 abr. 1992, p. 30).

O líder do Ramo de Vassouras comemorava índices de pesquisas, que, segundo ele, mostravam a ascensão do ideário monárquico na preferência popular, sobretudo, em favelas cariocas, onde a forma de governo chegava a ser aceita por 70% dos entrevistados de uma sondagem realizada em 1991. “O povo brasileiro não esqueceu seus príncipes”, finalizava. Apesar da rivalidade que lhes foi imposta, diferentemente do que costumava ser propagado, os dois aspirantes externaram, na matéria, muitas semelhanças em seus pensamentos (DOIS..., 4 abr. 1992, p. 30).

Uma nota publicada em 8 de agosto de 1992, em *Manchete*, informou que Cunha Bueno estava “cada vez mais convicto” da pertinência do retorno da monarquia ao Brasil, expondo toda sua certeza de que “a República não funciona” e “o presidencialismo está falido”, conceitos comprovados, segundo o parlamentar, pela instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investigava as denúncias contra o presidente Fernando Collor de Mello e seu antigo chefe de campanha, PC Farias (QUEM..., 8 ago. 1992, p. 68).

A falta de entendimento sobre “quem vai para o trono”, no entanto, fez Cunha Bueno desistir de conciliações em torno da questão, evadindo-se ele próprio de um concreto parecer. “Sou seguidor da casa de Bragança”, afiançava. O deputado federal participava de programas na Rádio Monarquia, gerada a partir de uma frequência alugada em Brasília/DF (QUEM..., 8 ago. 1992, p. 68). A foto que ilustrou a notícia mostrou o parlamentar nas dependências da emissora, em frente a uma representação do brasão imperial. O ângulo da imagem sugere que Cunha Bueno está com uma coroa na cabeça, como se vê a seguir:



Figura 6 – Cunha Bueno nos estúdios da Rádio Monarquia (QUEM..., 8 ago. 1992, p. 68).

Mais convicta que Cunha Bueno sobre a sucessão real, emergiu novamente às páginas de *Manchete* a Juventude Monárquica do Brasil. Segundo reportagem de Mauro Silveira (5 set. 1992, p. 62), ilustrada com fotografias de Vic Parisi, a JMB contava em 1992 com 300 mil simpatizantes em todo o Brasil, um número consideravelmente maior do que o exposto na mesma revista, um ano antes, pelo repórter Cláudio Accioli: 6.500 (ACCIOLI, 30 mar. 1991, p. 41). Ao defender a dinastia, entendendo-a como “fundamental”, o movimento de monarquistas jovens apoiava a candidatura real de Dom Luiz (SILVEIRA, 5 set. 1992, p. 62).

O advogado José Guilherme Beccari, 37 anos, seguia presidindo a agremiação. “O Brasil será uma grande potência quando a monarquia voltar a reinar”, declarou o líder monarquista, fotografado junto a cerca de outros 25 membros do grupo. “Por ironia, a causa que defendem só será decidida através do voto, no plebiscito do próximo ano para escolha de um novo tipo de governo”, informava o repórter, ao contrapor monarquia e eleições (SILVEIRA, 5 set. 1992, p. 62).

O jornalista ponderava como uma surpresa, o “comportamento heterogêneo” das moças e dos rapazes da JMB, “pois, ao mesmo tempo em que gostam de *rock*, *heavy metal* e de sair em turmas como todos os jovens, eles se tratam por senhor e senhora e em geral não concordam com sexo antes do casamento” (SILVEIRA, 5 set. 1992, p. 65). “Nos últimos meses, os jovens monarquistas ganharam as ruas para valer, distribuindo folhetos, desfilando com a bandeira do Império e vestindo camisetas com o brasão da Casa Imperial” (SILVEIRA, 5 set. 1992, p. 64).

A reportagem tomou depoimentos de membros da JMB sobre experiências vividas por eles, em razão de suas participações no grupo. Gianpiero Gasparini, acadêmico de Direito, relatou que seus colegas inicialmente “não entendiam como é que um jovem pode apoiar a monarquia”. Por isso, ele teve que enfrentar “situações pouco amistosas”, logo superadas pela “diplomacia” de seus atos. “Expliquei as propostas da monarquia e que não se trata simplesmente de trocar um presidente por um rei”, explanava Gasparini (SILVEIRA, 5 set. 1992, p. 64).

As irmãs gêmeas, Maria Fernanda e Maria Cláudia Colasuonno, 18 anos, revelavam terem aderido ao movimento por influência do pai delas, o ex-prefeito do município de São Paulo, Miguel Colasuonno, após uma reunião dele com Dom Luiz e Dom Bertrand. “Nós ficamos impressionadas com os ideais deles”, enfatizavam. A visão afirmativa adquirida sobre o Brasil Imperial era motivo de empolgação para o casal Rodolfo Temperini, 23 anos, estudante de Economia, e Adriana Bianchi, 20 anos, aluna de Artes Plásticas, também inspirados pelos líderes do Ramo de Vassouras (SILVEIRA, 5 set. 1992, p. 64-65).

Para Beccari, o grupo estava organizado e tinha “certeza da vitória da causa no Plebiscito”. “Estes jovens empunham a bandeira verde-amarela para derrubar não só o presidente Collor, mas a própria República”, pontuou o jornalista de *Manchete*, ao lembrar a importância de movimentos juvenis, como os caras-pintadas, no cenário político de então. Os encontros da JMB se davam em uma “discreta casa na Zona Sul de São Paulo, decorada com quadros dos imperadores Pedro I e Pedro II, bandeiras do Império e vitrais com o brasão da Casa Imperial” (SILVEIRA, 5 set. 1992, p. 65). Os materiais de campanha propagados notabilizavam Dom Pedro II e Dom Luiz, sendo reproduzidos por *Manchete* na reportagem.



Figura 7 – Materiais de campanha propagados pela Juventude Monárquica do Brasil (JMB). Destaque para as fotografias de Dom Luiz (SILVEIRA, 5 set. 1992, p. 65).

De maneira paralela à JMB, atuava a Ação Monárquica Feminina, representada na matéria por sua presidenta, Marilene de Oliveira Queiroz. O grupo congregava 30 mulheres, que promoviam encontros às segundas-feiras, também em uma casa da Zona Sul da capital paulista. A líder auxiliava na organização dos jovens, ao controlar “a divulgação da causa”, visto que os interesses eram os mesmos. Queiroz almejava “mudar a imagem da mulher como figura decorativa durante o Império”. “Nós temos força e garra para lutar”, salientou a monarquista (SILVEIRA, 5 set. 1992, p. 65).

1992 chegou ao fim e os movimentos suprapartidários aguardavam ansiosamente o momento de se apresentarem em campanha oficial, motivo de intensa observação por *Manchete* e *Veja*, assunto para o próximo capítulo deste trabalho.

O PLEBISCITO DE 1993

Com Fernando Collor de Mello afastado definitivamente do poder presidencial, a imprensa finalmente começou a se voltar ao Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo, cada vez mais próximo. A eleição determinada pelos constituintes e antecipada pelos congressistas, no entanto, não foi o único tema a ocupar as páginas das revistas. Itamar Franco se tornou o novo presidente. Muitas perguntas buscavam respostas urgentes, particularmente no que se referia à economia, algo não muito diferente do contexto dos anos anteriores.

Quantitativamente, a análise apresentada no capítulo 4 examinou 19 edições de *Manchete* e 18 de *Veja*, publicadas entre janeiro e maio de 1993, fazendo-se referência, sempre que pertinente, a pontuais números anteriores ou posteriores. O recorte temporal englobou a ascensão, a efetivação e o arrefecimento das discussões a respeito de formas e sistemas de governo, direcionadas ao convencimento e ao esclarecimento popular. Uma série de indefinições, porém, turvou o debate, há tempos requisitado por parlamentaristas e monarquistas.

No subtítulo inicial, serão pormenorizados os primeiros passos que envolveram a projeção das campanhas, tendo em vista a regulamentação e, mais tarde, a concretização da votação. O teor do ideário debatido e a insatisfação dos semanários com as exposições das frentes se evidenciarão na segunda seção. A terceira parte do capítulo observará que a campanha monarquista ganhou interpretações para além do noticiário político. Por fim, os resultados do Plebiscito de 21 de abril encerrarão a unidade.

4.1 “O Plebiscito vem aí”: os primeiros encaminhamentos

Em 25 de agosto de 1992, apesar da oposição de organismos da sociedade civil e política, como a OAB e o PDT, e do descontentamento causado a alguns presidencialistas e monarquistas, o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo foi oficialmente transferido, de 7 de setembro para 21 de abril de 1993 (BIZ, 1993b, p. 69). O processo de deposição de Fernando Collor e a eleição municipal de outubro de 1992 fizeram, no entanto, com que, no segundo semestre daquele ano, os integrantes da Câmara e do Senado dividissem suas

atenções entre os tópicos, negligenciando-se uma pendência primordial: a regulamentação do Plebiscito.

Conforme Murilo Melo Filho (26 dez. 1992, p. 80), em *Manchete*, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o ministro Paulo Brossard, via com grande preocupação, o “atraso na aprovação, pelo Congresso”, da legislação voltada ao Plebiscito. O editor de “Posto de Escuta” lembrou em sua nota o caráter da eleição. “Nessa ocasião, o povo brasileiro será chamado a dizer se quer continuar com o presidencialismo ou voltar ao parlamentarismo e se deseja ficar com a república ou retornar à monarquia” (MELO FILHO, 26 dez. 1992, p. 80).

Para o jornalista, se não fosse possível regulamentar as campanhas até fevereiro, a realização do Plebiscito em abril seria comprometida, “por absoluta falta de tempo para prepará-lo condignamente” (MELO FILHO, 26 dez. 1992, p. 80). A premissa do adiamento era plenamente combatida por parlamentaristas, como Fernando Henrique Cardoso, recém nomeado ministro das Relações Exteriores. Para o tucano, qualquer conversa relativa não passava de “uma manobra” dos presidencialistas, “receosos de uma derrota” (MELO FILHO, 23 jan. 1993, p. 82).

Também no semanário da Bloch Editores, Carlos Chagas ressaltou avidamente suas inquietações sobre o assunto. Em uma reportagem de 2 de janeiro de 1993, o jornalista observava que o novo ano seria marcado pelas “dúvidas” e pelas “dívidas”, sendo a única certeza, a ausência de Collor no poder. Entre “problemas” e “soluções”, um dos principais acontecimentos políticos a ocorrer estava programado para 21 de abril: o Plebiscito (CHAGAS, 2 jan. 1993, p. 10).

Rememorando outras efemérides da data, ligada historicamente a Tiradentes e politicamente à morte de Tancredo Neves, em 1985, o jornalista desabonava a chance de êxito da causa monarquista. “Imaginar que venhamos de novo a ter um rei é piada”, salientou, conjecturando, porém, que seria “fascinante” poder escolher o soberano pelo voto, “opção melhor do que oferecer o trono aos Orléans e Bragança em luta fratricida”. “Afinal, em política, não há direito adquirido”, reiterou Chagas (2 jan. 1993, p. 10), em crítica aos descendentes da Princesa Isabel.

Trazendo novamente à tona dúvidas refletidas ao longo dos anos, Carlos Chagas (2 jan. 1993, p. 10) enfatizou que, para ele, “a verdadeira batalha” plebiscitária seria travada “entre o sistema parlamentarista e o presidencialismo vigente”. Sob sua leitura, há poucos meses do pleito, “sobre o qual pouco se sabe”, resoluções fundamentais ainda careciam de formalizações, algo que tendia a mudar, visto que o Congresso havia sido convocado a trabalhar em janeiro para resolver a regulamentação (CHAGAS, 2 jan. 1993, p. 10).

Ao repreender os parlamentaristas, Chagas (2 jan. 1993, p. 10-11) assinalou que

Os partidários do governo de gabinete estão devendo até agora um projeto definitivo. Não disseram o que querem, isto é, o tipo de parlamentarismo apropriado para nós. Um presidente sem nenhum poder, escolhido pelo Senado, como na Itália, ficando todas as decisões com o primeiro-ministro? Ou um presidente eleito pelo voto direto, como na França e em Portugal, aqui correndo o risco de entrar logo em choque com o primeiro-ministro indicado através de acordos e barganhas parlamentares? O parlamentarismo valerá para os estados e municípios ou só funcionará no plano federal? Nesse caso, o governador de São Paulo não valeria bem mais do que o primeiro-ministro? Teremos voto distrital? O Senado será extinto ou, no mínimo, perderá a maior parte de seus poderes?

Em meio a tantas questões, o jornalista reafirmou sua adesão ao presidencialismo, sistema que, se vencedor em abril, imporá, a seu ver, o prévio início da campanha presidencial de 1994 (CHAGAS, 2 jan. 1993, p. 10). O pensamento era compartilhado por políticos, como o deputado José Múcio Monteiro (PFL-PE), segundo noticiou Murilo Melo Filho (20 mar. 1993, p. 85), semanas mais tarde. Ainda sobre a disputa de 1993, Carlos Chagas (2 jan. 1993, p. 10) percebia outros pontos de discórdia.

Como serão as cédulas de votação? Qual o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão? Todos os 42 partidos com direito a funcionar participarão? De que forma? Se, por hipótese, o parlamentarismo for vitorioso, quando a Constituição será modificada? Na revisão prevista constitucionalmente para depois de outubro ou antes?

A fim de levantar respostas às interrogações, Chagas se utilizou duas vezes de “ficções políticas”, isto é, textos literários de sua autoria, para vislumbrar um futuro imaginário. Em 19 de dezembro de 1992, fantasiou sobre uma eventual absolvição de Collor, que o faria retornar ao poder como um monarca (CHAGAS, 19 dez. 1992, p. 22-23). Já em 6 de fevereiro de 1993, visualizou uma figurativa implantação do parlamentarismo, após o sistema vencer o Plebiscito. “O parlamentarismo acabará gerando, em 1994, o mesmo que em 1964: a ditadura”, concluía, lamentando que, em seu “exercício de imaginação política”, até o Urutu, veículo militar, se candidataria a primeiro-ministro e o Senado seria extinto (CHAGAS, 6 fev. 1993, p. 56-57).

O cronista Carlos Heitor Cony também empregou ficção para depreciar, em *Manchete*, o Plebiscito que se aproximava. Um diálogo personificado entre os anos de 1992 e 1993 mencionava a eleição. Ao cogitar a possibilidade de vitória da frente monarquista, “1993” citava a restauração da Coroa espanhola, concretizada com sucesso em 1975. Enquanto isso, “1992” se mostrava incrédulo. “Você está mesmo por fora... nem os quatro reis do baralho votarão na monarquia, a briga é pelo parlamentarismo e pelo presidencialismo”, opinava a etapa encerrada (CONY, 2 jan. 1993, p. 12).

Assim como *Manchete*, *Veja* também se valeu de espaços opinativos para expor seus pareceres sobre o contexto político. O proprietário da Editora Abril e fundador da revista, Roberto Civita, por exemplo, sopesando aquilo que ponderava ser o positivo e o negativo de 1992, empolgava-se, em texto publicado em 6 de janeiro de 1993, com a deposição de Collor. “Vivemos um glorioso ano político em que nossas instituições democráticas se somaram ao povo na rua para derrubar – dentro da letra e do espírito da lei – um presidente corrupto”, destacou o empresário (CIVITA, 6 jan. 1993, p. 78), que anos antes ajudou a construir a imagem do antigo mandatário (CAPA, 23 mar. 1988).

Civita (6 jan. 1993, p. 78) afirmou que o Brasil precisaria “continuar as mudanças” em 1993, listando problemas de ordem econômica a serem superados pelo governo Itamar Franco. O empresário elencou medidas que deveriam ser conservadas, instaladas ou aprimoradas, como, respectivamente, a liberdade de imprensa, a moralização da política e o aperfeiçoamento da legislação eleitoral, com vistas à regulamentação do financiamento de campanhas e do voto distrital (CIVITA, 6 jan. 1993, p. 78). Civita indicou sua preferência pelo mecanismo, sem citar formas ou sistemas de governo e, tampouco, o Plebiscito de 21 de abril.

Ainda no mês de janeiro, duas entrevistas das “Páginas Amarelas” destinaram seus focos à consulta eleitoral. Na primeira delas, o cientista político Leôncio Martins Rodrigues informou ao repórter Laurentino Gomes seu apoio ao presidencialismo, assegurando que o Plebiscito era um “mau negócio para os brasileiros”. Preocupado com a “consolidação da democracia” e com a “eficiência governamental”, Rodrigues entendia como “injusto” e “imoral”, o caráter impositivo de “caprichos mudancistas” na política brasileira a todo tempo (RODRIGUES, 6 jan. 1993, p. 9).

Além disso, manifestava o entendimento de que o presidencialismo “funcionou mais ou menos” no Brasil, porque o “ambiente não lhe foi muito favorável”. “Não é o presidencialismo que tem malogrado no Brasil e na América Latina. É a democracia”, garantia o acadêmico, recordando, do mesmo modo, a política praticada no país após 1946, quando “o sistema partidário estava adquirindo uma feição razoavelmente consistente”, algo interrompido pela ditadura militar. O entrevistado difundia ideias comuns entre presidencialistas, como a crença de que uma mudança programada em 1993 não se tornaria efetiva antes do ano 2000 (RODRIGUES, 6 jan. 1993, p. 10).

Apesar de declarar que defenderia a manutenção do parlamentarismo, caso o sistema tivesse sido implantado pelos constituintes em 1988, Leôncio Martins Rodrigues asseverava críticas ao modelo administrativo, àquela altura melhor aceito pela opinião pública. “No

Brasil, faltam partidos consistentes, condição vital para que o parlamentarismo funcione”, acreditava, julgando negativamente a fragmentação das agremiações, o personalismo característico da vida política e a ausência de uma “burocracia autônoma” que avalizasse a “governabilidade do país nas crises de gabinete” (RODRIGUES, 6 jan. 1993, p. 11).

Sobre os primeiros movimentos políticos, Rodrigues (6 jan. 1993, p. 11) notava a dificuldade no esclarecimento do eleitor, uma vez que faltavam informações sobre que “tipo de parlamentarismo se pretende implantar no Brasil”. O cientista político utilizou expressões, como “cheque em branco”, para determinar que as incertezas dos parlamentaristas levariam a decisões equivocadas no âmbito congressional, de maneira especial no que concernia a definições organizacionais próprias do sistema de gabinete, que poderia ser transmutado em um “sistema presidencialista híbrido”, a seu ver, “a pior solução” (RODRIGUES, 6 jan. 1993, p. 11).

Os problemas relatados por Rodrigues o identificavam com o discurso de Carlos Chagas, em *Manchete*, que se interessava em saber qual seria o papel do Senado dentro do sistema parlamentarista almejado pelos políticos, indagando-se sobre as atividades que caberiam à instituição. Temendo que as nuances da crise política interferissem na escolha popular, o cientista político via como um “desastre” o uso de um “parâmetro” análogo no Plebiscito, uma vez que o *impeachment* de Collor, para ele, exprimia o “vigor do presidencialismo”, e não seu desgaste (RODRIGUES, 6 jan. 1993, p. 11).

Esses e outros pontos foram explorados por Rodrigues em uma coletânea, lançada à época. No livro *Em Defesa do Presidencialismo*, da Editora Espaço e Tempo, em que assinou o artigo inicial, ele pormenorizou as razões de sua adesão ao presidencialismo, destacando os “riscos do parlamentarismo”, com base em exemplos internacionais. Entre esses riscos, estavam pontuais chances de agravamentos de fragilidades, com a possível destituição do governante ou dos componentes do Congresso, bem como a multiplicidade de modelos ofertada pela experiência administrativa, ao redor do mundo (RODRIGUES, 1993, p. 12).

Na obra, adiante recomendada por *Manchete* (MALTA, 3 abr. 1993, p. 72), ele elencou as vantagens e as desvantagens de cada um dos modelos governamentais, desconstruindo argumentos de corriqueira difusão entre os parlamentaristas, fundamentando-se nos pensamentos de outros acadêmicos que divergiam entre si sobre a prática ideal do modelo (RODRIGUES, 1993, p. 14). Paralelamente, lamentava a grande quantidade de ajustes pelos quais teria que passar a Constituição, para atender as prerrogativas do sistema de gabinete, se vencedor na eleição de abril (RODRIGUES, 1993, p. 13).

Ainda em 6 de janeiro de 1993, uma nota na seção “Gente” de *Veja* salientava a surpresa do redator com o posicionamento do economista Mário Henrique Simonsen, que “escancarou em sua coluna na revista *Exame*”, também da Editora Abril, “sua decepção com os compassos republicanos e sua preferência pela monarquia parlamentarista”. “O rei é a alternativa entre o presidente emasculado e o ditador potencial”, sustentava o economista, a quem *Veja* delegou numerosos predicados. Para Simonsen, um monarca seria “imune às tentações da corrupção”, pois não precisaria “disputar verbas eleitorais nem se comprometer com sindicatos ou grupos econômicos” (ACORDES..., 6 jan. 1993, p. 57).

Duas semanas mais tarde, em 20 de janeiro de 1993, uma entrevista com Simonsen, realizada por Marcos Sá Corrêa, foi veiculada no semanário paulistano. Novamente, foi observado o engajamento do ex-ministro dos governos ditatoriais de Geisel e Figueiredo ao ideário monárquico. “Na virada do ano, os monarquistas brasileiros ganharam uma coroa para usar, se não na cabeça, pelo menos no cérebro”, acreditava Corrêa, potencialmente elogioso à trajetória e ao intelecto do economista (SIMONSEN, 20 jan. 1993, p. 7).

A atitude de Simonsen em tomar partido em favor da monarquia auxiliava, segundo o jornalista, no fortalecimento do debate sobre formas de governo, que, até então, parecia “se esgueirar pela borda”, negligenciado pela ampla atenção prestada aos sistemas de governo. De tal modo, a campanha monarquista, para Corrêa, obteve chances de não “tropeçar no ridículo”. “Ganharam o aval de um singular economista brasileiro que, quando muda de assunto, não dá palpite de leigo, dá aulas”, ressaltou o jornalista de *Veja* (SIMONSEN, 20 jan. 1993, p. 7).

Evidenciando ceticismo sobre o teor dos conceitos endossados por Simonsen em *Exame*, Corrêa perguntou ao entrevistado se seu artigo relativo à monarquia deveria ser “lido ao pé da letra”. O economista respondeu que sim, embora ele mesmo estivesse convencido de que a forma monárquica não sairia vitoriosa do Plebiscito, visto por Simonsen como um tema de “maior importância” sobre o qual “praticamente ninguém está cuidando” (SIMONSEN, 20 jan. 1993, p. 7).

Contrário à “restauração de privilégios” e adepto do parlamentarismo, Mário Henrique Simonsen (20 jan. 1993, p. 7) se opunha à eleição direta para chefe de Estado, fator que o aproximou dos monarquistas. Crítico do presidencialismo, condenava a instabilidade dos mandatos dos líderes republicanos. “Fora Juscelino Kubitschek, que terminou o mandato, e os militares, só tem desgraça”, afiançava. “Nada como um monarca para representar com dignidade o Estado”, concluía Simonsen, voltando-se, doravante, a responder perguntas sobre a área econômica (SIMONSEN, 20 jan. 1993, p. 7).

No livro *Plebiscito: Como Votarei?*, lançado em 1993 pela José Olympio Editora, o economista amplificou suas reflexões, dizendo que sua posição pró-monarquia derivava de uma evolução ideológica. “Cheguei à opção monárquica a partir da opção parlamentarista, e não ao contrário”, frisava (SIMONSEN, 1993, p. 72). Em sua apreciação, desconstruía o juízo de que a monarquia era “uma instituição do passado”, assinalando essa crença como “um produto da falsa cultura histórica” (SIMONSEN, 1993, p. 73).

Simultaneamente, certificava seu apoio a uma “instauração”, e não a uma “restauração” monárquica, posto que essa forma de governo não poderia adotar nuances de sua experiência anterior – como a Constituição de 1824 –, tampouco ignorar a Proclamação da República. No entanto, ele era simpático ao desígnio de um rei descendente de Dom Pedro II, desde que o Congresso definisse os “critérios de escolha, sucessão e impedimento” do soberano (SIMONSEN, 1993, p. 73).

Marcos Sá Corrêa, em 27 de janeiro de 1993, se dispôs a analisar, em sua coluna, os primeiros movimentos conexos às campanhas – ainda não regulamentadas –, revelando suas debilidades. “Se os brasileiros não sabem o que é um sistema de governo, os promotores do Plebiscito fazem o possível para não explicar”, reprovava o colunista, percebendo que as “alas” responsáveis pelos conteúdos políticos já haviam esgotado “o estoque de nós na gramática e delírios cívicos”, antes reservados aos sambas-enredos carnavalescos (CORRÊA, 27 jan. 1993, p. 30).

Em seu texto, Corrêa (27 jan. 1993, p. 30) criticou os presidencialistas, por exporem publicamente um cartaz com erros ortográficos e expressões misóginas, enquanto os parlamentaristas divergiam sobre as mais básicas concepções, como a questão da eleição direta presidencial e a configuração do voto – distrital, proporcional ou misto. Concomitantemente, Cunha Bueno, segundo o colunista, queria “fantasiar a cédula” com símbolos, “porque a imagem de uma coroa supostamente ajudaria sua causa, talvez no quesito luxo” (CORRÊA, 27 jan. 1993, p. 30).

Na visão de Marcos Sá Corrêa, o Plebiscito não passava da escolha “entre um adjetivo e um substantivo”, pois, há poucas semanas do pleito, programas concretos não eram detalhados, nem discutidos. O eleitorado era menosprezado e tratado como um grupo de “analfabetos”, embora, segundo Corrêa, 60 milhões de cidadãos habilitados ao voto não possuíssem o “diploma de escolaridade mínima que a Constituição garante”, outro desagravo à eleição (CORRÊA, 27 jan. 1993, p. 30).

O leitor José Antônio de Oliveira Machado, de São Paulo/SP, não obstante, contestou em 3 de fevereiro de 1993, os apontamentos do colunista, defendendo o Movimento

Parlamentarista Monárquico, ao qual prestava serviços como assessor de imprensa. Para Machado, o jornalista de *Veja* era “injusto” em suas observações, “por ignorar as centenas de palestras” que Cunha Bueno vinha proferindo “em sindicatos, faculdades, associações de classe”. O MPM, de acordo com o assessor, também imprimia folhetos, peças publicitárias, livros e um jornal mensal “com tiragem de 70 mil exemplares”, aspectos que, para Machado, revelavam a eficiência da proposta comunicacional do grupo (CARTAS, 3 fev. 1993, p. 12).

Perante à inconstância e à falta de esclarecimento detectadas por Corrêa (27 jan. 1993, p. 30), o número de indecisos, segundo o jornalista, só fazia aumentar. Seu argumento se embasava em uma pesquisa Ibope, publicada na página seguinte, na seção “Radar”, de Ancelmo Gois. No gráfico, expõem-se sete levantamentos, realizados entre abril de 1991 e dezembro de 1992. As informações distinguem o número de indecisos frente à decadência do presidencialismo e à estabilidade numérica do parlamentarismo (GOIS, 27 jan. 1993, p. 31). Sistemas de governo foram novamente chamados de regime por *Veja*, no modo a seguir:



Figura 8 – “O avanço dos indecisos”: dados compilados de pesquisas Ibope sobre a preferência popular em torno dos sistemas de governo (GOIS, 27 jan. 1993, p. 31).

Uma breve reportagem, naquela mesma edição, informava que “boa parte das normas para o Plebiscito de 21 de abril” havia sido aprovada pelo Congresso. “O Senado resolveu que três condomínios de siglas vão comandar as campanhas da televisão, a monarquista, a presidencialista e a parlamentarista”, liberando-se também o financiamento privado. Cada empresa interessada em custear as frentes, segundo o texto, poderia abater 400 milhões de cruzeiros⁸⁷ no imposto de renda. Um documento a ser entregue ao TSE, em um prazo de até

⁸⁷ Valor equivalente a cerca de 26.757,82 dólares (data-base 27 jan. 1993).

90 dias após a conclusão do processo eleitoral, arrolaria os nomes dos financiadores (O XIS..., 27 jan. 1993, p. 28).

Outra importante definição dizia respeito à duração dos programas audiovisuais das frentes: cada campanha teria, de acordo com a determinação inicial, dez minutos à tarde e dez à noite, de 19 de fevereiro a 20 de abril, para expor suas ideias no rádio e na televisão. O modelo de cédula, porém, permanecia em aberto. Um padrão elaborado pelo Senado, avaliado por *Veja* como “exótico”, causava controvérsias. Nele, uma lista com três alternativas associava formas e sistemas – chamadas de maneira equivocada na redação, respectivamente, de regimes e formas (O XIS..., 27 jan. 1993, p. 28).

A tensão se justificava pela seguinte percepção:

Suponhamos que, em 21 de abril, 34% do eleitorado escolha a monarquia, 33% o presidencialismo e 32% o parlamentarismo. Nesse caso, embora 65% do eleitorado tenha apoiado a república, seja parlamentarista ou presidencialista, a monarquia é que terá saído vencedora (O XIS..., 27 jan. 1993, p. 28).

Conforme boatos reproduzidos pelo texto, líderes das campanhas estavam empenhados em solicitar o veto da cédula ao presidente Itamar Franco, fazendo com que o TSE desenvolvesse “um modelo mais racional”. Franco negava que estivesse envolvido em quaisquer articulações a respeito do tema, mas, segundo seus assessores, ele acataria a reprovação do polêmico padrão (O XIS..., 27 jan. 1993, p. 28).

Em 4 de fevereiro de 1993, Itamar Franco promulgou, por meio da lei nº 8.624, a regulamentação das normas fundamentais para a efetivação dos trabalhos eleitorais. Algumas das regras eram habituais às demais eleições – como a obrigatoriedade do voto para maiores de 18 anos, sendo facultativo para maiores de 70 anos, jovens entre 16 e 18 anos e analfabetos (BRASIL, 1993a). Outras eram vistas como novidade, como o financiamento oriundo de pessoas físicas ou jurídicas, limitado a 45 mil UFIRs⁸⁸, ao estilo antevisto por *Veja*.

Sob a justificativa de que a cédula estava em “desacordo com o dispositivo constitucional”, ao não explicar o que era forma e o que era sistema de governo na opção do eleitor, Itamar Franco vetou o modelo concebido no projeto. De acordo com a mensagem que compõe o veto, o parlamentarismo ganharia proeminência, ao conduzir a duas novas opções, enquanto o presidencialismo guiaria a um único voto. Em seu ponto de vista, o tempo de campanha seria demasiadamente curto e “a cédula deveria ser mais esclarecedora” (BRASIL, 1993b).

⁸⁸ UFIR significa Unidade Fiscal de Referência. Em fevereiro de 1993, 1 UFIR valia 9.597,03 cruzeiros. Em março do mesmo ano, devido à inflação, o valor era de 12.161,36 cruzeiros. Por sua vez, em abril, chegou a 15.318,45 cruzeiros.

Considerando a descrição proporcionada, a formatação original delineava as informações da maneira subsequente, destoando do entendimento previsto por *Veja* – e ignorado por *Manchete*:

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
PLEBISCITO

Marque com um (X) o sistema e a forma de governo de sua escolha

<input type="checkbox"/> PARLAMENTARISMO	<input type="checkbox"/> REPUBLICANO
	<input type="checkbox"/> MONARQUIA
<input type="checkbox"/> PRESIDENCIALISMO REPUBLICANO	

Figura 9 – Modelo de cédula vetado por Itamar Franco, conforme o *Jornal do Brasil* (ITAMAR..., 27 jan. 1993, p. 3).

De igual modo, a lei concedia tempo em rádio e televisão, “para divulgar, em rede nacional, a propaganda relativa ao Plebiscito”. Os programas alternariam suas exibições em rodízio de apresentação, sendo gerados gratuitamente pela Radiobrás. A legislação oferecia a possibilidade de as frentes optarem por divulgações regionais, alterarem os horários pré-determinados⁸⁹ ou fracionarem os blocos, desde que em comum acordo com as emissoras, as quais também poderiam descontar no imposto de renda, “o valor correspondente ao espaço utilizado” (BRASIL, 1993a).

A defesa dos ideários e a responsabilidade pela produção dos programas e dos materiais de campanha ficariam à cargo de três frentes parlamentares, vinculadas a “entidades representativas da sociedade civil” (BRASIL, 1993a), confirmando a disposição do Senado, destacada pelo semanário paulistano (*O XIS...*, 27 jan. 1993, p. 28). As frentes – denominadas oficialmente como “Parlamentarismo com República”, “Presidencialismo com República” e “Parlamentarismo com Monarquia” – deveriam formalizar estatutos e definir planos com características básicas, registrando-se junto à Mesa Diretora do Congresso Nacional (BRASIL, 1993a).

Nem bem as campanhas começavam a se estabelecer e Roberto Pompeu de Toledo (10 fev. 1993, p. 22) já as criticava. Para o colunista de *Veja*, “o plebiscito sobre o parlamentarismo” era o “embuste do ano”, tornando-se a “questão mais vã jamais apresentada

⁸⁹ Conforme a lei, os programas de rádio das frentes foram apresentados pela manhã, das 7h às 7h30min e à tarde, das 18h às 18h30. Já os espaços televisivos foram gerados à tarde, das 13h às 13h30min, e à noite, das 20h30 às 21h.

ao eleitor brasileiro”. Tanto o parlamentarismo como o presidencialismo foram referidos por ele no plural – ou seja, parlamentarismos e presidencialismos –, dadas as diferentes apresentações mundiais dos conceitos (TOLEDO, 10 fev. 1993, p. 22). As formas de governo foram ignoradas em sua redação.

Toledo (10 fev. 1993, p. 22) julgava que o povo desconhecia os pormenores dos sistemas. “Igualmente, ainda que com certo exagero, pode-se dizer que presidencialismo e parlamentarismo não existem”, afirmava o jornalista, ao crer que os modelos eram “fantasias acadêmicas”, voltadas a categorizar mecanismos “tão diversos como a vida no planeta e tão únicos, de país para país, como pode ser a experiência de vida de cada pessoa” (TOLEDO, 10 fev. 1993, p. 22).

Além de se configurarem como temas de difícil entendimento, sobre os quais “nem os especialistas se põem de acordo”, os sistemas de governo se tornaram, para os políticos, no parecer do colunista, alvos de maior atenção, sobrepondo-se a outras necessidades, percebidas por Toledo como prioritárias, mas tratadas como complementares pelos congressistas. Entre as discussões negligenciadas, segundo o jornalista, estavam o debate sobre a representação mais justa entre as unidades da federação no Congresso, a consolidação do sistema eleitoral e a reforma partidária (TOLEDO, 10 fev. 1993, p. 22).

Ao acreditar que as disputas sobre os sistemas de governo estavam “fora de lugar”, o colunista descreveu as incertezas evidenciadas nas posturas dos políticos que organizavam as campanhas. O deputado Roberto Freire (PPS-PE), por exemplo, era parlamentarista, mas contrário ao voto distrital. Ao mesmo tempo, combatia uma reforma partidária que pudesse limitar a atuação de sua legenda, o Partido Popular Socialista (PPS). Por sua vez, Prisco Viana (PDS-BA), um presidencialista, era a favor da implementação do voto distrital (TOLEDO, 10 fev. 1993, p. 22).

Designando a união suprapartidária entre políticos como um “show de artificialidade”, o colunista ainda condenava a visão atribuída aos sistemas de governo, tidos como explicações para o sucesso ou o fracasso da política do Brasil e de outros países. Simultaneamente, observava que a eleição de 21 de abril era interpretada pelos políticos brasileiros como crucial, apesar de que as verdadeiras resoluções somente se dariam na Revisão Constitucional, marcada para iniciar em outubro de 1993 (TOLEDO, 10 fev. 1993, p. 22).

Toledo (10 fev. 1993, p. 22) tornou a citar argumentos defendidos por ele em 1991, associando o parlamentarismo à queda de ministros da Economia no presidencialismo brasileiro, colocando dúvidas sobre o caráter do voto plebiscitário. O jornalista rechaçava o

sistema de gabinete, tirando dele aquela que seria sua maior qualidade, no olhar de seus apoiadores: a pretensa facilidade na queda de primeiros-ministros. Segundo ele, o *impeachment* de Collor demonstrou que a destituição de um governante também era possível no presidencialismo (TOLEDO, 10 fev. 1993, p. 22).

A falta de um paradigma na defesa do ideário parlamentarista conduziria o país, conforme Toledo (10 fev. 1993, p. 22), a um modelo administrativo de caráter híbrido, pela improvável extinção da eleição direta presidencial. Sua compreensão convergia com os apontamentos de Leôncio Martins Rodrigues, salientados semanas antes no periódico (RODRIGUES, 6 jan. 1993, p. 9-11). “É penoso imaginar um parlamentarismo que funcione se há um presidente forte, com o cacife incomparável do voto popular, a concorrer com o gabinete”, previa o colunista. “Seria causa de tensões e impasses sem fim”, complementava (TOLEDO, 10 fev. 1993, p. 22).

Sobre o presidencialismo, Toledo (10 fev. 1993, p. 22) criticou o “mandonismo estadual”, posto que, para ele, os governadores detinham uma exagerada influência nas bancadas congressuais, afetando as decisões tomadas no Parlamento brasileiro. Esse temor foi compartilhado por Humberto Lucena, em entrevista para *Manchete*. Na revista carioca, entretanto, o novo presidente do Senado – que, na Constituinte, defendeu o presidencialismo com mais energia do que em 1993 – ligava a prática a uma eventual vitória parlamentarista (LUCENA, 13 fev. 1993, p. 88).

Mesmo com a regulamentação das campanhas, a cobertura jornalística sobre as deliberações eleitorais se dividiu com outros interesses. Em *Manchete* e *Veja*, o Plebiscito de 1993 diretamente competiu com a agenda econômica do governo, com a rumorosa separação do príncipe Charles e da princesa Diana, no Reino Unido, e com uma pauta originária da televisão sobre pena de morte, considerando os assassinatos que vitimaram a atriz Daniella Perez e a menina Miriam Brandão, no final de 1992.

A promoção de uma rápida eleição era vista como conveniente pelo governo, preocupado com o direcionamento de suas ações. Itamar Franco, segundo *Veja*, apostava na vitória do presidencialismo (REINÍCIO..., 17 mar. 1993, p. 24). Por outro lado, em *Manchete*, a ministra Yeda Crusius, do Planejamento, despontava como parlamentarista, em atenção ao perfil de seu partido, o PSDB (PINTO, 6 fev. 1993, p. 98). Já para outros políticos, o Plebiscito se tornou um instrumento para protelar decisões controversas ou de pouca aceitação, principalmente de ordem político-partidária, como novas filiações (MELO FILHO, 13 mar. 1993, p. 87), tentativas de fusões (MELO FILHO, 23 jan. 1993, p. 82) ou fundações de novas siglas (MELO FILHO, 6 fev. 1993, p. 85).

Melhor sucedido em suas articulações, Paulo Maluf – que, a rigor, aderiu ao parlamentarismo, embora estivesse focado de fato na corrida presidencial de 1994 – manifestava, na edição de 13 de março de 1993, de *Manchete*, seu otimismo em relação à fusão do PDS com o Partido Democrata Cristão (PDC), prestes a se formalizar. Na previsão de Maluf, a nova legenda – que aplicaria vocábulos como “liberal”, “progressista” ou “democrático” na designação – contaria com a segunda maior bancada da Câmara, sendo superada somente pelo PMDB (MELO FILHO, 13 mar. 1993, p. 87).

No dia 3 de abril de 1993, uma convenção partidária abalizaria as metas da sigla, como o interesse em “eliminar os excessos nacionalistas da atual Constituição” (MELO FILHO, 13 mar. 1993, p. 87). A união do PDS com o PDC resultou, por fim, na criação do Partido Progressista Reformador (PPR), nome similar a outra agremiação surgida no contexto, também por fusão: o Partido Progressista (PP), oriundo do Partido Social Trabalhista (PST) e do Partido Trabalhista Reformador (PTR), que, em 1989, compuseram a coligação que elegeu Fernando Collor (MELO FILHO, 20 mar. 1993, p. 85)⁹⁰.

A regulamentação das campanhas não previa a participação efetiva de partidos políticos, ofertando, ao menos no papel, um caráter suprapartidário às exibições públicas das alternativas a serem debatidas. Isso fez com que ocorresse uma fluidez de apoio para as causas, que reuniam no mesmo palanque, políticos ideologicamente contrários. A característica, menosprezada em *Veja* por Roberto Pompeu de Toledo (10 fev. 1993, p. 22), foi notabilizada por Murilo Melo Filho (13 fev. 1993, p. 89), ao informar sobre a festa de lançamento da Frente Republicana Presidencialista, comandada pelo senador Marco Maciel.

Na festividade, realizada no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo, em 4 de fevereiro de 1993, estiveram presentes cerca de mil pessoas. Os atos foram agenciados por Orestes Quércia. De acordo com Melo Filho (13 fev. 1993, p. 89), na ocasião, parlamentares e governadores de variados espectros, operários e empresários discursaram em favor do sistema presidencial. Nas explanações, foram utilizados “todos os *slogans* presidencialistas”, a exemplo de: “Queremos votar para presidente”; “Não é necessário o parlamentarismo para fortalecer o Congresso”; “No presidencialismo, você escolhe quem governa”; “Barão é nome de rua”; “Rei, só o Pelé, o Roberto Carlos e o do Baião” (MELO FILHO, 13 fev. 1993, p. 89).

O editor de “Posto de Escuta” salientou que as “atenções foram despertadas para a união entre dirigentes da UNE, caras-pintadas e o deputado Vladimir Palmeira, do PT, de um lado, e os senadores Ney Maranhão, do PRN, e Odacir Soares, do PFL, *colloridos*⁹¹, do

⁹⁰ Em 1995, PPR e PP se fundiram para formar o Partido Progressista Brasileiro (PPB), mais tarde denominado novamente PP, ficando conhecido adiante como Progressistas.

⁹¹ Apoiadores de Collor eram chamados de *colloridos*, independentemente da filiação partidária.

outro”. “Agora, o presidencialismo os uniu”, contemplou o jornalista, ao perceber que, até há pouco tempo, os citados “estavam em campos opostos, lutando uns contra os outros”, nas ações que envolveram o impedimento de Collor (MELO FILHO, 13 fev. 1993, p. 89).

A aproximação entre adversários, em prol do parlamentarismo, também era uma realidade, não passando despercebida por *Veja*, em uma entrevista efetuada com o prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos. Em meio a diversas perguntas, o repórter José Manoel Júnior indagou Vasconcelos, vice-presidente do PMDB, sobre a peculiaridade que o levava a apoiar o sistema de gabinete, em conjunto com seu rival, Roberto Magalhães, enquanto o presidente de seu partido, Orestes Quécia, compartilhava a preferência pelo presidencialismo com o pedetista Leonel Brizola (VASCONCELOS, 3 fev. 1993, p. 9).

Vasconcelos (3 fev. 1993, p. 9) minimizou a compreensão do repórter, crendo que o povo seria capaz de “distinguir muito bem as coisas”. Para o pemedebista, que via o tema do Plebiscito como “complexo”, o parlamentarismo era “mais sólido, prático, objetivo e moderno”. Em suas colocações, ele destacou o “processo degradante de apodrecimento do Poder Executivo e de paralisação do país” causado pela decadência de Collor, algo que, segundo o político, não aconteceria no sistema por ele defendido (VASCONCELOS, 3 fev. 1993, p. 9).

O político classificava como “alarmistas”, os presidencialistas que se opunham às constantes quedas de gabinete que poderiam ocorrer. “Deixa cair, a coisa é assim mesmo”, explicava Vasconcelos (3 fev. 1993, p. 9), ao criticar a concentração de muitos poderes “nas mãos de uma só pessoa” no presidencialismo. “No parlamentarismo, é possível tirar um chefe de governo de forma ética, sem convulsões”, atestava o pemedebista pernambucano, recordando, mais uma vez, a queda de Collor (VASCONCELOS, 3 fev. 1993, p. 9).

Os entendimentos sobre a corrida eleitoral, que afrontavam e superavam as questões partidárias de seus líderes, desafiavam a coesão de clãs locais. Conforme Murilo Melo Filho (20 fev. 1993, p. 76), o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, era “francamente presidencialista”, enquanto o filho dele, o deputado federal Luís Eduardo Magalhães, havia se transformado em parlamentarista, aliando-se a adversários do pai. “Alguns especulam que a divisão é apenas uma estratégia: qualquer que seja o resultado do Plebiscito, a família Magalhães estará vitoriosa”, conjecturou o jornalista (MELO FILHO, 20 fev. 1993, p. 76).

Pouco a pouco, o Plebiscito e suas obrigatoriedades conquistavam novos espaços, geralmente críticos, nos semanários. A redefinição da cédula eleitoral gerou novas polêmicas. Paulo Brossard, presidente do TSE, como responsável pela organização do Plebiscito, promoveu em 18 de fevereiro de 1993, a coordenação do sorteio que determinaria a ordem

dos conceitos a serem votados (BILUCZYK, 2019, p. 37). Após sua reconfiguração, a cédula assim se apresentou:

	FORMA DE GOVERNO	SISTEMA DE GOVERNO
1	MONARQUIA	1 PARLAMENTARISMO
2	REPUBLICA	2 PRESIDENCIALISMO

1ª DOBRA

Figura 10 – Cédula utilizada no Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo, em 1993 (CARVALHO, 2010).

Os republicanos parlamentaristas logo indicaram sua insatisfação como o novo modelo da cédula, que lhes faria lidar com o voto cruzado. O eleitor que quisesse escolher a república parlamentarista teria que marcar a opção 2 à esquerda e a opção 1 à direita da cédula, em ato menos intuitivo, se comparado aos campos ofertados aos monarquistas parlamentaristas (1 e 1) e aos republicanos presidencialistas (2 e 2) (BILUCZYK, 2019, p. 37).

Outra controvérsia proveniente da formatação foi a probabilidade da eleição de uma monarquia presidencialista, confirmando os receios de Carlos Chagas, manifestos anos antes (CHAGAS, 1 jun. 1991, p. 92). A lei não previa a situação, impraticável em sua execução e passível de inviabilizar todo o Plebiscito. Brossard inicialmente minimizou os efeitos desse eventual desfecho, afirmando que a combinação “não era impossível, nem anularia o voto de quem escolhesse as alternativas”. Alertado, precisou se retratar, pois o risco de danos à eleição era real (BILUCZYK, 2019, p. 37).

A cédula – e sua incoerente possibilidade de eleger uma forma e um sistema incompatíveis – foi descrita por *Veja*, em 24 de fevereiro de 1993, como uma “aberração” (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 68). Igualmente, foi lembrada em sua “Carta ao Leitor”, de 17 de março (O PLEBISCITO..., 17 mar. 1993, p. 15). “Ainda bem que a Constituição define que monarquia, se houver, será constitucional”, celebrava uma reportagem na mesma edição, afastando a “instalação da tirania pelo voto do povo” (GUIA..., 17 mar. 1993, p. 39).

Os problemas resultantes da incapacidade de esclarecimento das frentes em disputa motivaram numerosas abordagens, por parte das revistas, no momento em que as campanhas deixavam o campo das ideias e partiam para ação.

4.2 Guiando o (e)leitor: em busca do esclarecimento

Conforme ressaltado, eram três as frentes parlamentares responsáveis pelas campanhas do Plebiscito, previstas na legislação regulamentadora de fevereiro de 1993. Contudo, logo no início dos trabalhos, a Frente Republicana Presidencialista se viu envolta em conflitos internos. Assim, houve uma divisão nas atividades direcionadas à defesa do sistema presidencial. O PDT, de Leonel Brizola, optou por desenvolver uma campanha independente do movimento suprapartidário que organizava as demais ações, liderado pelo pedelista Marco Maciel, obtendo, inclusive, após um acordo interno, um espaço separado no horário político, manifestando-se como partido (MIGUEL, 1996, p. 3).

Os pedetistas entendiam o Plebiscito como um “golpe contra as instituições”, articulado pelos parlamentaristas, pensamento difundido por Brizola e pelo senador Darcy Ribeiro (1993, p. 109). Durante o período eleitoral, tentativas de união entre os presidencialistas, fundamentadas de maneira especial pela união dos programas de rádio e televisão, chegaram a se concretizar, com duração efêmera e efeitos pouco significativos. Mesmo tornando públicas suas diferenças, as duas vertentes se concentravam na reflexão sobre a importância da conservação do voto direto para presidente.

O livro *Plebiscito: Como Votarei?*, da José Olympio Editora, trouxe em seus apêndices, as propostas de emendas formalizadas pelas campanhas suprapartidárias. O documento da Frente Republicana Presidencialista recebeu justificativa de Marco Maciel, que elucidava, através de um breve texto, as ideias basilares do grupo. Entre os tópicos defendidos pela equipe de campanha estava a redução do mandato dos próximos presidentes da República para quatro anos, alinhando-se as eleições legislativas e executivas no Brasil (MACIEL, 1993, p. 144-145).

Os presidencialistas se comprometiam em reforçar o papel do Senado, apontando-lhe “competências privativas”, como “aprovar ou rejeitar a nomeação de ministros de Estado”. Outrossim, asseguravam a implantação da moção de censura, mecanismo próprio do parlamentarismo, onde a maioria absoluta dos congressistas poderia destituir um ministro. A proposta tratou ainda da representatividade partidária congressual, algo que, perante a continuação do sistema vigente, se tornaria imprescindível para a apresentação de uma candidatura presidencial (MACIEL, 1993, p. 144-145).

A Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães (PAR), de viés republicano, recebeu o nome de seu desaparecido líder e foi composta por políticos de diferentes agremiações, com particular destaque aos integrantes do PSDB. Sua campanha, presidida pelo

senador José Richa, afirmava defender a manutenção das eleições diretas presidenciais, preservando alguns poderes nas mãos do chefe de Estado (MODELO..., 1993, p. 124-125). Esse ponto contrariava a alguns de seus adeptos, gerando desconfianças nos semanários aqui analisados. De acordo com *Veja*,

Os parlamentaristas reagiram à ofensiva presidencialista de que estavam tentando cassar o voto popular com o compromisso solene de que o presidente, no seu regime (sic), será eleito diretamente, e até acrescentaram um *slogan* à sua propaganda: “Parlamentarismo com eleição direta para presidente”. O compromisso é falacioso. O poder real, no parlamentarismo, é do gabinete e do primeiro-ministro, e esses são escolhidos indiretamente. O parlamentarismo é por excelência um regime (sic) de filtros, não de conexão direta com o povo, e nisso pode estar sua virtude, mas os adeptos do sistema têm vergonha de proclamá-la como tal (OS ARGUMENTOS..., 17 mar. 1993, p. 45).

A proposta republicana parlamentarista declarava que, se vencedor no Plebiscito, o sistema seria implantado na administração nacional em 1995. Nos estados, a instalação requereria tempo maior de preparação, constituindo-se a partir de 1999. O documento justificava que a Frente Parlamentarista tinha por “objetivo principal promover a instauração do sistema parlamentar de governo, como fator de estabilidade político-institucional, de desenvolvimento econômico e social e de aperfeiçoamento democrático do país” (MODELO..., 1993, p. 135).

Os parlamentaristas republicanos imprimiram em seu projeto, termos identificados com as experiências anteriores de sistema de gabinete, como a nomenclatura Conselho de Ministros, para designar a equipe governamental. O presidente da República manteria o comando das Forças Armadas e se encarregaria da promoção das relações com países estrangeiros. O primeiro-ministro, compreendido como líder da “direção superior da administração federal” – portanto, responsável pelo funcionamento e organização do governo –, de acordo com o que antevia *Veja*, seria indicado pelo chefe de Estado eleito (MODELO..., 1993, p. 127).

A PAR projetava a permanência do presidente da República no mandato por seis anos, sendo-lhe garantida a chance de uma reeleição. Qualquer brasileiro maior de 35 anos estaria habilitado, segundo o projeto da frente, a ser primeiro-ministro, não sendo imperativo ao governante ser um congressista eleito (MODELO..., 1993, p. 126). Entre os apoiadores do movimento, esse fator era controverso. Enquanto José Serra preconizava a necessidade de indicação de um parlamentar, Mário Covas sustentava que, “a um empresário de valor ou a um líder político eventualmente sem mandato, não se deveria negar o direito de candidatar-se a *premier*” (MELO FILHO, 3 abr. 1993, p. 78).

Por fim, o Movimento Parlamentarista Monárquico (MPM) contou com a participação de Cunha Bueno, político publicamente identificado com a causa, que havia se desfilado do PDS, seguindo o entendimento de que a monarquia era alheia a partidos. Além de desacreditado pela imprensa em geral, o MPM continuava incapaz de determinar quem seria o novo soberano, em caso de vitória.

O estatuto da frente limitava a posse do trono a um cidadão nascido no Brasil, abrindo-se exceções sobre “situações de exílio ou de banimento”, delegando-se a escolha para o Congresso Nacional. A norma excluía, de antemão, figuras polêmicas, como Dom Luiz e Dom Bertrand, da disputa pelo cargo, pois eles nasceram na França, anos após o fim do banimento. Na monarquia em avaliação, deputados e senadores ficariam incumbidos de deliberar sobre regras de sucessão, autorização de casamentos de membros da família real, reconhecimento de herdeiros, entre outras disposições (PROJETO..., 1993, p. 148).

Pelo projeto, o novo chefe de Estado comandaria as Forças Armadas e o Conselho de Estados – órgão responsável por instruir o rei em questões políticas. O monarca usufruiria do Poder Moderador, ao mesmo estilo daquele exercido durante o período imperial. Integrantes da família real, com parentesco de até sexto grau em relação ao soberano, seriam compulsoriamente afastados de atividades político-partidárias, tornando-se “inalistáveis e inelegíveis” (PROJETO..., 1993, p. 149).

Mesmo com as frentes em processo de organização, *Manchete* e *Veja* viam com pessimismo os primeiros atos das campanhas, sobretudo por desabonarem o conteúdo dos projetos oficiais dos grupos, percebidos como meras sugestões que seriam alteradas durante a Revisão Constitucional. Além disso, as revistas notavam a dificuldade das frentes em transporem os conhecimentos teóricos, políticos e administrativos à compreensão do eleitor, problema que, para os semanários, não se solucionaria com a estreia do horário eleitoral gratuito.

O jornalista José Esmeraldo Gonçalves (13 fev. 1993, p. 75), de *Manchete*, julgava que o formato do horário eleitoral era “desgastado” e encontrava outra questão para ser prontamente resolvida pelas frentes. Obedecendo aos prazos, os programas audiovisuais relativos ao Plebiscito entrariam no ar na sexta-feira, dia 19 de fevereiro, início do Carnaval, algo ironizado pelo jornalista, que sugeria uma mistura entre os temas (GONÇALVES, 13 fev. 1993, p. 75).

Em pleno desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, o TSE deslocará a comissão de frente da Beija-Flor abrindo alas, digamos, para o deputado Cunha Bueno desfilar o estandarte da monarquia; o Olodum poderá ter o seu *clip* interrompido, em plena ladeira do Pelourinho, para alegorias presidencialistas ou parlamentaristas. Durante 60 dias, as facções em cena desfilarão seus argumentos na

tentativa de informar ao país sobre as vantagens dos três sistemas (sic). Mas tinha que começar no Carnaval? (GONÇALVES, 13 fev. 1993, p. 75).

Gonçalves (13 fev. 1993, p. 75), igualmente, fez uma previsão sarcástica sobre os programas que competiriam com a festa carnavalesca em audiência na televisão. O movimento monarquista, assim, poderia oferecer “imagens nobres, com príncipes e princesas de fino trato, muito veludo vermelho, cristais e exemplos da falência da república”. Caberia aos parlamentaristas “convencer os eleitores” de que o Congresso estaria “pronto para dirigir os destinos da nação”, ato que exigiria grande esforço. Sobraria aos presidencialistas, o apontamento de que “não se deve mexer em time que não está ganhando”. Para o jornalista, o vencedor da disputa seria aquele que extinguisse a imposição do horário eleitoral (GONÇALVES, 13 fev. 1993, p. 75).

A incompatibilidade entre o Carnaval e o início das campanhas foi algo previsto por *Veja*, que observou, no contexto da derrota da Emenda José Richa, em novembro de 1991, que a virtual antecipação do Plebiscito para 21 de abril de 1992 era nociva aos encaminhamentos eleitorais (O PRESIDENTE..., 13 nov. 1991, p. 18-19). A atualização da Emenda José Serra, a partir do Substitutivo Roberto Magalhães, adiou em um ano a contenda original, que, de fato, parecia se concretizar, não fosse por uma variação imediata.

Um acordo entre as lideranças das frentes e as empresas de comunicação, mediado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), modificou as prerrogativas sobre o início, o horário e a duração dos programas, desobrigando a transmissão, nos dez primeiros dias de campanha, dos dois blocos de 30 minutos referentes ao horário eleitoral. Em substituição, estavam sendo veiculadas nas programações, 48 inserções diárias de 30 segundos – isto é, 16 entradas para cada frente (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 68).

A mudança, alvo de uma reportagem de *Veja* em 24 de fevereiro de 1993, era facultada pela lei regulamentadora e valeria até 1º de março, quando as frentes passariam a dispor, cada uma, de “dois blocos ininterruptos de seis minutos”. O tempo restante seria compensado através de inserções análogas às anteriormente referidas. Para a reportagem, isso evitaria a profusão de longas falas de políticos, tornando as mensagens “curtas, telegráficas, muito mais próximas dos anúncios convencionais de margarina do que dos discursos de palanque ou das elucubrações tecnicistas” (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 68).

Assentindo com a visão negativa atribuída ao horário eleitoral, compreendido como um meio de divulgação que “às vezes traz informações úteis ao voto, mas quase sempre aborrece”, atrapalhando a programação da televisão e lançando “no abismo a curva de

audiência das redes”, *Veja* salientou que o acordo atendia aos anseios das emissoras, preocupadas com o faturamento publicitário. No entanto, a revista demonstrava apreensão com o tipo de informação que seria proporcionada ao eleitor, visto que o formato era “muito diferente” do habitual (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 68).

O semanário buscou a opinião de dois especialistas em publicidade e comunicação, a respeito da nova configuração. Ricardo Guimarães, que, conforme *Veja*, não participava das campanhas, acreditava que os “comerciais pulverizados” teriam grandes chances de atrair a população “para um assunto que ela não considera relevante”. Teixeira Coelho, professor da Universidade de São Paulo (USP), contestava o parecer, afirmando que “não se debate nada em 30 segundos” (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 68).

Explicando meandros das técnicas publicitárias, o acadêmico alegava que, com a alteração no formato, estavam confundindo “política com sabonete”, pois a prática era inadequada para esse tipo de discussão. Embora avaliasse positivamente a quantidade programada de anúncios, *Veja* manifestava dúvidas semelhantes às de Coelho, ao apostar que a fórmula parecia insuficiente “para explicar sistemas tão complexos como os abordados pelo Plebiscito”, em meio a problemas operacionais, como a controversa cédula (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 68).

O papel das empresas publicitárias na campanha foi vastamente explorado, não apenas por *Veja*, também por *Manchete*. Para a revista carioca, “cada uma das tendências” envolvidas com o Plebiscito “armou-se da força de agências de publicidade de peso” para propagar suas ideias (SILVEIRA; PISCITELLI, 20 fev. 1993, p. 62). No ponto de vista do semanário paulistano, os grupos “arregaçaram as mangas para a guerra televisiva” (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 69). Nos dois periódicos, percebe-se o emprego de uma linguagem que remete a um teor bélico, equiparado com a corrida eleitoral e com os conflitos internos das frentes.

Em sua reportagem de 24 de fevereiro, *Veja* se voltou à produção e à apresentação dos conteúdos dos primeiros vídeos exibidos (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 69). *Manchete*, por sua vez, em 20 de fevereiro, detalhou o uso de outros recursos, como folhetos, cartilhas, *slogans*, *jingles* e logotipos (SILVEIRA; PISCITELLI, 20 fev. 1993, p. 62-64). Para os periódicos, os materiais revelavam pensamentos-chave sobre as frentes suprapartidárias e possuíam em suas concepções, potenciais influências de seus desenvolvedores, os profissionais de comunicação.

Segundo Mauro Silveira e Lourdes Piscitelli (20 fev. 1993, p. 63), repórteres de *Manchete*, os presidencialistas classificavam como a peça mais importante de seu portfólio, “um livreto com 44 razões para se votar nesse sistema”, lançado no primeiro ato oficial do

grupo político, em 4 de fevereiro. “O objetivo desta cartilha é ajudar a população brasileira a impedir que lhe seja subtraído o direito de escolher, pelo voto direto, os principais responsáveis pelo governo do país”, versava o impresso em suas páginas iniciais, insistindo na difusão do conceito (SILVEIRA; PISCITELLI, 20 fev. 1993, p. 63).

Nelson Ortega, vice-presidente da agência Alcântara Machado, de São Paulo, informava que as peças produzidas para a campanha estampariam um selo-padrão, “simbolizando um eleitor votando no presidencialismo”. “Nenhum país novo que precisa se firmar adotou o parlamentarismo. Esse não é o melhor caminho para o primeiro mundo”, completava o publicitário, pessoalmente opositor ao sistema de gabinete (SILVEIRA; PISCITELLI, 20 fev. 1993, p. 63).

Em *Veja*, Alex Periscinoto, “um dos artífices da campanha”, membro da mesma agência, endossava a fala de Ortega, particularmente ao criticar a eventual indicação do primeiro-ministro por vias indiretas e o esvaziamento da função presidencial. Referenciando-se os desejos do povo manifestos em 1984, no movimento das Diretas Já, a frente empregaria ostensivamente o lema “Diretas Sempre” (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 69).

Hélio Bloch, da agência Meet, notabilizou o desenvolvimento da campanha publicitária monarquista em *Manchete* e *Veja*. Para o semanário carioca, o profissional era “a imagem do entusiasmo”, dado seu grande engajamento na causa. Suas atividades eram supervisionadas pelo MPM, representado por Gastão Reis e Cunha Bueno, sendo preparadas em parceria com os publicitários Caio Domingues, Macedo Miranda Filho e Jean-Pierre Resmond (SILVEIRA; PISCITELLI, 20 fev. 1993, p. 64).

Os discursos planejados para a campanha combinavam um eixo de quatro “argumentos centrais”: a visão de que a república e o presidencialismo eram ineficientes no Brasil; a noção de que “18 das 25 nações mais ricas e democráticas do mundo” eram monarquias parlamentaristas; o resgate histórico referente ao Segundo Reinado, interpretado como um “período próspero, livre e progressista”; e a importância dada ao Poder Moderador, ponderado como “fundamental” para o “equilíbrio das forças políticas” (SILVEIRA; PISCITELLI, 20 fev. 1993, p. 64).

Os tópicos acima numerados eram apresentados em uma cartilha, descrita por Silveira e Piscitelli (20 fev. 1993, p. 64) como “um verdadeiro bê-á-bá sobre a monarquia e o Plebiscito”. Segundo os repórteres, o impresso era composto de “perguntas e respostas elaboradas de forma bastante didática”. Os monarquistas investiram também na produção de “*bottoms*, camisetas, adesivos, cartazes e cartazetes”, com *slogans* como “Monarquia. O

parlamentarismo que dá certo” e “Vote no Rei” (SILVEIRA; PISCITELLI, 20 fev. 1993, p. 64).

Na televisão, a campanha planejava destacar descendentes da família imperial brasileira, tática que, para Hélio Bloch, não representava o lançamento de “possíveis candidatos ao trono, como se pode imaginar numa dedução mais apressada”. Conforme ele, a intenção era promover a identificação dos Bragança com “um Brasil mais moderno, justo e democrático”. “Os descendentes sabem que o trono pertence ao povo brasileiro e que o Congresso é soberano para escolher o rei”, salientou o publicitário (SILVEIRA; PISCITELLI, 20 fev. 1993, p. 64), cujo parentesco com Adolpho Bloch, proprietário de *Manchete*, não foi informado na reportagem – Hélio era irmão de Pedro Bloch, portanto, primo de Adolpho.

Em *Veja*, Hélio Bloch traçava como sua meta primordial, a necessidade de fazer o brasileiro levar a monarquia “a sério”. Para isso, a campanha audiovisual se valeria de depoimentos de famosos e de pessoas tidas como de grande credibilidade na sociedade, todos favoráveis à implantação dessa forma de governo no Brasil. Entre eles, estavam Mário Henrique Simonsen, Célio Borja e os atores Hugo Carvana, Paulo César Pereio e Joel Barcelos (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 69).

Pereio e Barcelos expuseram no semanário paulistano, em 2 de dezembro de 1992, suas adesões ao MPM. Na época, Barcelos argumentava que “a República só nos deu estado de sítio, renúncias, suicídios e *impeachment*”. Já Pereio, filiado ao PPS, formado a partir da dissolução do PCB, originalmente comunista – cujo descompasso com a atividade monárquica era evidente –, asseverava que a monarquia era “mais econômica” para um país “com eleições caras” (TORCIDA..., 2 dez. 1992, p. 71).

Hélio Bloch informou nas duas revistas, que exploraria na campanha “uma característica bem brasileira”, habitualmente propagada por Cunha Bueno nos preparativos da consulta eleitoral. Para eles, havia algo de especial na aferição do título de rei – ou rainha – a pessoas notáveis da sociedade. A saber, “o rei do futebol”, “o rei da música”, “a rainha dos baixinhos”, “a rainha do Carnaval”. *Veja* concluía que, com a ação, os monarquistas queriam “tirar partido do imaginário popular” (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 69).

A campanha da Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães foi comandada, segundo *Manchete*, por um grupo composto de variados profissionais. O periódico citou os nomes de alguns dos responsáveis pelos trabalhos, como Mauro Salles, Roberto Duailibi, Cid Pacheco, Luiz Fernando Emediato e Antônio Martins (SILVEIRA; PISCITELLI, 20 fev. 1993, p. 63). Junto a eles, somava-se Duda Mendonça, lembrado por *Veja* (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 69).

Conforme o publicitário Mauro Salles, da agência Salles, a campanha desenvolvida pelos parlamentaristas foi “cuidadosamente estudada e aprovada por todos”, diferindo-se, assim, dos conteúdos criados pelos presidencialistas, que, segundo ele, precisavam passar única e impreterivelmente pelo crivo de Orestes Quércia. “Parlamentarismo. Mantém o presidente. Mas aumenta o poder da gente” foi um dos *slogans* propagados, atentando-se à lógica da conservação de alguns poderes nas mãos do chefe de Estado, em sua proposta administrativa (SILVEIRA; PISCITELLI, 20 fev. 1993, p. 63).

De acordo com *Veja*, três tipos de anúncios parlamentaristas foram finalizados e estavam em exibição na televisão, no final de fevereiro de 1993. Dois deles contavam com a participação dos atores Eri Johnson e Neusa Borges, que, nas ações, interpretavam, respectivamente, Reginaldo e Terê, seus personagens na novela *De Corpo e Alma*, da Rede Globo. Ambos desprezavam o presidencialismo praticado até então no país, associando-o à obtenção de privilégios pessoais, em raciocínios difusos (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 69).

No caso de Terê, ela afirmava em sua aparição, perante duas placas onde se liam as designações dos sistemas, que conhecia “muito bem” o presidencialismo e, por essa razão, não o queria “nunca mais”. A personagem igualmente admitia desconhecer pormenores do parlamentarismo. “Mas dizem que é muito bom”, ressaltava (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 69). Assim, a estratégia publicitária determinava que a insatisfação com o modelo vigente ofertaria créditos à causa parlamentarista, mesmo que detalhes ligados ao sistema fossem ignorados pelo eleitor.

A terceira ação utilizava uma marchinha de Carnaval para menosprezar o sistema concorrente, aproveitando-se do contexto festivo. Em uma nova peça, em produção, foliões apareceriam com máscaras alusivas a Fernando Collor de Mello e a PC Farias, “ostentando dólares e cheques fantasmas gigantes” (PÍLULAS..., 24 fev. 1993, p. 69). A campanha parlamentarista, assumindo tons oposicionistas, tentava tirar proveito do desgaste do governo Collor, atrelando-o ao presidencialismo.

Alguns materiais descritos pela reportagem de *Manchete* foram reproduzidos na forma a seguir. Apresentou-se a capa da cartilha monarquista, com o chamariz “Tudo que você sempre quis saber sobre a monarquia e ninguém lhe contou”, juntamente com a assinatura do MPM e a frase “Vamos coroar a democracia”. Do mesmo modo, destacou-se o logotipo presidencialista, com o *slogan* “Quem escolhe o governo é você. Pelo voto direto”, uma peça observada como um “recado discreto” diante da “alegria da mensagem parlamentarista”, que dava proeminência a dois jovens com os rostos pintados (SILVEIRA; PISCITELLI, 20 fev. 1993, p. 64).



Figura 11 – Aspectos de materiais produzidos para as campanhas das frentes, pelas agências de publicidade, segundo *Manchete* (SILVEIRA; PISCITELLI, 20 fev. 1993, p. 64).

Manchete salientou a presença de outras duas simbólicas referências na campanha dos defensores do sistema de gabinete: a imagem de Ulysses Guimarães, que dava nome à frente, e os caras-pintadas, grupos de jovens contrários a Collor, que se fizeram publicamente importantes no processo de deposição do mandatário, em 1992. Para os criadores de conteúdo, os novos caras-pintadas, inspirados pela defesa do parlamentarismo, adotariam as cores azul e branco em suas manifestações (SILVEIRA; PISCITELLI, 20 fev. 1993, p. 64).

Em atenção à apropriação do conceito de caras-pintadas pela política brasileira, Roberto Pompeu de Toledo (3 mar. 1993, p. 90) sinalizou sua contrariedade, em *Veja*, na edição de 3 de março de 1993. Segundo o colunista, a expressão “cara-pintada” era “por si de gosto duvidoso”, por sua origem argentina, conectada à conduta de “militares golpistas que pintavam o rosto para não serem reconhecidos”. A conotação positiva adquirida pelo termo no Brasil lhe causava espécie (TOLEDO, 3 mar. 1993, p. 90).

Toledo (3 mar. 1993, p. 90) observava que, frente ao Plebiscito que se aproximava, os parlamentaristas careciam de maior mobilização, considerando que os presidencialistas haviam reunido um numeroso “elenco” em seu palanque. De acordo com o colunista, visando um novo público, o movimento que almejava a mudança do sistema de governo apelava para a profusão de faixas, com o *slogan* “Vista o azul do parlamentarismo”, por ele ironizado. “Sim, para quem não sabia ainda, eis a notícia: a cor do parlamentarismo é azul”, reiterou (TOLEDO, 3 mar. 1993, p. 90). Conforme o jornalista,

Não há registro de alguém que tenha se abalado a comprar uma camiseta azul pelo parlamentarismo, mas ao menos o apelo se inscreve num hábito da política brasileira. Já tivemos o amarelo das diretas, depois o preto do *impeachment*, que virou o verde-e-amarelo do rosto dos estudantes, agora vem o azul do parlamentarismo. Quem sabe, ao se chegar ao fim do arco-íris, o país esteja pronto (TOLEDO, 3 mar. 1993, p. 90).

Toledo (3 mar. 1993, p. 90) se mostrou indignado quanto ao tema, criticando a “vulgaridade” dos “marqueteiros”, que julgavam mal “nossas emoções”, promovendo “um desfile de cores na política brasileira”, em “uma fase de atropelo de causas, de exagero de bandeiras, de abuso de manifestações”. As revistas ampliariam novas insatisfações com as campanhas nas semanas seguintes.

Em 20 de março de 1993, José Esmeraldo Gonçalves opinou que a campanha do Plebiscito, elaborada pelas três frentes de defesa, “manipula, distorce e reinterpreta a história”. Para o jornalista, em circunstâncias normais, os programas audiovisuais já teriam sido vetados pelo código do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, o CONAR. “O *marketing* do Plebiscito resume-se a uma questão de direito do consumidor. As mensagens são falsas”, asseverava Gonçalves (20 mar. 1993, p. 71), ao salientar que

Entre outras coisas, ninguém vota no rei; não se sabe se, vitorioso o parlamentarismo, estará garantida a eventual dissolução do Parlamento; e os presidencialistas não se comprometem a alterar a proporcionalidade da Câmara – uma herança do Pacote de Abril do Geisel. Todo mundo promete, mas ninguém pode assegurar a tramitação dos seus projetos no Congresso, tal como apregoados, depois do dia 21 de abril (GONÇALVES, 20 mar. 1993, p. 71).

Descontente com o que via diariamente, o jornalista apelou ao leitor/eleitor que não se ligasse “na desinformação da tevê” (GONÇALVES, 20 mar. 1993, p. 71). O que Gonçalves denominou como “o *marketing* da ilusão”, em *Manchete*, uma reportagem sem assinatura de *Veja* chamou de “falsidades no vídeo”. Sob visão semelhante, o semanário paulistano lamentou o caráter confuso dos programas. “O horário político no Brasil nunca foi um primor. Com as campanhas das frentes monárquica, presidencialista e parlamentarista no ar, o espetáculo ficou pior”, protestava (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 37).

A preocupação de *Veja* era muito parecida com a de *Manchete*. O semanário paulistano buscou, em uma reportagem demarcada em um box, publicada em 17 de março de 1993, razões para as deficiências e impropriedades dos programas, listando ao menos duas barreiras à qualidade dos vídeos: o conteúdo e a maneira como ele se apresentava. Segundo o texto, “as três campanhas em nada esclarecem, quase sempre confundem e insistem em trabalhar com conceitos manipulados, na corrida para encher o balaio de votos” (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 37).

Diferentemente do que se esperava no início, os empresários, de acordo com *Veja*, não manifestaram interesse em custear os movimentos, em larga escala. “Com pouco dinheiro, foram-se os efeitos de computação gráfica e edições mais refinadas, como se viu na campanha presidencial de 1989”, percebia a matéria. Em substituição aos efeitos especiais de vídeo, os programas exibiam longas falas dos apresentadores, em “monótonos planos fechados”, que dividiam o tempo com imagens de arquivo. As gravações externas se restringiam, conforme a revista, “ao recurso fácil e barato das enquetes” (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 37).

Embora acreditasse não ser possível determinar a quantidade exata de dinheiro envolvida no processo eleitoral, a matéria procurou levantar informações preliminares. O orçamento dos presidencialistas voltado à produção audiovisual beirava 800 mil dólares, enquanto os parlamentaristas gastariam, somente com a agência de Duda Mendonça, 1,5 milhão de dólares (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 36). Semanas antes, a revista estimava que a promoção do sistema de gabinete utilizaria 12 milhões de dólares, sendo 2,5 milhões direcionados ao horário eleitoral (PÍLULAS, 24 fev. 1993, p. 69). Os monarquistas dispunham de 600 mil dólares para uso “global” e, por isso, estavam pedindo contribuições para seus eleitores no vídeo (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 36)

Segundo a matéria, as “falsidades e manipulações” produzidas pelas frentes faziam com que o eleitor brasileiro perdesse “uma boa oportunidade de receber uma carga de informações que nenhum outro eleitorado no mundo teve”. A questão financeira foi minimizada pelo periódico, pois, a seu ver, apesar do “estado de penúria”, não era “necessário que o conteúdo também fosse parar na lixeira”. “As campanhas presidencialistas e parlamentaristas, na condição de rivais, exageram nas mistificações”, avaliava a reportagem (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 36).

O texto afirmava que os parlamentaristas persistiam em argumentos pouco sólidos, como a impossibilidade de remover um presidente no presidencialismo, algo a ser confrontado com o “exílio em Maceió” de Collor, recentemente derrubado. Do mesmo modo, a eleição do presidente por meios diretos defendida pela PAR poderia se constituir em um desagravo à remoção de um chefe de Estado corrupto, maciçamente eleito pelo povo e eventualmente concorrente do primeiro-ministro em suas funções de mando (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 36).

Veja também se opunha à interligação da prática de corrupção ao sistema presidencial, ideia recorrente entre parlamentaristas. “Até hoje, não surgiu nenhuma garantia de que a corrupção seja atributo genético dos que escolhem o presidencialismo”, distinguiu *Veja*, com sarcasmo e desdém ao ideário, recordando o “furacão de roubaheiras” na política italiana

parlamentarista, ignorado pela campanha brasileira. A excessiva transparência da atividade congressual no parlamentarismo foi relativizada pelo texto, que tratava o apontamento como uma “mentira grosseira” (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 36).

Lamentava-se também na matéria que os monarquistas tivessem transformado “o assunto em piada”, praticando um *slogan* “falso” – “Vote no Rei” –, sustentando-se a partir da exploração da “proliferação de nomes reais em estabelecimentos comerciais”. “O rei sempre emprestou seu nome àqueles que querem ser o melhor”, certificava o locutor do programa monarquista, segundo *Veja*, em ato descrito como “inacreditável” pela reportagem, que rechaçava contundentemente o posicionamento (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 37).

O programa presidencialista, embora igualmente problemático, era tido por *Veja* como o “menos ruim” entre seus pares. Uma das qualidades do espaço televisivo era, para o semanário, o desempenho do ator Milton Gonçalves como apresentador. A performance da frente no vídeo era reconhecida, inclusive, pelos resultados de uma pesquisa telefônica efetuada pela PAR, citada pela revista, que refletia a preferência dos telespectadores pelas exibições presidencialistas (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 36).

A despeito dos pontos positivos, *Veja* explicitou que as “falsificações” se sobrepunham, diante do que a corrente política chamava equivocadamente de “conquistas presidencialistas”: “a jornada de trabalho de oito horas, a criação do salário mínimo, férias remuneradas e aposentadoria”. A matéria corrigiu as ponderações, creditando o surgimento dos direitos a seus legítimos contextos, novamente recriminando a linha de pensamento apregoada pelo grupo (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 37).

Três emblemáticas referências ao horário eleitoral ilustraram a reportagem da revista paulistana. As imagens, extraídas da tela da televisão, mostram Helen Helene, a apresentadora da Frente Parlamentarista, ao lado de Milton Gonçalves, da campanha presidencialista. O programa monarquista foi representado por seu logotipo e *slogan*, “Vote no Rei”, criticado pelos periódicos (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 36-37).



Figura 12 – Imagens alusivas ao horário eleitoral, reproduzidas por *Veja* (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 36-37).

O modo como as frentes se apresentavam publicamente causou descontentamento, não apenas aos jornalistas de *Manchete* e *Veja*, como também ao presidente do TSE, o ministro Paulo Brossard. Insatisfeito com o que estava sendo veiculado no horário eleitoral, o magistrado responsável pela eleição decretou, em 4 de março de 1993, uma intervenção no espaço audiovisual destinado ao Plebiscito. Sua atitude foi considerada por *Veja* como “inérita na história do horário político” (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 36).

A ação contaria originalmente com quatro edições, de cerca de 15 minutos, apresentadas pelo próprio ministro, que planejava elucidar conceitos em discussão, detalhando feitos da eleição. Entretanto, após um acordo entre o TSE, a ABERT e a Rede Globo, motivado pela transmissão de uma partida de futebol na noite de quarta-feira, dia 10 de março, pela Copa Libertadores da América, a primeira exibição foi suprimida e os programas se resumiram a três, exibidos nos dias 11, 12 e 13 de março de 1993 (BILUCZYK, 2019, p. 40).

Os programas de Brossard, transmitidos após as entradas das frentes, foram notáveis pela erudição de seu vocabulário, com excessivo uso de termos jurídicos, e pela vã tentativa de esclarecer o eleitorado, ponto lamentado por *Veja*, que se mostrou decepcionada com a inabilidade do presidente do TSE em simplificar suas falas. “O ministro não preparou sua intervenção com antecedência e gravou os programas de improviso, com base apenas em anotações espalhadas pela mesa”, destacou a matéria, que avaliou os pronunciamentos como “menos eficazes” do que o magistrado imaginava (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 36).

Em virtude das muitas críticas que recebeu, Brossard se manifestou em defesa de sua ação. “O que faço é apenas uma explicação e a quem atingir já é importante. O que vale é o efeito multiplicador”, alegou o ministro. Para *Veja*, era uma “unanimidade” a percepção de que os programas das frentes não atendiam seus devidos fins. De igual maneira, a presença de Brossard na televisão não solucionou o problema (FALSIDADES..., 17 mar. 1993, p. 36). Assim, a revista tomou partido, dedicando 16 páginas ao que chamou de um “guia didático e esclarecedor”.

O guia organizado pela revista foi composto por cinco matérias de duas páginas e duas matérias de três páginas, contando também com uma breve introdução. Nele, *Veja* intencionou aprofundar características básicas de aplicação das formas e sistemas de governo pelo mundo, a fim de tentar responder indagações pertinentes ao processo eleitoral brasileiro e aos assuntos em voga em 1993, tarefas que, a seu ver, o horário político não conseguia

executar, por seu “alto grau de superficialidade e demagogia” (O PLEBISCITO..., 17 mar. 1993, p. 15).

A escolha editorial que originou a publicação do guia por *Veja* demonstrou definitivamente seu total desprezo pelos recursos produzidos pelas frentes. A subjetividade dos dados selecionados pela revista vinha ao encontro das calculadas críticas perpetradas pelo periódico, no decorrer dos anos. “O Plebiscito é importante, mas convém lembrar que, por si só, presidencialismo ou parlamentarismo não são decisivos para que o Brasil melhore”, ressaltou o semanário, assegurando que sistema de governo “bom” é “aquele que funciona – de maneira democrática e eficaz” (O PLEBISCITO..., 17 mar. 1993, p. 15).

O texto introdutório do guia (GUIA..., 17 mar. 1993, p. 39) e a “Carta ao Leitor”, de 17 de março de 1993 (O PLEBISCITO..., 17 mar. 1993, p. 15), contestaram com ironia, a necessidade de avaliação dos temas pelos brasileiros, 103 anos depois da Proclamação da República e 30 anos após o Referendo de 1963.

Quando se proclamou a República no país, em 1889, prometeu-se que o povo seria convocado a optar entre o novo regime (sic) ou a volta ao anterior. Não se fez isso na ocasião. Faz-se agora, 103 anos depois. Deve ser um recorde mundial. Quanto à outra questão, do parlamentarismo contra presidencialismo, já foi objeto de consulta ao eleitorado, em 1963, quando ganhou o presidencialismo e pôs-se fim ao parlamentarismo instituído com a renúncia de Jânio Quadros. Um povo ser convocado duas vezes, em sua história, para se manifestar sobre essa questão deve ser outro recorde mundial (GUIA..., 17 mar. 1993, p. 39).

O Plebiscito de 1993 era, segundo o editor, resultado de “vias tortuosas” (O PLEBISCITO..., 17 mar. 1993, p. 15), concretizando-se a partir da aceitação da “exótica” ideia de Cunha Bueno, por parte dos republicanos parlamentaristas, derrotados em plenário na Constituinte. A redação também rememorou a ferrenha oposição de José Sarney à mudança de sistema de governo, entre 1987 e 1988, sem, todavia, salientar que o ex-presidente se aliou à Frente Parlamentarista, em 1993 (GUIA..., 17 mar. 1993, p. 39).

Veja acreditava ser “mais fácil” comparar características físicas de candidatos personificados, como Collor e Lula, do que interpor propriedades estanques aos modelos administrativos. Na avaliação da revista, argumentos sobre qualidades e defeitos dos sistemas se constituíam, paralelamente, no “coração do debate” e no “compartimento mais enganoso e escorregadio” do Plebiscito de abril, dificultando quaisquer conclusões (QUEM... 17 mar. 1993, p. 40).

Todas as reportagens do guia possuíam em comum, o emprego de boxes com explicações, ilustrações e comparações atinentes aos tópicos. “Há parlamentarismos como estrelas no céu, às vezes mais parecidos com presidencialismo do que com outro

parlamentarismo”, enfatizava a revista, interessada em promover a pluralidade dos modelos em funcionamento no mundo, ao longo de sua compilação instrucional (OS DIVERSOS..., 17 mar. 1993, p. 46).

O guia também se preocupou em esclarecer conceitos inerentes ao parlamentarismo, como as moções de confiança e desconfiança – também conhecida como moção de censura. A possibilidade de dissolução do Congresso e as moções, elementos para a conservação ou não de um gabinete no poder, formavam, para *Veja*, a “trinca de institutos” que conferia ao sistema parlamentarista “sua decantada flexibilidade” (OS ARGUMENTOS..., 17 mar. 1993, p. 45).

Um leitor assíduo de *Veja* não identificaria novidades substanciais no conteúdo e no discurso do guia, que analisou ainda a “sobrevida” da monarquia no mundo, a partir da lógica que delegava à forma de governo, pouca ou nenhuma relevância na política mundial contemporânea (A SOBREVIDA..., 17 mar. 1993, p. 48-49). Na visão da revista, as reais necessidades de transformação almejadas para o país se fundamentavam, em realidade, na emergência de um debate sobre voto proporcional e voto distrital, na efetivação de uma reforma partidária e no ajuste na disparidade das bancadas na Câmara dos Deputados, itens esmiuçados na última reportagem do guia (MUDE..., 17 mar. 1993, p. 54-56).

As matérias publicadas em 17 de março de 1993 transitaram entre o explicativo e o complexo, não conseguindo se abster da erudição de alguns termos, que requeriam do leitor, conhecimentos mais aprofundados. No entanto, sobre seu empenho de natureza jornalística, com inspiração didática, *Veja* publicou na seção “Cartas” da semana seguinte, opiniões de cinco leitores satisfeitos com o produto ofertado pelo semanário. Em linhas gerais, eles exaltavam as reportagens e criticavam as campanhas, por suas inserções “confusas”, “ruins”, “pouco criativas” e “nada esclarecedoras” (CARTAS, 24 mar. 1993, p. 10).

O final do guia apresentou em um box, títulos de cinco livros de temática política, recomendados pela revista. Dois deles tinham entre seus organizadores, o cientista político Bolívar Lamounier – *A Opção Parlamentarista e Presidencialismo ou Parlamentarismo*, editados pelo Idesp. A terceira obra recomendada, *O Plebiscito*, se configurava em uma coletânea de ensaios publicada pela Editora Nova Fronteira, cuja qualidade dos escritos de Raul Machado Horta e Raphael de Almeida Magalhães era elogiada pelo redator do guia (O QUE..., 17 mar. 1993, p. 56).

Naquele box, o livro *Parlamentarismo*, de Philippe Lauvaux para a Jorge Zahar Editora, era apontado como um “estudo técnico-jurídico, para quem quer se aprofundar” no tema. Por fim, uma publicação do cientista político Jairo Marconi Nicolau, *Sistema Eleitoral e*

Reforma Política, da Editora Foglio, foi interpretada como “um claro estudo sobre voto proporcional-voto distrital” (O QUE..., 17 mar. 1993, p. 56). A escolha desse quinto título mais uma vez demonstrou a preferência do periódico pelo debate em torno desse assunto, periférico ou quase nulo nos entendimentos dos contendores plebiscitários.

Em 27 de janeiro de 1993, *Veja* noticiou o lançamento de outras quatro obras literárias, que também exploravam pontos a serem apreciados no Plebiscito. Na ocasião, *Presidencialismo ou Parlamentarismo*, de Bolívar Lamounier e Dieter Nohlen, foi enaltecido por um de seus artigos, “Quadros metainstitucionais e consolidação democrática”, escrito pelos brasilianistas Alfred Stepan e Cindy Skach, tido como “bastante lúcido, apesar do título complicado” (DE OLHO..., 27 jan. 1993, p. 80).

Contra o livro, pesava em si seu caráter técnico, por ser sumamente composto de transcrições de palestras efetuadas durante um evento realizado no início daquele ano. Lamounier, mais uma vez, ganhou sensíveis elogios de *Veja*, sendo notabilizado como “o grande porta-voz intelectual brasileiro do parlamentarismo” (DE OLHO..., 27 jan. 1993, p. 80). O acadêmico, muito próximo do PSDB, possuía adesão oficializada à Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães (FRENTE..., 1993, p. 122).

Ainda na matéria de janeiro, o semanário paulistano analisou os livros *Parlamentarismo – A Hora e a Vez da Cidadania*, de Jô de Araújo, e *ABC do Parlamentarismo*, de Luiz Antônio Nunes, ponderados sob distintos prismas. Enquanto o primeiro era visto como “mais elaborado e equilibrado”, o segundo era julgado negativamente, por sua brevidade e suas ideias, que, conforme *Veja*, promoviam o sistema de gabinete como uma “espécie de maravilha curativa”, capaz de resolver problemas mais amplos da política e da economia (DE OLHO..., 27 jan. 1993, p. 80).

Em atenção ao livro *Parlamentarismo ou Presidencialismo? República ou Monarquia?*, coletânea da Editora Contexto, *Veja* definiu como bons, os artigos do parlamentarista José Serra e do presidencialista Vladimir Palmeira, enquanto o texto de Cunha Bueno sobre a monarquia era criticado por suas “impropriedades” (DE OLHO..., 27 jan. 1993, p. 80). Em 7 de abril de 1993, o livro apareceu em nono lugar na lista de mais vendidos, semanalmente atualizada pelo periódico, na categoria não-ficção (OS MAIS..., 7 abr. 1993, p. 89).

A análise literária de *Veja*, em 27 de janeiro, se assemelhava ao texto de Maria Helena Malta, publicado posteriormente em *Manchete*, em 3 de abril de 1993. Ambas as matérias combinavam as críticas das obras com imagens ilustrativas das capas dos livros examinados. Na revista da Bloch Editores, a jornalista difundiu pensamentos comumente aplicados pelo

periódico da Editora Abril, como a conclusão de que, há poucas semanas do pleito, muita gente “torcia o nariz à campanha que desfila na telinha”, isto é, na televisão (MALTA, 3 abr. 1993, p. 72).

Para Malta (3 abr. 1993, p. 72), livros recentemente lançados se constituíam em uma “boa maneira” de se informar sobre o debate político corrente. A jornalista amplificou, em sua matéria, pontos negativos sobre a aplicação do parlamentarismo do governo João Goulart, enfatizando também a pertinência de se discutir a implantação do voto distrital no Brasil. Formas e sistemas de governo eram tratados como novidades ignoradas por grande parte do eleitorado.

Entre as obras recomendadas por Malta (3 abr. 1993, p. 72) estavam *O Plebiscito e as Formas de Governo*, de Argelina Cheibub Figueiredo e Marcus Figueiredo para a Editora Brasiliense – que tinha entre suas qualidades, segundo a jornalista, a elucidação da função dos partidos políticos – e *O que é Parlamentarismo Monárquico*, de Ives Gandra Martins – que, conforme ela, fazia uma profunda retomada das experiências monárquicas e suas evoluções, que culminaram no desenvolvimento do parlamentarismo em países europeus (MALTA, 3 abr. 1993, p. 72).

A jornalista indicou o livro *Em Defesa do Presidencialismo*, da Editora Espaço e Tempo, sem, no entanto, especificar seu conteúdo. Malta (3 abr. 1993, p. 72) concluiu seu exame literário, versando sobre a importância dos debates originados pelo Plebiscito. “Desta reflexão depende a plenitude do Estado de Direito e, quem sabe, a revogação da inflação e da fome, entre outras mazelas tupiniquins”, atestava a redatora, com um otimismo raro a outros jornalistas, sobretudo aos da editoria política (MALTA, 3 abr. 1993, p. 72).

Na mesma edição, uma nota na seção “Expressas” divulgava o lançamento do livro *Autoritarismo e Parlamentarismo no Brasil*, de Aurélio Wander Bastos. Segundo o texto, na obra, Bastos se dispunha a analisar a “desarticulação institucional dos governos autoritários no Brasil e o papel das propostas parlamentaristas como instrumento de articulação democrática” (PROF..., 3 abr. 1993, p. 74).

Sob intensos julgamentos dos semanários, as frentes continuaram a conduzir suas campanhas. Entre a classe política, muitas indefinições contrabalançavam a adesão de notáveis às ideias promovidas diariamente no rádio e na televisão. O protagonismo da causa monarquista também se fez evidente, em um cenário onde os conflitos da família Orléans e Bragança concorriam com o projeto político identificado em lideranças como Cunha Bueno, como se observará a seguir.

4.3 “Quem vai para o trono”: a monarquia além das urnas

Os desdobramentos políticos imediatamente anteriores ao Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo não davam sinais de vitória para a causa monarquista, fator que influenciou no comportamento das frentes republicanas, mormente preocupadas em notabilizar os modos de operação dos sistemas. *Manchete* e *Veja* concordavam em acreditar que a monarquia era algo antiquado e muito distante da realidade contemporânea. Mesmo assim, reconheciam a efervescência das ideias monárquicas em potenciais adeptos, que se faziam presentes no horário político e em reuniões e eventos.

Em 16 de março de 1993, a Bloch Editores promoveu um debate sobre monarquia, em sua sede, localizada no bairro da Glória, Zona Sul do Rio de Janeiro. Não foram informados maiores detalhes sobre a motivação e a organização desse evento. Ressaltou-se em uma matéria, a presença de dois integrantes da família Orléans e Bragança – Dom João Henrique, do Ramo de Petrópolis, e Dom Alberto, do Ramo de Vassouras – e de outros sete apoiadores do Movimento Parlamentarista Monárquico, os quais deram tratamento político, social e econômico às discussões, a partir de suas visões de passado, presente e futuro (CONY E OUTROS, 3 abr. 1993, p. 30-31).

Em uma página da edição de 3 de abril de 1993, a revista deu proeminência aos argumentos sustentados pelos promotores da monarquia, buscando se abster do endosso de quaisquer ideias por eles refletidas. “Atenção para os nossos comerciais: os notáveis da monarquia explicam por que ela é a melhor forma de governo”, destacava o cabeçalho que introduziu os assuntos, com certa ironia, simulando uma veiculação publicitária (ATENÇÃO..., 3 abr. 1993, p. 32). Entre os citados pela matéria, três já haviam outrora participado de reportagens da revista: Cunha Bueno, Caio Domingues e Hélio Bloch.

Na ocasião, Cunha Bueno recordou falhas de instituições públicas, como a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor de São Paulo (FEBEM), que, sob sua avaliação, era um fracasso operacional. Para o parlamentar, a cada intercorrência na FEBEM, soluções efêmeras eram tomadas, como o afastamento de diretores ou secretários responsáveis. O problema, porém, a seu ver, era outro. “Não paramos para ver que o erro é do sistema”, percebia o antigo pedessista, comparando questões dessa natureza ao modelo administrativo em vigor no país, em um raciocínio não muito claro (ATENÇÃO..., 3 abr. 1993, p. 32).

Caio Aurélio Domingues, publicitário e dono da agência Caio, problematizou uma questão que, para ele, havia motivado o “golpe de 1889”, modo como ele e outros monarquistas mais convictos chamavam a Proclamação da República. Em seu parecer, a

instalação da nova forma de governo pelo Marechal Deodoro da Fonseca era a consumação do “machismo brasileiro”, pois sua real intenção era impedir que a Princesa Isabel assumisse a chefia de Estado, pelo fato de ela ser mulher (ATENÇÃO..., 3 abr. 1993, p. 32).

Domingues prestou numerosas reverências a Dona Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, “a quem o estado do Rio de Janeiro deve a Floresta da Tijuca”. A imperatriz consorte, falecida em 1826, era vista pelo publicitário como uma “figura fantástica”, a “melhor primeira-dama que o país já teve”. “Não se fazem mais primeiras-damas como antigamente”, lamentava, em um momento em que o título atribuído à esposa do governante estava vago, visto que Itamar Franco, o presidente, era divorciado (ATENÇÃO..., 3 abr. 1993, p. 32).

O “planejador do *marketing* da campanha monarquista”, Hélio Bloch, enfatizou, por sua vez, que, nas pesquisas que realizou para confeccionar os programas audiovisuais do MPM, ele se deparou com “coisas muito curiosas”, como os “preços astronômicos” das “obras faraônicas”, que cada presidente da República queria “deixar como marco de sua administração”. Não apenas os custos das obras lhe causavam espécie, como os prazos de conclusão e a suposta pouca necessidade de se realizar esse tipo de empreendimento (ATENÇÃO..., 3 abr. 1993, p. 32).

O antropólogo Otávio Velho, ligado ao Museu Nacional, elogiava a campanha monarquista, que, segundo ele, tentava mostrar “com bastante sucesso, que a monarquia não tem nada de atrasado, e que ela é perfeitamente adequada ao mundo moderno”. A palavra “moderno”, contudo, aponta uma dupla interpretação, podendo remeter à periodização histórica ou à contemporaneidade. O segundo caso é o mais provável, diante do contexto, pois, a seguir, Velho, que se autodeclarava uma pessoa “de esquerda”, analisou as recentes transformações no mundo, como a queda do socialismo no leste europeu (ATENÇÃO..., 3 abr. 1993, p. 32).

Conforme o “ex-vice-presidente da Shell” e “empresário com firma de consultoria”, Francisco Pedro Garcia, a grande meta do Brasil era a estabilidade, que se constituía em um “projeto da monarquia” por ele defendida. “Acho que temos a chave da realização da potencialidade do nosso país através do parlamentarismo monárquico”, inferia Garcia, mencionando críticas direcionadas às dificuldades brasileiras de consolidação de projetos de crescimento, publicadas em livros como *As Mudanças do Poder*, do escritor estadunidense Alvin Toffler (ATENÇÃO..., 3 abr. 1993, p. 32).

Ainda em observação ao campo econômico, Julian Alfonso Magalhães Chacel, diretor do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, salientava que, mesmo em momentos de economia de guerra, durante o Império, o desempenho do país nessa área era

superior ao de tempos mais recentes da República. Sua percepção se baseava em estudos elaborados pelo romeno Mircea Buescu, pesquisador que “teve a paciência de fazer uma história da inflação do Brasil” (ATENÇÃO..., 3 abr. 1993, p. 32).

Para Gastão Reis, professor de Economia da PUC-RJ e presidente do MPM, a forma de governo monárquica se apresentava como uma “solução” que “deu certo em todas as latitudes”. “Não existe a desculpa de que no hemisfério sul não dá, no hemisfério norte é inconveniente, na América não funciona”, afiançava o economista, visando desconstruir conceitos comumente versados pelos republicanos. O exemplo espanhol, segundo ele, era o mais identificado com o Brasil, por ter sido adotado após uma ditadura e por provar sua capacidade de coexistência com “concepções diversas de governo” (ATENÇÃO..., 3 abr. 1993, p. 32).

A exaltação da monarquia e do monarca espanhol não era uma exclusividade dos integrantes da campanha monarquista. *Veja* também entendia como um sucesso, a reinstalação da Coroa no país da Península Ibérica, que delegou ao rei Juan Carlos, um estatuto diferenciado no panorama político. O soberano era, conforme o semanário paulistano, “útil e capaz de ser partícipe e garantidor do processo democrático em que ingressou o país”, por ter se posicionado e agido contra um golpe militar, articulado sem sucesso em 1981 – atitude exitosa elogiada outras vezes pela linha editorial da revista (A SOBREVIDA..., 17 mar. 1993, p. 49).

O ato de Juan Carlos que evitou uma nova supressão da democracia, de acordo com a revista, ficaria “gravado na memória” de seus súditos “como uma lição de equilíbrio e sabedoria”. Mesmo com tantos predicados favoráveis ao rei da Espanha, *Veja* reiterava que o monarca era uma “exceção” em um mundo político em que reis habitualmente não detinham poderes. Por isso, para o periódico, se aprovada a monarquia no Plebiscito de 1993, seria criada no Brasil, “uma figura que não serve para nada”, ou seja, um soberano desprovido de funções nas esferas de poder (A SOBREVIDA..., 17 mar. 1993, p. 49).

Concomitantemente, *Veja* observava o modelo monárquico, em geral, como algo “obsoleto e eventualmente ridículo”, tornando-se “antidemocrático, ao basear-se na hereditariedade e na vitaliciedade do cargo de soberano”. Para a revista, a experiência imperial brasileira do século XIX, com 67 anos de duração, não habilitaria uma reconciliação do país “com suas origens monárquicas”, devido a características próprias da política do período associadas à forma de governo, tais como a “tolerância para com a escravidão” e a “inoperância industrial” (A SOBREVIDA..., 17 mar. 1993, p. 49).

Assim, havia, segundo o hebdomadário, em 1993, “duas maneiras de encarar a possível restauração monárquica no Brasil: na piada e a sério”. A piada se embasava na alusão das feições da monarquia aos personagens carnavalescos e às apostas sobre quem assumiria os títulos de nobreza e o cargo de bobo da corte. *Veja* ironizou essa segunda disposição, julgando que “uma infinidade de candidatos potenciais, inclusive entre os membros do atual ministério”, estaria apta a ocupar tal posto em um virtual reino concebido pelo voto (A SOBREVIDA..., 17 mar. 1993, p. 48).

A seriedade da causa perpassaria na resolução do “problema” do chefe de Estado, isto é, na certeza de que o trabalho do primeiro-ministro não encontraria barreiras em outros personagens do jogo do poder, como o presidente da República. De acordo com o semanário, foi esse o “raciocínio que levou uma pessoa como o ex-ministro Mário Henrique Simonsen a optar pela monarquia”. O comprometimento dos republicanos parlamentaristas com a eleição direta presidencial, conforme *Veja*, contribuiu para o afastamento de muitos apoiadores, que temiam conflitos dessa natureza (A SOBREVIDA..., 17 mar. 1993, p. 48).

A chance de “instalação de um parlamentarismo mais perfeito”, eventualmente proporcionada pela monarquia, pensamento difundido pela campanha liderada por Gastão Reis e Cunha Bueno, não era suficiente para convencer os redatores e editores da revista paulistana sobre a viabilidade do restabelecimento dessa forma de governo no Brasil (A SOBREVIDA..., 17 mar. 1993, p. 48-49). Outros espaços foram destinados no periódico para o impulsionamento de opiniões antagônicas à monarquia e ao parlamentarismo, primando-se, de maneira especial, pela defesa do presidencialismo.

Exemplo disso foi o texto publicado na seção “Ponto de Vista”, em 7 de abril de 1993. Nele, a cantora Beth Carvalho, conhecida por seu engajamento político, se disse “perplexa com a imprudência daqueles que se têm declarado monarquistas”. Segundo a artista, o tema monarquia estava “desgastado até para enredo de escolas de samba”, pois elas tinham “assuntos mais importantes para tratar”. Assumidamente contrária ao Plebiscito, julgado por ela como uma “piada de péssimo gosto”, Carvalho temia que “outras propostas mais indecorosas” emergissem ao debate, “tais como o retorno da escravidão, a reinstalação do tronco, o pelourinho” (CARVALHO, 7 abr. 1993, p. 102).

A artista ressaltou seu descontentamento diante de ideias defendidas pelo MPM, como a pretensa índole ilibada de um rei “que nem sequer existe”, pormenorizando o que chamava de desinteresse dos líderes imperiais do passado com a desigualdade social. “O fato é que o povo nunca esteve nas preocupações dos monarcas governantes”, condenava a cantora, que seguiu recriminando atitudes dos imperadores que geraram impacto político e social, como os

posicionamentos adotados pelo governo contra o movimento em prol da Confederação do Equador, em 1824, e a participação do país na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, entre 1864 e 1870 (CARVALHO, 7 abr. 1993, p. 102).

Posteriormente, ela arrolou vários questionamentos conexos ao âmbito político e organizacional brasileiro, que, sob seu parecer, poderiam demarcar retrocessos ao país, mediante a confirmação da substituição da república pela monarquia, por meio do voto popular.

Voltarão os Estados a ser governados pelos presidentes de província? Ou retrocederemos às capitânicas hereditárias? Quem sabe os latifúndios se transformem em feudos legítimos? A propósito, qual seria o papel da TFP no novo reinado, já que uma das facções que pleiteiam o trono tem ligações profundas com essa temida instituição? Seria transformada no Partido do Rei? Ou, quem sabe, nos Guardiões do Palácio? (CARVALHO, 7 abr. 1993, p. 102).

Beth Carvalho (7 abr. 1993, p. 102) lamentava a postura dos parlamentaristas, que se apresentavam como uma “força supostamente inovadora”, porém fundamentada em políticos que detinham o poder há tempos e não estavam dispostos a perdê-lo. Em sua compreensão, o voto na monarquia somente serviria para reforçar as ambições desses grupos. A artista corroborava a noção de que a agenda monarquista era um tema secundário, mesmo tendo sido a motivação original para a concretização do Plebiscito. “Por ora, vamos eleger o chefe supremo da nação pelo voto direto. Nós merecemos”, conclamava a artista, concluindo sua explanação (CARVALHO, 7 abr. 1993, p. 102).

O fato de *Manchete* e *Veja* terem contemplado a causa monárquica sob um olhar político não impediu a notoriedade de um assunto de pouca significância naquele contexto, que parecia captar a curiosidade dos redatores: quem iria ocupar o trono brasileiro, se a proposta do Movimento Parlamentarista Monárquico se sagra-se vitoriosa? A demanda – que, segundo o estatuto da frente monarquista, seria resolvida pelo Congresso Nacional, em oportunidade adequada, caso o ideário conquistasse a maioria dos votos – gerou a produção de novas matérias na revista carioca, semelhantes às anteriormente publicadas.

A grande novidade, porém, foi o inédito interesse de *Veja*, que dedicou oito páginas a uma reportagem escrita pela jornalista Mônica Bergamo, sintetizando pautas outrora investigadas pelo periódico concorrente. Na matéria do semanário paulistano, de 3 de fevereiro de 1993, foram descritas características pessoais e profissionais de integrantes da família Orléans e Bragança, com ênfase a Dom Luiz e Dom Bertrand, como lideranças do Ramo de Vassouras, e Dom Pedro Gastão e Dom João Henrique, representando o Ramo de Petrópolis (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 22-29).

Para Bergamo (3 fev. 1993, p. 23), as “fofocas, paixões ardentes e até confusões com a polícia” promovidas pelos membros do clã se constituíam em um “excelente material” para quem “gosta de acompanhar conspirações políticas e intrigas familiares que compõem o cotidiano da realeza de qualquer país”. “Nossa família real é mais divertida que a inglesa”, assegurava a repórter, mencionando os conflitos da dinastia britânica, sobressalentes no período (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 23).

Em seu discurso, a jornalista empregou tom crítico e irônico, uma das marcas de *Veja*, acreditando que, ao lerem sua matéria, os brasileiros ficariam “surpresos com seus candidatos a rei”. Conforme ela, em virtude da campanha, os “príncipes que a espada de Deodoro obrigou a batalhar pelo próprio sustento” buscavam romper “um século de anonimato quase absoluto”, ao se engajarem nos atos de 1993. Em público, geralmente eles não se ofereciam à vaga real, simulando “certo desinteresse elegante”, “como qualquer político plebeu em véspera de campanha” (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 23).

Ricamente ilustrada e acompanhada por infográficos e boxes, a matéria foi a única de *Veja* a destinar espaço exclusivo para esse assunto. Em alusão a uma telenovela produzida pela Rede Globo que, em 1989, satirizou a política, tendo como cenário um reino fictício, a reportagem ganhou o título “Que rei sou eu”. A originalidade editorial não ficou restrita às páginas internas, pois a capa da edição estampou um chamariz à matéria. Reproduzindo a imagem da coroa de Dom Pedro II, *Veja* prometeu explicar “os amores, as intrigas e o estilo de vida dos príncipes que querem o trono do Brasil” (CAPA, 3 fev. 1993).



Figura 13 – Capa de *Veja*, destacando a reportagem de Mônica Bergamo (CAPA, 3 fev. 1993).

Enquanto *Veja* explorava profundamente pela primeira vez, características dos Orléans e Bragança, *Manchete* voltou a abordá-las em três momentos específicos. Um deles, em 3 de abril de 1993, na repercussão do debate da Bloch Editores, supracitado, a partir de pensamentos de Dom João Henrique e Dom Alberto (CONY E OUTROS, 3 abr. 1993, p. 30-31). Semanas antes, em 13 de fevereiro, o primeiro já havia sido entrevistado pela repórter Maria Helena Malta, enfatizando-se elementos de sua vida pessoal e profissional (ORLÉANS E BRAGANÇA, 13 fev. 1993, p. 14-17). Em 20 de março, foi a vez de Dom Pedro Gastão se destacar em uma elogiosa matéria de Carlos Heitor Cony (20 mar. 1993, p. 30-35).

Em todas as intervenções, a despeito de sua incredulidade sobre a causa monárquica, *Manchete* apresentou seus entrevistados como pessoas agradáveis e dispostas a colaborar, dentro de seus limites, com o desenvolvimento do Brasil. As tradicionais discórdias da linhagem foram informadas ao leitor, mas minimizadas em seu trato, uma vez que as singulares condutas de Dom Luiz e Dom Bertrand eram consideradas a verdadeira polêmica do círculo familiar. Os irmãos foram principalmente lembrados pelas duas revistas por suas adesões à TFP.

Em *Veja*, Mônica Bergamo (3 fev. 1993, p. 25) amplificou a origem da contenda dinástica que dividia os descendentes da Princesa Isabel em ramos, recordando a renúncia de Dom Pedro de Alcântara, em 1908, detalhando descontentamentos. “Essa renúncia é um papelzinho à toa”, afirmava Dom Pedro Gastão, certificando que a carta não possuía “sequer firma reconhecida”, conceito apoiado por Dom João Henrique, que julgava o documento como “ultrapassado” e sem valor (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 26). Cony, igualmente, elaborou em sua reportagem, um box para explicar essa divergência (QUEM..., 20 mar. 1993, p. 34-35).

Nos bastidores do debate da Bloch Editores, Dom João Henrique e Dom Alberto demonstravam que, apesar de se originarem de ramos diferentes, eles estavam mais afinados ideologicamente do que costumavam alegar as notícias. Segundo Alberto, seus irmãos mais velhos, Luiz e Bertrand, eram os únicos a não seguirem os “princípios” e a “postura da monarquia”, que preconizava a “não-vinculação a partidos políticos e organizações extremistas e a profissão de fé no Estado Democrático de Direito”. Sobre os dois tefepistas, João Henrique atestava que seus primos eram “minoría absoluta”, estavam “fora dessa campanha” e não eram “aprovados pela família” (CONY E OUTROS, 3 abr. 1993, p. 30).

Mesmo reconhecendo que Dom João Henrique ocupava, na “pura dinastia”, “um lugar qualquer no fim da fila de sucessão, atrás de primos, tios e de seu pai, o príncipe Dom João”, Mônica Bergamo (3 fev. 1993, p. 27) prestigiou a imagem do empresário como apto ao

eventual cargo de soberano do Brasil, atitude também adotada por Maria Helena Malta. As jornalistas concordavam, ao exibi-lo como “um príncipe à brasileira”, avesso à “pompa” e à “arrogância” (ORLÉANS E BRAGANÇA, 13 fev. 1993, p. 14), dono de um “charme para estrelar qualquer campanha” (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 27).

Negando ser candidato ou aspirante ao trono, Joãozinho Príncipe, como foi chamado pela repórter de *Veja*, se colocava “à disposição do país”, caso o Congresso Nacional deliberasse em torno de seu nome para o posto real (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 27). Bergamo e Malta referenciaram particularidades de João, como seus *hobbies*, o surfe e a fotografia, gostos que lhe proporcionaram inúmeras viagens ao redor do mundo e lhe renderam relativa fama, mas que haviam ficado em segundo plano, diante de sua necessidade de administrar a “Pousada do Príncipe”, empreendimento hoteleiro de sua propriedade, no município fluminense de Paraty.

Bergamo embutiu pontual ironia em sua redação, informando que a construção da hospedaria de Dom João Henrique foi subsidiada com um financiamento de 230 mil dólares, “levantados nos cofres de dinheiro barato do republicano BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]” (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 27). O empresário, que dizia que a “família imperial” não deveria “se meter em assunto político”, vinha se envolvendo, conforme Malta, em articulações e demandas da comunidade paratiense. Além disso, ele não escondia sua admiração a políticos daquela atualidade, como Tasso Jereissati, presidente do PSDB, e Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba, então filiado ao PDT (ORLÉANS E BRAGANÇA, 13 fev. 1993, p. 14).

Em *Manchete*, Dom João Henrique celebrou o modelo monárquico espanhol, tido por ele como o ideal, rejeitando a “ilegítima” República brasileira – “que nasceu de um golpe de estado” – e seu “presidencialismo imperial” – que somente favorecia o “coronelismo” e o “clientelismo”. Outras monarquias também foram elencadas pelo empresário como sinônimos de “coisa moderna”, a exemplo das que estavam em vigor em países “desenvolvidos e democráticos”, como Japão e Suécia (ORLÉANS E BRAGANÇA, 13 fev. 1993, p. 14).

Seu posicionamento contrário à república foi classificado como algo novo, visto que, até então, ele não criticava com veemência a forma de governo implantada em 1889. “A instituição monárquica existe como chefia de Estado, para dar estabilidade ao governo parlamentarista”, entendia João Henrique, diminuindo a importância do voto direto, revelando-se adepto do sistema de gabinete, “antes de ser monarquista”. O empresário expressava sua concordância com o voto distrital e com a necessidade de uma “boa reforma eleitoral” (ORLÉANS E BRAGANÇA, 13 fev. 1993, p. 15).

Conforme a reportagem, com ou sem dinastia, eram remotas, as chances de descendentes da família imperial brasileira serem escolhidos como rei, pois, entre os 503 deputados, só existia um que se podia “considerar um monarquista histórico”: Cunha Bueno (PODER..., 3 fev. 1993, p. 27). Apesar de pleitear o retorno dos Bragança à Coroa, o MPM impetrou uma cláusula em seu projeto, impondo limites ao desígnio do rei, tendo em vista, o local de nascimento do aspirante. A aplicação do documento pós-Plebiscito, para Bergamo (3 fev. 1993, p. 26), não possuía pleno respaldo, motivo que a fez efetuar a apresentação de Dom Luiz, que não se enquadrava nas normas sugeridas pela frente política, mas que confessava ser “concorrente” à vaga.

Primogênito de 12 irmãos, Dom Luiz teve, segundo a reportagem, sua vida marcada pela poliomielite, contraída aos dois anos de idade, quando ainda morava na França. As sequelas da enfermidade limitavam seus movimentos da perna direita. Ao quebrar o fêmur, em uma queda recente, ele se encontrava internado em um hospital de São Paulo, de onde escreveu uma carta a Itamar Franco, solicitando ao presidente da República, garantias de que poderia participar livremente do horário eleitoral gratuito, o que não cabia ao mandatário (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 23).

Fatos insólitos da vida de Dom Luiz foram rememorados pela reportagem, como os castigos físicos que recebia na infância de “uma babá que lhe ensinava alemão”. Igualmente, informava-se ao leitor que o “cinquentão” solteiro, de “olhos acinzentados” e “temperamento fechado” se orgulhava de nunca ter consumado uma relação sexual na vida. “Sou casto, graças a Deus”, assegurava Luiz, complementando que a castidade era, para ele, “uma coisa maravilhosa”, uma vez que “sexo é para procriação” (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 23).

O aspirante declarava que, “desde a infância”, havia sido preparado para a “hipótese de assumir o trono” por seu pai, Dom Pedro Henrique, um “católico fervoroso” e “monarquista fanático” que, segundo Bergamo (3 fev. 1993, p. 25), era chamado por “colonos” não afeitos à “árvore genealógica da família”, no meio rural paranaense⁹², de “Adão Pedro”. Adão, no caso, substituía a expressão “Dom”, anedota realçada em uma frase, junto às fotografias.

A opção celibatária e abstinentes do líder do Ramo de Vassouras era entendida como um efeito de sua filiação, desde 1967, à TFP, observada pela jornalista como uma “organização da extrema direita brasileira”. Membros dessa sociedade, que lhe tratavam com reverências, proviam “boa parte” de suas despesas. Embora formado em Química pela

⁹² Ao retornarem para o Brasil, em 1951, Dom Pedro Henrique e seus familiares moraram em Jacarezinho/PR. Em 1965, passaram a residir em Vassouras/RJ, município que empresta seu nome à designação do ramo.

Universidade de Munique, na Alemanha, Dom Luiz nunca havia exercido a profissão, dedicando sua vida a “orações e penitências” (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 24).

O bisneto da Princesa Isabel habitou “por mais de vinte anos”, diminutos espaços conhecidos como “camáldulas”, mantidos pela TFP em edifícios e fazendas de São Paulo. Devido à campanha, contudo, ele havia se mudado para um amplo apartamento em Higienópolis, bairro da capital paulista. O imóvel de quatro dormitórios, de acordo com a reportagem, foi emprestado por Homero Barradas, um tabelião sul-rio-grandense, “figurão da TFP” investigado por uma CPI na Assembleia Legislativa de seu estado (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 24).

Com acentuado engajamento na sociedade conservadora, Dom Bertrand, irmão de Dom Luiz, segundo a matéria, viajava pela América Latina, nos anos 1960 e 1970, a fim de “recrutar adeptos” para a organização, “acendendo velas para golpes” praticados naquele período, nos países que visitou. “Articulado e bem-falante”, ele era acusado de manipular as decisões de seu irmão, Luiz, visto como alguém “retraído” e de “personalidade frágil”. Os dois eram admiradores de Plínio Corrêa de Oliveira, a quem Dom Luiz saudava como “o maior pensador vivo do Brasil” (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 24).

Muitos dos irmãos de Dom Luiz e Dom Bertrand, como Dom Francisco José, consultado pela reportagem, revelavam ter “horror à TFP”. Por isso, articulavam, sem sucesso, que os dois tefepistas renunciassem a seus pretensos direitos dinásticos, em favor de Dom Antônio, “42 anos, casado com uma princesa belga”, terceiro na linha sucessória. Dom Luiz se queixava publicamente de não poder usufruir do laudêmio de Petrópolis, fator que, segundo a jornalista, impediu o pretendente de acumular “fortuna pessoal” (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 24).

Segundo o texto, longas batalhas judiciais confirmaram sentenças favoráveis a Dom Pedro Gastão, o mais “endinheirado” dos familiares, por deter 60% dos lucros da enfiteuse (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 27). O imposto petropolitano gerava contestações por presidencialistas, como Beth Carvalho, que não compreendiam a manutenção do instituto, passados tantos anos do fim do Império (CARVALHO, 7 abr. 1993, p. 102). Para Dom João Henrique, embora parecesse “antiquado”, o laudêmio era legítimo, ao atender as normas determinadas na doação dos terrenos (ORLÉANS E BRAGANÇA, 13 fev. 1993, p. 17), posição compartilhada pelo maior beneficiário da cobrança.

Administrador da Companhia Imobiliária de Petrópolis, interpretada pela jornalista de *Veja* como o “grande ganha-pão republicano da família”, uma “cascata financeira” que lucrava cerca de 300 mil dólares anuais, Dom Pedro Gastão levava uma vida muito diferente a

de Dom Luiz. “Aos 80 anos, seis filhos e 15 netos, sobranceiras de Groucho Marx⁹³ e um bigode do ex-ministro [do governo Collor] Ricardo Fiúza, Pedro Gastão é uma atração turística de Petrópolis”, analisava a repórter (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 26).

Sobre a rotina de Pedro Gastão, Bergamo (3 fev. 1993, p. 26) apontou que ele acordava “todos os dias às 6 da manhã” e, “após um banho de piscina”, montava em seu cavalo puro-sangue, rumo a seus escritórios, localizados no Palácio Isabel. A edificação, outrora pertencente a seus avós, era também sede de outras empresas familiares, servindo de residência para alguns de seus parentes. Dom Pedro Gastão, por sua vez, residia no Palácio Grão-Pará, “no qual a corte e os empregados de Dom Pedro II se hospedavam quando a família deixava o Rio de Janeiro” (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 26).

No texto de Carlos Heitor Cony, Dom Pedro Gastão se transformou em “Dom Pedro III”, a “solução real para o Brasil”. A matéria de *Manchete* salientava que o administrador nasceu no exílio, na França, e demonstrava indignação com o tratamento dado a seu pai, então com 15 anos, e a seus demais antepassados, subitamente banidos do país por ocasião da Proclamação da República. “O banimento da família real não faz sentido com a índole do nosso povo”, julgava o octogenário, retratado como uma pessoa profissionalmente ativa e intelectualmente observadora (CONY, 20 mar. 1993, p. 32).

Cony (20 mar. 1993, p. 33) relatou que conheceu Dom Pedro Gastão em 1975, quando o entrevistou para o semanário carioca, no contexto da restauração monárquica espanhola. “Impossível conhecer Dom Pedro e não ficar amigo dele”, acreditava o jornalista. À época, o entrevistado foi denominado pelo cronista como “o príncipe ecológico”, pela afeição dele ao meio ambiente e à ecologia, quando “ainda não se falava” nos assuntos. O líder do Ramo de Petrópolis evidenciou que foi o pai dele, Dom Pedro de Alcântara, que lhe ensinou que “o Brasil tinha tudo de melhor: as melhores frutas, os mais lindos pássaros, as plantas mais exóticas” (CONY, 20 mar. 1993, p. 33).

Comparando-se a reportagem de 1975 com a de 1993, encontram-se semelhanças nas construções dos textos e nas exposições das fotografias (CONY, 20 set. 1975, p. 60-65). As ilustrações de 1993, creditadas ao fotógrafo Nilton Ricardo, traziam Pedro Gastão em diversos locais, em variadas situações – por exemplo, montado em seu cavalo, na companhia de um pássaro e próximo a “reliquias da monarquia brasileira”, que remetiam ao passado de poder de seus familiares (CONY, 20 mar. 1993, p. 32-35).

Em outra fotografia, Dom Pedro Gastão apareceu ao lado de seu filho mais velho, Dom Pedro Carlos, de 47 anos, que, para o entrevistado, possuía total aptidão para o trono,

⁹³ Julius Henry Marx, conhecido como Groucho Marx (1890-1977), comediante e ator estadunidense que se apresentava com bigode e sobranceiras espessas pintadas em seu rosto.

por ser discreto, ter a “idade ideal” e um “excelente *curriculum* internacional”. A reportagem descrevia a formação acadêmica de Pedro Carlos e sua experiência na área de consultoria a projetos de desenvolvimento integrado, voltados a “assuntos ambientais”. Pedro Gastão entendia que as agendas da saúde e da habitação deveriam ser prioritárias para o monarca brasileiro, independentemente de quem fosse o escolhido (CONY, 20 mar. 1993, p. 35).

O patriarca do Ramo de Petrópolis ainda manifestava sua incompreensão, frente à não realização de uma consulta eleitoral após a mudança da forma de governo para a república, instalada como provisória, 103 anos antes. Simultaneamente, sugeria uma ação que poderia resolver os problemas operacionais mais simples do Plebiscito de 21 de abril. Conforme ele, “seria mais lógico” haver “um plebiscito prévio sobre presidencialismo e parlamentarismo”, antes de se deliberar sobre monarquia e república. A vitória do sistema de gabinete abriria espaço para uma nova eleição, focada na disputa das formas (CONY, 20 mar. 1993, p. 33).

Confiante na vitória da monarquia, Pedro Gastão notava que o povo brasileiro se orgulhava de seu passado imperial, motivo pelo qual o movimento monarquista recebia quantidades cada vez maiores de apoio. Ao mesmo tempo, ele temia a vitória do parlamentarismo republicano no Plebiscito, pela “tendência da parcialidade” do presidente da República, fruto da fidelidade do mandatário ao partido que o elegeu. Essa demanda, em sua visão, não ocorreria na forma monárquica, pois o soberano “não pertence a partido algum” (CONY, 20 mar. 1993, p. 33).

Com relação à divisão familiar, ele dizia que, “na realidade, não existem dois ramos na família, mas dois loucos”, seguindo a linha de Dom João Henrique e Dom Alberto, que censuravam as atitudes de seus primos, Dom Luiz e Dom Bertrand, incomodados com a proximidade de ambos à TFP, definida por Cony como um “movimento ultraconservador e reacionário”. Gastão criticava nos tefepistas, o fato de não terem nascido no Brasil, mesmo após o fim do banimento, “por que assim o quiseram seus pais” (CONY, 20 mar. 1993, p. 34).

O entrevistado comentou sobre Plínio Corrêa de Oliveira, a quem conheceu em 1925. Dom Pedro Gastão lastimava as ações do líder da TFP, “que sempre foi monarquista, mas se isolou”. Paralelamente, lembrou que Oliveira era sobrinho-neto do conselheiro João Alfredo⁹⁴, “que assinou com minha avó Isabel, a lei de 13 de maio”. “Fundou a TFP e está convencido de que não vai morrer”, avaliava Pedro Gastão sobre o tefepista. O administrador imobiliário expressava apoio à vinculação da almejada nova Coroa com ritos católicos, mas sem extremismos (CONY, 20 mar. 1993, p. 34-35).

⁹⁴ João Alfredo Corrêa de Oliveira (1835-1919), político com proeminência no período imperial. Presidente do Conselho de Ministros entre março de 1888 e junho de 1889.

Carlos Heitor Cony (20 mar. 1993, p. 35) encerrou a reportagem, analisando que, “se vitoriosa” nas urnas, “a monarquia no Brasil poderia ter, ao menos em seu início, a figura humana e simpática de príncipe amável como Dom Pedro Gastão, que foi educado na crença de que o Brasil é um paraíso”. Para o cronista de *Manchete*, “em linhas gerais”, “os chamados quadros da família imperial de Petrópolis” eram melhores do que muitos políticos do contexto, o que daria créditos ao ramo liderado por Gastão, na posse da chefia de Estado (CONY, 20 mar. 1993, p. 35).

Ponderando Dom Luiz, Dom Pedro Gastão e Dom João Henrique como as figuras mais viáveis ao trono, Mônica Bergamo comparou, em um box, o modo de pensar dos três integrantes da família Orléans e Bragança (AS IDEIAS..., 3 fev. 1993, p. 26). As informações combinavam com outros pontos salientados em reportagens de *Manchete*. Na exposição, a jornalista primou por frases diretas, atendo-se à postura dos três sobre tópicos que transitavam entre a política e a pauta de costumes, sem maiores aprofundamentos.

Sobre o governo Itamar Franco, recém instalado, Dom Luiz refletiu que a “família imperial” deveria se abster de julgamentos políticos, enquanto Dom Pedro Gastão achava “muito cedo para opinar”. Para Dom João Henrique, “aos trancos e barrancos”, o novo presidente vinha “conseguindo o consenso”. Sobre pena de morte no Brasil, Dom Luiz dizia ser “filosoficamente a favor, mas não agora”. Já Dom Pedro Gastão e Dom João Henrique eram contrários, por “princípio religioso”, “em respeito ao Santo Padre”, o Papa (AS IDEIAS..., 3 fev. 1993, p. 26).

Perguntados sobre o que pensavam a respeito do tema casamento, Dom Luiz e Dom Pedro Gastão se mostravam favoráveis – com o segundo reforçando sua adesão à prática. Dom João Henrique ignorava o assunto. “É igual ilha no oceano, simplesmente existe”, afiançava o hoteleiro, que era casado. Diante da questão do divórcio, os líderes dos ramos se colocavam contrários, com Gastão lamentando a ocorrência em sua família. “Esses casais são razão de pena”, acreditava. João Henrique se colocava, outra vez, indiferente ao tema (AS IDEIAS..., 3 fev. 1993, p. 26). Essas pautas seguiam motivando debates paralelos sobre dinastia e sucessão entre diferentes defensores da forma de governo.

Os três ainda listaram aqueles que consideravam como reis e presidentes exemplares. Luiz se ancorava no passado, ao apontar os medievais São Luís IV, da França, e São Fernando III, de Castela, e o presidente equatoriano García Moreno⁹⁵. Pedro Gastão indicou monarcas,

⁹⁵ Gabriel García Moreno (1821-1875), presidente do Equador entre 1859 e 1865 e 1869 e 1875, conhecido por seu perfil conservador, católico e antimaçônico. Reeleito para um terceiro mandato, foi assassinado por um grupo de opositores.

como seu sobrinho, Juan Carlos, da Espanha, e Balduíno, da Bélgica⁹⁶, e o presidente Eptácio Pessoa, que revogou o banimento da família. João Henrique também distinguia o monarca espanhol, juntamente com Dom Pedro II, seu antepassado, e os presidentes Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas (AS IDEIAS..., 3 fev. 1993, p. 26).

Sobre o golpe de 1964, que implantou uma ditadura militar no país, Dom Pedro Gastão salientava se tratar de “mais uma demonstração da falência da República no Brasil”. Partidário ao acontecimento, Dom Luiz ressaltava que, a seu ver, o golpe “salvou nossa pátria do comunismo”. Dom João Henrique qualificava que o assunto era “uma página virada” na política nacional (AS IDEIAS..., 3 fev. 1993, p. 26). Não houve maior aprofundamento sobre o tema nas matérias aqui examinadas.

Mesmo com a ênfase dada aos três, Bergamo (3 fev. 1993, p. 28) expôs nuances de outros membros da família, apresentando, por exemplo, Dom Eudes, empresário que “transformou seu nome em grife, batizando vinhos e empreendimentos imobiliários”. Ao lado de outros três irmãos, administrava uma conceituada agência de turismo. Eudes era um dos familiares que havia renunciado aos direitos dinásticos para se casar, divorciando-se a seguir. “À beira do ano 2000, casa-se com plebeus na casa Orléans e Bragança, mas o divórcio é um drama”, frisava a jornalista, numerando outros integrantes também separados de seus cônjuges, como Dom Francisco Humberto, de Petrópolis (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 28).

Veja sinalizava que, algumas vezes, a separação de casais era resolvida por acordos, a exemplo da irmã de Dom Pedro Gastão, Dona Isabelle. O marido de Isabelle, Henri D’Orléans, que detinha o título figurativo de Conde de Paris, segundo *Veja*, trocou a esposa “por uma secretária”. Sentindo-se desprestigiada por seus parentes brasileiros, ela – que veementemente defendia hábitos *sui generis*, como a caça – se queixava de não ter “nem um quatinho para se hospedar quando vem ao Brasil” (A NÚMERO..., 3 fev. 1993, p. 28).

Um dos filhos de Isabelle, Thibaut, de acordo com o semanário paulistano, havia passado 14 meses na prisão, entre 1980 e 1981, acusado de participar de um assalto à mão armada. “Thibaut não estava presente na hora do roubo, mas foi considerado cúmplice da dupla de assaltantes”, explicava Bergamo. Morto em 1983, aos 35 anos, Thibaut “planejava ser guia de safáris e abrir uma concessão de diamantes” na República Centro-Africana, completou a repórter. “A vida dos nobres é igual a de qualquer plebeu em muitos aspectos”, refletiu a jornalista (A NÚMERO..., 3 fev. 1993, p. 28).

⁹⁶ Balduíno (1930-1993), rei da Bélgica entre 1951 e 1993. Católico, abandonou suas funções reais como chefe de Estado por um dia, em março de 1990, por se negar a assinar uma lei que regulamentava o aborto. Pertenceu à Casa Real Saxe-Coburgo-Gotha.

O juízo acima fundamentou a publicação de uma nota na seção “Gente”, de *Veja*, em 10 de março de 1993. Nela, informava-se que Dom Pedro Carlos e Dona Isabel, filhos de Dom Pedro Gastão, se fizeram presentes em um almoço, realizado na laje de uma casa do Morro Chácara do Céu, Zona Sul do Rio de Janeiro, no domingo, dia 28 de fevereiro. O convite para a “boca-livre imperial” partiu da viúva Francisca Alves Corrêa, de 68 anos, conhecida como Dona Chiquinha, moradora da comunidade (BOCA-LIVRE, 10 mar. 1993, p. 62).

A gratidão de Chiquinha por sua bisavó ter sido libertada da escravidão “pela Princesa Isabel” era a justificativa para a oferta da “suculenta feijoadá”, na tarde dominical. O ato remetia a um discurso promovido pela campanha do MPM, em que a carnavalesca Dona Neuma da Mangueira se posicionava como monarquista, em virtude da Lei Áurea (BOCA-LIVRE, 10 mar. 1993, p. 62). Segundo Luís Felipe Miguel (1996, p. 23), Neuma afirmava na televisão que, “graças à Princesa Isabel e a Dom Pedro II, eu nasci livre, livre igual a você, livre para levar a Mangueira, a minha escola de samba, a ser a rainha do Carnaval”.

Bergamo (3 fev. 1993, p. 29) também lembrou de Maria Thereza e Maria Gabriela, as irmãs mais novas de Dom Luiz, que trabalhavam como decoradoras e moravam em um “apartamento emprestado”, em Paris. A repórter de *Veja* pormenorizou uma situação inusitada enfrentada por ambas, ao tentarem embarcar com excesso de bagagem. Supostamente, as irmãs alegaram aos funcionários da companhia aérea, no Aeroporto Charles de Gaulle, que eram da família Orléans e Bragança, para se eximirem da normativa. “Não adiantou nada. Ninguém entendeu direito do que as duas estavam falando”, concluiu a jornalista (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 29).

A matéria de *Veja* organizou a genealogia dos integrantes da família Orléans e Bragança em um infográfico, que exprimia curtas descrições sobre cada um dos notabilizados. Os esquemas ocuparam mais da metade de duas páginas (A ÁRVORE... 3 fev. 1993, p. 24-25). Mônica Bergamo (3 fev. 1993, p. 22) pretendeu operar retomadas históricas, nem sempre com precisão, equivocando-se, por exemplo, em informar que Dom Pedro Augusto, vítima de demência, era filho da Princesa Isabel, quando, em realidade, era sobrinho da mesma.

Conde D’Eu, marido da princesa, segundo a repórter, “explorava pardieiros no Rio de Janeiro”. Dom Pedro I, na visão da jornalista, era “um imperador vivo, inteligente”, enquanto o filho dele, Dom Pedro II, era recordado como alguém “tímido, de poucas iniciativas, intelectualmente amorfo”. Órfão de mãe e abandonado pelo pai, Dom Pedro II era ironicamente classificado pela repórter como “o patrono do menor abandonado” (BERGAMO, 3 fev. 1993, p. 27).

Na premência da eleição, os monarquistas continuavam se esforçando para persuadir o eleitor de que a forma republicana tinha sido incapaz de consolidar uma tradição no país, razão pela qual poderia ser substituída sem maiores traumas por uma monarquia parlamentarista e constitucional (CUNHA BUENO, 1993, p. 56-57). Leitores de *Manchete* e *Veja* se mostravam atentos à cobertura das revistas, algumas vezes confrontando a linha editorial dos periódicos, com conclusões que privilegiavam a defesa da causa, opinando sobre os conflitos que cindiam a dinastia Orléans e Bragança.

Em *Veja*, Sócrates Menezes Lobo, de Crato/CE, dizia estar convencido de que Dom Luiz merecia “respeito de todo o Brasil”, por levar uma “vida privada exemplar, num mundo promíscuo como o de hoje”, algo distante “dos corruptos, ricos e despreparados políticos republicanos”. Essa ideia era compartilhada por Antônio Correia Celestino, de Juazeiro do Norte/CE, que via com bons olhos a participação do líder do Ramo de Vassouras na organização de Plínio Corrêa de Oliveira (CARTAS, 10 fev. 1993, p. 12).

Mauro Wu, de São Paulo/SP, enaltecia a “coerência política e ideológica” de Dom Luiz, criticando a “falta de posição” de Dom Pedro Gastão e Dom João Henrique. O leitor, em uma interpretação confusa, depreciou Dom João Henrique, que, em sua compreensão, “surfava em Bali”, “no momento mais crítico de nossa história recente” (CARTAS, 10 fev. 1993, p. 12). Na verdade, Bergamo citou que, no passado, o dono da pousada em Paraty visitou a referida ilha da Indonésia, assim como esteve em uma travessia de jipe na Austrália, sem situar as viagens temporalmente.

Jorge A. Rocha de Giménez, de Foz do Iguaçu/PR, evidenciava que os monarquistas brasileiros eram muitos. Incluindo-se na categoria, o leitor acreditava que os adeptos do movimento tinham “cérebro e patriotismo” e não ambicionavam “coroa para usar ou privilégios”. Em sua leitura, a meta do movimento era a instituição de um monarca que representasse com “isenção e dignidade o Estado brasileiro, sem nenhum poder político, mas sim, autoridade moral” (CARTAS, 3 fev. 1993, p. 12).

Por fim, Lídia R. G. Remígio Rezende, de São Paulo/SP, destacou que havia lido com interesse a matéria de Mônica Bergamo, estranhando, porém, “a abordagem folhetinesca da revista”, que se posicionou “apaixonadamente como uma fanática republicana” (CARTAS, 10 fev. 1993, p. 12). Se no semanário paulistano, os leitores voltaram suas atenções ao movimento monárquico, na revista carioca não foi diferente. Dois outros monarquistas detalharam em correspondências, suas visões sobre a disputa, enfocando em Dom João Henrique.

Réner Seixas Bianchini, de Campos dos Goytacazes/RJ, analisou a adesão do empresário à campanha monarquista, lembrando que, na edição nº 2074, de *Manchete* (O LEITOR..., 11 jan. 1992, p. 51), Dom João Henrique negava que a monarquia fosse a “salvação” do país. “Agora, ele defende a monarquia com galhardia digna de um paladino”, elogiava o leitor, que contestava outros pontos da entrevista, como o posicionamento de João Henrique contra a validade da Carta de Cannes, vista pelo hoteleiro como um documento ultrapassado (O LEITOR..., 20 mar. 1993, p. 69).

Irônico, Bianchini se mostrava incomodado com o sobrinho de Dom Pedro Gastão, que afirmava que Dom Luiz e Dom Bertrand não participariam da campanha. Segundo o leitor, os supracitados já estavam “nela engajados desde antes de a Cláusula Pétreia ter sido abolida em 1988”. “Muito antes, portanto, de Dom João ter se convertido à monarquia”, acusava. O leitor também censurava o entrevistado, por se dizer avesso à nobreza. “O povo brasileiro está sequioso de nobreza. Quanta saudade do charme, da elegância, do requinte e da honestidade que são atributos da nobreza”, defendia (O LEITOR..., 20 mar. 1993, p. 69).

Sob outro prisma, Cira M. Simões, de Barbacena/MG, exaltava a campanha dos monarquistas na televisão. “As nações mais modernas do mundo adotaram o sistema parlamentarista monárquico e ganharam estabilidade e condições de deixar o povo trabalhar”, ponderava, rechaçando a forma republicana e o sistema presidencialista. A leitora celebrava colocações de Dom João Henrique, em especial as que sugeriam o não envolvimento do rei em partidos políticos e em “milionárias campanhas eleitorais”, como as que motivaram os escândalos do ocaso do governo Collor (O LEITOR..., 13 mar. 1993, p. 49).

Simões completava que era “hora de voltar às tradições”, “lembrando que o país era considerado moderno, no fim do século passado, sendo pioneiro na adoção de correio, telefonia, grandes investimentos em estradas de ferro, etc.”. Segundo a leitora, que, em sua carta, buscava capitanear credibilidade a partir de sua profissão de professora, “o tão desejado caminho da modernidade” estava “nas lições da nossa história”: “é o parlamentarismo monárquico” (O LEITOR..., 13 mar. 1993, p. 49).

Nas edições que se seguiram, novas observações a respeito do Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo se desenvolveram. Previsões e explanações sobre a reta final da campanha foram publicadas nos periódicos, que também se detiveram nas conclusões obtidas a partir da efetivação da eleição, em 21 de abril de 1993, tema do subtítulo final deste trabalho, que se inicia na sequência.

4.4 “Sonolenta ida à urna”: perspectivas imediatas e saldos do Plebiscito

Proporcionando o debate de temas pouco habituais, o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo despertou curiosidade na imprensa e na sociedade brasileira. Nas páginas de *Manchete* e *Veja*, jornalistas, políticos e notáveis examinaram o contexto, projetando as consequências da eleição. Do mesmo modo, leitores dos semanários se propuseram a avaliar os assuntos, declarando seus votos ou opinando a respeito do desenvolvimento da singular eleição, através de cartas que atendiam critérios de seleção determinados pelos editores.

O leitor Eugênio B. Vieira de Macedo, de Governador Valadares/MG, por exemplo, escreveu para *Manchete*, a fim de informar que votaria no parlamentarismo. “Faço isso com o objetivo, quem sabe pretensioso, de influenciar outros brasileiros”, confessou Macedo, ao crer que o sistema, se confirmado nas urnas, impediria uma nova frustração com os mandatários eleitos para o Poder Executivo, no âmbito federal (O LEITOR..., 13 mar. 1993, p. 49). Seguindo a mesma diretriz, Ana P. Bonifácio, de Itu/SP, admitia sua adesão pessoal ao sistema de gabinete. “Mas sei que qualquer sistema só dá certo com honestidade e competência”, expressava a leitora (O LEITOR..., 20 fev. 1993, p. 75).

Pelo sistema presidencial, manifestou-se Telmo M. Rondelli, de Jundiaí/SP. “Eu e minha família vamos dar um voto no presidencialismo”, salientava o leitor, acreditando que a campanha da frente na televisão agia com correção, ao denunciar “o golpe do parlamentarismo”. Para Rondelli, os políticos parlamentaristas eram “figurões” interessados em “impedir o povo de escolher seu presidente”, sem levar em conta as “históricas manifestações de rua” em favor das Diretas Já, realizadas quase dez anos antes (O LEITOR..., 13 mar. 1993, p. 49).

Elogioso ao governo presidencialista de Juscelino Kubitschek, tido por ele como “um dos períodos mais proveitosos para o país”, “tanto no desenvolvimento, quanto no bem estar do povo e na defesa das instituições”, Rondelli chamava a campanha monarquista de “piada”, ao ressaltar que, no Império, o Brasil demorou muito a libertar os escravos, e o fez, segundo ele, exclusivamente “porque os ingleses botaram a faca no peito – e na chave do cofre – do imperador” (O LEITOR..., 13 mar. 1993, p. 49).

Veja solicitou a seu público-alvo, em 30 de dezembro de 1992, o encaminhamento postal de respostas a um “questionário bem-humorado”. Nas perguntas, dotadas de sarcasmo e informalidade, temas triviais se misturavam às preocupações sobre os passos da política e da economia (O QUE..., 30 dez. 1992, p. 84-86). Uma das 21 interrogações – cujas conclusões

foram compiladas na edição de 10 de fevereiro de 1993 – requeria ao leitor, qual seria sua escolha no Plebiscito de abril (O LEITOR..., 10 fev. 1993, p. 13).

O semanário paulistano informou ter recebido 913 respostas. Entretanto, nem todos os leitores se habilitaram a opinar sobre os tópicos da eleição plebiscitária. Na amostragem, 452 pessoas se diziam favoráveis à república parlamentarista, enquanto 306 preferiam a república presidencialista. A monarquia parlamentarista foi escolhida por 88 consultados (O LEITOR..., 10 fev. 1993, p. 13). Somaram-se, portanto, 846 pareceres, o que representou cerca de 92,6% do total de cartas recebidas por *Veja*.

O apontamento obtido na consulta informal do periódico destoava de dados fornecidos pelo Instituto Datafolha, expostos posteriormente em uma reportagem da mesma revista, em 17 de março de 1993. O levantamento aferiu que “52% do eleitorado quer o presidencialismo e só 26% defende o parlamentarismo” (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 32). Os resultados eram compatíveis com a linha editorial do hebdomadário, que, assim como *Manchete*, manteve a percepção de que o sistema presidencial se sagraria vencedor da eleição, com relevante margem.

Cerca de um mês antes da conclusão da corrida eleitoral, *Veja* utilizou uma pesquisa produzida pelo Instituto MSC, de Brasília, para conhecer as opiniões dos integrantes do Congresso Nacional, sobre os modelos administrativos em discussão no Plebiscito. Participaram da sondagem, 262 deputados federais e 42 senadores, número aquém do total de congressistas. O periódico acreditava que a amostragem era suficiente, por corresponder a “mais da metade do total de cada casa”, mas desabonava possíveis interferências dos políticos no comportamento do eleitor (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 32).

Sem demonstrar surpresa, o semanário distinguiu que preponderavam parlamentaristas no Congresso. Em levantamentos anteriores, produzidos por outros institutos, a opção pelo sistema chegou a 65% entre os congressistas, caindo 14 pontos percentuais nas sondagens do MSC. “Com o Plebiscito mais nas televisões do que nas ruas, e ainda assim com uma qualidade lamentável, a preferência pelo regime (sic) de gabinete entre os parlamentares caiu para 51%”, evidenciou a matéria, que reiterava a adesão oficial de 270 deputados e 48 senadores à Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 33).

Junto à reportagem, *Veja* publicou tabelas e infográficos, elaborados por sua equipe, baseados na pesquisa do MSC, para expor as predileções dos políticos, também sobre outros assuntos emergentes no panorama, como o voto distrital, a fidelidade partidária e a “correção da representatividade estadual”. Esses pontos poderiam ser deliberados durante a Revisão

Constitucional de outubro, sobre a qual se gerava grande expectativa na revista (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 33). Alguns dos dados pertinentes ao Plebiscito se apresentam a seguir:

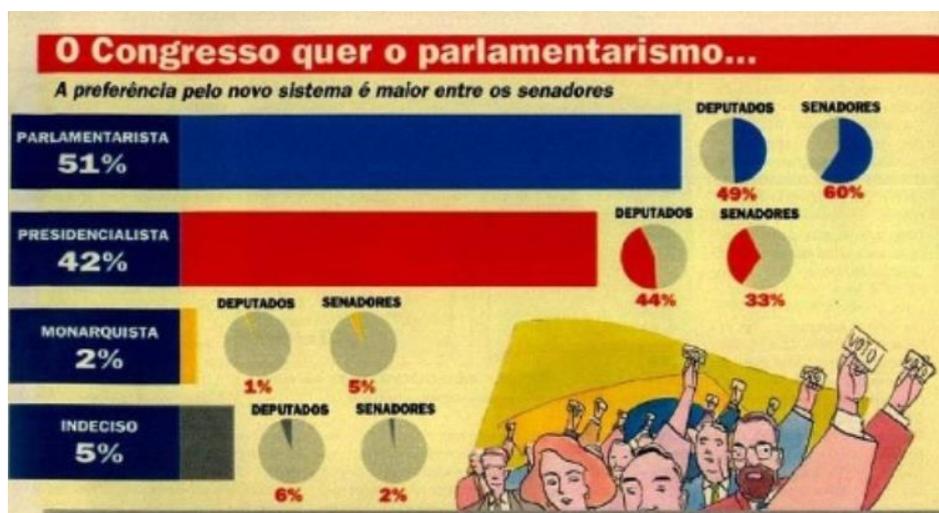


Figura 14 – “O Congresso quer o parlamentarismo”: alguns dos resultados da pesquisa MSC, referida por *Veja* (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 32).

Associando o sistema de gabinete a um mero meio de entregar “o maior naco de poder” aos deputados, mantendo, simultaneamente, “a eleição direta para a escolha do presidente da República”, *Veja* julgava que “o modelo de parlamentarismo preferido pelos congressistas” era “do tipo envergonhado, com boa dose de presidencialismo”. Assim, carecia de ousadia para confrontar tradições. A divisão de poderes entre o presidente e o primeiro-ministro, nessas condições, era observada com reservas por cientistas políticos, como Leôncio Martins Rodrigues, indagado novamente sobre o tema (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 33).

Dias antes da publicação da matéria, a Frente Parlamentarista passou a comunicar sua disposição, registrada em cartório, em promover uma nova consulta eleitoral, em 1998, onde o sistema de gabinete poderia ser revertido pelo povo, em caso de ineficácia. Líderes, como José Richa, procuravam meios de formalizar padrões aos mecanismos inerentes ao sistema, como a moção de censura, criando regras para evitar constantes destituições de governos. Ao mesmo tempo, a campanha não solucionava demandas básicas, como a aplicabilidade do parlamentarismo nos municípios, vista como “impensável” pelo senador Mário Covas (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 32). *Veja* cometeu dois deslizes em relação a Covas e Richa. Ao primeiro, omitiu o partido. Ao segundo, creditou equivocadamente filiação ao PMDB.

Outro problema saliente era a dificuldade de esclarecimento de uma divergência firmemente ponderada em *Manchete*, nos anos anteriores à corrida eleitoral: qual seria a função do Senado, posto que ele “não derrubaria gabinete, não poderia ser dissolvido e não escolheria o primeiro-ministro”, ficando excluído das “grandes decisões políticas”. A demora

na implementação do sistema nos estados, que absorveriam as mudanças gradualmente, finalizando o processo somente em 1999, levantava novas dúvidas, por eventuais discrepâncias entre os poderes exercidos pelos mandatários, nas diferentes esferas (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 33).

Os dados aferidos pelo MSC acusavam a baixíssima adesão de parlamentares à causa monárquica, cuja quantidade era inferior à de indecisos. Ao examinar a região geográfica dos consultados, nota-se que os raros congressistas monarquistas estavam distribuídos entre o Sudeste e o Nordeste, contrariando a ideia de que somente Cunha Bueno era favorável à forma de governo. Deputados e senadores republicanos parlamentaristas se sobressaíam nas bancadas do Nordeste, do Sudeste e do Sul, enquanto os presidencialistas eram numerosos entre os mandatários do Norte e do Centro-Oeste (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 33).

PORCENTAGEM DE VOTOS POR REGIÃO	REGIÃO				
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Parlamentarista	39	55	45	51	56
Presidencialista	57	35	48	39	42
Monarquista	—	2	—	4	—
Indeciso	4	7	6	6	2

Figura 15 – Porcentagem de votos por região: a adesão dos congressistas consultados aos ideários, de acordo com a pesquisa MSC/veja (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 33).

A análise da pesquisa, a partir da filiação partidária dos entrevistados, confirmou a primazia do parlamentarismo entre tucanos, mostrando fragmentação nos entendimentos de agremiações, como o recém formado PP, o tradicional PDS, em vias de fusão, e o influente PFL. No PTB, os números se aproximavam do meio termo, com a saliência de alguns poucos monarquistas, também presentes no PDS, antiga agremiação de Cunha Bueno, e no PMDB, do presidencialista Orestes Quécia (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 33).

PORCENTAGEM DE VOTOS POR PARTIDO	PARTIDO									
	PSDB	PDS	PRN	PDT	PMDB	PT	PFL	PP	PTB	Outros
Parlamentarista	100	34	18	14	62	29	49	53	37	56
Presidencialista	—	45	82	82	36	71	38	47	47	34
Monarquista	—	7	—	—	2	—	—	—	5	2
Indeciso	—	14	—	4	—	—	13	—	11	7

Figura 16 – Porcentagem de votos por partido: as agremiações e os temas em debate, de acordo com a pesquisa MSC/veja (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 33).

Nos partidos que obtiveram a maioria dos votos na eleição presidencial de 1989, o ideário presidencialista predominava, mas não era unanimidade. O PDT, de Leonel Brizola, contumaz promotor do sistema presidencial, contava, segundo o MSC, com 14% de parlamentaristas assumidos. Já no PRN, que elegeu o parlamentarista Collor, o sistema de gabinete conquistou apenas 18%, contrariando, a rigor, seu antigo líder, que, impopular e sem direitos políticos, não participou das campanhas (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 33).

O PT, que não havia, inicialmente, especificado diretrizes para seus filiados, apresentava números menos amplos, mas igualmente determinantes: 71% dos sondados na pesquisa se diziam presidencialistas. O parlamentarismo era a opção de 29% (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 33). Entre os simpatizantes do sistema de gabinete estava o deputado José Genoíno (PT-SP), que atuava na campanha da PAR, juntamente com outros filiados, como o ator Sérgio Mamberti. Um fato novo, porém, teve por objetivo, unificar a postura da sigla (SILVA, 24 mar. 1993, p. 8).

Em 14 de março de 1993, uma assembleia partidária, com a presença de mais de 70 mil filiados, definiu, por maioria dos votos, que o PT apoiaria a campanha da Frente Presidencialista. A resolução foi acatada pelo presidente da sigla, Luiz Inácio Lula da Silva, que, pessoalmente, era adepto do parlamentarismo. Com a determinação, Lula mudou seu discurso, explicando sua nova atitude em uma entrevista concedida a André Petry, para *Veja*, publicada em 24 de março. O tom adotado pela revista nas perguntas de Petry visava explorar supostas cisões no partido (SILVA, 24 mar. 1993, p. 8).

Para o político, mais importante que suas crenças pessoais era a fidelidade partidária. Por isso, ele gravaria, nos próximos dias, uma participação no programa dos presidencialistas, com a finalidade de comunicar aos eleitores, a recomendação de voto do PT. O petista repreendeu a conduta de José Genoíno, que, insistindo em cooperar com a campanha parlamentarista, fez declarações contra a decisão coletiva. Lula explanava que os brasileiros estavam cansados de “mudanças súbitas” e estavam aprendendo a não esperarem por “saídas mágicas” (SILVA, 24 mar. 1993, p. 7).

O presidente do Partido dos Trabalhadores ponderava que os defensores do sistema parlamentar não tinham conseguido explicar com clareza, o papel do presidente da República, em seus programas audiovisuais. “Ora, todo mundo sabe que, no Brasil, o eleitor dá um grande valor ao voto para presidente”, salientava, indicando que esse era “um dado de nossa cultura política” que não poderia ser mudado repentinamente, nem ignorado pelos

contendores. Segundo ele, muitos eleitores abandonavam paulatinamente, as teses parlamentaristas, perante as incertezas a elas ligadas (SILVA, 24 mar. 1993, p. 7).

A administração federal, há poucos meses oficializada e em permanente estágio de organização, se envolveu em controvérsias, que turvavam a tomada de decisões incisivas, especialmente no quesito economia. A todo momento, boatos sobre reformas ministeriais ocupavam o noticiário de *Manchete* e *Veja*. Problemas em aberto, como “a inflação, a alta dos juros, a fome, a miséria, a doença, o desemprego e mazelas semelhantes”, conviviam, conforme Carlos Chagas (27 mar. 1993, p. 26), com os encaminhamentos do Plebiscito e com a “antecipação” da campanha presidencial de 1994.

Para o colunista do semanário carioca, o Plebiscito era uma “farsa”, um “erro vulgar cometido pelos constituintes de 1988”, que, prestes a ocorrer, sofria, ademais, com a “baixaria da propaganda”. O jornalista tornou a se pôr contra o parlamentarismo e a monarquia, depreciando o desempenho das frentes em campanha. Em seu parecer, os partidos apenas fingiam “cuidar do Plebiscito”, pois seus reais interesses se alicerçavam na disputa sucessória (CHAGAS, 3 abr. 1993, p. 79).

Carlos Chagas (27 mar. 1993, p. 26) lamentava que, ante a vitória “certa” do presidencialismo e da república, o Plebiscito traduzisse, meramente, perda de tempo e de recursos. Simultaneamente, conjecturava que, “nem a forma, nem o sistema de governo” seriam responsáveis pela tão aguardada “recuperação nacional” (CHAGAS, 27 mar. 1993, p. 26). O governo Itamar, sensivelmente observado pelo colunista, protagonizaria outras notícias no panorama. Algumas delas, beiravam aparente superficialidade.

Exemplo disso foi a matéria de *Veja* que informou, em 17 de março, modificações na decoração do gabinete presidencial. Itamar Franco optou por substituir um retrato de Dom Pedro I por um busto alusivo a Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, personagem histórico oriundo de Minas Gerais, seu domicílio eleitoral. “O busto é hoje a obra de arte mais fotografada e televisada do Brasil”, apontava a reportagem, ressaltando que o trabalho do escultor Bruno Giorgi ganhava evidência em reuniões e atos oficiais noticiados pela imprensa (HERÓIS..., 17 mar. 1993, p. 109).

Efetuada em plena campanha eleitoral, a substituição não foi relacionada pelo semanário ao Plebiscito ou à data de sua realização, 21 de abril, efeméride há mais de um século ligada à memória do antigo alferes. O simbolismo do personagem histórico era algo latente nas três campanhas. Mesmo assim, *Veja* somente pontuou que Itamar Franco dizia ver em Tiradentes, “o símbolo perfeito da integração nacional e do desprendimento”, interessando-se em agregar “tais virtudes” a seu governo (HERÓIS..., 17 mar. 1993, p. 109).

Conforme o historiador José Murilo de Carvalho⁹⁷ (2017, p. 58), após a instalação da nova forma de governo, em 1889, os republicanos buscaram construir mitos de origem, a fim de produzir identificação com a causa. Em detrimento de outros artífices da Proclamação, os quais poderiam encontrar contestações futuras, Tiradentes foi mitificado como herói. Desde 1890, a data da morte do inconfidente mineiro, 21 de abril, passou a ser celebrada como feriado nacional (CARVALHO, 2017, p. 69). Em 1992, completou-se o bicentenário de falecimento do referido militar.

No Segundo Reinado, de acordo com Carvalho (2017, p. 63), a Inconfidência (ou Conjuração) Mineira se tornou um tema delicado, considerando-se os princípios revolucionários contrários à monarquia portuguesa que distinguiam o acontecimento. A dinastia lusitana era a origem da Casa Imperial Brasileira. De tal modo, os republicanos tomaram Tiradentes a seu favor. Nos anos porvindouros, sua imagem foi reforçada por monumentos, pinturas e títulos a ele conferidos, como o de patrono cívico da nação, pela ditadura militar de 1964 (CARVALHO, 2017, p. 78).

Em razão da exploração das feições de Tiradentes contra a antiga monarquia, pelos republicanos, os defensores da forma monárquica em 1993, expostos à contradição que a data lhes impunha, à revelia da tradição, tentaram se aproximar do símbolo, estabelecendo vínculos entre Tiradentes e a Independência, a exemplo do que apregoava Visconde de Taunay⁹⁸, nos primórdios da República (CARVALHO, 2017, p. 76).

Nessas condições, o MPM cooptou e ressignificou o mito de Tiradentes, algumas vezes fundamentando suas ideias na historiografia. “Na leitura monarquista, Tiradentes deixa de ser o mártir da República para ser o mártir da Independência do Brasil; torna-se o predecessor de Pedro I”, destacou o cientista político Luís Felipe Miguel (1996, p. 20), em atenção às práticas da campanha. Revisitado, Tiradentes se converteu em um símbolo nacional, não apenas republicano, evitando-se combater sua representação (MIGUEL, 1996, p. 20).

Sob outra base, *Manchete*, em 27 de março de 1993, publicou uma reportagem sobre símbolos republicanos, estampados nas ruas e nas edificações do Rio de Janeiro, a antiga capital brasileira. Convidando o leitor a acompanhar a revista “nos passos da História”, o

⁹⁷ Estudos de José Murilo de Carvalho se tornaram referência teórica para os monarquistas de 1993. O historiador chegou a participar dos programas televisivos da campanha do MPM. Em entrevista publicada pela revista científica *Estudos Históricos*, Carvalho negou ser monarquista, entendendo como uma confusão, a percepção de que ele teria aderido ao movimento no Plebiscito. Segundo o historiador, ele somente estava interessado em extrair algumas lições sociais e históricas do período imperial, como a estabilidade e o poder de arbitragem do imperador, sem ponderar, contudo, a viabilidade ou não da reintrodução da forma de governo no Brasil (CARVALHO, 1998, p. 371).

⁹⁸ Alfredo Maria Adriano d'Escagnolle Taunay, o Visconde de Taunay (1843-1899), desempenhou diversas funções, promovendo-se especialmente como escritor, professor, historiador, engenheiro e político.

registro sintetizou que, embora o Plebiscito de 21 de abril estivesse “centralizado” em Brasília, era o Rio de Janeiro que guardava “a história e o *background* sociológico que levaram ao Brasil deste fim de milênio” (AMORIM, 27 mar. 1993, p. 84).

A matéria de Cláudia Amorim (27 mar. 1993, p. 84-91) incluiu diversas fotografias creditadas a Hélio Motta, nas quais eram enfatizadas as relevantes conexões entre o município e os atos que levaram à Proclamação da República, apresentando-se quadros, bustos, estátuas, documentos e outros objetos. Em uma atitude que parecia indiretamente endossar argumentos dos monarquistas, a jornalista citou o caráter golpista do movimento republicano de 1889 e as instabilidades dos anos que se seguiram, empregando palavras comuns na campanha do MPM (AMORIM, 27 mar. 1993, p. 89).

Entre a análise de fatos ocorridos no município carioca e suas impressões sobre mandatos de antigos presidentes, como Rodrigues Alves, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, Amorim (27 mar. 1993, p. 91) atribuiu ao Rio de Janeiro, o estatuto de guardião da “memória de presidentes, crises e realizações”. Mesmo utilizando o Plebiscito como chamariz, a repórter não voltou a explorar aspectos da eleição. A reportagem sequencial, que, conforme o texto, averiguaria na semana seguinte, o “Rio do Império”, contraponto ao “Rio da República”, não foi publicada.

Dias antes de sua concretização, a data do Plebiscito – assim como a da Revisão Constitucional – seguia gerando contendas em movimentos jurídicos, a serem apreciados pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo *Veja*, em 31 de março de 1993, o julgamento das ações, originárias em distintos grupos políticos, se concluiria após a Semana Santa, ou seja, depois de 11 de abril, a Páscoa naquele ano. A reportagem se amparou em dados do jornal *O Globo* para informar que, pelo menos três ministros eram favoráveis ao retorno da eleição para 7 de setembro de 1993 (AGENDA..., 31 mar. 1993, p. 24).

Esmiuçou-se, de igual modo, o posicionamento do presidente Itamar Franco sobre os temas do Plebiscito. Conforme *Veja*, Itamar teria assumido ser parlamentarista, em uma conversa com o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG), acreditando que o sistema “teria mais chance de ser aprovado, caso a votação fosse transferida para 7 de setembro, como estava previsto inicialmente”. O presidente, porém, procurava se abster de comentários públicos sobre as mudanças (AGENDA..., 31 mar. 1993, p. 24). Semanas antes, *Veja* garantia que Itamar era presidencialista (REINÍCIO..., 17 mar. 1993, p. 24). Politicamente, tal questão não ganhou, porém, notoriedade na revista.

O Globo, citado por *Veja*, frisava que o retorno da data anterior agradaria a alguns parlamentaristas, que esperavam no adiamento, a possibilidade de alcançar resultados mais

satisfatórios. Certos presidencialistas, por sua vez, confiantes na manutenção do sistema pela vontade das urnas, insinuavam que a Revisão Constitucional perderia a “razão de ser” com a permanência do modelo administrativo. Por isso, requeriam a não realização ou o adiamento dos trabalhos. Para *Veja*, nenhuma das ações conseguiria sucesso e tudo continuaria como anteriormente ajustado, o que, de fato, aconteceu⁹⁹ (AGENDA..., 31 mar. 1993, p. 24).

Os semanários prosseguiram divulgando pareceres sobre a disputa, analisando, paralelamente, o comportamento de políticos envolvidos nas campanhas. Intentou-se na revista paulistana, estabelecer uma visão estrangeira sobre o debate, extrapolando as habituais concepções. O economista estadunidense conservador James M. Buchanan, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1986, presente no Brasil por ocasião de um evento, foi o responsável por essa função, em entrevista publicada em 14 de abril.

Para Buchanan (14 abr. 1993, p. 8), “quem vê o governo como uma entidade que comete erros deve optar pelo presidencialismo”. “Mas isso também significa que o governo deixará de fazer muitas coisas boas”, versava o estadunidense, apontando que um governo parlamentar poderia realizar mais e errar mais. De acordo com o economista, a monarquia brasileira do passado tinha sido primordial para a sustentação da unidade territorial do país, sendo esse seu principal mérito (BUCHANAN, 1993, p. 8).

Em “Posto de Escuta”, Murilo Melo Filho descreveu dois momentos da corrida eleitoral. Durante viagem à Região Norte, o senador José Richa, já em campanha, revelou que deixaria a política, ao final de seu mandato de senador, caso o sistema de gabinete não vencesse o Plebiscito. “Se o presidencialismo for mantido no próximo plebiscito, eu abandono a política, pego o meu chapéu e vou para casa”, declarou o tucano, presidente da Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães (MELO FILHO, 20 fev. 1993, p. 76).

Já em abril, Melo Filho noticiou que o senador presidencialista Darcy Ribeiro, ao recentemente participar de um debate, havia, de antemão, se oposto a uma ideia do mediador, o jornalista Pery Cotta, que sugeriu a realização de uma “eleição simulada” com a plateia. Ribeiro “achava que ali estavam pessoas das classes altas e que o parlamentarismo sairia vitorioso”. Contudo, o pedetista se surpreendeu, ao constatar que 48 votantes preferiram o presidencialismo, enquanto dois escolheram o parlamentarismo e apenas um elegeu a monarquia (MELO FILHO, 10 abr. 1993, p. 81).

Essa tendência pró-presidencialismo estava, do mesmo modo, impressa em uma pesquisa Ibope, evidenciada na seção de Melo Filho, em 17 de abril. No levantamento, o

⁹⁹ Em 29 de março de 1993, a Procuradoria do Ministério Público enviou ao STF um parecer recomendando a manutenção da data do Plebiscito. Em 14 de abril, o STF confirmou a permanência da eleição em 21 de abril, por um placar de oito votos a três.

sistema presidencialista conquistou 52% dos consultados, contra 18% que escolhiam o parlamentarismo. Sobre as formas de governo, especificava-se que 58% eram favoráveis à república, enquanto a monarquia era a opção de 13%. A sondagem também divulgava que “52% das pessoas pesquisadas não sabiam o porquê do Plebiscito do próximo dia 21” (MELO FILHO, 17 abr. 1993, p. 84).

Em meio à incompreensão popular, Murilo Melo Filho (17 abr. 1993, p. 84) refletia a respeito de algo que parecia óbvio para quem acompanhava as campanhas, mas que ainda carecia de explicações mais diretas para o eleitor, em geral: os parlamentaristas poderiam votar na monarquia ou na república, enquanto os monarquistas somente no parlamentarismo e os presidencialistas apenas na república. Esse ponto era basilar para o sucesso da consulta eleitoral e ganhou espaço em “Posto de Escuta”, na edição imediatamente anterior à votação (MELO FILHO, 17 abr. 1993, p. 84).

Quarta-feira, 21 de abril de 1993: apesar dos problemas severamente amplificados pela imprensa, os quais se prolongaram ao longo de anos e se reforçaram a partir do início das campanhas, o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo se concretizou, obtendo os seguintes resultados, segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral¹⁰⁰:

Tabela 2 – Voto popular sobre as formas de governo, em 21 de abril de 1993.

Opção	Votos	Porcentagem
República	43.881.747	66,28%
Monarquia	6.790.751	10,26%
Branco	6.813.179	10,29%
Nulos	8.741.289	13,20%

Tabela 3 – Voto popular sobre os sistemas de governo, em 21 de abril de 1993.

Opção	Votos	Porcentagem
Presidencialismo	36.685.630	55,41%
Parlamentarismo	16.415.585	24,79%
Branco	3.193.763	4,82%
Nulos	9.712.913	14,67%

De acordo com o TSE, mais de 66 milhões de eleitores¹⁰¹ compareceram às urnas. O número correspondia a 73,36% do eleitorado da época, quantificado em 90.256.461 pessoas. Um total de 551.043 eleitores optou pelo voto em trânsito, efetuado fora da seção eleitoral

¹⁰⁰ As tabelas foram elaboradas pelo autor, com base em dados obtidos em notícia publicada pelo TSE, em 2013. Disponível em: <https://tse.jusbrasil.com.br/noticias/100464619/plebiscito-sobre-forma-e-sistema-de-governo-completa-20-anos-no-dia-21-de-abril>. Acesso em 2 dez. 2020. Eventuais discrepâncias nas porcentagens podem estar relacionadas ao arredondamento dos dados ou ao modo de operação da apuração, na época.

¹⁰¹ Os dados oficiais apontam um comparecimento de 66.209.385 eleitores. A soma dos votantes das formas de governo faz com que esse número possa chegar, contudo, a 66.226.966 eleitores, desalinho carente de maiores explicações.

previamente determinada, recurso oportunizado pela lei regulamentadora (BRASIL, 1993). Os elevados índices de abstenção chamaram a atenção das revistas, que, de diferentes maneiras, se puseram a investigar o desinteresse pela escolha das formas e sistemas de governo, impresso também na vultosa quantidade de votos brancos e nulos.

Para o semanário carioca, o processo eleitoral foi marcado por uma “sonolenta ida à urna”. Quem se deslocou até seu local de votação, conforme a revista, o fez “sem entusiasmo”, “mais por dever que por gosto”. O não comparecimento de eleitores em locais mais ermos do Brasil era entendido por *Manchete* como um reflexo do habitual “paternalismo dos candidatos”, ausente naquele pleito. Sem a personificação das causas, políticos de redutos eleitorais, alheios aos temas em discussão, não proveram o transporte do eleitor às seções, prática ilegal adotada em larga escala nesses lugares, na visão do periódico (SONOLENTA..., 1 maio 1993, p. 97).

Sob esse prisma, estimava-se que a abstenção no estado do Tocantins tivesse chegado a 71%, enquanto no Maranhão “de Sarney” obtivera 58,62%. Os números de ausentes eram igualmente expressivos em Rondônia, Pará e Bahia. A breve análise de *Manchete*, publicada em 1º de maio de 1993, foi ilustrada por uma fotografia de Itamar Franco, no momento em que votava, em Brasília. “O resultado do Plebiscito autoriza uma postura presidencialista”, salientava a legenda da imagem, considerando os subsequentes redirecionamentos do Governo Federal (SONOLENTA..., 1 maio 1993, p. 97).

Ainda segundo a nota, Tiradentes “ficou esquecido” em sua data comemorativa, ofuscado pela “enfadonha missão de votar o sistema de governo”. O texto comentou também sobre a campanha monarquista. “Quer por galhofa ou por convicção e esforço dos seus adeptos, num inusitado trabalho de boca de urna”, a frente monárquica “não chegou a fazer feio”, angariando significativos resultados. O Rio de Janeiro foi o município brasileiro onde a monarquia mais recebeu votos. Na leitura do semanário, o motivo para isso seria a saudade “das pompas da corte e do *status* de capital federal” (SONOLENTA..., 1 maio 1993, p. 97).

Em *Veja*, na edição de 21 de abril, um anúncio publicitário da MTV, emissora de televisão ligada à Editora Abril, encorajava os jovens a participarem da votação. Nele, o comunicador Marcelo Tas aparecia em diversas performances, explicando o estilo diferenciado da eleição e seu teor, em um formato alusivo a uma história em quadrinhos. “Pela primeira vez, você não vai votar numa pessoa, mas numa ideia para o Brasil”, dizia uma das frases (MTV, 21 abr. 1993, p. 94-95).

A peça, que ocupou duas páginas, associou o voto a um instrumento de transformação, sobretudo aos jovens brasileiros, que teriam seus futuros diretamente afetados pelo resultado

das urnas. “O que o Brasil vai ser quando você crescer?”, perguntava a frase com maior destaque. “Eles vão querer saber qual é a forma de governo que você quer para este país. Você vai responder ou vai ficar aí esperando alguém decidir por você?”, provocava ainda a publicidade institucional (MTV, 21 abr. 1993, p. 94-95).

Com menos vigor, Roberto Pompeu de Toledo e Carlos Chagas, em suas respectivas revistas, traçaram prognósticos sobre a eleição. Em 21 de abril, Toledo (21 abr. 1993, p. 30-33) previa que o Plebiscito de 1993 seria “um dos maiores fracassos de convocatória eleitoral já registrados no Brasil”. Para o jornalista, a eleição representava o “triunfo do bocejo”. “Entre parlamentarismo e presidencialismo, o público preferiu dar de ombros e seguir em frente”, presumia, rememorando a campanha que, segundo ele, foi caracterizada pelo desinteresse do público e pela desinformação (TOLEDO, 21 abr. 1993, p. 30-33).

A opinião de Toledo se fundamentou nos mesmos dados anteriormente notabilizados por Murilo Melo Filho (17 abr. 1993, p. 84), em *Manchete*, atestando que, mais da metade do eleitorado ignorava a serventia do Plebiscito. Outros elementos, fornecidos por uma pesquisa Ibope, apontavam que 26% dos consultados votariam nulo ou em branco, enquanto 21% estavam indecisos, há poucos dias do pleito. Já 65% dos sondados afirmavam que não gostariam de votar naquela peculiar eleição (TOLEDO, 21 abr. 1993, p. 30-33).

Pompeu de Toledo reuniu em um gráfico, dotado de informações difusas e incompletas, resultados de pesquisas produzidas pelos institutos Gallup, Datafolha e Ibope, entre junho de 1989 e abril de 1993. A primeira distinguiu a primazia do presidencialismo, em um contexto precedente à eleição direta que determinaria o novo presidente. Nas proximidades do *impeachment* de Collor, o parlamentarismo virou o jogo, conquistando números mais expressivos. Semanas antes do Plebiscito, o sistema presidencial retomou sua força eleitoral nas sondagens, com uma vantagem de 34 pontos percentuais (TOLEDO, 21 abr. 1993, p. 30-33).

Para Carlos Chagas (24 abr. 1993, p. 11), por outro lado, a vitória da república e do presidencialismo eram conhecidas, “antes mesmo que a Constituinte de 87/88 se reunisse”, “antes que constasse das Disposições Transitórias, a obrigação de se realizar a consulta popular sobre forma e sistema de governo”. “Estava no ar que a gente respirava, como sempre esteve, que por motivos históricos e culturais, sem falar nas razões políticas, monarquia e parlamentarismo seriam derrotados”, assegurava o jornalista, que, por anos, criticou o comportamento dos políticos envolvidos com os desejos de mudança (CHAGAS, 24 abr. 1993, p. 11).

Chagas (24 abr. 1993, p. 11) repreendeu com voracidade a causa monárquica, descrita como um “tema frívolo e sem sentido, que nem ao menos beneficiou a antiga família imperial”, dividida em seu “sonho impossível de voltar a ter a coroa na cabeça”. A criação e a realização do Plebiscito, para ele, eram meros produtos da “ambição” e da “malandragem” dos deputados federais e senadores, que esperavam concentrar em si, maiores poderes, distraíndo o povo para postergarem debates sobre questões essenciais (CHAGAS, 24 abr. 1993, p. 11).

Toledo e Chagas concordavam entre si, ao assinalarem que os vencedores da disputa não poderiam comemorar, pois o brasileiro simplesmente mostrou aos políticos que não estava disposto a apreciar temas dessa natureza. Classificando o Plebiscito como um “absurdo”, o jornalista de *Veja* retomou pareceres sobre a campanha, colocando lado-a-lado as imagens de Milton Gonçalves, apresentador da Frente Presidencialista – que nos programas audiovisuais, a respeito do sistema, demonstrava, de acordo com Toledo, uma “convicção que poucos compreendem” –, e Helen Helene, da campanha parlamentarista (TOLEDO, 21 abr. 1993, p. 30).

O cronista empregou em seu texto, diversas referências culturais, traçando analogias com o Plebiscito. Em uma delas, comparou o eleitor à protagonista do filme franco-italiano “Noites de Cabiria”, de Federico Fellini. Apesar de sofrer inúmeras frustrações amorosas, Cabiria seguia crendo em promessas de “príncipes encantados”, que logo a decepcionavam. Ao contrário da personagem, o povo, segundo o jornalista, “desta vez, olhou desconfiado e não embarcou na lábia dos vendedores de terras prometidas”, isto é, dos parlamentaristas, malsucedidos em seu “anúncio de um novo advento” (TOLEDO, 21 abr. 1993, p. 32).

Roberto Pompeu de Toledo (21 abr. 1993, p. 32) avaliava que o brasileiro, “um povo tão fácil de eletrizar e especialista em torcer”, estava cansado de ter sua “esperança manipulada”, tendo suportado, nos anos anteriores, desilusões – como o falecimento de Tancredo Neves, há exatos oito anos –, fracassos – como o Plano Cruzado – e enganos – como a eleição de Collor e todos os problemas inerentes que se seguiram. Destarte, não percebia nas alternativas que lhe foram propostas, a solução para as mais simples questões da política brasileira, como o fim da corrupção (TOLEDO, 21 abr. 1993, p. 32-33).

Sobre a votação, Toledo (21 abr. 1993, p. 30-33) lamentava que a obtenção do primeiro lugar pela república e pelo presidencialismo premiaria “duas coisas que, se o povo quer que continuem, pelo menos não deveriam ser prestigiadas com uma consagração nas urnas, pois estão longe de merecê-la”. Ele acreditava que o exame das matérias estava atrasado há um século, devendo ter ocorrido na época da Proclamação da República. “A

república nasceu de um golpe de Estado e logo no berço transmutou-se em ditadura”, lastimava o cronista, encarando o Plebiscito como um meio de se colocar os políticos “na berlinda” (TOLEDO, 21 abr. 1993, p. 33).

O jornalista buscou sustentar seus argumentos em colocações de cientistas políticos, sociólogos, especialistas e mandatários legislativos, que ponderavam sobre o desempenho das correntes, analisando os saldos das movimentações políticas. Miro Teixeira, deputado federal, pedetista e presidencialista, considerava que o Plebiscito era “esdrúxulo”, pois o eleitor não iria “se manifestar sobre uma realidade ou um projeto definido”, e sim, “aprovar uma ideia que ele não sabe sequer como será regulamentada” (TOLEDO, 21 abr. 1993, p. 30).

Tasso Jereissati, presidente do PSDB, parlamentarista, alegava que “o Plebiscito ficou fora de sintonia com a realidade nacional”. Para Carlos Augusto Montenegro, presidente do Ibope, a desmotivação do eleitor sobre o Plebiscito se originava no “cansaço” do povo, chamado sucessivas vezes para escolher seus representantes, nas eleições em 1988, 1989, 1990 e 1992. “As eleições devem ser como Copa do Mundo ou Olimpíada”, ou seja, de quatro em quatro anos, opinava Montenegro, defendendo sua tese. “Assim, as pessoas esperariam com ansiedade, como esperam uma festa”, concluía (TOLEDO, 21 abr. 1993, p. 31).

Conforme Cândido Mendes, cientista político, a população ficou perplexa com as perguntas que lhe foram ofertadas, “quando na verdade gostaria de encontrar políticas que reduzissem a marginalidade social, propiciassem o desenvolvimento social, ou, ao menos, eliminassem o desperdício brasileiro”. Já Bolívar Lamounier, abertamente parlamentarista, julgava que “a monarquia folclorizou o debate”, pois a imprensa havia se especializado em ressaltar aspectos grotescos da monarquia, fazendo com que “as pessoas não levassem a sério a discussão” dos sistemas (TOLEDO, 21 abr. 1993, p. 30-31).

Segundo o sociólogo Francisco Weffort, a vontade das urnas geraria ao menos dois “resultados positivos”: a percepção de vitória da democracia, sugestionada pelo voto direto, e o “recado” dado ao Congresso pelo eleitor, que revelava querer “ver reformada essa instituição”, negando a ela, um sistema de governo em que seus integrantes teriam um “papel central” (TOLEDO, 21 abr. 1993, p. 33). A socióloga Maria Victória Benevides, por sua vez, criticava a “abstração” da eleição, que versaria sobre elementos que interessavam unicamente “aos governantes, não aos governados” (TOLEDO, 21 abr. 1993, p. 31).

Outrossim, Toledo (21 abr. 1993, p. 32) expôs os pensamentos do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, que compreendia o Plebiscito como um “desperdício incrível”. Para ele, a intensa mobilização sobre um assunto segmentado deixaria “consequências perversas”, como “o futuro do contingente monarquista”, grupo

“aparentemente pequeno”, mas agora quantificado pelas urnas. O jornalista convergia com o cientista político, ao prever que, “passado o Plebiscito”, os descontentes com a forma republicana ficariam “sem causa” ou, “na melhor das hipóteses”, teriam uma “nova chance daqui a 100 anos” (TOLEDO, 21 abr. 1993, p. 32).

Na semana seguinte, Wanderley Guilherme dos Santos foi o entrevistado de Marcos Sá Corrêa nas “Páginas Amarelas”. Antes de conhecer os resultados da apuração, Santos observou tópicos inerentes ao Plebiscito, com base em pesquisas sugeridas por Corrêa. Para o cientista político, as elevadas abstenções previstas, comparadas com pleitos recentes, eram “grandes” e “fixas”. Paralelamente, ele qualificava o caráter da eleição plebiscitária, como menos presente nas ruas, porém mais próxima de ambientes de debates e reuniões, como universidades, sindicatos, associações profissionais e escolas (SANTOS, 28 abr. 1993, p. 7).

Para Santos (28 abr. 1993, p. 7), não houve um entusiasmo popular em torno do Plebiscito, mas o povo se esforçou para entender sobre o que se deliberava. “Um enorme esforço posto fora”, lamentava, avaliando que faltou uma “causa eficiente” à consulta eleitoral de 1993, algo que a diferenciou do Referendo de 1963, considerado um meio de reversão do tolhimento de poderes imposto a João Goulart. A “agenda abarrotada de questões” na política e na sociedade brasileira contemporânea também se interpôs como um limite aos debates, conforme o entrevistado (SANTOS, 28 abr. 1993, p. 7).

Semanas mais tarde, com o desfecho da eleição já consolidado, Carlos Chagas (5 jun. 1993, p. 26) levantou uma nova hipótese sobre o que levou o eleitor “a repudiar o parlamentarismo no recente Plebiscito de 21 de abril”. Segundo o jornalista, a sociedade decidiu “não entregar o poder aos partidos”, numerosos e promotores de programas eleitorais obrigatórios em rádio e televisão “bregas e de conteúdo lamentável”. Além disso, os políticos facilmente abandonavam as siglas, conforme o colunista, por motivos “mesquinhos e interesseiros” (CHAGAS, 5 jun. 1993, p. 26).

O comportamento das agremiações e de seus membros seguiu sendo analisado por *Manchete* e *Veja*, sobretudo no que tocava à realização da Revisão Constitucional, oportunidade em que, de acordo com Chagas (5 jun. 1993, p. 26), os próprios parlamentares deveriam criar regras democráticas mais rígidas para disciplinar demandas conexas. O desempenho do governo Itamar Franco – que, na visão de Murilo Melo Filho (1 maio 1993, p. 16), demarcou sua nova fase após o fim do processo eleitoral –, parecia ser afetado, conforme Chagas (5 jun. 1993, p. 26), pela conduta das legendas, instáveis e interessadas, mais do que tudo, em ocupar ministérios.

Enquanto o cronista do semanário carioca temia virtuais alterações em pontos não regulamentados na Carta Magna, durante a Revisão Constitucional, a revista paulistana comemorava que as mudanças poderiam suprimir direitos conquistados, diminuindo-se o papel do Estado na economia. Sobre isso, *Veja* utilizou uma pesquisa do Instituto Who Consultoria e Informações de Mercado, que entrevistou 45 senadores e 372 deputados, entre agosto de 1992 e fevereiro de 1993, captando os rumos a serem adotados pelos parlamentares na modificação de artigos da Constituição (A CABEÇA..., 21 abr. 1993, p. 80-83).

O perfil parlamentar traçado pelo Instituto Who mostrava que os congressistas daquele período pensavam diferente dos constituintes. Um grupo de 66% se dizia favorável ao parlamentarismo (A CABEÇA..., 21 abr. 1993, p. 82), número superior ao fornecido pelo Instituto MSC, semanas antes (A CARA..., 17 mar. 1993, p. 32). A maioria dos consultados acolhia a ideia da reeleição presidencial e da implementação do voto distrital misto. *Veja* frisou, todavia, que 25% dos congressistas somente gostariam de revisar as leis, a fim de ajustá-las às formas e sistemas de governo derivadas do cômputo plebiscitário (A CABEÇA..., 21 abr. 1993, p. 82).

Doravante, os semanários não voltaram a notabilizar personagens de destaque envolvidos na condução do Plebiscito, como José Richa e Cunha Bueno. A avaliação de alguns – poucos – expoentes da política atuantes na campanha se deu, basicamente, contemplando seus projetos futuros, como a eleição presidencial de 1994. Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, começou a percorrer o Brasil em caravana, apresentando-se como pré-candidato apto a substituir Itamar Franco (CHAGAS, 17 abr. 1993, p. 85).

Em antagonismo ao petista, o agora integrante do PPR, Paulo Maluf se colocava como o “anti-Lula”, uma alternativa à direita para a presidência, atraindo para seu novo partido, políticos de carreira, como os deputados Francisco Dornelles e Sandra Cavalcanti, oriundos do PFL, conforme sinalizou Melo Filho (10 abr. 1993, p. 80). Para Ancelmo Gois (14 abr. 1993, p. 29), em *Veja*, “a família Maluf ganhou” duplamente com o Plebiscito, pois, ao defender o sistema de gabinete, Paulo Maluf “arejou” sua imagem, enquanto seu filho, Flávio Maluf, lucrou 200 mil dólares com alugueis de câmeras para a produção dos programas da PAR.

Outro pré-candidato para 1994 era Leonel Brizola, que, para a revista paulistana, tinha sido “o político a tirar melhor proveito do Plebiscito”, utilizando a visibilidade do horário eleitoral para tentar reverter a impopularidade que sofria desde 1992, no comando do estado do Rio de Janeiro. “Falando de um assunto estritamente político – e ainda por cima chato, como a discussão sobre sistemas de governo”, o petetista era, segundo o periódico, “o último

político importante”, depois do falecimento de Jânio Quadros, a aparecer na televisão “falando engraçado”, algo que, na observação irônica de *Veja*, se materializava como a “arma eleitoral” de Brizola (CORRÊA; AULER, 28 abr. 1993, p. 21).

Por fim, as revistas adotaram a mesma estratégia para encerrarem suas coberturas relativas ao Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo: a publicação de ficções irônicas, com viés crítico ou jocoso sobre a experiência eleitoral há pouco superada, enfocando suas atenções na frente monarquista – e em atos que poderiam se configurar a partir de sua pretensa vitória. Em *Veja*, o responsável pelo texto foi o cronista Jô Soares. Já em *Manchete*, a tarefa ficou à cargo de Carlos Chagas.

Em sua página de humor, de 5 de maio de 1993, Soares propôs uma “solução criativa”, originalmente elaborada por seu “amigo Carneiro”, morador de Petrópolis, aos defensores da monarquia, tendo em vista a boa votação obtida pelo movimento. De tal modo, seriam aproveitadas “de forma extraordinária”, a presença e a existência da “nossa realeza”. “Já que se divulgou tanto a monarquia brasileira, mas mesmo assim o projeto real não foi aprovado para o país todo, por que não criar de forma definitiva o Principado de Petrópolis?”, indagou o colunista (SOARES, 5 maio 1993, p. 17).

Na crônica de Jô Soares, o município fluminense seria valorizado, por sua natural “tradição imperial”. O modelo do principado seria inspirado em experiências internacionais, como as de Liechtenstein e Mônaco. Na introdução do texto, sintetizou-se que a organização monárquica “daria inveja” aos estadunidenses, que, “por falta de sangue azul”, “jamais poderiam fazer a mesma coisa”. “O Principado de Petrópolis seria um protetorado do Brasil e os brasileiros teriam acesso sempre que quisessem sem passaporte”, esclarecia (SOARES, 5 maio 1993, p. 17).

Jô Soares elencou como “vantagens” do Principado, seis itens, por ele detalhados ao longo de uma página, ilustrada com símbolos que remetiam à monarquia, como brasões, castelos e coroa. O primeiro deles era a permissão aos jogos de azar, pois o Jôquei Clube de Corrêas seria reaberto e o Palácio Rio Negro seria transformado em cassino, assim como o Hotel Quitandinha. Junto ao complexo turístico, casas de apostas se espalhariam por todo o território (SOARES, 5 maio 1993, p. 17).

A segunda recomendação implicava na introdução de corridas de Fórmula 1, no circuito que ficaria conhecido como “*Le Gran Prix* de Petrô”. “A corrida faria parte do circo e o vencedor teria direito de cumprimentar e jogar champanhe na família real”, salientava, partindo para um novo ponto: “A exemplo de Mônaco, não haveria impostos no Principado de Petrópolis. A renda auferida com os jogos seria mais do que suficiente”. Contas numeradas,

ao estilo dos paraísos fiscais, também seriam permitidas, “com garantia de sigilo absoluto”, “evitando a evasão de capital” para “Bahamas ou Cayman” (SOARES, 5 maio 1993, p. 17).

A conversão de locais próximos a Petrópolis em ducados ou condados permitiria a aferição de títulos de nobreza pelo príncipe, “dando sequência a uma dinastia brasileira e um charme suplementar a todo o projeto”. O “problema mais grave a ser resolvido”, porém, era muito semelhante ao que afligiu a campanha monarquista, recentemente: “descobrir quem teria direito a ser o primeiro legítimo Príncipe de Petrópolis”. Para isso, o humorista ofertou uma sugestão (SOARES, 5 maio 1993, p. 17).

O desígnio deveria observar a existência da antiga família imperial, pois o lugar foi fundado por Dom Pedro II e o laudêmio sobre as transações imobiliárias “até hoje ainda existe”. Contudo, Jô Soares achava que “o povo não poderia escolher o príncipe, porque povo não entende nada de rei”. A resolução se daria em uma votação entre nobres. “Em vez de um plebiscito, um *nobriscito*”, ironizava, em um jogo de palavras. “Só iríamos correr o risco de cada um votar em si mesmo”, finalizava o cronista (SOARES, 5 maio 1993, p. 17).

Em sua ficção política, lançada em 1º de maio de 1993, Carlos Chagas apresentou o “decálogo do rei”. Em uma reviravolta surpreendente, causada pela contabilização dos “votos da Zona da Mata”, a forma republicana perdeu sua vantagem numérica, enquanto “os computadores do Tribunal Superior Eleitoral se transformavam no coração do país, batendo descompassado”. Na fantasia do colunista de *Manchete*, Paulo Brossard, na qualidade de presidente do TSE, “proclamou os resultados definitivos”: a monarquia conquistara 51% dos votos (CHAGAS, 1 maio 1993, p. 26).

Conforme a ficção de Chagas (1 maio 1993, p. 26), perante a decisão popular, o Congresso prontamente passou a se dedicar à reforma constitucional que permitiria a posse do rei, em 1º de janeiro de 1995. Em seguida, em uma “segunda surpresa”, Itamar Franco decidiu viabilizar a antecipação da mudança, “em função da vontade soberana da nação”, anunciando que renunciaria “logo após a votação da reforma”. “Marcou-se o dia 7 de setembro para a coroação solene, na Praça dos Três Poderes, em Brasília”, destacou o conto do jornalista, devidamente sinalizado como um elemento literário fictício, no canto superior, à esquerda da página (CHAGAS, 1 maio 1993, p. 26).

O cronista não nominou quem teria sido escolhido como rei pelos congressistas, mas os desdobramentos da ficção sugerem ter sido um dos tefepistas da família Orléans e Bragança: Dom Luiz ou Dom Bertrand. Segundo a narrativa, ao ser empossado, o monarca “desfilou em carruagem aberta diante dos súditos delirantes”, distribuindo “dobrões de ouro ao tempo em que proclamava a vontade de Deus”, estando “cercado por sua guarda de honra”,

composta de “robustos jovens do movimento Tradição, Família e Propriedade, com seus estandartes vermelhos”. A falta de uma rainha seria superada pela promessa de que o rei “logo buscaria a consorte, numa das famílias reais da Europa” (CHAGAS, 1 maio 1993, p. 26).

O banquete comemorativo, que se seguiu pela madrugada, foi sucedido pela declaração do “decálogo” do soberano, na manhã seguinte, “em cadeia nacional de rádio e televisão”. Os artigos englobavam situações esdrúxulas, como a distribuição de títulos de nobreza e novas obrigações aos súditos, abalizadas em reverências, arrecadações de dinheiro para a renovação da pinacoteca real, construções de castelos nos estados, “autoflagelação preventiva” e impostos sobre o oxigênio. Outra taxa envolveria o cálculo do número de vezes que “um súdito põe os pés no sagrado solo do império, desde que deixa o leito até a hora de dormir” (CHAGAS, 1 maio 1993, p. 26).

Outras regras desfavoráveis ao povo determinariam a apropriação de bens pelo reino, que cobraria tributos sobre o uso de móveis e imóveis. Terras próximas a rodovias se tornariam “reservas de caça de Sua Majestade”, com permanência vedada aos súditos. “Elevações, montes e montanhas de altura superior a dez metros” ficariam “sob o domínio da TFP, para instalação de fortalezas encarregadas da defesa nacional”. O povo deveria oferecer ao soberano, em seu aniversário, o peso dele “em diamantes”, situação que se estenderia aos príncipes e demais familiares, que receberiam o peso de cada um deles “em ouro” (CHAGAS, 1 maio 1993, p. 26).

Planos de expansão territorial visariam, segundo Chagas (1 maio 1993, p. 26), países e territórios vizinhos, como as Guianas e o Uruguai, chamado de “Cisplatina”, referência histórica ao princípio do Império. A saga escrita pelo jornalista se encerrou com a constatação de que tudo se tratava de um pesadelo. “Nesse momento, acordamos, jurando nunca mais comemorar a vitória da República comendo feijoada à noite”, concluiu o colunista (CHAGAS, 1 maio 1993, p. 26), imprimindo novamente seu tom crítico ao Plebiscito e às causas nele defendidas, arrefecidas, ao menos temporariamente, pelo saldo das urnas.

Com olhos na política contemporânea, os temas que conduziram o Plebiscito de 1993 ficaram para trás nas páginas de *Manchete* e *Veja*, dando lugar a novas abordagens e outros desenvolvimentos políticos, especialmente ligados à sequência do governo Itamar Franco e à busca pela solução dos problemas econômicos do país. Os personagens envolvidos nos debates encontraram novos papéis e a política nacional assumiu contornos inéditos. Enfim, a inusitada eleição de 21 de abril de 1993 vem encontrando paulatinamente seu espaço na História do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre formas e sistemas de governo no Brasil, recrudescido nas esferas da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, se conservou entre as preocupações dos políticos e da imprensa, no decorrer dos anos subsequentes. Um dos principais motivos para isso foi a opção pelo Plebiscito, marcado para o longínquo ano de 1993. A qualidade das discussões, contudo, foi afetada pela vultosa quantidade de acontecimentos alheios aos temas ocorridos naquele amplo recorte temporal e por questões organizacionais de variadas naturezas.

A agenda dos sistemas de governo uniu políticos com visões muito diferentes, em um comportamento que extrapolou as composições partidárias. Em nome do parlamentarismo, os integrantes da “esquerda do PMDB”, que depois comporiam o heterogêneo PSDB, caminharam lado a lado com antigos arenistas, como Antônio Delfim Netto. Os simpatizantes do governo Sarney solicitavam a permanência do presidencialismo juntamente com os pedetistas aliados de Leonel Brizola, seus opositores diretos. A característica acompanharia as disputas no futuro, confundindo o eleitorado e produzindo críticas na imprensa.

Os presidencialistas, de algum modo influenciados por uma vitória anterior, a do Referendo de 1963, não se organizaram em prol de reformas profundas no modelo administrativo. Muitos de seus líderes, segundo as revistas, eram políticos interessados em usufruir dos poderes que o sistema de governo lhes conferiria, se eleitos para a Presidência da República. Na defensiva contra ataques, também foram beneficiados por obstáculos não superados por seus oponentes.

Às vésperas do Plebiscito, Leonel Brizola fez questão de se afastar dos demais defensores do presidencialismo, criando uma imagem exclusiva para seu partido. O resultado foi a visível fragmentação das ideias. Alinhadas com a manutenção do sistema, as revistas tenderam a ignorar a corrente pedetista, enfatizando primordialmente o conjunto de ideias agenciado pela campanha suprapartidária, contra a qual os semanários asseveravam julgamentos negativos dentro de um limite aceitável.

Sem conseguirem explicar com clareza aspectos basilares em seus ideários, como o mecanismo a ser adotado para a escolha do presidente da República e as faculdades de comando que o referido conquistaria, os parlamentaristas deixaram em aberto temas percebidos pelas revistas como fundamentais ao esclarecimento do eleitor, perdendo-se em erros similares aos de 1961-1963. A multiplicidade prática da aplicação do sistema ao redor do mundo e a sensibilidade do país, recém saído de um regime ditatorial militar, eram pontos

que exigiam à Frente Parlamentarista, um maior cuidado e uma explicação mais direta. Ademais, o Congresso Nacional, segundo se pode captar pelo discurso das revistas, não detinha plena confiança popular para sustentar poderes tão salientes como os que buscava angariar.

A questão da tutela militar era um ponto de observação para os parlamentaristas, que entendiam que o sistema de gabinete seria capaz de superar esse tipo de dificuldade institucional. Sobre isso, as revistas imprimiram posicionamento dúbio. Embora minimizassem o suposto poder do parlamentarismo alusivo à conservação da normalidade governamental, analisavam com cautela a existência de interferências militares nos bastidores do poder.

A absorção do imaginário sobre Ulysses Guimarães também se evidenciou como um ponto problemático. O líder pemedebista, que, à época de seu desaparecimento, era um parlamentarista convicto, não demonstrou a mesma paixão durante a Constituinte, momento de maior protagonismo de sua imagem. Apoiadores tradicionais da causa, igualmente falecidos, como Afonso Arinos e Raul Pilla, foram postos de lado, tendo seus nomes estampados apenas em documentos formais, como o estatuto da Frente Parlamentarista. A fama de Guimarães sobrepujou o engajamento de Pilla, perdido em um passado menos resgatado em 1993.

Os simpatizantes da monarquia não convenceram em sua estratégia de recuperar nuances favoráveis à antiga forma de governo. O conceito sobre a suposta estabilidade do chefe de Estado na forma monárquica contrabalançava com a maneira como Dom Pedro II foi destituído: mediante um golpe militar. Os próprios monarquistas reconheciam o golpe, denunciando-o e informando-o à sua audiência, para desagrar a república. O debate, que embasava boa parte das ideias do movimento, não ofertava quaisquer garantias de que um monarca no final do século XX estaria livre de conspirações e poderia exercer suas funções com plenitude.

Por mais de seis anos, *Manchete* e *Veja* observaram com pouco entusiasmo o desenvolvimento dessas questões administrativas. Em resumo, para ambas as revistas, o parlamentarismo e a monarquia não solucionariam os problemas enfrentados pelo Brasil. Além disso, as publicações não detectavam apelo popular frente às pautas, habitualmente desabonadas em suas inconstâncias. A falta de clamor não impediu, contudo, que os periódicos defendessem outro mecanismo: o voto distrital.

O modo como a implantação do voto distrital – tese que arrefecia a cada passo da Constituinte – foi manejado pelos semanários, sobretudo por *Veja*, exprimiu a proeminência

de interesses, agendados conforme os pensamentos de seus jornalistas e diretores. Destarte, não restam dúvidas: o trabalho da imprensa é subjetivo, ao considerar escolhas, afastando-se da utópica imparcialidade. Mesmo assim, os esforços editoriais de *Manchete* e *Veja* ajudaram a obter um retrato do momento, visto que suas influências diretas ou indiretas visaram interferir, de alguma maneira, nas conclusões do leitor.

Concomitantemente, não se pode descartar que, perante uma eventual concretização das mudanças, o julgamento das revistas sobre os tópicos pudesse se alterar. Carlos Heitor Cony, de *Manchete*, que começou o ano de 1993 desacreditando a vitória da monarquia, chegou a março assinando uma elogiosa reportagem sobre Dom Pedro Gastão. *Veja*, que, de antemão, passou longe da causa monárquica, destinou, às vésperas do pleito, quantidade considerável de páginas à apresentação crítica de integrantes da autodeclarada família imperial. A divisão de seus membros por fatores como origem, ideologia e dinastia, ao serem publicizadas, estimularam inéditas avaliações.

Leitores das revistas também se manifestaram em suas próprias seções. Monarquistas partícipes de “O Leitor em *Manchete*” e “Cartas” contribuíram para reforçar as repercussões sobre as cisões dos ramos de Petrópolis e de Vassouras, expressando ironias e refutações que vinham ao encontro do que as revistas difundiam. Do mesmo modo, essas intervenções, juntamente com as reportagens, expuseram a existência de brasileiros insatisfeitos com os rumos da República. A camuflagem da imparcialidade assim se introduziu, sem alteração da postura dominante da linha editorial.

A criação de personagens e suas identificações com as causas não foram unicamente empregadas pelas campanhas políticas. Os semanários também exploraram essa particularidade. No caso dos monarquistas, Cunha Bueno era apresentado pelas revistas como o único deputado adepto dessa forma de governo. Mesmo que pesquisas de opinião contemplassem que a monarquia contava com os outros simpatizantes, nenhum deles foi exposto pelos periódicos em suas reportagens. A conveniência desse fato se configura como algo em aberto, passível de novas investigações.

Contra a monarquia e o parlamentarismo, as revistas operaram conhecimentos históricos, elencando razões para a inviabilidade das mudanças pretendidas pelos grupos. A experiência parlamentarista do governo João Goulart, por exemplo, era tida por elas como um motivo suficiente para desacreditar a eficácia do sistema. A ditadura militar e os anseios pela restauração do direito ao voto presidencial distinguiam, segundo os semanários, a preferência pelo presidencialismo, que igualmente carecia de melhorias. Por sua vez, o chamado

parlamentarismo híbrido não supriria as pendências operacionais, tornando-se mais um demérito ao governo de gabinete.

Momentos decisivos sobre os debates, por vezes, foram sufocados pela emergência de outros assuntos. Enquanto *Manchete* e *Veja* se preocupavam em expor as resoluções das disputas sobre o mandato de Sarney, por exemplo, Cunha Bueno articulava com os parlamentaristas a realização do Plebiscito, em atividades pouco ou nada documentadas. Os direcionamentos impetrados pelas revistas salientaram também o uso que elas fizeram dos esforços de diferentes veículos, como o *Correio Braziliense* e o *Jornal do Brasil*, cujas práticas jornalísticas sustentaram informações e opiniões reportadas em distintas ocasiões.

Outro ponto a ser examinado é o limite da independência dos colunistas, como Alexandre Garcia, Carlos Chagas e Roberto Pompeu de Toledo, que, em seus textos, algumas vezes reproduziram ideias apregoadas por notas e reportagens de suas respectivas revistas. Um exemplo evidente se construiu em 1987, quando *Veja* ponderou, em texto sem assinatura, que os ministros da Fazenda – ou da Economia – detinham poderes análogos aos de um primeiro-ministro, apontamento ressurgido em maio de 1991, nos escritos de Toledo.

As mais de 30 colunas de Carlos Chagas, mormente focadas na disputa dos sistemas de governo, inspiram reflexões sobre o ímpeto do jornalista em discutir o assunto. Em outras editorias, possivelmente, a contenda não encontraria, naquele período, uma acolhida tão contundente no semanário. A característica, outrossim, pode ser visualizada sobre as notas de Murilo Melo Filho, sintetizadas em sua seção “Posto de Escuta”, retrato dos bastidores da política, às vezes comparável, guardadas as proporções, com “Radar”, de *Veja*.

Os elevados índices de abstenção, votos brancos e nulos derivados do Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo mantiveram a República presidencialista no Brasil. Os resultados não motivaram reformas substanciais durante a Revisão Constitucional. Entre as poucas medidas implantadas, a mudança mais expressiva originou a redução do mandato presidencial para quatro anos, em junho de 1994. Seus efeitos não foram tão impactantes, visto que, em 1997, após um rumoroso processo, o expediente da reeleição para cargos do Poder Executivo foi oficializado, com aplicabilidade exitosa no país.

Depois do Plebiscito de 1993, o governo Itamar Franco finalmente começou a resolver as demandas que assolavam a economia e tanto incomodavam os editores dos periódicos, por meio da implantação do Plano Real, capitaneado pelo presidente e por uma equipe de economistas. A condução política da situação favoreceu os parlamentaristas tucanos, que tiveram uma oportunidade de se reinventar, conquistando, em 1994, a Presidência da

República, dentro do sistema antes combatido por eles, aliando-se aos presidencialistas pefelistas, seus outrora rivais.

Manchete e *Veja* seguiram diferentes caminhos. O semanário carioca teve sua trajetória interrompida por seus problemas administrativos. Já a revista paulistana continua influenciando o debate político semanal, embora não com a mesma energia que lhe alçou à relevância, em 1992. Pela operação de pesquisas em fontes de comunicação, o historiador analisa contextos peculiares, voltando-se à construção historiográfica de conhecimentos como os que foram abordados nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

- A DIREÇÃO. Um momento, leitor. *Manchete*, nº 1, 26 abr. 1952, p. 3.
- ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. Prolegômeno historiográfico ao objeto político. *Historiae*. Rio Grande: v. 2, p. 9-24, 2011.
- ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2008.
- ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, ano II, n. 208, 18 mar. 1988, p. 8569-8643.
- AUGUSTI, Alexandre Rossato. *Jornalismo e Comportamento: os valores presentes no discurso da revista Veja*. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 153f.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Vocabulário de sistemas e regimes políticos. In: MORAES, Antônio Ermírio de et al. *Plebiscito: Como votarei?*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 163-187.
- BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. *A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação – BOCC, 2010.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 2000
- BASILE, Marcelo. O Laboratório da Nação: A Era Regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume II (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 53-119.
- BASTOS, Aurélio Wander. *Autoritarismo e Parlamentarismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1993.
- BATISTELLA, Alessandro. A ditadura militar e o bipartidarismo: casuísmos e simulacro de democracia. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; VARGAS, Jonas Moreira (Orgs.). *Capítulos de História Política: problemas e estudos*. Passo Fundo: Acervus, 2020, p. 363-410.
- BATISTELLA, Alessandro. *A ditadura militar e o bipartidarismo: gênese e trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1982)*. Curitiba: CRV, 2019.
- BATISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. Curitiba: Editora UFPR, 2016.
- BENETTI, Márcia. A Ironia como Estratégia Discursiva da Revista *Veja*. *Líbero*. Ano X, n. 20, dez. 2007.
- BENEVIDES, Maria Victória. O Plebiscito de 1993 à luz do precedente de 1963. *Lua nova, revista de cultura e política. Estado reforma e desenvolvimento*. n. 28/29, p. 75-83, 1993.
- BILUCZYK, Roberto. A Atuação de Paulo Brossard no Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo (1993). *Anais do 1º Colóquio de Pesquisa do IHGRGS*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), 2019. p. 33-46.

- BIZ, Osvaldo. Nova Tentativa Parlamentarista na Constituinte. In: PETERSEN, Áurea; BIZ, Osvaldo. *República, Monarquia, Parlamentarismo e Presidencialismo: Subsídios para Debate*. Porto Alegre: Evangraf, 1993b, p. 65-70.
- BIZ, Osvaldo. Reformas Indispensáveis. In: PETERSEN, Áurea; BIZ, Osvaldo. *República, Monarquia, Parlamentarismo e Presidencialismo: Subsídios para Debate*. Porto Alegre: Evangraf, 1993a, p. 41-52.
- BLOCH, Arnaldo. *Os Irmãos Karamabloch: Ascensão e queda de um império familiar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 327.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985. Convoca Assembleia Nacional Constituinte e dá outras providências.
- BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946*. Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961. Institui o Sistema Parlamentar de Governo.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Emenda Constitucional nº 2, de 25 de agosto de 1992. Dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. *Decreto nº 4.120, de 3 de setembro de 1920*. Revoga os artigos 1º e 2º do decreto 78-A, de 21 de dezembro de 1889 e autoriza trasladar para o Brasil os despojos mortais do ex-imperador D. Pedro II e de sua esposa, D. Thereza Christina, abrindo para tal fim os necessários créditos.
- BRASIL. *Decreto nº 85-A, de 23 de dezembro de 1889*. Cria uma comissão militar para o julgamento dos crimes de conspiração contra a República e seu governo, aplicando-lhe as penas militares de sedição.
- BRASIL. *Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979*. Concede anistia e dá outras providências.
- BRASIL. *Lei 8.624, de 4 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre o plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo e regulamenta o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela Emenda Constitucional nº 2.
- BUENO, Antonio Avelange Padilha. *Raul Pilla: aspectos de uma biografia política*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. 270f.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A Imprensa Periódica como Fonte para a História do Brasil. *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo: Revista de História, 1971.
- CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e Controle dos Meios de Comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. “Vote no Rei”: o plebiscito de 1993. In: *Café História – história feita com cliques*. 2010. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/vote-no-rei-o-plebiscito-de-1993/>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CARVALHO, José Murilo de. Entrevista com José Murilo de Carvalho – Entrevista concedida em 9 de outubro de 1998 a Lucia Lippi Oliveira, Marieta de Moraes Ferreira e Celso Castro. *Estudos Históricos*, n. 22, p. 357-377, 1998.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.
- COLLIVA, Paolo. Monarquia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- COMISSÃO Afonso Arinos elaborou anteprojeto de Constituição. *Agência Senado*, 1 out. 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/10/01/comissao-afonso-arinos-elaborou-anteprojeto-de-constituicao> Acesso em: 2 jan. 2020.
- CORRÊA, Ingrid da Silva Mendonça. *Ulysses Guimarães: trajetória política de um liberal-democrata na luta contra a ditadura militar (1971-1984)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. 184f.
- CORRÊA, Thomaz Souto. A Era das Revistas de Consumo. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- COSTA, Lucas Nascimento Ferraz. Modelos de *lobby* no processo constituinte de 1987-88. *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, v. 3, n. 1, p. 70-97, 2015.
- CRUZ, Ednílson; CARNEIRO, Alan. José Bernardo Cabral. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.
- CUNHA BUENO, Antônio Henrique Bittencourt. *A Solução é o Rei*. Brasília: Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicações, 1988.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. Introdução. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- DIAS, Sônia; LEMOS, Renato; CARNEIRO, Alan. José Sarney. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2017.
- DUARTE, Rafaela. O movimento Diretas Já em 1984 e a participação dos catarinenses. *Revista Memorare*, Tubarão, v. 4, n. 3, p. 44-60, set./dez. 2017.
- ESPIG, Marcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. XXIV, nº 2, p. 269-289, 1998.

- ESTATUTO da Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães. In: MORAES, Antônio Ermírio de et al. *Plebiscito: Como Votarei?*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 110-115.
- ESTEVEZ, Eunice Maria de Souza. *O Pensamento Parlamentar e o Parlamentarismo no Brasil (1946-1961)*. Brasília: Fundação Pró-Memória, 1984.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2015.
- FERNANDES, Roberto. Planalto dá “sinal verde” para estudos sobre parlamentarismo. *Jornal do Brasil*, ano XCIII, nº 163, 18 set. 1983, p. 6.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-417.
- FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018, p. 27-71.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, p. 111-124, maio/jun. 2000.
- FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo: da Morte de Vargas aos Dias Atuais*. São Paulo: Contexto, 2016.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, nº 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; FIGUEIREDO, Marcus. *O plebiscito e as formas de governo*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- FIGUEIREDO, Marcus. Plebiscito no mundo: mudança de regime político. *Opinião Pública*, Campinas, v. 1, p. 10-12, 1993.
- FLEISCHER, David. Comportamento do Eleitorado Brasileiro na Eleição Presidencial de 1989. *Revista de Ciências Humanas*, v. 6, n. 9, p. 9-35, 1990.
- FLORES, Élio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (org.) *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 72-77.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo; PILLA, Raul. *Presidencialismo ou Parlamentarismo?*. Brasília, Senado Federal, 1999.
- FRENTE Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães. In: MORAES, Antônio Ermírio de et al. *Plebiscito: Como Votarei?*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 116-123.
- GARCIA, Marília. *O que é Constituinte*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GIL-PUJOL, Xavier. *Tiempo de política: perspectivas historiográficas sobre la Europa moderna*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006, cap. 2.

- GONÇALVES, José Esmeraldo; MUGGIATI, Roberto. A Janela do Russell. In: GONÇALVES, José Esmeraldo; BARROS, J. A. (Orgs.). *Aconteceu na Manchete: as Histórias que Ninguém Contou*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008, p. 21-53.
- HOHLFELDT, Antônio. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, nº 7, p. 42-51, nov. 1997.
- ITAMAR deve vetar cédula hoje. *Jornal do Brasil*, nº 294, 27 jan. 1993, p. 3.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 180-196.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- KORNIS, Mônica. Francisco de Paula Brochado da Rocha. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009a.
- KORNIS, Mônica. Pedro Aleixo. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009b.
- KORNIS, Mônica; COSTA, Marcelo. Plebiscito. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.
- LAMOUNIER, Bolívar (org.). *A Opção Parlamentarista*. São Paulo: Idesp/Editora Sumaré, 1991.
- LAMOUNIER, Bolívar; NOHLEN, Dieter. *Presidencialismo ou Parlamentarismo*. São Paulo: Idesp/Loyola, 1993.
- LAUVAUX, Philippe. *Parlamentarismo: Fundamentos Históricos e Constitucionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da História? In: LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 215-236.
- LE MOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009a.
- LE MOS, Renato. Afonso Arinos de Melo Franco. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009b.
- LIMA, João Alberto de Oliveira; PASSOS, Edilenice; NICOLA, João Rafael. *A Gênese do Texto da Constituição de 1988: Volume 1 – Quadros*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. História, política e mídia no Brasil em redemocratização. In: GONÇALVES, Janice (org.). *História do Tempo Presente: oralidade, memória, mídia*. Itajaí: Casa Aberta, 2016b, p. 59-76.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. Introdução. In: LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *História nas Bancas de Revistas*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016a, p. 11-21.

- LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MACIEL, Marco. Justificativa. In: MORAES, Antônio Ermírio de et al. *Plebiscito: Como Votarei?*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p 144-145.
- MAGALHÃES, André. Aliança Democrática. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.
- MALIN, Mauro. Nereu Ramos. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.
- MATTEUCCI, Nicola. República. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. *O Poder Moderador na República Presidencial*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- MESGRAVIS, Laima. *História do Brasil Colônia*. São Paulo: Contexto, 2017.
- MIGUEL, Luís Felipe. Sentidos do Passado: nação, tradição e história na campanha eletrônica para o plebiscito de 21 de abril de 1993. In: *Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: ANPOCS, 1996.
- MODELO Parlamentarista Republicano. In: MORAES, Antônio Ermírio de et al. *Plebiscito: Como Votarei?*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 124-135.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018, p. 219-253.
- MOURA, Ranielle Leal. *Gêneros Jornalísticos na Imprensa Brasileira do Século XX: Revista O Cruzeiro*. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2011. 320f.
- NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo, Contexto, 2017.
- NASCIMENTO, Greyce Falcão do. “Aconteceu: Virou Manchete”: O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. 146f.
- NÉMETH-TORRES, Geovani. A Odisseia Monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. *Veredas da História*. Ano I, n. 1, Art. 4, 1 abr. 2008.
- NETO, Regina Beatriz Guimarães. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

- NOGUEIRA, André Magalhães. Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009a.
- NOGUEIRA, André Magalhães. Centrão. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009b.
- NUNES, Diego; DE ROBBIO, Murilo Aparecido Carvalho da Costa. *Impeachment: Apontamentos para uma pesquisa histórico-jurídica sobre a Lei nº 1.079/1950*. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: v. 11, n. 3, p. 406-427, set./dez. 2019.
- ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- PÁDUA, Gesner Duarte. *Manchete: a cortesã do poder*. *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*, v. 2, p. 213-222, 2013.
- PARLAMENTARISMO e monarquia vão a plebiscito em 93. *Jornal do Brasil*, nº 56, 3 jun. 1988, p. 5.
- PEREIRA JÚNIOR, Dimas Sales. Realidade. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.
- PEREIRA, Álvaro. *Cara ou Coroa*. São Paulo: Globo, 1993.
- PETERSEN, Áurea. Diferentes tipos de sistema parlamentar de governo. In: PETERSEN, Áurea; BIZ, Osvaldo. *República, Monarquia, Parlamentarismo e Presidencialismo: Subsídios para Debate*. Porto Alegre: Evangraf, 1993, p. 31-40.
- PETERSEN, Áurea. Forma e Sistema de Governo. In: PETERSEN, Áurea; BIZ, Osvaldo. *República, Monarquia, Parlamentarismo e Presidencialismo: Subsídios para Debate*. Porto Alegre: Evangraf, 1993, p. 9-30.
- PILLA, Raul. *Catecismo Parlamentarista*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1992.
- PROJETO de Monarquia Parlamentar (17/2/93). In: MORAES, Antônio Ermírio de et al. *Plebiscito: Como Votarei?*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 148-159.
- PROPOSTA de Emenda Constitucional Republicana Presidencialista. In: MORAES, Antônio Ermírio de et al. *Plebiscito: Como Votarei?*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 138-144.
- QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. Conservadorismo coroadado: movimentos monarquistas no Brasil atual. *Estudos Sociológicos*. Araraquara, v. 22, n. 42, p. 15-34, jan.-jun. 2017.
- RAZZÉ, Jussara. No Olho do Furacão. In: GONÇALVES, José Esmeraldo; BARROS, J. A. (org.). *Aconteceu na Manchete: as Histórias que Ninguém Contou*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008, p. 415-419.
- REALE JÚNIOR, Miguel. *Brasil 93: A Hora do Parlamentarismo!* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: *O Brasil Republicano. O Tempo do Liberalismo Excludente – Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Livro 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- RIBEIRO, Darcy (org.). *Formas e Sistemas de Governo: República X Monarquia. Presidencialismo X Parlamentarismo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Os riscos do parlamentarismo. In: RODRIGUES, Leôncio Martins e outros. *Em defesa do presidencialismo*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1993, p. 12-33.
- ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, jun. 2002.
- ROMANCINI, Richard. História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. *XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro: INTERCOM/UERJ, 2005.
- ROMERO, Sílvio. *Parlamentarismo e Presidencialismo na República Brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia Imprensa, 1893.
- ROSSATO, Luciana. As escolas brasileiras de educação básica nas revistas *Veja*, *Visão* e *IstoÉ* (1980-1989). In: LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *História nas Bancas de Revistas*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.
- SALLUM JÚNIOR, Brasília. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018, p. 163-191.
- SANTOS, Armando Alexandre dos. *O Brasil Império nas Páginas de um Velho Almanaque Alemão*. São Paulo: Artpress, 1992b.
- SANTOS, Armando Alexandre dos. *Parlamentarismo, Sim! Mas à brasileira: com Monarca e com Poder Moderador eficaz e paternal*. São Paulo: Artpress, 1992a.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- SERRA, José; PALMEIRA, Vladimir; BUENO, Cunha; BARROS, Edgard de. *Parlamentarismo ou Presidencialismo? República ou Monarquia?*. São Paulo: Contexto, 1993.
- SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: O Indispensável Partido Neoliberal*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, 651f.
- SILVA, Carla Luciana. A Carta ao Leitor de *Veja*: Um Estudo Histórico Sobre Editoriais. In: *Intercom - Revista Brasileira De Ciências Da Comunicação*. São Paulo, v. 32, n. 1, jan./jun. 2009.
- SILVA, Cristiani Bereta da. O Brasil mergulhou em sua história: a revista *Veja* e os debates sobre a História e seu ensino nas décadas de 1980 e 1990. In: LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *História nas Bancas de Revistas*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.
- SILVA, José Afonso da. Presidencialismo e Parlamentarismo no Brasil. *Revista de Ciência Política*, v. 33, n. 1, p. 9-32. nov./jan. 1989/1990.
- SIMONSEN, Mário Henrique. Pelo Parlamentarismo Monárquico. In: MORAES, Antônio Ermírio de et al. *Plebiscito: Como Votarei?*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 71-86.

- SIQUEIRA, Carla; MURILO, Tatiana. Manchete. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.
- SIROTSKY, Nahum. Conversa com o leitor. *Manchete*, nº 248, 19 jan. 1957, p. 73.
- STOPPINO, Mario. Ditadura In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 374.
- TORRES, Anderson Vargas. O Partido Libertador e a experiência democrática (1945-1964): notas iniciais de pesquisa. In: ANGELI, Douglas Souza; VARGAS, Jonas Moreira (Orgs.). *Contribuições recentes sobre História e Política: uma coletânea dos trabalhos apresentados no III Seminário do GT História Política*, Anpuh-RS. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, p. 37.
- VAINER, Bruno Zilberman. Breve Histórico acerca das Constituições do Brasil e do Controle de Constitucionalidade Brasileiro. In: *Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC*. n. 16, p. 161-191, jul./dez. 2010.
- VANNUCHI, Paulo; FREI BETTO. *O Plebiscito de 1993*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.
- VELASQUEZ, Muza Clara Chaves; KUSHNIR, Beatriz. Veja. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.
- VELASQUEZ, Muza; ALDÉ, Lorenzo; TEDESCHI, Harriete. Mário Covas. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.
- VERSIANI, Maria Helena. A sociedade brasileira vive a democracia (1985-1987). In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- VILLALTA, Daniela. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. In: *Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Salvador. 2002.
- WERNET, Augustin. *O Período Regencial: 1831-1840*. São Paulo: Global, 1997.
- ZANONI, David Anderson. *As representações do Irã através da revista Veja*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015. 127f.
- ZANOTTO, Gizele. *TFP – Tradição, Família e Propriedade: As Idiossincrasias de um Movimento Católico no Brasil (1960-1995)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.
- ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo, v. 4, p. 89-102, jun. 1985.

FONTES

- “VOU fechar o SNI”. *Veja*, nº 1079, 17 maio 1989, p. 37.
- A ÁRVORE dos pretendentes. *Veja*, nº 1273, 3 fev. 1993, p. 24-25.
- A BRIGA pela faixa. *Veja*, nº 1106. 22 nov. 1989, p. 53.
- A BRIGA pelo regime. *Veja*, nº 1019, 16 mar. 1988, p. 18-19.
- À BUSCA de estabilidade. *Veja*, nº 995, 30 set. 1987, p. 36.
- A CABEÇA é outra. *Veja*, nº 1284, 21 abr. 1993, p. 80.
- A CARA do Congresso. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 33.
- A CONSTITUINTE decidiu. *Veja*, nº 1019, 16 mar. 1988, p. 23.
- A CONTA final. *Veja*, nº 1021, 30 mar. 1988, p. 44.
- A DERROTA do líder do PMDB. *Veja*, nº 1005, 9 dez. 1987, p. 40.
- A DISPUTA do bolo. *Veja*, nº 1023, 13 abr. 1988, p. 83.
- A EPOPEIA de Ulysses. *Veja*, nº 1254, 30 set. 1992, p. 26-29.
- A FALA do presidente. *Veja*, nº 1138. 11 jul. 1990, p. 23.
- A LEI no escuro. *Veja*, nº 1033, 22 jun. 1988, p. 42.
- A NÚMERO 1. *Veja*, nº 1273, 3 fev. 1993, p. 28.
- A ONDA do “fora Sarney”. *Veja*, nº 1089, 26 jul. 1989, p. 41.
- A PERDA da referência. *Veja*, nº 1146. 5 set. 1990, p. 104.
- A SOBREVIDA da monarquia. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 48-49.
- A SOMBRA do quepe. *Veja*, nº 991, 2 set. 1987, p. 24-25.
- A SUCESSÃO não é o problema principal. *Veja*, nº 1283, 14 abr. 1993, p. 15.
- A VOZ do Planalto. *Veja*, nº 1044, 7 set. 1988, p. 44.
- A VOZ dos liberais. *Veja*, nº 961, 4 fev. 1987, p. 20-21.
- ABI-ACKEL, Ibrahim. O remédio parlamentarista. *Veja*, nº 972, 22 abr. 1987, p. 138.
- ACCIOLI, Cláudio. Monarquia: o império do marketing. *Manchete*, nº 2033, 30 mar. 1991, p. 36-42.
- ACORDES monarquistas. *Veja*, nº 1269, 06 jan. 1993, p. 57.
- AGENDA ao acaso. *Veja*, nº 1281, 31 mar. 1993, p. 24.
- AGORA, a reforma da Constituição. *Veja*, nº 1285, 28 abr. 1993, p. 15.
- AMORIM, Cláudia. O Rio da República. *Manchete*, nº 2138, 27 mar. 1993, p. 84-91.
- ARIANO Suassuna rompe trégua do silêncio. *Manchete*, nº 1838, 11 jul. 1987, p. 104-105.
- ARTIGOS para o riso. *Veja*, nº 1033, 22 jun. 1988, p. 45.
- AS GRANDES dúvidas da eleição. *Veja*, nº 1010, 13 jan. 1988, p. 22-23.

- AS GRANDES lições de Ulysses. *Veja*, nº 1258, 21 out. 1992, p. 15.
- AS IDEIAS. *Veja*, nº 1273, 3 fev. 1993, p. 26.
- AS LEIS da liberdade. *Veja*, nº 1044, 7 set. 1988, p. 38-41.
- AS ORIGENS de cada um. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 42-43.
- AS PRATAS da casa. *Veja*, nº 1133. 6 jun. 1990, p. 33.
- ATENÇÃO para os nossos comerciais: os notáveis da monarquia explicam por que ela é a melhor forma de governo. *Manchete*, nº 2139, 3 abr. 1993, p. 32.
- AULER, Marcelo. A tragédia nacional. *Veja*, nº 1258, 21 out. 1992, p. 16-17.
- BERGAMO, Mônica. Que rei sou eu. *Veja*, nº 1273, 3 fev. 1993, p. 22-29.
- BERMAN, Deborah; ASSIS, Denise; CAMPOS, Marcelo Siqueira; SILVEIRA, Mauro; PINTO, Fernando. Pena de morte: o Estado tem direito de matar? *Manchete*, nº 2129, 23 jan. 1993, p. 86-89.
- BLOCH, Adolpho. Meu amigo Doutor Ulysses. *Manchete*, nº 2116, 24 out. 1992, p. 14.
- BLOCH, Arnaldo. Monarquia Já! *Manchete*, nº 2056, 7 set. 1991, p. 46-49.
- BOCA-LIVRE imperial. *Veja*, nº 1274, 10 mar. 1993, p. 62.
- BORJA, Célio. “Estamos mudando para melhor” – Entrevista concedida a Murilo Melo Filho. *Manchete*, nº 2088, 11 abr. 1992, p. 12.
- BORJA, Célio. Com as mãos limpas – Entrevista concedida a Leonel Rocha. *Veja*, nº 1229, 8 abr. 1992, p. 10.
- BRIZOLA colabora com o presidente. *Veja*, nº 993, 16 set. 1987, p. 32.
- BRIZOLA sai na frente. *Veja*, nº 1031, 8 jun. 1988, p. 35-36.
- BRIZOLA: “Meu maior adversário é o preconceito”. *Manchete*, nº 1945, 29 jul. 1989, p. 104.
- BUCHANAN, James. Democracia tem limite – Entrevista concedida a Flávia Sekles. *Veja*, nº 1283, 14 abr. 1993, p. 7-10.
- CABRAL, Bernardo. Não seremos fracos – Entrevista concedida a Expedito Filho. *Veja*, nº 1114. 24 jan. 1990, p. 5.
- CABRAL, Bernardo. Uma visão errada. *Veja*, nº 968, 25 mar. 1987, p. 138.
- CABRAL, José Bernardo. Estão com inveja de mim – Entrevista concedida a Laurentino Gomes. *Veja*, nº 993, 16 set. 1987, p. 5-8.
- CAMPOS, Marcelo Siqueira. O sequestro do pequeno príncipe. *Manchete*, nº 2096, 6 jun. 1992, p. 94-97.
- CAPA. *Veja*, nº 1273, 3 fev. 1993.
- CAPA. *Veja*, nº 1021, 30 mar. 1988.
- CAPA. *Veja*, nº 1241, 1 jul. 1992.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O PMDB se afastou da rua – Entrevista concedida a Rosa Dalcin. *Veja*, nº 992, 9 set. 1987, p. 5-8.

- CARDOSO, Fernando Henrique. Sarney parece Figueiredo – Entrevista concedida a Paulo Moreira Leite. *Veja*, nº 1034, 29 jun. 1988, p. 5.
- CARNEIRO, Luiz Orlando. O alarma parlamentarista. *Manchete*, nº 2113, 3 out. 1992, p. 94-95.
- CARTA ao Leitor. *Veja*, nº 1001, 11 nov. 1987, p. 26.
- CARTA ao Leitor. *Veja*, nº 1019, 16 mar. 1988, p. 17.
- CARTA ao Leitor. *Veja*, nº 1021, 30 mar. 1988, p. 27.
- CARTA ao Leitor. *Veja*, nº 1097, 20 set. 1989, p. 43.
- CARTA de intenções. *Veja*, nº 1174, 20 mar. 1991, p. 27.
- CARTA na mão, o leão vai para o ataque. *Veja*, nº 1049, 12 out. 1988, p. 42-47.
- CARTAS. *Veja*, nº 1024, 20 abr. 1988, p. 13.
- CARTAS. *Veja*, nº 1035, 6 jul. 1988, p. 15.
- CARTAS. *Veja*, nº 1036, 13 jul. 1988, p. 13.
- CARTAS. *Veja*, nº 1149, 26 set. 1990, p. 11.
- CARTAS. *Veja*, nº 1192, 24 jul. 1991, p. 10.
- CARTAS. *Veja*, nº 1214, 25 dez. 1991, p. 10.
- CARTAS. *Veja*, nº 1215, 1 jan. 1992, p. 14.
- CARTAS. *Veja*, nº 1236, 27 maio 1992, p. 10.
- CARTAS. *Veja*, nº 1273, 3 fev. 1993, p. 12.
- CARTAS. *Veja*, nº 1280, 24 mar. 1993, p. 10.
- CARVALHO, Beth. Rei nem no samba. *Veja*, nº 1282, 7 abr. 1993, p. 102.
- CASO mude o sistema. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 50-52.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. Crise conduz ao parlamentarismo. *Manchete*, nº 2113, 3 out. 1992, p. 92-93.
- CHAGAS, Carlos. “Lembraí-vos de 1964” (ou, o golpe vem aí). *Manchete*, nº 1914, 24 dez. 1988, p. 20-21.
- CHAGAS, Carlos. 1993: o ano das dúvidas. *Manchete*, nº 2126, 2 jan. 1993, p. 10-11.
- CHAGAS, Carlos. A nação reagirá. *Manchete*, nº 1963, 2 dez. 1989, p. 110-111.
- CHAGAS, Carlos. A versão dos vencidos e a história. *Manchete*, nº 2001, 18 ago. 1990, p. 34.
- CHAGAS, Carlos. A volta do Dr. Silvana. *Manchete*, nº 1943, 15 jul. 1989, p. 95.
- CHAGAS, Carlos. A volta dos grandes debates. *Manchete*, nº 2086, 28 mar. 1992, p. 18.
- CHAGAS, Carlos. Bornhausen e Collor: A caçada dos tucanos. *Manchete*, nº 2088, 11 abr. 1992, p. 8-9.
- CHAGAS, Carlos. Cuidado com o elefante branco. *Manchete*, nº 2140, 10 abr. 1993, p. 19.

- CHAGAS, Carlos. Depois do Plebiscito, a Revisão: ninguém aguenta. *Manchete*, nº 2142, 24 abr. 1993, p. 11.
- CHAGAS, Carlos. Diálogo para afastar o Hood Robin. *Manchete*, nº 2077, 26 jan. 1992, p. 11.
- CHAGAS, Carlos. Discutindo o sexo dos anjos. *Manchete*, nº 2138, 27 mar. 1993, p. 26.
- CHAGAS, Carlos. Em busca da unidade. *Manchete*, nº 2139, 3 abr. 1993, p. 79.
- CHAGAS, Carlos. Em campo, a próxima sucessão. *Manchete*, nº 2008, 6 out. 1990, p. 86.
- CHAGAS, Carlos. Lembrai-vos de 1961. *Manchete*, nº 1998, 4 ago. 1990, p. 31.
- CHAGAS, Carlos. Mensagem aos saudosistas. *Manchete*, nº 2005, 15 set. 1990, p. 96.
- CHAGAS, Carlos. Nem o Papa impediu os boatos. *Manchete*, nº 2063, 26 out. 1991, p. 22.
- CHAGAS, Carlos. O bom da democracia. *Manchete*, nº 2035, 13 abr. 1991, p. 95.
- CHAGAS, Carlos. O decálogo do rei. *Manchete*, nº 2143, 1 maio 1993, p. 26.
- CHAGAS, Carlos. O dia em que Collor foi absolvido. *Manchete*, nº 2124, 19 dez. 1992, p. 22-23.
- CHAGAS, Carlos. O dia em que o Brasil acordou parlamentarista. *Manchete*, nº 2131, 6 fev. 1993, p. 56-57.
- CHAGAS, Carlos. O golpe em marcha. *Manchete*, nº 1942, 8 jul. 1989, p. 103.
- CHAGAS, Carlos. O império republicano do Brasil. *Manchete*, nº 2042, 1 jun. 1991, p. 92.
- CHAGAS, Carlos. O maior dos precipícios. *Manchete*, nº 2082, 29 fev. 1992, p. 91.
- CHAGAS, Carlos. O novo Congresso: seu plano de batalha. *Manchete*, nº 2029, 2 mar. 1991, p. 95.
- CHAGAS, Carlos. O parlamentarismo e duas indagações. *Manchete*, nº 2054, 24 ago. 1991, p. 33.
- CHAGAS, Carlos. O rei Silva I já está em campanha. *Manchete*, nº 2065, 9 nov. 1991, p. 18.
- CHAGAS, Carlos. O trampolim para o retrocesso. *Manchete*, nº 2043, 8 jul. 1991, p. 47.
- CHAGAS, Carlos. Os quatro cavaleiros do açodamento. *Manchete*, nº 2141, 17 abr. 1993, p. 85.
- CHAGAS, Carlos. Por que não voltar à monarquia (I). *Manchete*, nº 2052, 10 ago. 1991, p. 33.
- CHAGAS, Carlos. Por que não voltar à monarquia (II). *Manchete*, nº 2053, 17 ago. 1991, p. 34.
- CHAGAS, Carlos. Querem acabar com o Senado. *Manchete*, nº 2013, 10 nov. 1990, p. 84.
- CHAGAS, Carlos. Querem colher sem plantar. *Manchete*, nº 2148, 5 jun. 1993, p. 26.
- CHAGAS, Carlos. Reformar antes de acabar? *Manchete*, nº 2002, 25 ago. 1990, p. 95.
- CHAGAS, Carlos. Todos discutem a crise. *Manchete*, nº 2066, 16 nov. 1991, p. 100.
- CHAGAS, Carlos. Um ano otimista, apesar de tudo. *Manchete*, nº 2022, 12 jan. 1991, p. 84.

- CHAGAS, Carlos. Um golpe obscuro. *Manchete*, nº 1958, 28 out. 1989, p. 84.
- CHAGAS, Carlos. Um submarino para a Câmara dos Deputados. *Manchete*, nº 2014, 17 nov. 1990, p. 83.
- CHAGAS, Carlos. Uma ponte entre a Terra e Júpiter. *Manchete*, nº 2051, 3 ago. 1991, p. 98.
- CHOQUE de ideias. *Veja*, nº 962, 11 fev. 1987, p. 26.
- CIVITA, Roberto. Vamos Continuar as Mudanças. *Veja*, nº 1269, 6 jan. 1993, p. 78.
- COLLOR, Fernando. Este governo é bom – Entrevista concedida a Eduardo Oinegue e Mário Sérgio Conti. *Veja*, nº 1227, 25 mar. 1992, p. 6.
- COM informações, o debate melhora. *Veja*, nº 1190, 10 jul. 1991, p. 15.
- COM Ulysses, os derrotados. *Veja*, nº 1021, 30 mar. 1988, p. 51.
- COMEÇA o pós-Sarney. *Veja*, nº 1003, 25 nov. 1987, p. 36.
- COMEÇOU o jogo. *Veja*, nº 978, 3 jun. 1987, p. 30-31.
- CONTRA a gordura. *Veja*, nº 961, 4 fev. 1987, p. 22.
- CONTREIRAS, Hélio. Jarbas Passarinho: o superministro da articulação política. *Manchete*, nº 2011, 27 out. 1990, p. 13.
- CONTREIRAS, Hélio. Para onde vão os militares. *Manchete*, nº 1917, 14 jan. 1989, p. 92-97.
- CONY, Carlos Heitor. Dom Pedro: O Príncipe Ecológico. *Manchete*, nº 1222, 20 set. 1975, p. 60-65.
- CONY, Carlos Heitor. Dom Pedro III: A Solução Real para o Brasil. *Manchete*, nº 2137, 20 mar. 1993, p. 30-35.
- CONY, Carlos Heitor. O velho e o novo. *Manchete*, nº 2126, 2 jan. 1993, p. 12.
- CONY, Carlos Heitor; MALTA, Maria Helena; MELO FILHO, Murilo; MUGGIATI, Roberto. Quem vai para o trono? *Manchete*, nº 2139, 3 abr. 1993, p. 30-31.
- CORRÊA, Marcos Sá. O Natal da desforra. *Veja*, nº 1215, 1 jan. 1992, p. 28.
- CORRÊA, Marcos Sá. O orçamento foi roubado. *Veja*, nº 1280, 24 mar. 1993, p. 29.
- CORRÊA, Marcos Sá. Unidos do Plebiscito. *Veja*, nº 1272, 27 jan. 1993, p. 30.
- CORRÊA, Marcos Sá; AULER, Marcelo. Encolhe ao governar. *Veja*, nº 1285, 28 abr. 1993, p. 20-22.
- CORRÊA, Villas-Boas. Câmara pode ser renovada pela minoria do eleitorado. *Manchete*, nº 2009, 13 out. 1990, p. 112.
- DE OLHO no eleitor. *Veja*, nº 1272, 27 jan. 1993, p. 80.
- DE PAPEL passado. *Veja*, nº 1010, 13 jan. 1988, p. 28.
- DEODORO, o pai da República. *Manchete*, nº 1961, 18 nov. 1989, p. 52-56.
- DEPUTADO quer um rei para o Brasil. *Veja*, nº 963, 18 fev. 1987, p. 32.
- DESAFIO ao líder. *Veja*, nº 957, 7 jan. 1987, p. 31.
- DEZ anos para Collor. *Veja*, nº 1145. 29 ago. 1990, p. 35.

- DIMENSTEIN, Gilberto. Governadores vão domar suas bancadas no Congresso. *Manchete*, nº 2009, 13 out. 1990, p. 113.
- DIRETO ao abismo. *Veja*, nº 1136. 27 jun. 1990, p. 58.
- DOIS imperadores para o trono do Brasil. *Manchete*, nº 2087, 4 abr. 1992, p. 73.
- DRAMA real. *Veja*, nº 1237, 3 jun. 1992, p. 33.
- ELES desafiam a crise. *Manchete*, nº 2138, 27 mar. 1993, p. 78.
- EM DEBATE, o futuro de Sarney. *Veja*, nº 964, 25 fev. 1987, p. 31.
- ESPELHO parlamentar. *Veja*, nº 1168, 6 fev. 1991, p. 40-42.
- FALSIDADES no vídeo. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 37.
- FERREIRA, Durval. Maçons: uma força para a Constituição. *Manchete*, nº 1848, 19 set. 1987, p. 66-75.
- FESTA forçada. *Veja*, nº 1226, 18 mar. 1992, p. 22.
- FLEURY FILHO, Luiz Antônio. Falta um horizonte – Entrevista concedida a André Petry. *Veja*, nº 1208, 13 nov. 1991, p. 7-10.
- FORMAS reais. *Veja*, nº 1002, 18 nov. 1987, p. 138-139.
- FRACASSO de público. *Veja*, nº 985, 22 jul. 1987, p. 26.
- GARCIA, Alexandre. Após o sol de 15 de novembro. *Manchete*, nº 1849, 26 set. 1987, p. 18.
- GARCIA, Alexandre. Com os quatro pés no chão. *Manchete*, nº 1837, 4 jul. 1987, p. 11.
- GARCIA, Alexandre. Começa a Constituinte. *Manchete*, nº 1867, 30 jan. 1988, p. 99.
- GARCIA, Alexandre. Covas: o divisor de águas. *Manchete*, nº 1824, 4 abr. 1987, p. 18.
- GARCIA, Alexandre. Muito barulho por nada. *Manchete*, nº 1841, 1 ago. 1987, p. 11.
- GARCIA, Alexandre. O diagnóstico da paralisia. *Manchete*, nº 1851, 10 out. 1987, p. 18.
- GARCIA, Alexandre. O embaixador otimista. *Manchete*, nº 1855, 7 nov. 1987, p. 99.
- GARCIA, Alexandre. O mandato de Sarney. *Manchete*, nº 1823, 28 mar. 1987, p. 18.
- GARCIA, Alexandre. O que há de novo no front da Constituinte. *Manchete*, nº 1836, 27 jun. 1987, p. 31.
- GARCIA, Alexandre. Os que respeitam serão respeitados. *Manchete*, nº 1840, 25 jul. 1987, p. 13.
- GARCIA, Alexandre. Presidencialismo com cinco anos. *Manchete*, nº 1833, 6 jun. 1987, p. 18.
- GASPARI, Élio. Demagogia e esperteza. *Veja*, nº 1226, 18 mar. 1992, p. 25.
- GASPARI, Élio. O rei do atraso. *Veja*, nº 1212, 11 dez. 1991, p. 41.
- GHIVELDER, Zevi. O panorama visto do aquário. *Manchete*, nº 1877, 9 abr. 1988, p. 17.
- GOIS, Ancelmo. Europa financia monarquistas. *Veja*, nº 1212, 11 dez. 1991, p. 43.
- GOIS, Ancelmo. Maluf vence o Plebiscito. *Veja*, nº 1283, 14 abr. 1993, p. 29.

- GOIS, Ancelmo. O avanço dos indecisos. *Veja*, nº 1272, 27 jan. 1993, p. 31.
- GOIS, Ancelmo. O golpe do parlamentarismo. *Veja*, nº 1254, 30 set. 1992, p. 41.
- GOIS, Ancelmo. Parlamentarismo em alta I. *Veja*, nº 1259, 28 out. 1992, p. 31.
- GOIS, Ancelmo. Parlamentarismo em alta II. *Veja*, nº 1259, 28 out. 1992, p. 31.
- GOIS, Ancelmo. Radar. *Veja*, nº 1184, 5 jun. 1991, p. 23.
- GONÇALVES, José Esmeraldo. O conto de fadas do horário eleitoral. *Manchete*, nº 2132, 13 fev. 1993, p. 75.
- GONÇALVES, José Esmeraldo. O marketing da ilusão. *Manchete*, nº 2137, 20 mar. 1993, p. 71.
- GRÃ-CRUZ do mérito monárquico para Dom Pedro de Orléans e Bragança. *Manchete*, nº 2010, 20 out. 1990, p. 86.
- GUIA: Para Votar no Plebiscito. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 39.
- GUIMARÃES, Ulysses. Ulysses/exclusivo: no último artigo, a defesa do parlamentarismo. *Manchete*, nº 2115, 17 out. 1992, p. 54-55.
- HERÓIS na parede. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 109.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. Escândalo histórico – Entrevista concedida a Marcelo Auler. *Veja*, nº 1250, 2 set. 1992, p. 9.
- LONGE dos palanques. *Veja*, nº 1108. 6 dez. 1989, p. 55.
- LOPES, Malu. Monarquia-93: Um plebiscito ameaça a República. *Manchete*, nº 1915, 31 dez. 1988, p. 114-119.
- LOPES, Malu. O Brasil pode cair no Real. *Manchete*, nº 1905, 22 out. 1988, p. 122.
- LOPES, Malu. O jogo da Constituinte. *Manchete*, nº 1903, 8 out. 1988, p. 104-105.
- LUCENA, Humberto de. Constituição e Plebiscito na ordem do dia – Entrevista concedida a Fernando Pinto. *Manchete*, nº 2132, 13 fev. 1993, p. 88.
- MAGALHÃES, Antônio Carlos. Acabou a filosofia – Entrevista concedida a Élio Gaspari. *Veja*, nº 1021, 30 mar. 1988, p. 5-8.
- MAGALHÃES, Antônio Carlos. É hora de política – Entrevista concedida a Paulo Moreira Leite. *Veja*, nº 1173, 13 mar. 1991, p. 7.
- MAGALHÃES, Luís Eduardo. A ideologia da bobagem – Entrevista concedida a Élio Gaspari. *Veja*, nº 1005, 9 dez. 1987, p. 5-8.
- MAGALHÃES, Marcos. Francisco Rezek: “Parlamentarismo já, jamais”. *Manchete*, nº 1965, 16 dez. 1989, p. 24-26.
- MALINA, Miriam. 100 anos depois: os bisnetos da República. *Manchete*, nº 1937, 3 jun. 1989, p. 38-49.
- MALINA, Miriam. Monarquia: A família real vai subir a rampa? *Manchete*, nº 1936, 27 maio 1989, p. 38-45.
- MALTA, Maria Helena. De olho no Plebiscito. *Manchete*, nº 2139, 3 abr. 1993, p. 72.

- MANOBRA engatilhada. *Veja*, nº 1030, 1 jun. 1988, p. 30-31.
- MANUAL da liberdade. *Veja*, nº 1258, 21 out. 1992, p. 28.
- MARIMBONDO de fogo. *Veja*, nº 1020, 23 mar. 1988, p. 30-34.
- MELLO, Fernando Collor de. “As propostas do PRN foram aprovadas por 35 milhões de brasileiros, a maioria da nação” – Entrevista concedida a Cláudio Accioli. *Manchete*, nº 1968, 8 jan. 1990, p. 25.
- MELLO, Fernando Collor de. Duelo de argumentos – Entrevista concedida a Eduardo Oinegue. *Veja*, nº 1107, 29 nov. 1989, p. 5-10.
- MELLO, Fernando Collor de. Jogo para fazer gol – Entrevista concedida a Eduardo Oinegue e Luiz Augusto Falcão. *Veja*, nº 1106, 22 nov. 1989, p. 69.
- MELLO, Fernando Collor de. Vou acabar com os marajás – Entrevista concedida a Laurentino Gomes. *Veja*, nº 972, 22 abr. 1987, p. 5-8.
- MELO FILHO, Murilo. Grandes partidos. *Manchete*, nº 2137, 20 mar. 1993, p. 85.
- MELO FILHO, Murilo. 87, um ano quente para Sarney. *Manchete*, nº 1813, 17 jan. 1987, p. 12.
- MELO FILHO, Murilo. A Constituição da Primavera. *Manchete*, nº 1905, 22 out. 1988, p. 23.
- MELO FILHO, Murilo. A Constituinte na hora da verdade. *Manchete*, nº 1875, 26 mar. 1988, p. 24.
- MELO FILHO, Murilo. A Constituinte: em busca do tempo perdido. *Manchete*, nº 1876, 2 abr. 1988, p. 14-15.
- MELO FILHO, Murilo. A fala do príncipe. *Manchete*, nº 2135, 6 mar. 1993, p. 91.
- MELO FILHO, Murilo. A posse do novo Congresso: uma incógnita para Collor. *Manchete*, nº 2027, 16 fev. 1991, p. 107.
- MELO FILHO, Murilo. A reforma da Constituição. *Manchete*, nº 2139, 3 abr. 1993, p. 78.
- MELO FILHO, Murilo. Ainda não é hora. *Manchete*, nº 1847, 12 set. 1987, p. 106.
- MELO FILHO, Murilo. Alto Comando do Exército: favorável ao presidencialismo mitigado. *Manchete*, nº 1843, 15 ago. 1987, p. 101.
- MELO FILHO, Murilo. Aluguel. *Manchete*, nº 2139, 3 abr. 1993, p. 78.
- MELO FILHO, Murilo. Alves e Maias. *Manchete*, nº 1878, 16 abr. 1988, p. 16.
- MELO FILHO, Murilo. Arinos, eleito para a Comissão de Sistematização: “Uma Carta Magna toda nova”. *Manchete*, nº 1827, 25 abr. 1987, p. 92.
- MELO FILHO, Murilo. Até com o PDT. *Manchete*, nº 1850, 3 out. 1987, p. 102.
- MELO FILHO, Murilo. Aureliano defende: plebiscito e eleições gerais em 1988. *Manchete*, nº 1859, 5 dez. 1987, p. 102.
- MELO FILHO, Murilo. Bernardo Cabral, o relator da Constituinte, um tradicional ganhador de eleições. *Manchete*, nº 1827, 25 abr. 1987, p. 93.
- MELO FILHO, Murilo. Bernardo Cabral: da Constituinte ao Ministério. *Manchete*, nº 1986, 12 maio 1990, p. 86.

- MELO FILHO, Murilo. Brizola e Lula unidos no palanque pelas eleições diretas-já. *Manchete*, nº 1865, 16 jan. 1988, p. 85.
- MELO FILHO, Murilo. Brizola presidencialista: “O parlamentarismo seria uma forma de ludibriar o povo”. *Manchete*, nº 1831, 23 maio 1987, p. 103.
- MELO FILHO, Murilo. Brizola. *Manchete*, nº 2124, 19 dez. 1992, p. 77.
- MELO FILHO, Murilo. Câmara, 2000. *Manchete*, nº 2082, 29 fev. 1992, p. 90.
- MELO FILHO, Murilo. Cinco anos para Sarney. *Manchete*, nº 1887, 18 jun. 1988, p. 15.
- MELO FILHO, Murilo. Collor na Espanha. *Manchete*, nº 2040, 1 jun. 1991, p. 10.
- MELO FILHO, Murilo. Collor: a obsessão de ter pressa. *Manchete*, nº 1986, 5 maio 1990, p. 15.
- MELO FILHO, Murilo. Constituinte: o Brasil é presidencialista. *Manchete*, nº 1877, 9 abr. 1988, p. 15.
- MELO FILHO, Murilo. Constituinte: O Brasil na rota de Cabral. *Manchete*, nº 1848, 19 set. 1987, p. 18.
- MELO FILHO, Murilo. Data certa. *Manchete*, nº 2039, 11 maio 1991, p. 97.
- MELO FILHO, Murilo. Deus nos livre. *Manchete*, nº 2082, 29 fev. 1992, p. 90.
- MELO FILHO, Murilo. Direção colegiada no novo partido para começar o parlamentarismo. *Manchete*, nº 1890, 8 jul. 1988, p. 101.
- MELO FILHO, Murilo. Dissidentes do PMDB querem formar novo partido. *Manchete*, nº 1880, 30 abr. 1988, p. 94.
- MELO FILHO, Murilo. Divisão de ministros. *Manchete*, nº 1834, 13 jun. 1987, p. 100.
- MELO FILHO, Murilo. Duas exceções. *Manchete*, nº 1849, 26 set. 1987, p. 15.
- MELO FILHO, Murilo. Duas necessidades. *Manchete*, nº 2144, 8 maio 1993, p. 16-17.
- MELO FILHO, Murilo. E agora, José? *Manchete*, nº 1877, 9 abr. 1988, p. 16.
- MELO FILHO, Murilo. E o Centrão virou a mesa. *Manchete*, nº 1864, 9 jan. 1988, p. 16.
- MELO FILHO, Murilo. Em 1993. *Manchete*, nº 2005, 15 set. 1990, p. 99.
- MELO FILHO, Murilo. Emenda Monarquista. *Manchete*, nº 1859, 5 dez. 1987, p. 102.
- MELO FILHO, Murilo. Está confirmado. *Manchete*, nº 1855, 7 nov. 1987, p. 100.
- MELO FILHO, Murilo. Estreia vitoriosa. *Manchete*, nº 1877, 9 abr. 1988, p. 104.
- MELO FILHO, Murilo. Frases da Semana. *Manchete*, nº 1848, 19 set. 1987, p. 100.
- MELO FILHO, Murilo. Frases da Semana. *Manchete*, nº 1850, 3 out. 1987, p. 103.
- MELO FILHO, Murilo. Frases da Semana. *Manchete*, nº 1851, 10 out. 1987, p. 14.
- MELO FILHO, Murilo. Frases da Semana. *Manchete*, nº 1878, 16 abr. 1988, p. 16.
- MELO FILHO, Murilo. Furo na emenda. *Manchete*, nº 1887, 18 jun. 1988, p. 100.
- MELO FILHO, Murilo. Fusão PMDB-PSDB. *Manchete*, nº 2129, 23 jan. 1993, p. 82.

- MELO FILHO, Murilo. Fusão PSDB-PDT. *Manchete*, nº 2024, 26 jan. 1991, p. 106.
- MELO FILHO, Murilo. Grande teste. *Manchete*, nº 2081, 22 fev. 1992, p. 93.
- MELO FILHO, Murilo. Há mais tempo. *Manchete*, nº 2040, 18 maio 1991, p. 106.
- MELO FILHO, Murilo. Habilidade na reunião do PMDB, para conter os ânimos mais exaltados. *Manchete*, nº 1819, 28 fev. 1987, p. 104.
- MELO FILHO, Murilo. Hipótese de renúncia. *Manchete*, nº 1850, 3 out. 1987, p. 102.
- MELO FILHO, Murilo. Humberto Lucena: o patrono da emenda vitoriosa. *Manchete*, nº 1877, 9 abr. 1988, p. 105.
- MELO FILHO, Murilo. Ibsen, o homem-chave. *Manchete*, nº 2109, 5 set. 1992, p. 13.
- MELO FILHO, Murilo. Itamar – Fase III. *Manchete*, nº 2143, 1 maio 1993, p. 16-17.
- MELO FILHO, Murilo. Jader Barbalho, tranqüilão. *Manchete*, nº 1877, 9 abr. 1988, p. 104.
- MELO FILHO, Murilo. Lamento. *Manchete*, nº 2067, 23 nov. 1991, p. 98.
- MELO FILHO, Murilo. Mais uma vitória da habilidade pessedista: Ulysses vence. *Manchete*, nº 1841, 1 ago. 1987, p. 103.
- MELO FILHO, Murilo. Maluf: o Anti-Lula. *Manchete*, nº 2140, 10 abr. 1993, p. 78-80.
- MELO FILHO, Murilo. Marajás e Duques. *Manchete*, nº 2038, 4 maio 1991, p. VER.
- MELO FILHO, Murilo. Mesmo temperamento. *Manchete*, nº 1830, 16 maio 1987, p. 96.
- MELO FILHO, Murilo. Ministério: quem sai e quem fica? *Manchete*, nº 1851, 10 out. 1987, p. 12.
- MELO FILHO, Murilo. Ministros do PMDB recebem conselhos para não deixar o partido agora. *Manchete*, nº 1878, 16 abr. 1988, p. 17.
- MELO FILHO, Murilo. Moreira Franco tem apoio de Quércia para a ideia do plebiscito. *Manchete*, nº 1848, 19 set. 1987, p. 101.
- MELO FILHO, Murilo. Moreira Franco: parlamentarismo, só com um plebiscito. *Manchete*, nº 1857, 21 nov. 1987, p. 87.
- MELO FILHO, Murilo. Na rua. *Manchete*, nº 2137, 20 mar. 1993, p. 85.
- MELO FILHO, Murilo. Nelson Carneiro: a Constituinte adotará o sistema parlamentarista. *Manchete*, nº 1815, 31 jan. 1987, p. 106.
- MELO FILHO, Murilo. Nenhum obstáculo. *Manchete*, nº 1875, 26 mar. 1988, p. 116.
- MELO FILHO, Murilo. Nenhuma pressão. *Manchete*, nº 1878, 16 abr. 1988, p. 16.
- MELO FILHO, Murilo. Nenhuma revelação. *Manchete*, nº 1876, 2 abr. 1988, p. 108.
- MELO FILHO, Murilo. No ano 2000. *Manchete*, nº 2086, 28 mar. 1992, p. 93.
- MELO FILHO, Murilo. No Supremo. *Manchete*, nº 2129, 23 jan. 1993, p. 82.
- MELO FILHO, Murilo. Nome aos bois. *Manchete*, nº 2034, 6 abr. 1991, p. 104.
- MELO FILHO, Murilo. Nova investida. *Manchete*, nº 2070, 14 dez. 1991, p. 103.

- MELO FILHO, Murilo. Novo e grande desafio de Thales Ramalho: cinco anos para o mandato de Sarney. *Manchete*, nº 1875, 26 mar. 1988, p. 116.
- MELO FILHO, Murilo. O Brasil redescobre Cabral. *Manchete*, nº 1971, 27 jan. 1990, p. 16-17.
- MELO FILHO, Murilo. O Centrão Democrático quer testar suas forças no plenário. *Manchete*, nº 1857, 21 nov. 1987, p. 86.
- MELO FILHO, Murilo. O premier. *Manchete*, nº 2139, 3 abr. 1993, p. 78.
- MELO FILHO, Murilo. O presidente Sarney declara a *Manchete*: “Nunca os brasileiros tiveram tanta liberdade”. *Manchete*, nº 1863, 2 jan. 1988, p. 36.
- MELO FILHO, Murilo. Observador atento. *Manchete*, nº 1877, 9 abr. 1988, p. 104.
- MELO FILHO, Murilo. Opções. *Manchete*, nº 2141, 17 abr. 1993, p. 84.
- MELO FILHO, Murilo. Os 14 irredutíveis. *Manchete*, nº 1837, 4 jul. 1987, p. 100.
- MELO FILHO, Murilo. Os prefeitos. *Manchete*, nº 2136, 13 mar. 1993, p. 87.
- MELO FILHO, Murilo. Pai e filho. *Manchete*, nº 2133, 20 fev. 1993, p. 76.
- MELO FILHO, Murilo. Palavra de Ibsen. *Manchete*, nº 2039, 11 maio 1991, p. 97.
- MELO FILHO, Murilo. Para casa. *Manchete*, nº 2133, 20 fev. 1993, p. 76.
- MELO FILHO, Murilo. Para Richa, o parlamentarismo continua sendo a grande solução. *Manchete*, nº 1874, 19 mar. 1988, p. 104.
- MELO FILHO, Murilo. Parlamentarismo depois. *Manchete*, nº 1860, 12 dez. 1987, p. 102.
- MELO FILHO, Murilo. Parlamentarista. *Manchete*, nº 1849, 26 set. 1987, p. 15.
- MELO FILHO, Murilo. Parlamentarista. *Manchete*, nº 1880, 30 abr. 1988, p. 94.
- MELO FILHO, Murilo. Partido do centro. *Manchete*, nº 2131, 6 fev. 1993, p. 85.
- MELO FILHO, Murilo. PDS-PDC. *Manchete*, nº 2136, 13 mar. 1993, p. 87.
- MELO FILHO, Murilo. Pesquisas. *Manchete*, nº 2036, 20 abr. 1991, p. 102.
- MELO FILHO, Murilo. Plebiscito. *Manchete*, nº 2141, 17 abr. 1993, p. 84.
- MELO FILHO, Murilo. Pólvora e Fogo. *Manchete*, nº 2140, 10 abr. 1993, p. 81.
- MELO FILHO, Murilo. PP, o terceiro. *Manchete*, nº 2139, 3 abr. 1993, p. 78.
- MELO FILHO, Murilo. Prazo. *Manchete*, nº 2125, 26 dez. 1992, p. 80.
- MELO FILHO, Murilo. Presidencialistas. *Manchete*, nº 2132, 13 fev. 1993, p. 89.
- MELO FILHO, Murilo. Presidenciáveis: quem tem a força? *Manchete*, nº 1869, 13 fev. 1988, p. 13.
- MELO FILHO, Murilo. Primeiro-ministro. *Manchete*, nº 1857, 21 nov. 1987, p. 86.
- MELO FILHO, Murilo. Prisco Viana: “Foi a vitória do bom-senso”. *Manchete*, nº 1887, 18 jun. 1988, p. 14.
- MELO FILHO, Murilo. Quércia e o PMDB: no rumo do Planalto. *Manchete*, nº 2034, 6 abr. 1991, p. 108.

- MELO FILHO, Murilo. Rei. *Manchete*, nº 2131, 6 fev. 1993, p. 85.
- MELO FILHO, Murilo. Rei-presidente. *Manchete*, nº 1827, 25 abr. 1987, p. 92.
- MELO FILHO, Murilo. Reprise. *Manchete*, nº 2095, 30 maio 1992, p. 8.
- MELO FILHO, Murilo. Resposta de ACM. *Manchete*, nº 1878, 16 abr. 1988, p. 16.
- MELO FILHO, Murilo. Sarney e Ulysses em contatos frequentes para negociarem sistema de governo. *Manchete*, nº 1849, 26 set. 1987, p. 15.
- MELO FILHO, Murilo. Sarney grato. *Manchete*, nº 1877, 9 abr. 1988, p. 104.
- MELO FILHO, Murilo. Sarney: “A tempestade já passou”. *Manchete*, nº 1847, 12 set. 1987, p. 102.
- MELO FILHO, Murilo. Sarney: E agora, José? *Manchete*, nº 1858, 28 nov. 1987, p. 12.
- MELO FILHO, Murilo. Sarney: quatro, cinco ou seis anos no governo? *Manchete*, nº 1831, 23 maio 1987, p. 16.
- MELO FILHO, Murilo. Sem resultado. *Manchete*, nº 1850, 3 out. 1987, p. 102.
- MELO FILHO, Murilo. Sistema de governo e reforma agrária: a decisão agora será pelo voto. *Manchete*, nº 1850, 3 out. 1987, p. 103.
- MELO FILHO, Murilo. Surpresa. *Manchete*, nº 2140, 10 abr. 1993, p. 81.
- MELO FILHO, Murilo. Três governadores que estavam de acordo no apoio ao presidente. *Manchete*, nº 1854, 31 out. 1987, p. 102.
- MELO FILHO, Murilo. Ulysses, o Senhor Constituição. *Manchete*, nº 2115, 17 out. 1992, p. 58-59.
- MELO FILHO, Murilo. Ulysses: será candidato se o governo for presidencialista. *Manchete*, nº 1859, 5 dez. 1987, p. 103.
- MELO FILHO, Murilo. Uma advertência. *Manchete*, nº 1846, 5 set. 1987, p. 102.
- MELO FILHO, Murilo. Urubu. *Manchete*, nº 2058, 21 set. 1991, p. 101.
- MTV, *Veja*, nº 1284, 21 abr. 1993, p. 94-95.
- MUDE ou não mude o sistema. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 54-56.
- NA PAUTA dos debates, parlamentarismo, mandato presidencial e voto distrital. *Manchete*, nº 1812, 10 jan. 1987, p. 24.
- NO PLANALTO, os vencedores. *Veja*, nº 1021, 30 mar. 1988, p. 50.
- NÓBREGA, Maílson da. A Constituição pode piorar. *Veja*, nº 1284, 21 abr. 1993, p. 102.
- O CANDIDATO Tião. *Veja*, nº 1052, 2 nov. 1988, p. 32-38.
- O CASO dos facínoras. *Veja*, nº 1049, 12 out. 1988, p. 48-49.
- O CENTRÃO faz barulho. *Veja*, nº 1004, 2 dez. 1987, p. 34.
- O FANTASMA ressurge num trem lusitano. *Veja*, nº 1154, 31 out. 1990, p. 33.
- O GIGANTE gaguejou. *Veja*, nº 986, 29 jul. 1987, p. 18-19.
- O LEITOR diz o que pensa. *Veja*, nº 1274, 10 fev. 1993, p. 12-13.

- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 1832, 30 maio 1987, p. 93.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 1840, 25 jul. 1987, p. 89.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 1878, 16 abr. 1988, p. 51.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 1939, 17 jun. 1989, p. 97.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 1941, 1 jul. 1989, p. 85.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 1942, 8 jul. 1989, p. 85.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 1963, 2 dez. 1989, p. 83.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 1974, 17 fev. 1990, p. 82.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 2035, 13 abr. 1991, p. 94.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 2039, 11 maio 1991, p. 72.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 2040, 18 maio 1991, p. 67.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 2041, 25 maio 1991, p. 82.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 2042, 1 jun. 1991, p. 103.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 2044, 15 jun. 1991, p. 61.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 2056, 7 set. 1991, p. 96.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 2074, 11 jan. 1992, p. 51.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 2098, 20 jun. 1992, p. 75.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 2113, 3 out. 1992, p. 33.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 2133, 20 fev. 1993, p. 75.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 2136, 13 mar. 1993, p. 49.
- O LEITOR em Manchete. *Manchete*, nº 2137, 20 mar. 1993, p. 69.
- O NOME dela é AI-5. *Veja*, nº 1001, 11 nov. 1987, p. 34-39.
- O ÓBVIO no placar. *Veja*, nº 1021, 30 mar. 1988, p. 44-48.
- O PLEBISCITO num guia completo. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 15.
- O PMDB arma seu jogo. *Veja*, nº 998, 21 out. 1987, p. 30-31.
- O PRESIDENTE acordou. *Veja*, nº 1208, 13 nov. 1991, p. 18-21.
- O QUE está em jogo na reta final. *Veja*, nº 1150, 3 out. 1990, p. 31.
- O QUE há para ler. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 56.
- O QUE muda nas próximas eleições. *Veja*, nº 1003, 25 nov. 1987, p. 38-39.
- O QUE prevê a proposta parlamentarista. *Veja*, nº 1019, 16 mar. 1988, p. 22.
- O QUE você quer? *Veja*, nº 1268, 30 dez. 1992, p. 84-86.
- O RONCO pelas diretas em 88. *Veja*, nº 1010, 13 jan. 1988, p. 20.
- O SUJEITO oculto. *Veja*, nº 966, 11 mar. 1987, p. 36.

- O TUCANO decola. *Veja*, nº 1034, 29 jun. 1988, p. 42-44.
- O VÍCIO do golpe. *Veja*, nº 1021, 30 mar. 1988, p. 36-43.
- O VOTO do cansaço. *Veja*, nº 1025, 27 abr. 1988, p. 21.
- O VOTO ganha do grito. *Veja*, nº 1005, 9 dez. 1987, p. 36.
- O XIS da questão. *Veja*, nº 1272, 27 jan. 1993, p. 28.
- ORLÉANS E BRAGANÇA, Dom João de. Um príncipe à brasileira – Entrevista concedida a Maria Helena Malta. *Manchete*, nº 2132, 13 fev. 1993, p. 14-17.
- ORLÉANS E BRAGANÇA, João Henrique. A monarquia é a salvação. *Manchete*, nº 2072, 28 dez. 1991, p. 27.
- OS ALVOS do Centrão. *Veja*, nº 1005, 9 dez. 1987, p. 38-39.
- OS ARGUMENTOS pró e contra. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 44-45.
- OS DIVERSOS tipos. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 46-47.
- OS GOVERNADORES – Ano III – Eles desafiam a crise. *Manchete*, nº 2138, 27 mar. 1993, p. 78-81.
- OS MAIS vendidos. *Veja*, nº 1282, 7 abr. 1993, p. 89.
- OS MATA-CANDIDATOS. *Veja*, nº 1085, 28 jun. 1989, p. 54.
- PALÁCIO da agonia. *Veja*, nº 1106, 22 nov. 1989, p. 75.
- PARLAMENTARISMO Imperial a la Sarney. *Veja*, nº 971, 15 abr. 1987, p. 22-23.
- PASSO a passo. *Veja*, nº 1014, 10 fev. 1988, p. 26.
- PENA de morte: ofensiva contra o crime. *Manchete*, nº 2131, 6 fev. 1993, p. 6-11.
- PÍLULAS Políticas. *Veja*, nº 1276, 24 fev. 1993, p. 68-69.
- PINHEIRO, Ibsen. A verdade vencerá – Entrevista concedida a Eduardo Oinegue. *Veja*, nº 1249, 26 ago. 1992, p. 9.
- PINTO, Fernando. Yeda e Erundina: o poder feminino. *Manchete*, nº 2131, 6 fev. 1993, p. 96-98.
- PLANO alterado. *Veja*, nº 1001, 11 nov. 1987, p. 40.
- PODER de rei. *Veja*, nº 1273, 3 fev. 1993, p. 27.
- PODER dividido. *Veja*, nº 1002, 18 nov. 1987, p. 34.
- POMPEU, Kátia; CAMPOS, Nancy. O flat na selva urbana. *Manchete*, nº 2087, 4 abr. 1992, p. 73.
- PRIMEIROS contornos. *Veja*, nº 990, 26 ago. 1987, p. 36-37.
- PROF. Aurélio Wander Bastos: livro sobre parlamentarismo. *Manchete*, nº 2139, 3 abr. 1993, p. 74.
- QUE país era aquele: os atos e os fatos da queda do Império. *Manchete*, nº 1961, 18 nov. 1989, p. 52-56.
- QUEM são os contendores. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 40-41.

QUEM vai para o trono. *Manchete*, nº 2105, 8 ago. 1992, p. 68.

QUÉRCIA, Orestes. “Se implantarmos o parlamentarismo no Brasil, não demorará muito para voltarmos ao presidencialismo” – Entrevista concedida a Salomão Schwartzman. *Manchete*, nº 2120, 21 nov. 1992, p. 91.

QUÉRCIA, Orestes. Saudade de Sarney – Entrevista concedida a Milton Abrucio Júnior. *Veja*, nº 1190, 10 jul. 1991, p. 9.

REIS sem reino: em busca do trono perdido. *Manchete*, nº 1917, 14 jan. 1989, p. 38.

REIS, Antônio Carlos Konder. A Constituinte vai bem. *Veja*, nº 999, 28 out. 1987, p. 5-8.

REIS, Antônio Carlos Konder. Como fazer a Constituição. *Veja*, nº 960, 28 jan. 1987, p. 130.

REINÍCIO tranquilo. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 22-24.

RELÍQUIAS da República. *Manchete*, nº 1961, 18 nov. 1989, p. 48.

RODRIGUES, Leôncio Martins. A mania de mudar - Entrevista concedida a Laurentino Gomes. *Veja*, nº 1269, 6 jan. 1993, p. 9-11.

RUMO ao acordo. *Veja*, nº 961, 4 fev. 1987, p. 25.

SAÍDA de emergência. *Veja*, nº 1206, 30 out. 1991, p. 28-29.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O caminho do novo – Entrevista concedida a Paulo Moreira Leite. *Veja*, nº 962, 11 fev. 1987, p. 5-9.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Plebiscito sem causa – Entrevista concedida a Marcos Sá Corrêa. *Veja*, nº 1285, 28 abr. 1993, p. 7-9.

SARNEY aposta nos seis anos. *Veja*, nº 993, 16 set. 1987, p. 32.

SARNEY engrossa a voz. *Veja*, nº 977, 27 maio 1987, p. 28-29.

SARNEY reage à crise do Plano Cruzado. *Veja*, nº 960, 28 jan. 1987, p. 21-25.

SARNEY tenta de novo. *Veja*, nº 1006, 16 dez. 1987, p. 25.

SARNEY tenta de novo. *Veja*, nº 1021, 30 mar. 1988, p. 28-30.

SARNEY tenta de novo. *Veja*, nº 997, 14 out. 1987, p. 20.

SARNEY, José. A Carta vai mal – Entrevista concedida a Mário Rosa. *Veja*, nº 1031, 8 jun. 1988, p. 40-41.

SARNEY, José. O GRANDE perigo é o colapso – Entrevista concedida a Mário Rosa. *Veja*, nº 1020, 23 mar. 1988, p. 33.

SARNEY: Abdico de um ano do meu mandato e conclamo o Brasil à conciliação”. *Manchete*, nº 1832, 30 maio 1987, p. 18B.

SAULÃO no ar. *Veja*, nº 1007, 23 dez. 1987, p. 34.

SCALCO, Euclides. Vamos amputar o PMDB – Entrevista concedida a Paulo Moreira Leite. *Veja*, nº 1014, 10 fev. 1988, p. 3-6.

SEGUNDO esforço. *Veja*, nº 1228, 1 abr. 1992, p. 21.

SEPARAÇÃO de bens. *Veja*, nº 995, 30 set. 1987, p. 30.

- SERRA, José. Renúncia é acordo – Entrevista concedida a Paulo Moreira Leite. *Veja*, nº 1242, 8 jul. 1992, p. 9.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. Duelo de argumentos – Entrevista concedida a Thales Guaracy. *Veja*, nº 1107. 29 nov. 1989, p. 5-10.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. Itamar está perdido – Entrevista concedida a André Petry. *Veja*, nº 1280, 24 mar. 1993, p. 7-10.
- SILVEIRA, Maria Luiza. De D. Pedro II a D. João: os príncipes da fotografia. *Manchete*, nº 1874, 19 mar 1988, p. 34-35.
- SILVEIRA, Mauro. Juventude Monarquista: O império contra-ataca. *Manchete*, nº 2109, 5 set. 1992, p. 62-65.
- SILVEIRA, Mauro; PISCITELLI, Lourdes. O marketing do Plebiscito. *Manchete*, nº 2133, 20 fev. 1993, p. 62-64.
- SIMON, Pedro. Um governo nota 7 – Entrevista concedida a Luís Costa Pinto. *Veja*, nº 1255, 7 out. 1992, p. 12.
- SIMONSEN, Mário Henrique. Um rei para o Brasil – Entrevista concedida a Marcos Sá Corrêa. *Veja*, nº 1271, 20 jan. 1993, p. 7-9.
- SOARES, Jô. Principado de Petrópolis. *Veja*, nº 1286, 5 maio 1993, p. 17.
- SOB novas direções. *Veja*, nº 1263, 25 nov. 1992, p. 26-27.
- SOLIDÃO no Planalto. *Veja*, nº 964, 25 fev. 1987, p. 29.
- SONOLENTA ida à urna. *Manchete*, nº 2143, 1 maio 1993, p. 16-17.
- TEMPORADA de feira. *Veja*, nº 1190, 10 jul. 1991, p. 34-35.
- TESOURA cega. *Veja*, nº 1002, 18 nov. 1987, p. 35.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. A ameaça que cresce. *Veja*, nº 1240, 24 jun. 1992, p. 20-22.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. A farsa da falta de quadros. *Veja*, nº 1182, 22 maio 1991, p. 18.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. Casa de loucos. *Veja*, nº 1232, 29 abr. 1992, p. 45.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. Como no Império. *Veja*, nº 1182, 15 maio 1991, p. 26-27.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. O embuste do ano. *Veja*, nº 1274, 10 fev. 1993, p. 22.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. O inigualável artista da resistência. *Veja*, nº 1258, 21 out. 1992, p. 20-26.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. Parlamento X Presidente. *Veja*, nº 1190, 10 jul. 1991, p. 36-42.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. Saída pela loucura. *Veja*, nº 1203, 9 out. 1991, p. 32-33.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. Se a política não fosse em cores. *Veja*, nº 1277, 3 mar. 1993, p. 90.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. Triunfo do bocejo. *Veja*, nº 1284, 21 abr. 1993, p. 30-33.
- TORCIDA pelo rei. *Veja*, nº 1264, 2 dez. 1992, p. 71.

- TOURADA em casa. *Veja*, nº 1183, 22 maio 1991, p. 18.
- TREMOR em Brasília. *Veja*, nº 1000, 4 nov. 1987, p. 48-51.
- TUDO como antes. *Veja*, nº 1084, 21 jun. 1989, p. 109.
- TUDO no papel. *Veja*, nº 1273, 3 fev. 1993, p. 29.
- TUDO no papel. *Veja*, nº 983, 8 jul. 1987, p. 32.
- ULYSSES Guimarães: O adeus do campeão da democracia. *Manchete*, nº 2115, 17 out. 1992, p. 52.
- ULYSSES no ataque. *Veja*, nº 1016, 24 fev. 1988, p. 21-26.
- ULYSSES por Ulysses. *Manchete*, nº 2115, 17 out. 1992, p. 62.
- UM ALICERCE instável. *Veja*, nº 984, 15 jul. 1987, p. 21.
- UM BOM trabalho. *Veja*, nº 1029, 25 maio 1988, p. 32.
- UM CHOQUE no PMDB. *Veja*, nº 968, 25 mar. 1987, p. 40.
- UM JOGO adiado. *Veja*, nº 978, 3 jun. 1987, p. 33.
- UM MONARCA sem coroa. *Veja*, nº 1216, 8 jan. 1992, p. 51.
- UM PASSO eficaz. *Veja*, nº 995, 30 set. 1987, p. 35.
- UMA AFILHADA de sangue azul. *Veja*, nº 1145, 29 ago. 1990, p. 59.
- UMA BOA ajuda. *Veja*, nº 1018, 9 mar. 1988, p. 40.
- UMA OFENSIVA permanente. *Veja*, nº 1016, 24 fev. 1988, p. 21-22.
- VAREJÃO, Marilda. Henri D'Orléans: o novo rei da França. *Manchete*, nº 2035, 13 abr. 1991, p. 36-39.
- VAREJÃO, Marilda. Monarquia: o Brasil de volta ao futuro? *Manchete*, nº 1830, 16 maio 1987, p. 20-27.
- VAREJÃO, Marilda. S.O.S Educação: A juventude sem cultura. *Manchete*, nº 1874, 19 mar. 1988, p. 14-18.
- VASCONCELOS, Jarbas. Nossa maioria é falsa – Entrevista concedida a José Manoel Júnior. *Veja*, nº 1273, 3 fev. 1993, p. 7-9.
- VERÍSSIMO, Luís Fernando. Meio-termo. *Veja*, nº 973, 29 abr. 1987, p. 15.
- VERÍSSIMO, Luís Fernando. Opções. *Veja*, nº 995, 30 set. 1987, p. 18.
- VITÓRIA do cartório. *Veja*, nº 1026, 4 maio 1988, p. 32.
- VITÓRIA no terceiro turno. *Veja*, nº 1151, 10 out. 1990, p. 35.
- VITÓRIA pela metade. *Veja*, nº 981, 24 jun. 1987, p. 42-43.
- VOTO, suor e lágrima. *Veja*, nº 1003, 25 nov. 1987, p. 42.
- WURMAN, Osias. Boom das bolsas. *Manchete*, nº 1877, 9 abr. 1988, p. 102.
- ZÉLIA sai e rouba a cena. *Veja*, nº 1182, 15 maio 1991, p. 14.